



ENAPEGS 2018

X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social

DIÁLOGO COMO RESISTÊNCIA:
Gestão Social, Crises e Futuro das Democracias

**Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores
em Gestão Social - ENAPEGS**

20 a 24 de maio de 2018

**EIXO 5
INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E
RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL**

Organizadores

Francisco Ranieri Moreira da Silva
Jeová Torres da Silva Júnior
Ives Romero Tavares do Nascimento
Waleria Maria Menezes de Moraes Alencar

UFCA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI
PROEX | PRPI | PROCLUT

LIEGS
Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social

ITEPS
Instituto Tecnológico de Empreendedorismo,
Pesquisa e Soluções | UFCA

RGS
REDE DE PESQUISADORES
EM GESTÃO SOCIAL





ENAPEGS 2018

X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social

DIÁLOGO COMO RESISTÊNCIA:
Gestão Social, Crises e Futuro das Democracias

**Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores
em Gestão Social - ENAPEGS**

20 a 24 de maio de 2018

**EIXO 5
INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E
RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL**

Organizadores

Francisco Ranieri Moreira da Silva
Jeová Torres da Silva Júnior
Ives Romero Tavares do Nascimento
Waleria Maria Menezes de Moraes Alencar

UFCA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI
PROEX | PRPI | PROCLUT

LIEGS
Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social

ITEPS
Instituto Tecnológico de Empreendedorismo,
Pesquisa e Soluções | UFCA

RGS
REDE DE PESQUISADORES
EM GESTÃO SOCIAL



Patrocínio:



Apoio de mídia:

O POVO

O POVO
CARIRI

O POVO CBN
A RÁDIO QUE TOCA NOTÍCIA
FM 95.5

Apoio:



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



Fundação
Demócrito Rocha



URCA
Universidade Regional do Cariri

Parceria:



COORDENAÇÃO GERAL
Jeová Torres Silva Jr. (UFCA)

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Francisco Raniere Moreira da Silva (UFCA)

MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Augusto de Oliveira Tavares (UFCA)
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins (UFC)
Cleónisia Alves Rodrigues do Vale (UFCA)
Danyelle Queiros Lima Chagas (FAP-CE)
Eduardo Vivian da Cunha (UFCA)
Ives Romero Tavares do Nascimento (UFCA)
Régio Hermilton Ribeiro Quirino (FAP-CE)
Sílvia Roberta Oliveira e Silva (FAP-CE)
Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar (UFCA)

COMITÊ CIENTÍFICO

Airton Cardoso Caçado (UFT)
Ariadne Scalfoni Rigo (UFBA)
Fernando Guilherme Tenório (FGV-RJ)
Genauto Carvalho de França Filho (UFBA)
José Roberto Pereira (UFLA)
Ladislau Dowbor (PUC-SP)
Luciano Antonio Prates Junqueira (PUC-SP)
Magnus Luiz Emmendoerfer (UFV)
Paula Chies Schommer (UDESC)
Rosa Maria Fischer (USP)
Rosinha da Silva Machado Carrion (UFRGS)
Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias (USP)
Tânia Margarete Mezzomo Keinert (IS/SES/SP)
Tânia Maria Diederichs Fischer (UFBA)

NORMALIZAÇÃO

Taís Regina Dias Gama Nunes
Tatiana Cristina Dias Gama Nunes

DIAGRAMAÇÃO

Taís Regina Dias Gama Nunes
Tatiana Cristina Dias Gama Nunes
Jônatas José Lobo Oliveira

AVALIADORES

Abdon Ribeiro
Adelia Alencar Brasil
Adriana Fumi Chim Miki
Airton Cardoso Caçado
Alan Ferreira Freitas
Alcides Fernando Gussi
Alex Luiz Barros Vargas
Alice Dianezi Gambardella
Ana Maria Albuquerque Vasconcellos
Anderson Gheller Froehlich
Andrea Leite Rodrigues
Andreia Cardoso Ventura
Andre Silva Pomponet
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
Augusto de Oliveira Tavares
Bianca Burdini Mazzei
Breyner Ricardo Oliveira
Bruno Luan Cardoso
Caio Cesar Medeiros Costa
Carla Pasa Gomez
Carlos Alberto Sarmento do Nascimento
Carlos Frederico Bom Kraemer
Cecilia Matonte Silva
Cícera Mônica da Silva Souza Martins
Cícero Augusto Prudêncio Pimenteira
Cintia Moura Mendonça
Claudiani Waiandt
Cleyton Feitosa
Conceição Malveira Diogenes
Cristiane Betanho
Cristiano Castellao
Daniel Neto Francisco
Diana Cruz Rodrigues
Diego Coelho do Nascimento
Diná Andrade de Lima Ramos
Diogo Ferreira Redo
Doraliza Auxiliador A. Monteiro
Douglas Mendonsa
Edgilson Tavares Araújo
Edimeia Ribeiro
Edina Souza Ramos Mendes
Edson Sadão Likuza
Eduardo Vivian Cunha

Elei Chavier Martins
Emerson Silva Santos
Estevão Limas Arrais
Fabio Resende
Fabio Sousa Mendonça de Castro
Fabricio Noura Gomes
Flávia Mazadro
Francine Remalho de Aguiar
Francisco Raniere Moreira da Silva
Geovani de Oliveira Tavares
Herbeth Christiano Pereira de Andrade
Hironobu Sano
Ian Requião de Castro
Iana Carla Couto
Ilzver de Matos Oliveira
Inacilma Rita Silva Andrade
Ingrid Mazza Ramos
Iranilde de Oliveira Silva
Isavel Sampaio Angelim
Italo Anderson Santos Araújo
Italo Anderson Taumaturgo dos Santos
Ives Romero Tavares do Nascimento
Janaina Lopes Pereira Peres
Janaina Melo
Janaina Rute da Silva Dourado
Jaqueline Dourado do Nascimento
Jean Carlos Machado Alves
Jeferson Antunes
Jéssica Moliterno Genú
João Martins de Oliveira Neto
John Wilkinson
Jones Nogueira Barros
José de Arimateia Valadao
Josevana de Lucena Rodrigues
Juarez Paiva
Julio Cesar Andrade de Abreu
Leandro Saraiva
Leonardo Prates Leal
Liana de Andrade Esmeraldo Pereira
Ligia Alvares Mata Virgem
Lindijane Souza Bento Almeida
Luciana Bessa Silva
Luciana Rodrigues Ferreira
Luisa Cherem Pereira
Luiz Arthur Silva de Faria
Luiz Fernando Macedo Bessa
Lys Maria Vinhaes Dantas
Manuela Ramos Silva
Marcia Regina Ferreira
Marcio De Albuquerque Vianna

Maria Amélia Jundurian Cora
Maria Helena Andrade
Maria Laís Santos Leite
Maria Nezilda Culti
Mario Vasconcellos Sobrinho
Mauricio de Albuquerque Vianna
Milton Jarbas Rodrigues Chagas
Nathália Figueiredo de Azevedo
Osia Alexandrina Vasconcelos
Patricia Maria Emerenciano de Medonça
Patria Maria Mendonça
Patricia Vendramini
Patrick Maurice Maury
Paulo Reis
Paulo Ricardo da Costa Reis
Rafael Junior dos Santos
Figueiredo Salgado
Raoni Azeredo
Renata Callaça Gadioli
Rezilda Rodrigues Oliveira
Riyuso Ikeda Junior
Roberto Sanches Padula
Ronalda Barreto
Rosana de Freitas Boullosa
Rosângela Dias Oliveira da Paz
Rose Martins Tavares
Salette Gonçalves
Sandra Gomes
Sandro Benedito Sguarezi
Sandro Luis Gaia Pamplona
Sandro Pereira Silva
Saulo Gomes Batista
Shirlene Consuelo Alves Barbosa
Sindely Chahim de Avellar
Alchorne
Socorro Lima
Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo
Suzanne Érica Nóbrega Correia
Tadeu Lucas de Lavor Filho
Tatiana Aparecida Ferreira Doin
Teresa Pires
Thaynah Barros de Araújo
Thiago Ferreira Dias
Valdemir Pires
Valeria Giannella
Verônica Macário de Oliveira
Vinicius Farias Moreira
Vinicius Henrique Brandão
Wellington Migliari
Wendell de Freitas Barbosa
Zilma Borges

S588

ENAPEGS (10.: 2018: Juazeiro do Norte, CE)

Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (Eixo 5: inovação, empreendedorismo e responsabilidade socioambiental – Juazeiro do Norte: UFCA, 2018. 331p.: il.

Vários autores

1. Gestão Social. 2. Políticas Públicas. 3. Democracia. 4. Anais. I. Título. II. UFCA. III. Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social.

CDD 351

SUMÁRIO

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA NA BASE DE DADOS SCOPUS	8
<i>Carina Nunes; Melissa Watanabe</i>	
A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO EM UMA PERSPECTIVA PÓS-MODERNA	26
<i>André Sarmiento Spalenza; Ariadne Scalfoni Rigo</i>	
INTERNET DAS COISAS E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL UNIVERSITÁRIA: O CASO DO PROJETO “CIDADE INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA”	47
<i>Mauro Margalho Coutinho; Mário Vasconcellos Sobrinho; Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos; Luciana Rodrigues Ferreira</i>	
LUZES EM UNÍSSONO: GESTÃO DE PESSOAS NO VOLUNTARIADO INFORMAL	70
<i>Jardel Augusto Gomes Rodrigues Alves; Layse Maria Leite Pereira; Carlos Eduardo Cavalcante</i>	
PARCERIA ENTRE O INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE E A COMUNIDADE TRADICIONAL DE GERAIZEIROS DA MATINHA (GUARAÍTO)	94
<i>Caroliny dos Santos Hamada; João Augusto Rodrigues; Nelson Russo de Moraes</i>	
APLICAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIOS DE IMPACTO SOB A PERCEPÇÃO DE EMPREENDEDORES DO SETOR 2.5 NO BRASIL	116
<i>Verônica Macário de Oliveira; Suzanne Érica Nóbrega Correia; Alexandre de Araújo Gomes Junior; Amanda de Araújo Rodrigues Lira</i>	
INOVAÇÃO SOCIAL PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	137
<i>Rosimara Oliveira França; Lorena Lais Pessoa Costa; Verônica Macário de Oliveira; Suzanne Érica Nóbrega Correia</i>	
REDES DE COOPERAÇÃO NO TERCEIRO SETOR: LEVANTAMENTO TEÓRICO DE DUAS REDES SOCIAIS ATUANTES NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DA CIDADE DO RECIFE	162
<i>Natália Lúcia da Silva Pinto; João Paulo Pereira de Lima; Ana Regina Bezerra Ribeiro</i>	
DESENVOLVIMENTO DE UMA HORTA MANDALA COMO ATIVIDADE SOCIOASSISTENCIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	180
<i>Valdemir Garcia Neto Melo; Nelson Russo de Moraes; André Luiz Depes Zanoti</i>	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS SOCIAIS: ESTUDO DE CASO QUALITATIVO DA WOMEN FRIENDLY	192
<i>Luiz Cláudio Ribeiro Machado; Carla Regina Pasa Gómez</i>	

“AMOR À PRIMEIRA VISTA: APAIXONEI-ME E QUERO LHE CONHECER”
MOTIVAÇÃO DE RECÉM-VOLUNTÁRIOS EM UMA FUNDAÇÃO RELIGIOSA
BRASILEIRA..... **215**

*Samuel Lázaro Luz Lemos; Patricia Trindade Caldas; Solange Cristina do Vale; Jardel Augusto Gomes
Rodrigues Alves*

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE APROXIMAÇÕES
TEÓRICAS E FINALIDADES..... **239**

Luiz Cláudio Ribeiro Machado; Carla Regina Pasa Gómez

TECNOLOGIAS SOCIAIS EM SAÚDE: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA NA
PERSPECTIVA DA GESTÃO SOCIAL..... **287**

Tania Margarete Mezzomo Keinert; Victória Furbringer Bayma; Guilherme da Franca Batista

PROJETO BIO+: UMA VIVÊNCIA DE GESTÃO SOCIAL ALIANDO A AGRICULTURA
ORGÂNICA COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS **312**

*Jonatas José Lobo Oliveira; Beatriz Morais Sousa; Brenner Alexandre Vieira; Heloisa Avilo Angelo Campelo;
Patrick Gomes Rodrigues; Rodrigo Olveira Da Silva*

Apresentação

O **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS 2018)**, organizado pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) em parceria com a Universidade Federal do Cariri (UFCA). Aconteceu entre os dias 20 e 24 de maio, em Juazeiro do Norte com a finalidade de compartilhar ideias, discutir e refletir conjuntamente sobre os diversos desafios que nos circundam, na academia e na sociedade. Nesta mesma ocasião, celebramos os 11 anos de atuação da RGS, e a volta à cidade de origem do I ENAPEGS, ocorrido em 2007.

O tema dessa edição: “Diálogo como Resistência: gestão social, crimes e futuro das democracias” evoca o cenário atual de fragilização dos pilares da democracia e, sobretudo, a análise crítica acerca deste fenômeno que estamos vivenciando. Aliado a esta mesma conjuntura de comprometimento das bases da democracia se verifica uma redução da opção pelo diálogo, da possibilidade de exposição do contraditório e da afirmação de arenas de participação para diversas manifestações.

A programação do ENAPEGS 2018 contou com **04 conferências**, **15 painéis temáticos** e **31 sessões simultâneas de apresentação de artigos e relatos de experiências**. Além destas atividades tradicionais, e fortalecendo o caráter inovador e experimental dos ENAPEGS, realizamos o **II Cine Gestão Social** com 2 programas de exibição e debate de curtas-metragens, a **Escola Livre em Gestão Social** com 10 oficinas e minicursos, e o **I Ateliê de Pós-Graduação**, onde foram discutidos os projetos de pesquisa de mestrandos e doutorandos no/do campo da Gestão Social.

Prof. Dr. Francisco Ranieri Moreira da Silva
Coordenador Científico do X ENAPEGS

Prof. Dr. Jeová Torres da Silva Júnior
Coordenador Geral do X ENAPEGS



EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA NA BASE DE DADOS SCOPUS

Carina Nunes¹

Melissa Watanabe²

Resumo

O empreendedorismo social é uma temática relativamente nova, no entanto, no meio empírico trata-se de um fenômeno antigo. O avanço nas teorias acerca da temática passaram a ser evidenciadas a partir dos anos 1990, com a profissionalização do terceiro setor, não se restringindo, entretanto às organizações não governamentais. Em meio a produção de conhecimentos científicos entende-se a necessidade de compilação dos dados até então produzidos, para verificar até que ponto a ciência já avançou em determinada temática. Este trabalho não tem a pretensão de esgotar os assuntos acerca do Empreendedorismo Social, mas sim de auxiliar no avanço da ciência, por meio da análise de um recorte bibliográfico. Assim, pretende-se com esta pesquisa, verificar de que maneira o tema Empreendedorismo Social tem sido abordado no Brasil em meio ao contexto internacional, deste modo, realizou-se a coleta dos dados de análise na base de dados *Scopus*. A pesquisa realizada tem abordagem qualitativa, quanto aos fins os procedimentos metodológicos adotados foram descritivos e exploratórios. Dentre os principais resultados identificou-se a tendência de pesquisas com vistas à transformação social e desenvolvimento local, e os trabalhos dos pesquisadores brasileiros agregam fatores tanto norte americanos quanto europeus, abrangendo assim o terceiro setor, modelos de negócios com fins lucrativos e sociais, o âmbito das políticas públicas e, também do ativismo social.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Brasil. Revisão Bibliográfica.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), carinanunesadm@gmail.com.

² Dra. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), melissawatanabe@unesc.net

SOCIAL ENTREPRENEURSHIP: A REVIEW OF LITERATURE IN THE SCOPUS DATABASE

Abstract

Social entrepreneurship is a relatively new theme, however, in the empirical environment it is an old phenomenon. The advances in the theories about the thematic began to be evidenced from the 1990s, with the professionalization of the third sector, not restricted to non-governmental organizations. Among the production of scientific knowledge is the need to compile the data produced so far, to verify the extent to which science has already advanced in a given theme. This work does not pretend to exhaust the subjects about Social Entrepreneurship, but rather to help in the advancement of science, through the analysis of a bibliographic clipping. Thus, it is intended with this research, to verify how the theme of Social Entrepreneurship has been approached in Brazil in the middle of the international context, in this way, the analysis data was collected in the Scopus database. The research carried out has a qualitative approach, regarding the purposes the methodological procedures adopted were descriptive and exploratory. Among the main results, the trend of research with a view to social transformation and local development was identified, and the work of Brazilian researchers adds both North American and European factors, thus covering the third sector, for-profit and social business models, the public policies and also social activism.

Keywords: Development. Brazil. Literature Review.

1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a necessidade de profissionalização do terceiro setor, bem como a ineficiência do Estado em resolver problemas relacionados ao bem-estar social, culminaram na proliferação do empreendedorismo social (ES). De acordo com Dees (1998) a finalidade do Empreendedorismo Social é a geração de transformação social duradoura. O que se afirma, mais tarde em pesquisas de Austin, Stevenson e Wei-Skillern, (2006), Mair e Martí (2006) e Zahra, et al. (2009).

Dentre os aspectos do ES é possível perceber estudos nos campos do terceiro setor e atuação da sociedade civil (OLIVEIRA, 2004; BIRCH; WHITTAM, 2008, VAN RYZIN et al., 2009, BUSARELLO, 2016), no âmbito das organizações sem fins lucrativos; relacionadas aos negócios sociais (YUNUS, 1997; BOCKEN; FIL; PRABHU, 2016), cujo o lucro é totalmente revertido a expansão do negócio, bem como modelos híbridos (JOHNSON, 2003; ROPER; CHEVEY, 2005; TRACEY; PHILLIPS; JARVIS, 2011). A característica similar de tais empreendimentos é o potencial, maior ou menor, que cada um deles possui, para gerar transformação social em determinada localidade.

Neste trabalho entende-se que o empreendedorismo social não carece de uma conceituação específica, e o que determina sua finalidade é a transformação social a qual o empreendimento estabelecido se propõe. Não tem-se, nesta pesquisa, a pretensão de esgotar os assuntos, mas sim de apresentar os resultados de uma busca bibliográfica na qual, buscou-se responder ao seguinte questionamento: De que maneira o tema Empreendedorismo Social tem sido abordado no Brasil³ em meio ao contexto internacional, por esse motivo optou-se pela realização da pesquisa na base de dados internacional *Scopus*.

2 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O empreendedorismo social surgiu como uma forma alternativa de atendimento aos problemas sociais de uma determinada comunidade, os quais não eram atendidos nem pelo governo e nem pelo setor privado, assim, a incorporação conceitos de empresas tradicionais, são métodos inovadores de superação das necessidades sociais emergentes. Para tanto, pode haver a união de atividades comerciais e sem fins lucrativos, a fim de otimizar os processos com abordagens mais efetivas (DEES, 2001; 2009; MAIR, MARTI, 2006). Para Dees e

³ Na base de dados analisada, o Brasil (País) foi delimitado nos filtros de busca.

Anderson (2006) é necessário concentrar esforços nos empreendimentos sociais que combinam diferentes métodos, sejam eles empresariais ou filantrópicos, mas de modo inovador, para criar real valor social, de modo sustentável e com potencial de replicação.

Martin e Osberg (2007), também, ressaltam que a criação de um empreendimento social depende de três componentes básicos, assim, segundo os autores, é necessário em primeiro lugar identificar um equilíbrio estável, marcado por injustiças como exclusão social, a partir da identificação deste cenário, observar uma oportunidade, elaborar uma proposta inovadora que altere essa realidade injusta; o último estágio é a criação de um novo equilíbrio sustentável por meio de um empreendimento social.

Dees e Anderson (2006) apresentam um panorama de evolução dos empreendimentos sociais, pautando-se na necessidade da interação de pesquisas universitárias e individuais aprofundadas para identificar soluções de problemas sociais. Sugerindo, assim, que o avanço nestes estudos permitirá entender novos campos do empreendedorismo social de interação entre setores privados e sem fins lucrativos.

O empreendedorismo social não é filantropia, caridade, ou responsabilidade social empresarial. Ele é apoiado na lógica empreendedora, buscando emancipação social, de forma sustentável. Pode-se dizer que o ES é resultado do crescimento das organizações não governamentais (terceiro setor), da redução dos investimentos do Estado em ações sociais e também da participação de empresas com preocupações sociais (OLIVEIRA, 2004).

Johnson (2003), em sua explanação a respeito do modelo híbrido, enfatiza a responsabilidade assumida pelos empreendedores para a resolução de problemas sociais. Salientando que modelos híbridos podem variar entre os setores da sociedade, como por exemplo: empreendimentos inovadores não lucrativos (organizações não governamentais), negócios privados com propósitos sociais, dentre outros.

Roper e Chevey (2005) acreditam que os empreendimentos sociais podem surgir dos três setores da sociedade, ou mesmo de a interação entre eles. Corroborando com essas percepções, Martin e Osberg (2014), ressaltam que o empreendedorismo social, também é percebido como formas de identificar e promover mudanças sociais, de acordo com uma empresa com finalidade social pode ser representada por um modelo de negócio híbrido, que muitas vezes envolve intervenção governamental e também de companhias estabelecidas.

Mair e Marti (2005) ressaltam ainda a importância de identificar diferentes níveis de análises, disciplinas, literaturas e os métodos para estudar o fenômeno do empreendedorismo social. Os autores enfatizam, também, a abordagem interdisciplinar do tema e com isso a necessidade de adequação metodológica para suas tratativas e discussões, bem como a

importância dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, os quais apresentam subsídios para percepções de necessidades sociais dos países em desenvolvimento.

Estudos empíricos acerca do ES auxiliam no avanço da ciência bem como no entendimento de tais organizações. A exemplo de empreendimentos sociais do terceiro setor, é possível citar o caso do Bairro da Juventude, analisado por Busarello (2017). O Bairro é uma entidade brasileira do terceiro setor sem fins lucrativos, localizado na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, Brasil, tal empreendimento pode ser considerado modelo, para organizações similares, dada a profissionalização das atividades de gestão realizadas, embasadas em planejamento estratégico, as quais são revertidas em benefício social sustentável (BUSARELLO, 2017).

Já no caso dos Negócios Sociais, a grande referência empírica é o *Grameen Bank*, ou Banco da Aldeia, fundado pelo economista Muhammad Yunus em 1976, quem também cunhou o termo Negócio Social (YUNUS, 2000). No Brasil, reflexos do modelo de negócios de Yunus, culminaram na criação da Rede Asta, um negócio social, com escritórios localizados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no qual todo o lucro é revertido em prol da ampliação da Rede. Os recursos financeiros são oriundos da venda dos produtos fabricados por artesãos, por meio de uma loja virtual (IIZUKA; VARELA; LARROUDÉ, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

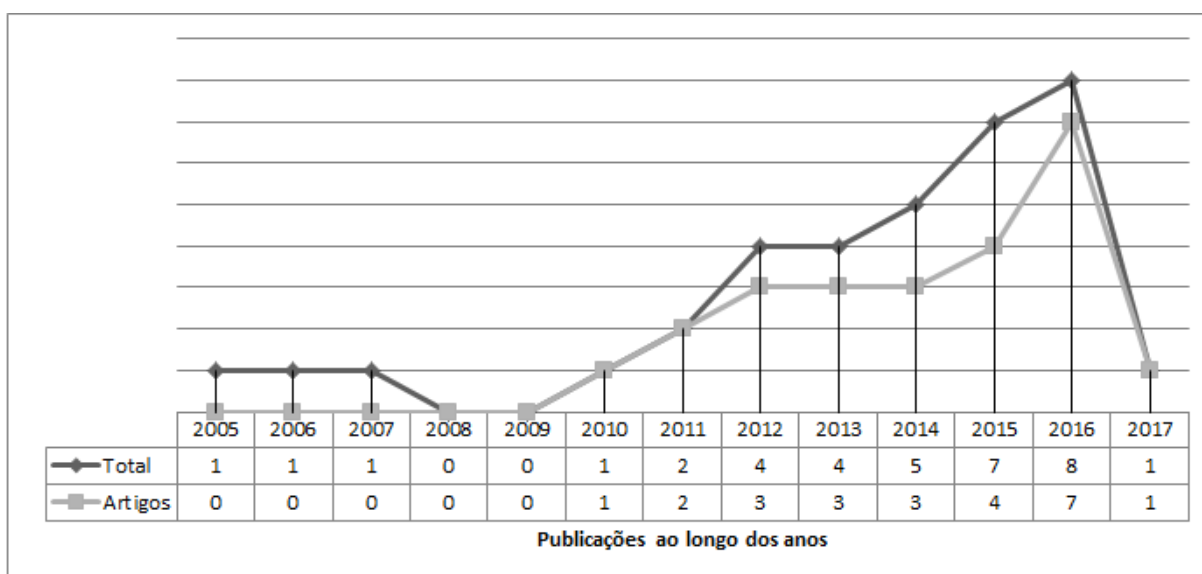
Quanto aos fins esta pesquisa delineou-se como exploratória a medida em que busca informações sobre determinado tema e descritiva, a medida em que apresenta um relato dos dados identificados (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2013), neste caso especificamente, de que modo o Tema Empreendedorismo social tem sido levantado em pesquisas sobre o Brasil. Quanto aos meios de investigação, esta pesquisa foi bibliográfica, a qual, de acordo com Martins e Theóphilo (2009) é necessária para realização da construção teórica do objeto em estudo. Optou-se por utilizar a base de dados internacional Scopus para a coleta de dados, devido sua abrangência e visão global acerca das temáticas.

[...] Scopus is the largest abstract and citation database of peer-reviewed literature: scientific journals, books and conference proceedings. Delivering a comprehensive overview of the world's research output in the fields of science, technology, medicine, social sciences, and arts and humanities, Scopus features smart tools to track, analyze and visualize research. As research becomes increasingly global, interdisciplinary and collaborative, you

can make sure that critical research from around the world is not missed when you choose Scopus⁴ (SCOPUS, 2017, p. 1).

Esta pesquisa foi realizada em 17 de maio de 2017 (provável motivo, porque foi identificada apenas uma publicação para o período) na busca foram identificados 35 trabalhos. As publicações abrangeram um (1) livro, duas (2) revisões, quatro (4) papers e quatro (4) capítulos de livros. Quanto aos artigos, objeto de delimitação desta pesquisa, foram identificadas vinte quatro (24) publicações, distribuídas ao longo dos anos, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução anual das pesquisas indexadas na base de dados Scopus



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Para realização da busca dos dados da pesquisa: a) utilizou-se os descritores de busca “*social entrepr**”, as palavras entre aspas buscam o termo exato, e, o asterisco no final da segunda palavra determina a busca para os diversos sufixos que possam haver para o termo; b) os filtros utilizados foram título, resumo e palavras chave; c) a busca foi limitada a artigos; e d) selecionou-se o país Brasil.

Após selecionados apenas os artigos científicos, realizou-se uma análise inicial dos resumos e posteriormente dos trabalhos completos. Verificaram-se as primeiras publicações

³ Tradução livre: Scopus é o maior banco de dados de abstração e citação de literatura revisada por pares: revistas científicas, livros e trabalhos de conferência. Apresentando uma visão abrangente do resultado da pesquisa mundial nos campos da ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e artes e humanidades, a Scopus possui ferramentas inteligentes para rastrear, analisar e visualizar a pesquisa. À medida que a pesquisa se torna cada vez mais global, interdisciplinar e colaborativa, você pode garantir que pesquisas críticas de todo o mundo não sejam perdidas quando você escolhe o Scopus.

nos anos de 2005 e 2006. No entanto, foi apenas em 2010 a primeira ocorrência de artigos indexados na base de dados analisada. Percebe-se que as publicações foram aumentando gradativamente até 2016, ano no qual foram identificados 7 artigos. Para compilação dos dados, foram utilizadas planilhas do *software Microsoft Excel*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados serão apresentados nas seguintes fazes, buscando-se identificar:

- a) quem são os pesquisadores da temática, envolvendo o filtro de busca “Brasil”;
- b) as Universidades vinculadas, à pesquisa, segmentando-as em Nacionais e Estrangeiras;
- c) quais os artigos elaborados em colaboração de pesquisadores brasileiros e pesquisadores estrangeiros;
- d) os periódicos nos quais tais artigos foram publicados;
- e) por fim será realizada a análise dos artigos, buscando assim identificar a construção teórica e a evolução de tais pesquisas.

4.1 ARTIGOS BRASILEIROS INDEXADOS NA BASE DE DADOS SCOPUS

Inicialmente verificou-se quem são os pesquisadores do tema empreendedorismo social, assim, é possível observar que os vinte e quatro (24) trabalhos identificados, foram elaborados em colaboração de sessenta e nove (69) pesquisadores, relacionados conforme os dados apontados no quadro 1.

Quadro 1 - Relação de autores

Aguiar, I.C.	Ferreira, J.M.C.	Marchiori, M.T.
Almeida, M.	Ferreira, R.C.	Mariano, S.R.H.
Andrade, T.	Fontenele, R.E.S.	Moraes, J.
Backes, D.S. (2) ⁵	França, H.M.	Pereira, G.B.
Backes, M.S.	Godói-de-Sousa, E.	Rai, S.
Barki, E.	Gonçalves, C.P.	Rossi, G.B.

⁵ O número entre parênteses representa o número de publicações oriundas daquela instituição. Àqueles que não possuem tal identificação possuem apenas uma publicação.

Boechat, C.	Hart, S.	Salazar Maya, A.M.
Burani, G.F.	Iizuka, E.S.	Sánchez-Hernández, M.I.
Büscher, A.	Jonathan, E.G.	Sant'anna, S.R.
Carrara, K.	Júnior, V.M.V.	Santos, A.D.P.L.
Casaqui, V.	Juqueira, L.A.P.	Scheiber, L.
Colomé, J.	Kamimura, A.	Schmittel, R.M.
Comini, G. (2)	Kuyumjian, R.	Silva Filho, J.C.L.
Costa, V.F.	Ladeira, F.M.B.	Siqueira, A.C.O.
Cunliffe, A.	Larroudé, E.R.A.	Sousa, M.A.d.R.
De Freitas, A.A.F.	Leal, A.L.C.A.	Souza Lessa, B.
De Mello, J.M.C.	Leão, S.F.	Souza, E.M.
De Moura, A.M.	Lezana, A.G.R.	Souza, M.T.
De Sousa Teodósio, A.d.S.	Lima, J.C.	Spitzeck, H.
Erdmann, A.L.	Lorenzini Erdmann, A.	Varela, C.A.
Estivaleta, V.D.F.B.	Luppe, M.R.	Vasconcelos, A.M.
Etzkowitz, H.	Machado, H.V.	Verma, A.
Faller, L.P.	Mainardes, E.W.	Zamberlan, C.

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Entende-se que observar o nome dos autores, possa nortear novos pesquisadores acerca da temática, a medida em que vão se observando número de citações e aparição em outros trabalhos do mesmo meio. No recorte de pesquisa apresentado neste trabalho, observa-se que Backes⁶ (2012; 2016) e Comini⁷ (2015; 2015) possuem, cada um deles, dois trabalhos publicados, de acordo com a base de dados, os demais pesquisadores possuem um (1) artigo cada.

O próximo item analisado diz respeito as Instituições de ensino de que as pesquisas (e os pesquisadores) são oriundas. Identificou-se assim, a participação de integrantes de quarenta

⁶ (2012) O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: Da saúde comunitária à estratégia de saúde da família; (2016) Interatividade sistêmica entre os conceitos interdependentes de cuidado de enfermagem;
⁷ (2015) *Social entrepreneurship and social business: Retrospective and prospective research*; (2015) *The international growth of a social business: A case study*.

e uma (43) Universidades, das quais quinze (15) são estrangeiras conforme a representação no quadro 2, e vinte e oito (28) são brasileiras (quadro 3).

Quando 2 - Relação de Universidades Estrangeiras

1	<i>Universidade de Antioquia</i>	9	<i>University of Toronto</i>
2	<i>Hochschule Osnabrück</i>	10	<i>Universidad de Extremadura</i>
3	<i>University of Bradford</i>	11	<i>Copenhagen Business School</i>
4	<i>Birkbeck University of London</i>	12	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
5	<i>University of Vermont</i>	13	<i>University of Edinburgh</i>
6	<i>Universite Paris</i>	14	<i>Columbia University in the City of New York</i>
7	<i>Duquesne University</i>	15	<i>Universidade de Lisboa</i>
8	<i>Stanford University</i>		

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Dentre as Universidades Estrangeiras cujo objeto de estudo foi o Brasil, não se observou mais de um trabalho em nenhuma delas. Já no Brasil, destacam-se a Universidade de São Paulo, com quatro (4) publicações e a Universidade Federal de Santa Catarina com (3) publicações. Em seguida com duas (2) publicações cada, estão as Universidades: Federal Fluminense, Federal do Ceará, Federal do Espírito Santo, Católica de Minas Gerais, Fundação Getúlio Vargas e o Centro Universitário Franciscano. As demais são formadas por apenas uma (1) publicação cada, no quadro 3 é apresentada a relação de todas as Instituições brasileiras identificadas.

Quando 3 - Relação de Universidades Brasileiras

1	Universidade de São Paulo (4) ⁸	15	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2	Universidade Federal de Santa Catarina (3)	16	Universidade Estadual Paulista
3	Universidade Federal Fluminense (2)	17	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
4	Universidade Federal do Ceará (2)	18	Universidade Cidade de São Paulo

⁸ O número entre parênteses representa o número de publicações oriundas daquela instituição, aquelas que não possuem essa sinalização são compostas por apenas uma publicação.

5	Universidade Federal do Espírito Santo (2)	19	Universidade Federal de São Carlos
6	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2)	20	Universidade Federal de Pelotas
7	Fundação Getúlio Vargas (2)	21	Universidade Federal do Paraná
8	Centro Universitário Franciscano (2)	22	Universidade Federal de Uberlândia
9	Faculdades Integradas de Aracruz	23	Universidade Estadual do Ceará
10	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças	24	Universidade Estadual de Maringá
11	Universidade Federal do Rio de Janeiro	25	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
12	Universidade do Estado de Maringá	26	Universidade Federal de Santa Maria
13	Universidade federal do Rio de Janeiro	27	Centro Universitário da FEI
14	Franquias da Fundação Instituto de Administração FIA	28	Escola Superior de Propaganda e Marketing

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Com o intuito de identificar a origem das produções científicas realizadas internacionalmente, em parceria ou cujo o autor tenha vínculo com universidades brasileiras e estrangeiras, confeccionou-se o quadro 4, no qual foram identificados, para além do Brasil, o país de origem (da Universidade vinculada), o título do artigo, o nome da instituição e os autores, deste modo um mesmo artigo pode pertencer a pesquisadores e Universidades de um ou mais países, à medida que o trabalho tenha sido realizado em colaboração de diferentes autores. Nesta etapa a intenção das pesquisadoras foi identificar as Universidades, os trabalhos e os países de origem, por esse motivo os autores foram apresentados apenas em formato de citação e não segmentados por instituição.

Quadro 4 - Relação de trabalhos por Universidades estrangeiras

PAÍS	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	AUTOR/ANO
Estados Unidos	<i>Social innovation in a developing country: Invention and diffusion of the Brazilian cooperative incubator</i>	<i>Stanford University</i>	(ALMEIDA; DE MELLO; ETZKOWITZ, 2012)
	<i>How can social enterprises in the brazilian semiarid be</i>	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>	(SOUZA LESSA; FERREIRA; AGUIAR;

	<i>effective? A double case study**</i>		VERMA; SILVA FILHO, 2017)
	<i>Social entrepreneurship and social business: Retrospective and prospective research</i>	<i>University of Vermont</i>	(BARKI; COMINI; CUNLIFFE; HART; RAI, 2015)
	<i>How Social Entrepreneurs in the Third Sector Learn from Life Experiences</i>	<i>Columbia University</i>	(SCHEIBER, 2016)
	<i>Supporting Innovation Ecosystems with Microfinance: Evidence from Brazil and Implications for Social Entrepreneurship</i>	<i>Palumbo Donahue School of Business</i>	(SIQUEIRA; MARIANO; MORAES, 2014)
Reino Unido	<i>Social innovation in a developing country: Invention and diffusion of the Brazilian cooperative incubator</i>	<i>Birkbeck London University</i>	(ALMEIDA; DE MELLO; ETZKOWITZ, 2012)
		<i>Edinburgh University Business School</i>	
	<i>Social entrepreneurship and social business: Retrospective and prospective research</i>	<i>University of Bradford</i>	(BARKI; COMINI; CUNLIFFE; HART; RAI, 2015)
Canadá	<i>How can social enterprises in the brazilian semiarid be effective? A double case study**</i>	<i>University of Toronto</i>	(SOUZA LESSA; FERREIRA; AGUIAR; VERMA; SILVA FILHO, 2017)
Colômbia	<i>Systemic interactivity between interdependent concepts of nursing care</i>	<i>Universidade de Antioquia</i>	(BACKES; ZAMBERLAN; COLOMÉ; SOUZA; MARCHIORI; LORENZINI ERDMANN; SALAZAR MAYA, 2016)
Dinamarca	<i>Social entrepreneurship and social business: Retrospective and prospective research</i>	<i>Copenhagen Business School</i>	(BARKI; COMINI; CUNLIFFE; HART; RAI, 2015)
França	<i>Value creation in social entrepreneurship: Evidence from a comparison with the commercial entrepreneurship</i>	<i>Université Paris</i>	(LEAL; DE FREITAS; FONTENELE, 2015)
Alemanha	<i>The role of the nurse in the Brazilian Unified Health System: From community health to the family health strategy</i>	<i>Hochschule Osnabrück</i>	(BACKES; BACKES; ERDMANN; BÜSCHER, 2012)
Portugal	<i>Creating value from the perspective of social entrepreneurship: An analysis</i>	<i>Universidade de Lisboa</i>	(FALLER; ESTIVALETE; FERREIRA; COSTA; ANDRADE, 2016)

	<i>of the collective enterprise of a social incubator</i>		
Espanha	<i>University social responsibility: a student base analysis in Brazil</i>	<i>University of Extremadura</i>	(SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ; MAINARDES, (2016)

** Este trabalho não foi considerado como visão do Canadá ou dos Estados Unidos, porque o pesquisador faz parte de ambas as Universidades.
 Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Percebeu nos resultados da pesquisa (quarto 4), a existência de onze (11) trabalhos colaborativos, entre universidades brasileiras e estrangeiras. Dentre os trabalhos identificados em colaboração, houve ainda a participação (Além do Brasil) de visões dos Estados Unidos, e Reino Unido (ALMEIDA; DE MELLO; ETZKOWITZ, 2012), Estados Unidos, Reino Unido e Dinamarca (BARKI; COMINI; CUNLIFFE; HART; RAI, 2015). Revelando assim a atenção mundial que o Empreendedorismo Social vem ganhando.

O próximo item de análise disse respeito ao local de publicação, identificou-se no universo de pesquisa vinte e quatro (24) artigos e publicados em dezesseis (16) periódicos distintos, conforme exposto no quadro 5.

Quadro 5 - Periódicos

Local de publicação	Número de publicações
Espacios	4
Revista de Administração de Empresas (RAE)	3
Journal of Technology Management and Innovation; Revista De Administração Pública; Voluntas	2
Aquichan; Ciencia e Saúde Coletiva; Corporate Governance Bingley; Emergence Complexity And Organization; International Journal of Technology and Globalisation; International Review on Public and Nonprofit Marketing; Journal of Social Entrepreneurship; Observatorio; Psicologia Clínica; Revista de Gestão Social e Ambiental; Sociologias.	1
Total	24

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Identificou-se que a revista internacional *Espacios*, ocupa o primeiro lugar no *ranking* das publicações analisadas, com quatro (4) artigos publicados, seguida, com três (3) publicações, na Revista de Administração de Empresas (RAE) a qual é brasileira. Já as revistas *Journal Of Technology Management And Innovation* (internacional) e a Revista de Administração Pública e Voluntas (Nacional), possuem dois (2) trabalhos cada.

Por fim, este trabalho se destinou a examinar individualmente os vinte e quatro (24) artigos identificados na base de dados Scopus. A revisão de tais periódicos pode nortear a busca de literaturas pertinentes à temática, bem como indicar constructos teóricos para o tema no Brasil. Assim, dentre as abordagens acerca do tema Empreendedorismo Social, buscou-se levantar as principais contribuições apontadas pelos pesquisadores.

Deste modo identificou-se estudos pautados na lógica dos negócios tradicionais e modelos de avaliação de empreendimentos (KAMIMURA; BURANI; FRANÇA, 2011) estratégias de negócios corporativos (VASCONCELOS; LEZANA, 2012; SPITZECK; BOECHAT; FRANÇA LEÃO, 2013) e gestão, especificamente (MOURA; COMINI; TEODOSIO, 2015) os quais norteiam as ações dos empreendedores sociais. Demonstrando a preocupação com a profissionalização do setor.

Os modelos híbridos de negócios, também tem espaço relevante dentre as pesquisas nacionais, assim, destacam-se tais aspectos nas pesquisas sobre modelos híbridos moldados com auxílio de incubadoras de negócios (ALMEIDA; DE MELLO; ETZKWITZ, 2012), a análise do processo de criação de valor em empreendimentos sociais, também ganham espaço nestas discussões, onde finalidades sociais e financeiras coexistem (LEAL; FREITAS; FONTENELE, 2015), e, também a análise das relações institucionais os quais determinam a eficácia das organizações (LESSA et al, 2017). Tais levantamentos revelavam complexidade nas discussões até então levantadas.

Outras pesquisas demonstraram a forte ligação com a ótica das políticas públicas, e da falta de uma legislação clara no Brasil (LADEIRA; MACHADO, 2013), bem como formatos de cooperação de trocas de conhecimentos entre atores e instituições (MARIANO; MORAES, 2014). Outras abordagens trazem a tona tensões e dilemas ao que tangenciam os empreendimentos sociais, mostrando como estes são superados no âmbito social (IIZUKA, VARELA, LARROUDÉ, 2015). Em relação ao terceiro setor especificamente, destaca-se uma pesquisa sobre habilidades gerenciais do empreendedor (SCHEIBER, 2016). Percebe-se aí tentativas ímpares nas três esferas (político, privado e terceiro setor) em resolver problemas sociais.

Quanto ao foco das pesquisas identificou-se que a transformação social (LIMA, 2010), as atividades para a redução de desigualdades (BARKI, et al, 2015), e o potencial para gerar desenvolvimento local (GODÓI-DE-SOUZA; VALADÃO JÚNIOR, 2013; MARIANO; MORAES, 2014, KUYUMJIAN; SOUZA; SANT'ANNA, 2014) são os principais norteadores do empreendedor social, corroborando com escolas americanas e europeias e fortalecendo a questão de que o conceito não é tão importante quanto o objetivo fim do Empreendedorismo Social.

Os trabalhos analisados apresentaram também a relevância do ativismo social. Apontando deste o papel do profissional enfermeiro como uma maneira de mobilizar pessoas e gerar engajamento comunitário em ações sociais (BACKES et al, 2012), até a elaboração e aplicação de projetos de fundo educacional, os quais servem de estímulo a autonomia feminina (PEREIRA; SANTOS, 2016), assim como outras formas de ativismo social (KUYUMJIAN; SOUZA; SANT'ANNA, 2014) traçando um paralelo entre tais atividades e o empreendedorismo social.

Estudos comparativos entre práticas de empreendedorismo social em diferentes países apontam também para comparações das atividades de ES praticado em Portugal versus àquele praticado no Brasil (CASAQUI, 2014), bem como comparações entre Brasil, Jordânia e Botswana (MOURA; COMINI; TEODOSIO, 2015). Tais pesquisas auxiliam em um entendimento do fenômeno, bem como da evolução de fenômeno, e dos processos comparativos no contexto de outras realidades.

Então observou-se também trabalhos com pesquisas pontuais, em relação ao empreendedorismo cultural (GONÇALVES; CARRARA; SCHMITTEL, 2016) e a responsabilidade social universitária (SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ; MAINARDES, 2016). O que demonstra a evolução do tema e interligação com outras áreas temáticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou descrever de que maneira o Empreendedorismo Social tem sido abordado no Brasil em meio ao contexto internacional, assim, inicialmente observou-se um montante de vinte e quatro (24) artigos científicos, publicados em periódicos, os quais foram elaborados em colaboração com sessenta e nove (69) autores. As pesquisas são oriundas ainda de quinze (15) Universidades internacionais e de vinte e oito (28) Universidades brasileiras, e onze (11) dos trabalhos foram realizados em colaboração, entre o Brasil e outro(s) país(es),

revelando assim um alto grau de internacionalização no universo de trabalhos analisados, bem como o interesse conjunto pelo tema.

A análise dos trabalhos revelaram inicialmente abordagens diversas as quais abrangem os três setores da sociedade, variando entre ativismo social e terceiro setor, políticas públicas e coexistência entre lucro e finalidades sociais. Indicando-se assim a existências de influências, tanto norte-americanas quanto europeias, dependendo do contexto o qual o pesquisador está inserido.

Percebeu-se ainda, que algumas pesquisas buscaram discorres sobre vertentes que tentam acomodar o olhar a partir de lentes no processo comparativo com empreendimentos tradicionais, suas estratégias e gestão, aos quais buscou-se o entendimento da sustentabilidade financeira das instituições ao longo do tempo, outras focaram a busca pelo entendimento do objetivo fim dos empreendimentos social, os quais estão alicerçados na transformação social e no desenvolvimento local.

Já em um terceiro grupo apresenta-se o entendimento das políticas públicas e questões legais que envolvem às instituições do terceiro setor, e que até então ainda apresentavam-se difusas e para muitos, difíceis ao que tange o acesso à recursos, e mesmo a informações. Um quarto grupo de pesquisas está relacionada às características empíricas que tais leituras proporcionam em outras partes do mundo, se comparadas às experiências nacionais. Enfatiza-se também o foco no engajamento ou ativismo social, no tocante a apreciação e defesa dos empreendimentos sociais.

Futuros trabalhos, podem expandir a pesquisa para outras bases de dados científicos, o que permitirá aumentar os campo de análise, bem como a possibilidade de observação da existência de convergências ou antagonismos entre esta pesquisa e as futuras.

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS). Ao Grupo de Pesquisa em Inovação, Educação e Empreendedorismo Social (GIEES). À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), chamada pública n09/2015 – apoio à grupos de Pesquisa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mariza; DE MELLO, Jose Manoel Carvalho; ETZKOWITZ, Henry. Social innovation in a developing country: invention and diffusion of the Brazilian cooperative incubator. **International Journal of Technology and Globalisation**, v. 6, n. 3, p. 206-224, 2012.
- AUSTIN, James; STEVENSON, Howard; WEI-SKILLERN, Jane. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both?. **Entrepreneurship theory and practice**, v. 30, n. 1, p. 1-22, 2006.
- BACKES, Dirce Stein et al. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.223-230, jan. 2012.
- BARKI, Edgard et al. SOCIAL ENTREPRENEURSHIP AND SOCIAL BUSINESS: Retrospective and prospective research. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 4, p. 380-384, 2015.
- BIRCH, Kean; WHITTAM, Geoff. The third sector and the regional development of social capital. **Regional Studies**, v. 42, n. 3, p. 437-450, 2008.
- BOCKEN, Nancy MP; FIL, Alison; PRABHU, Jaideep. Scaling up social businesses in developing markets. **Journal of Cleaner Production**, v. 139, p. 295-308, 2016.
- CASAQUI, Vander. Concepções e significados do empreendedorismo social no Brasil e em Portugal: crise, performance e bem comum. (OBS*): **Observatorio**, Lisboa, v. 5, n. 2, p.67-82, jun. 2014.
- FALLER, Lisiane Pellini et al. Criação de valor sob a ótica do empreendedorismo social: Uma análise dos empreendimentos coletivos de uma incubadora social. **Revista ESPACIOS| Vol. 37 (Nº 11) Año 2016**, 2016.
- GODÓI-DE-SOUSA, Edileusa; VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado. Social Enterprises in Brazil: Socially Produced Knowledge Versus Social Innovation. **Journal Of Technology Management & Innovation**, Santiago, v. 8, n. 1, p.166-176, fev. 2013. Special Issue On Selected Papers From Altec 2011.
- GODÓI-DE-SOUSA, Edileusa; VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado. Social Enterprises in Brazil: Socially Produced Knowledge Versus Social Innovation. **Journal Of Technology Management & Innovation**, Santiago, v. 8, n. 1, p.29-30, fev. 2016.
- GONÇALVES, Claudinei Pereira; CARRARA, Kester; SCHMITTEL, Richardson Moro. The Phenomenon of Social Enterprises: Are We Keeping Watch on This Cultural Practice?. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, n. 4, p. 1585-1610, 2016.

IIZUKA, Edson Sadao; VARELA, Carmen Augusta; LARROUDE, Elisa Rodrigues Alves. SOCIAL BUSINESS DILEMMAS IN BRAZIL: rede astacase. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 4, p. 385-396, 2015.

KAMIMURA, Arlindo; BURANI, Geraldo F.; FRANÇA, Humberto M. The economic system seen as a living system: a Lotka-Volterra framework. **Emergence: Complexity and Organization**, v. 13, n. 3, p. 80, 2011.

KUYUMJIAN, Rodrigo; DE SOUZA, Eloisio Moulin; DE SANT'ANNA, Sérgio Robert. Uma análise a respeito do desenvolvimento local: o empreendedorismo social no Morro do Jaburu—Vitória (ES), Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 6, p. 1503-1524, 2014.

LADEIRA, Borges; MARTINS, Francielli; VIER MACHADO, Hilka. Social entrepreneurship: A reflection for adopting public policies that support the third sector in Brazil. **Journal of technology management & innovation**, v. 8, p. 17-17, 2013.

LADEIRA, Francielli Martins Borges; MACHADO, Hilka Vier. Social Entrepreneurship: A Reflection for Adopting Public Policies that Support the Third Sector in Brazil. **Journal Of Technology Management & Innovation**, Santiago, v. 8, n. 1, p.188-196, fev. 2013. Special Issue On Selected Papers From Altec 2011.

MAIR, Johanna; MARTI, Ignasi. Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. **Journal of world business**, v. 41, n. 1, p. 36-44, 2006.

MOURA, Anita; COMINI, Graziella; TEODOSIO, Armindo Dos Santos De Sousa. THE international growth of a social business: a case study. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 4, p. 444-460, 2015.

OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios—notas introdutórias. **Revista da FAE**, v. 7, n. 2, 2016.

ROCHA SOUSA, Marcia Aparecida et al. Perfil dos franqueados: uma investigação da relação entre o perfil idealizado pelos franqueadores e o das pessoas interessadas em adquirir uma franquia. **Revista ESPACIOS| Vol. 37 (Nº 11) Año 2016**, 2016.

SÁNCHEZ-HERNÁNDEZ, M. Isabel; MAINARDES, Emerson W. University social responsibility: a student base analysis in Brazil. **International Review on Public and Nonprofit Marketing**, v. 13, n. 2, p. 151-169, 2016.

SCHEIBER, Laura. How Social Entrepreneurs in the Third Sector Learn from Life Experiences. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, n. 4, p. 1694-1717, 2016.

SILVEIRA, Franciane Freitas; ZILBER, Silvia Novaes. Is social innovation about innovation? A bibliometric study identifying the main authors, citations and co-citations over 20 years. **International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management**, v. 21, n. 6, p. 459-484, 2017.

SIQUEIRA, Ana Cristina O.; MARIANO, Sandra RH; MORAES, Joysi. Supporting innovation ecosystems with microfinance: Evidence from Brazil and implications for social entrepreneurship. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 5, n. 3, p. 318-338, 2014.

SOUZA JOÃO, Iraci de; CHIAPPETTA JABBOUR, Charbel Jose; GALINA, Simone VR. What is a social enterprise? Revising old concepts and interviewing social entrepreneurs. **Journal of Organisational Transformation & Social Change**, v. 14, n. 2, p. 127-147, 2017.

SOUZA, João Iraci de; JABBOUR, Charbel Jose Chiappetta; GALINA, Simone V. R.. What Is a Social Enterprise? Revising Old Concepts and Interviewing Social Entrepreneurs. **Journal Of Organisational Transformation & Social Change**, [s.l.], v. 14, n. 2, p.127-147, 4 maio 2017.

SPITZECK, Heiko; BOECHAT, Claudio; FRANÇA LEÃO, Sérgio. Sustainability as a driver for innovation—towards a model of corporate social entrepreneurship at Odebrecht in Brazil. **Corporate Governance**, v. 13, n. 5, p. 613-625, 2013.

STEIN BACKES, Dirce et al. Interatividade sistêmica entre os conceitos interdependentes de cuidado de enfermagem. **Aquichan**, v. 16, n. 1, 2016.

VAN RYZIN, Gregg G. et al. Portrait of the social entrepreneur: Statistical evidence from a US panel. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 20, n. 2, p. 129-140, 2009.

VASCONCELOS, Alexandre Meira de; LEZANA, Álvaro Guillermo Rojas. Modelo de ciclo de vida de empreendimentos sociais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p.1037-1058, ago. 2012.

YUNUS, Muhammad; MOINGEON, Bertrand; LEHMANN-ORTEGA, Laurence. Building social business models: Lessons from the Grameen experience. **Long range planning**, v. 43, n. 2, p. 308-325, 2010.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. Brasil: Atica, 1997. 343 p.

ZAHRA, Shaker A. et al. A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. **Journal of business venturing**, v. 24, n. 5, p. 519-532, 2009.

A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO EM UMA PERSPECTIVA PÓS-MODERNA

*André Sarmiento Spalenza*⁹

*Ariadne Scalfoni Rigo*¹⁰

Resumo

Trata-se de um artigo que tem como objetivo: **refletir sobre a economia do compartilhamento a partir das noções de pós-modernidade e de um possível novo paradigma**. Para tanto se aborda o paradigma pós-moderno, em suas principais características, que são; o rompimento com a modernidade, constituindo-se por um momento de incerteza e transição; a descrença no sistema e a dúvida em relação ao capitalismo; a desconstrução das grandes narrativas. Após se inserir o contexto da pós-modernidade, o artigo aborda a economia do compartilhamento (EC), que pode ser entendida como uma expressão de uma economia além dos mercados, em que bens podem ser comuns e colaborativos. Tal expressão surge como uma possível resposta às crises geradas a partir de um sistema desigual insustentável. Através de uma análise da literatura dos temas abordados busca-se uma aproximação entre eles compreendendo a EC como uma tentativa pós moderna de rompimento para com o capitalismo. As principais conclusões do trabalho foi a percepção a respeito da imaturidade do tema EC, e dúvida se a EC, no estágio em que se encontra, trata-se de um novo modelo em construção, um modelo solidário e compartilhado, ou apenas uma maquiagem para o modelo capitalista?

Palavras-chave: Economia do Compartilhamento. Pós-Modernidade. Paradigmas Sociais.

⁹ Mestre, doutorando em Administração na Universidade Federal da Bahia, andrespalenza@gmail.com.

¹⁰Doutora, professora de Administração da Universidade Federal da Bahia, ariadne.rigo@ufba.br.

THE SHARING ECONOMY IN A POST-MODERN PERSPECTIVE

Abstract

This article aims to contextualize the sharing economy in this new social scene, the postmodern, positioning it paradigmatically. For that, the postmodern paradigm is discussed, in its main characteristics, which are; the break with modernity, constituting a moment of uncertainty and transition; the disbelief in the system and the doubt about capitalism; the deconstruction of the great narratives. After inserting the context of postmodernity, the article addresses the economics of sharing (EC), is an expression of an economy beyond markets, where goods can be common and collaborative. Such an expression emerges as a possible response to crises, generated from an unequal and proven unsustainable system. Through an analysis of the literature on the themes addressed, we seek an approximation between them, and the positioning of the EC as an attempt to modern post to break with capitalism. The main conclusions of the work was the perception about the immaturity of the theme EC , and whether the EC, at the stage where it is, is a new model under construction, a shared and shared model, or just a makeup for the old capitalist model?

Keywords: Sharing Economy. Posmodernism. Social Paradigm.

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de uma pesquisa que tenta compreender a economia do compartilhamento (EC) em uma perspectiva pós-moderna. Tal esforço traz características do fenômeno denominado economia do compartilhamento, promovendo um debate a partir da não clareza conceitual, prática e paradigmática desse fenômeno.

A fim de entender a não clareza a respeito da EC, parte-se do pressuposto do que Kuhn (2001) classifica como um paradigma, sendo um conjunto de práticas semelhantes que são legitimadas por uma comunidade científica. Tais práticas, segundo Alvesson e Sandberg (2011) estão presentes nos estudos científicos e consideradas legítimas, o que é chamada ciência normal.

A não clareza da posição paradigmática nos estudos organizacionais ocorre a partir do descontentamento para com o sistema de legitimação vigente na forma de se discutir a ciência e a sociedade (ALBUQUERQUE, 2007). A partir de tal descontentamento ocorrem as chamadas anomalias paradigmáticas. Nesse sentido, quando as “anomalias” ganham força e destaque suficiente a ponto de substituírem a ciência normal em curso, forma-se um novo paradigma (KUHN, 2001; SANTOS, 2003).

Dessa forma, o surgimento de novos padrões sociais também sinaliza para a importância de discutir a possibilidade de existência de um novo paradigma. No contexto desse trabalho, padrões sociais emergentes, como mudança de mentalidade da sociedade, globalização e mudanças políticas e econômicas (BOTSCHAN; ROGERS, 2011; GANSKY, 2010; RIFKIN, 2015), que propiciam a economia do compartilhamento, podem sinalizar uma mudança de paradigma.

A perspectiva pós-moderna faz-se relevante por considerar que a sociedade está passando por mudanças a níveis incrementais, o que inclui a cultura e o modo de produção e comercialização de bens e serviços (RIFKIN, 2015). A profunda mudança social, que ocorre de forma incipiente, é apontada por Bauman (1998), que indica a incerteza e a insatisfação a cerca do modo de se enxergar e pesquisar os novos fenômenos sociais existentes. Tal fato leva em consideração o conceito de mudança paradigmática de Kuhn (2001) e indica a necessidade de se pensar em uma nova forma de se fazer ciência e um possível novo paradigma social.

A pós-modernidade é considerada, na atualidade, enquanto uma incógnita acerca do paradigma social, o moderno, que tem o capitalismo como principal influenciador nas relações sociais, culturais e econômicas da sociedade (BAUMAN, 1998). A partir do momento em que

tais normas tem se colocado em dúvida, coloca-se em dúvida também o modo científico de análise de dado fenômeno.

Tendo em vista as crises da modernidade, Bauman (1998) sinaliza uma mudança nos padrões sociais, o que inclui profundas mudanças no modo de produção da sociedade, o capitalismo. Tendo em vista as mudanças anteriormente citadas, emerge, no campo da administração, estudos a cerca de uma proposta que trata a respeito de mudanças sociais e culturais do modo de produção capitalista, o que é denominado de economia do compartilhamento.

A economia do compartilhamento, segundo Rifkin (2015) é uma expressão de uma economia além dos mercados em que bens podem ser comuns e colaborativos. Tal expressão surge como uma possível resposta às crises, geradas a partir de um sistema desigual e provavelmente insustentável (RIFKIN, 2015; GANSKY, 2010).

No contexto da pós-modernidade, Harvey (1992) aponta que as crises sociais, culturais e econômicas indicam a emergência de um novo padrão de consumo, disponibilização de bens e serviços e de sociedade como um todo. O presente artigo tem, então, como objetivo: **refletir sobre a economia do compartilhamento a partir das noções de pós modernidade e de um possível novo paradigma.** Para tanto, busca-se artigos publicados em periódicos, a fim de discutir como a economia do compartilhamento se posiciona paradigmaticamente no atual cenário social.

O campo dos estudos organizacionais, porém, é por vezes disperso e não linear, e falar sobre uma mudança de paradigma, bem como o posicionamento epistemológico de determinada corrente, influi em aspectos que vão desde a física até análises sociais (ALBUQUERQUE, 2007). O objetivo desse artigo, porém, não é trazer uma definição completa sobre o assunto, mas sim destacar aspectos do contexto social da pós-modernidade e introduzir a discussão sobre a economia do compartilhamento, apontando para reflexões acerca da mesma.

A importância de se refletir sobre o posicionamento paradigmático da economia do compartilhamento se justifica pela busca da compreensão histórica, contextual e situacional de um fenômeno orgânico e pouco explorado. Tal fenômeno começa a ser estudado sistematicamente a partir do ano de 2012 e ainda não possui um posicionamento dentro dos estudos organizacionais (DA SILVEIRA; PETRINI; DOS SANTOS, 2016).

A relevância de se estudar a EC em um contexto paradigmático na sociedade se dá também pelo fato de, até o presente momento, não se há um consenso sobre a EC ser uma nova forma de se viver em sociedade ou apenas um modismo. Ao passo que Rifkin (2015), Schor (2014), Botsman e Rogers (2011) apontam para uma mudança profunda nos padrões de

consumo e de vida, Villanova (2015), Cervero *et al.* (2014), Martin (2016), Aloni (2016), dentre outros, apontam para os negócios compartilhados como modismos sociais.

O presente artigo possui uma abordagem qualitativa. Os dados foram coletados através de pesquisa bibliográfica, em sites da internet e documentos, feitos através de busca *online* e utilização de *softwares* de pesquisa. Após a pesquisa serão feitas leituras cuidadosas, a fim de destacar argumentos importantes que atendam a proposta do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DO PARADIGMA MODERNO AO PÓS-MODERNO

A fim de entender o paradigma pós-moderno, parte-se de uma perspectiva sociológica e filosófica do que é considerado um paradigma nas ciências sociais, bem como suas delimitações e quando ocorre uma mudança paradigmática. (CHALMERS; FICKER, 1993; DEMO, 2007; FEYERABEND, 2007; KUHN, 2001; LAKATOS, 1999; POPPER, 2007; SANTOS, 2003).

Kuhn (2001) considera um paradigma como um corpo de conhecimentos e práticas semelhantes que são aceitas e utilizadas por uma comunidade científica. Os paradigmas emergem a partir das “anomalias” do processo científico. Quando as “anomalias” ganham força e destaque suficiente a ponto de substituírem a ciência normal em curso, formam um novo paradigma (KUHN, 2001).

Santos (2003) vai além do que é proposto por Kuhn (2001), que define um paradigma como formado por pressupostos unicamente científicos. Para Santos (2003) a definição de um paradigma leva em consideração a importância da sociedade em geral e seu contexto histórico e sociopsicológico. Dessa forma, o autor aponta a mudança paradigmática como responsabilidade não somente da comunidade científica, mas da sociedade como um todo.

No intuito de entender o paradigma pós-moderno, primeiramente contextualizamos o moderno, para depois falar a respeito da quebra paradigmática. A respeito do paradigma moderno, esse é definido, filosoficamente, considerando a supremacia do ser humano em relação ao meio ambiente, enquanto dominador e transformador do mundo através da razão. A Idade moderna é marcada pelo abandono das crenças medievais e do tradicional (HABERMAS, 1990), que giravam em torno da igreja católica e começa a perceber o mundo sobre uma nova visão, a da lógica.

Exemplos dessa perspectiva são a visão heliocêntrica e o abandono do teocentrismo por Copérnico, bem como a percepção de mundo por Newton, que considera o objeto de estudo em sua forma isolada e entende que esse pode ser dividido em partes, a fim de ser estudado objetivamente (KUJAWSKI, 1988).

A ótica moderna da racionalização aponta para uma lógica de dominação do meio ambiente pelo homem, através dos meios de produção, sobre a ótica do capital (HABERMAS, 1990; KUJAWSKI, 1988). Nesse contexto, o desenvolvimento produtivo e cultural da sociedade está atrelado ao capital e controlado por quem o detém (HARVEY, 1992).

Habermas (1990) aponta para o advento da modernidade como viabilizador do avanço das capacidades produtivas e culturais da sociedade. Tal advento teve como grande responsável a classe burguesa emergente, que através do exercício de atividades comerciais, até então não existentes, começa-se a enxergar na história um novo modelo econômico, o capitalista.

Socialmente, a modernidade está marcada pela predominância do capitalismo em suas relações de dominação e exploração da força de trabalho e apropriação de bens e serviços (HARVEY, 1992). Harvey (1992) aponta ainda que o capitalismo, não só define a idade moderna no sentido econômico e social, mas também na produção da ciência e do conhecimento. O que vai ao encontro do que Santos (2003) considera como definição de um paradigma, a junção entre o que é definido cientificamente e pela sociedade.

O capitalismo, enquanto redefinidor da cultura e da vida em sociedade influencia a ótica da aceleração. A idade moderna é marcada pelo aumento da capacidade produtiva nas indústrias, através da diminuição do tempo em que cada produto leva para ser produzido. Na vida cotidiana, esse aumento da velocidade leva a descobertas como o cronômetro, os mapas, dentre outros artefatos que trazem um novo significado à vida em sociedade (HARVEY, 1992).

Mészáros (2002) aponta ainda, que toda a cultura, bem como a própria concepção do estado moderno é formulada em detrimento do capital. O estado em sua formação, bem como a sociedade e seu estilo de vida moderno são fundamentais para assegurar o funcionamento do sistema produtivo. Tal sistema tem como base a relação trabalho e capital (MÉSZÁROS, 2002).

Durante a década de 40 até os anos 1960, o mundo experimentou grande desenvolvimento produtivo, e em consequência econômico, o que foi chamado de “a era do ouro do séc. XX” (HOBSBAWM, 1995). na década de 70, porém, a sociedade começou a perceber que este grande desenvolvimento econômico teve um preço, uma grande degradação ambiental e social, que afetou principalmente os países periféricos. Se por um lado o capitalismo gerava grandes riquezas, por outro aumentava a distância entre a classe operária e os detentores do capital (HOBSBAWM, 1995).

A partir dos anos 1970 a ideia da modernidade em uma sociedade capitalista ganha uma forte crítica, tanto no âmbito filosófico quanto sociológico. Na filosofia, surge uma corrente que afirma que a realidade não pode ser entendida unicamente através da razão e necessita novas abordagens, como a mítica, por exemplo (NOVAES, 1996; FEYERABEND, 1991). No campo sociológico, o desenvolvimento de novas tecnologias e as múltiplas crises econômicas causadas pelo “descontrole” do capitalismo (ADORNO, 2003; CHESNAIS, 2007; HARVEY, 1992; HARVEY, 2014; HOBBSBAWN, 1995; HORKHEIMER, 2007) apontam para o surgimento de um novo paradigma social, a pós-modernidade.

2.2 A IDEIA DE PÓS MODERNIDADE

A ideia da pós-modernidade surge como um forte movimento contrário a modernidade (HABERMAS, 1990; BAUMAN, 1998; BAUMAN 2007; LYOTARD, 2011). Esse movimento é definido como a crise das grandes narrativas, isso é, das explicações sobre o mundo (LYOTARD, 2011). Começa-se a pensar a ciência e a sociedade através da dúvida, da crise da filosofia como construtora da verdade, da crise das utopias (SIQUEIRA, 2014). Filosoficamente, a pós-modernidade coloca em cheque a ideia de uma grande narrativa. Na idade média acreditava-se que a sociedade seria salva através da igreja, já na idade moderna através do capitalismo, que levaria ao bem estar social. Na pós-modernidade, porém, não existe esse meio considerado o salvador da humanidade. No contexto pós-moderno, de acordo com Lyotard (2011) o homem está em constante desconstrução e desacreditação

A desconstrução das grandes narrativas, segundo Lyotard (2011) são o resultado, primeiramente do entendimento do que é uma narrativa. Tanto na idade média quanto na idade moderna, acreditava-se que a igreja (idade média) e o capitalismo (idade moderna) eram explicações do mundo e estruturadores da realidade. Na pós-modernidade, esses elementos são considerados narrativas, ou seja, apenas visões do mundo. Da mesma forma, enxerga-se tudo o que se tem hoje como sistemas sociais, econômicos e culturais apenas como narrativas, o que permite a ideia de constante desconstrução do homem (LYOTARD, 2011).

Se filosoficamente coloca-se em dúvida as grandes narrativas, sociologicamente, o relativismo e a desconfiança ganham espaço. A pós-modernidade é caracterizada por ser um movimento de profundas mudanças culturais e sociais em todos os âmbitos da sociedade (BAUMAN, 1998).

Tendo em vista as mudanças trazidas pela ideia da pós-modernidade, Hassan (1985) estabelece relações de oposição estilística que apontam como essa se caracteriza enquanto

oposição ao modernismo (figura 1). Harvey (1992, p. 49) destaca ainda, com relação à obra de Hassan (1985) como o esquema “recorre a campos tão distintos quanto a linguística, a antropologia, a filosofia, a retórica, a ciência política e a teologia.”

Tabela 1 - Modernidade X Pós-modernidade

Modernidade	Pós-modernidade
FORMA (CONJUNTIVA, FECHADA)	ANTIFORMA (DISJUNTIVA, ABERTA)
PROPÓSITO	JOGO
PROJETO	ACASO
HIERARQUIA	ANARQUIA
DOMPÍNIO	EXAUSTÃO
OBJETO DE ARTE/OBRA	PROCESSO/PERFORMANCE/ HAPPENING
ACABADA	SÍNTESE
SÍNTESE	ANTÍTESE
GÊNERO/FRONTEIRA	TEXO/INTERTEXTO
PARADIGMA	SINTAGMA
METÁFORA	METONÍMIA
SIGNIFICADO	SIGNIFICANTE
INTERPRETAÇÃO/LEITURA	CONTRA A INTERPRETAÇÃO/ DESLEITURA
NARRATIVA	ANTINARRATIVA
TIPO	MUTANTE
DETERMINAÇÃO	INDETERMINAÇÃO
TRANSCENDÊNCIA	IMANÊNCIA

Fonte: adaptado de Hassan, 1985.

Trazendo a ideia da pós-modernidade enquanto uma oposição à modernidade e uma mudança social profunda, Harvey (1992) chama atenção para a relação da sociedade para com o capitalismo. Como visto anteriormente, a relação capitalismo-sociedade é vista como característica marcante da modernidade (HABERMAS, 1990; KUJAWSKI, 1988; HARVEY, 1992). Sendo a pós-modernidade um rompimento, e uma quebra de paradigma, Harvey (1992) aponta para o rompimento também com o modo de produção moderno, o capitalista.

Sobre o rompimento com o sistema capitalista, Mézsáros (2002) aponta que o grande fracasso de revoluções, como a tentativa socialista, foi o fato dessas não romperem com a estrutura base do sistema, que segundo o autor, é a relação entre o trabalho e o capital. A lógica foi apenas transferida, das mãos dos capitalistas para o estado, que, nos sistemas socialistas passaram a exercer semelhante forma de controle (MÉSZAROS, 2002).

O único modo de rompimento para com o capitalismo é a quebra da relação de comando para com o trabalho. Tal quebra, por vezes, não é efetiva se tentada aos poucos, pois o capital

encontra meios de dominação alternativos. A quebra, para ser efetiva, deve ser no cerne do sistema social, na superação radical da relação para com o trabalho (MÉSZAROS, 2002).

Tal quebra, vista em Mézaros (2002) também é apontada por Harvey (2011) e Filgueiras (2010), ao falarem sobre as crises do sistema. Crises no sistema capitalista, entretanto são recorrentes, e até o presente momento, não foram consideradas enquanto rupturas, mas sim reguladoras:

[...] as crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável. (HARVEY, 2011, p. 65).

O sistema capitalista provou-se ser resistente a inúmeras crises ocorridas ao longo da história. Superando os colapsos dos mercados imobiliários nos EUA (1973-1975); a Recessão Reagan (1979-1982); falência de instituições de poupança e empréstimos nos EUA (1984-1992); crise dos bancos nórdicos e japoneses devido ao mercado imobiliário (1990-1992) e a crise de 29, tida como uma das maiores da história (SILVA, 2016).

Filgueiras (2010) aponta que tais crises são parte da estrutura do sistema, constituindo um movimento de regulação, ao passo que reconstitui as bases necessárias para a acumulação. Para o autor, as crises fizeram e fazem parte do sistema. As crises, segundo o autor envolvem a forma de capital dominante e a relação estado-capital. Conforme crises surgem, novos meios de dominação do capital são estabelecidos.

Figueiras (2010) cita como um exemplo de reestruturação do capitalismo a grande crise da década de 1960-1970, resultado do fracasso do acordo de Bretton-Woods, que estabelecia o controle norte americano sobre o capital após a segunda guerra mundial. Com o fracasso do acordo e crises oriundas da produção, emerge nesse contexto um novo tipo de capital dominante, o financeiro e especulativo.

Figueiras (2010) estabelece que crises são reestruturastes de um sistema em contradição, mas que não significam o fim do mesmo. Carcanholo (2009), porém, aponta que todas as crises anteriores não foram estruturais. A crise atual, porém, não é apenas financeira, mas sim age na estrutura do capital, tomando proporções globais, sendo considerada, inclusive, a “ponta do Iceberg”. O mesmo autor aponta que a atual crise não é cíclica, em que o sistema seja capaz de retornar ao seu funcionamento normal.

Assim como Carcanholo (2009), Harvey (2011) também considera a crise do capitalismo atual como diferente das demais. Para o autor, as crises anteriores foram fruto de

um descontrole na regulamentação financeira, ao passo que a atual se constitui no esgotamento do modo de produção a fim de gerar lucros.

Harvey (2011) aponta que o objetivo das organizações capitalistas é a geração do lucro. A partir dos anos 70, entretanto, com o apogeu da financeirização da economia, com o capital especulativo, Harvey (2011) aponta que esse é um forte sinal de que o capitalismo encontra-se esgotado, pois fere um princípio básico do sistema, que é a geração do lucro obtido através da exploração da força de trabalho, logo, se não há produção, não há a geração do lucro, mas apenas de um lucro fictício, que mais cedo ou mais tarde tende a implodir.

Além do capital fictício, Harvey (2014) aponta para 17 contradições que levariam o capitalismo ao fim, sendo:

Contradições fundamentais: (1) valor de uso e valor de troca; (2) o valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro; (3) propriedade privada e o Estado capitalista; (4) apropriação privada e riqueza comum; (5) capital e trabalho; (6) capital como processo ou como coisa; (7) a unidade contraditória entre produção e realização.

Contradições mutáveis: (8) tecnologia, trabalho e descartabilidade humana; (9) divisões do trabalho; (10) monopólio e competição: centralização e descentralização; (11) desenvolvimentos geográficos desiguais e produção de espaços; (12) disparidades de renda e riqueza; (13) reprodução social; (14) liberdade e dominação.

Contradições perigosas: (15) crescimento exponencial infinito; (16) relação do capital com a natureza; (17) a revolta da natureza humana: alienação universal.

Tais contradições denotam a fragilidade do sistema e a sua possível ruptura. Tal ruptura é propiciada pelas mudanças de pensamento e perspectivas da sociedade atual. As 17 teses de Harvey (2014) indicam o crescimento de uma possível consciência não romântica em relação ao capitalismo, em que esse passa a ser entendido como não mais adequado.

Bauman (1998) chama atenção, porém, para o cuidado ao se tratar a ruptura para com o sistema capitalista na pós-modernidade. O autor, ao contrário de Harvey (1992; 2011; 2014), não utiliza o termo ruptura ao falar da crise capitalista, mas sim termos como “continuação da modernidade” e “dúvidas a respeito da modernidade” em que tudo ainda pode ser debatido e não há um consenso ou uma solução.

Harvey (2014), mesmo falado sobre a ruptura, indica que ainda estamos em fase inicial de uma substituição de sistema, mas que essa substituição ocorrerá, mais cedo ou mais tarde. A diferença em relação à Bauman (1998; 2007) é que esse não fala sobre substituição, mas deixa a questão em aberto, sendo o destino do capitalismo ainda uma incógnita.

No mesmo caminho de Bauman (1998), Habermas (1990) chama o projeto da pós-modernidade de um caminho de transição. A pós-modernidade é entendida como um estado de consciência e não da cultura em si. O termo pós-modernidade não é utilizado por autores como Habermas (1990) e Bauman (2007), sendo utilizados os termos, modernidade não acabada (HABERMAS, 1990) e vida líquida (BAUMAN, 2007). Ambos os autores acreditam em uma mudança profunda na sociedade, de cultura, valores, bem como no modo de viver. Porém, tais mudanças ainda não refletem em algo prático para o sistema capitalista, sendo então um projeto futuro de substituição da modernidade.

Tendo em vista a mudança profunda ocorrida na sociedade (BAUMAN, 2007), ganham destaque debates a cerca de novas formas de economia que emergem em contraposição ao capitalismo. Nesse contexto, surge a chamada economia do compartilhamento (EC), que, segundo Rifkin (2015) é uma expressão de uma economia além dos mercados, em que bens podem ser comuns e colaborativos. Tal expressão surge como uma possível resposta às crises do homem moderno, geradas a partir de um sistema desigual e provavelmente insustentável (RIFKIN, 2015; GANSKY, 2010).

2.3 ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO (EC)

A EC surge em um contexto de sistema capitalista esgotado, em que relações de trabalho e modos de produção já não atendem mais as demandas sociais, provando-se um sistema insustentável em longo prazo (RIFKIN, 2015; GANSKY, 2010; COHEN; KIETZMAN, 2014). O ato de compartilhar sempre existiu na história, porém, as atividades tidas como colaborativas foram consideradas como uma resistência ao sistema *mainstream*. Tal fato tem se modificado na atualidade em que se discute a modificação do sistema econômico para um baseado no compartilhamento (KRAMER, 2015; RIFKIN, 2015; SCHOR, 2014).

Autores como Rifkin (2015) chegam a afirmar que já vivemos em uma sociedade mista, parte capitalista e parte compartilhada, sendo que o capitalismo cede cada vez mais espaço para o compartilhamento, sendo este uma expressão do sistema econômico do futuro. Schor (2014) aponta que o que antes era uma prática exclusiva entre pessoas próximas, hoje já pode ser considerado global.

Silveira, Petrini e Santos (2016), ao fazerem uma avaliação sistemática sobre a EC, chegam a conclusão que essa ganha força na década de 90. Tal fato é explicado porque, a partir dessa época e de acordo com alguns autores houve um grande avanço tecnológico

proporcionando a troca de informação, cada vez mais dinâmica, entre as pessoas (RIFIKIN, 2015; SCHOR, 2014; BOTSMAN; ROGERS, 2011; TAPSCOTT; WILLIAMS, 2006).

2.4 O COMPARTILHAMENTO, O IMPULSO TECNOLÓGICO E A SUSTENTABILIDADE.

Os avanços tecnológicos iniciados a partir da década de 90 levaram a um mundo cada vez mais conectado e interativo. A economia do compartilhamento é o resultado dessa interatividade, sendo que bens e serviços tem sido produzidos, comercializados e distribuídos de uma maneira diferente do que eram antes. A informação e o conhecimento passam a ter um papel de protagonista quando se fala na comercialização de bens e serviços (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2006; CANTERA; VAQUERO, 2012).

O mundo, na primeira revolução industrial valorizava a produção, assim, grandes empresas, para se destacarem no mercado, tinham que criar mecanismos eficientes de produzir mais gastando menos. Na segunda revolução industrial destacava-se que era detentor de tecnologias de ponta. No presente momento, o destaque é a habilidade de lidar com a informação. Em um contexto de práticas e tecnologias amplamente difundidas, o desafio da atualidade é o saber como lidar com a informação que está amplamente difundida e compartilhada (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2006).

A difusão e o compartilhamento da informação são viabilizados pela internet, que tem fornecido uma estrutura para negócios cada vez mais criativos, participativos e compartilhados. A internet e as tecnologias móveis oferecem ao consumidor uma gama de produtos de forma acessível e rápida, o que, segundo Gansky (2010) tem contribuído para a criação de um novo perfil de sociedade, aquela que busca o acesso, ao invés da posse. Dessa forma, novos modelos de negócios têm surgido, os negócios compartilhados. Nesse mundo em rede, a adaptação não é uma opção, mas uma questão de sobrevivência (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2006).

Negócios compartilhados sempre existiram, porém, no status de vendas de garagem ou de caronas para vizinhos. Somente com o impulso tecnológico e o avanço da internet, tais vendas tomaram uma proporção global. (RIFIKIN, 2015; SCHOR, 2014; BOTSMAN; ROGERS, 2011; TAPSCOTT; WILLIAMS, 2006; BÉCHAUX, 2014). Béchaux (2014) aponta que as inovações conectam a sociedade de uma forma nunca vista antes, colaborando, para além do comércio, mas para a modificação cultural da sociedade.

Exemplos dessa mudança cultural são citados por Rifkin (2015), ao falar sobre uma geração que estuda utilizando salas de aula virtual, que se conecta com outras pessoas através

das redes sociais, que vendem e compartilham roupas, casas e praticamente tudo, através da internet. Essa tendência, de comercialização e compartilhamento *online*, tem transformado o espaço virtual um ambiente altamente propício para o desenvolvimento da EC (CORNELLA, 2012).

Por sua vez, conforme Ramalho e Silva Junior (2016), além dos fatores relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias, outros dois têm sido de grande importância para a potencialização do compartilhamento de bens e serviços: a necessidade de desenvolver modos de vida mais sustentáveis e as crises regulares do capitalismo.

A internet e a tecnologia tem conectado pessoas que compartilham informação, bens e serviços, porém, o real sentido do compartilhamento ocorre somente a partir da mudança cultural para uma sociedade mais justa e sustentável. Tal mudança, segundo Botsman e Rogers (2011) têm sido identificados, em um contexto de maior informação, em que as pessoas começam a entender que os recursos naturais não são infinitos, dessa forma buscando serviços e produtos que utilizam de tecnologias mais limpas.

Botsman e Rogers (2011) apontam também, que, além do benefício para o planeta, a EC é uma alternativa para se possuir acesso a preços mais justos. Através do compartilhamento dos bens e serviços, as pessoas possuem acesso, e não a posse, o que diminui o valor a ser pago. Tal tendência, de pessoas que buscam o acesso ao bem, é consequência de uma sociedade em que o capitalismo está esgotado, que comercializa bens e serviços a preços não acessíveis a todos. Propiciar o acesso, de forma democrática, tem sido entendido, então, como tendência para quem não possui ou não está disposto a gastar mais por um mesmo produto ou serviço somente pelo status da posse (BOSTAMAN; ROGERS, 2011; RAMALHO; SILVA JUNIOR, 2016).

A internet possibilitou a difusão da informação, e a percepção da sociedade, que passa a sentir as consequências de um consumo exacerbado, prejudicial para o planeta e para os indivíduos, que já não conseguem pagar pela posse de produtos e serviços, o que leva a busca de novas alternativas (SCHOR, 2014). Essas novas alternativas, segundo Schor (2014) tem uma preocupação evidente para com a colaboração e o fortalecimento das relações pessoais.

Botman e Rogers (2011) citam quatro princípios da EC, que propiciam a colaboração entre os indivíduos, sendo eles: Quantidade de produtos e consumidores em massa, a fim de sustentar um sistema colaborativo; utilização de produtos em sua máxima capacidade, a fim de evitar o desperdício; a crença no bem comum e a possibilidade de fazer algo benéfico para a natureza e sociedade; por fim, a confiança entre as pessoas, a fim de ser propiciado um relacionamento de troca.

Villanova (2015), porém, chama atenção para o fato de que muitas vezes, o compartilhamento ocorre não levando em conta os princípios da colaboração, mas somente o aspecto financeiro, sendo o lucro para quem comercializa e a economia para quem consome. A colaboração, porém, para Botsman e Rogers (2011) e também para Schor (2014), pode ocorrer de forma não consciente, mas o fato de comercializar e consumir produtos ou serviços de forma compartilhada é um sinal de colaboração. O que inicialmente ocorre de forma inconsciente, com o tempo vai se tornar consciente, sendo percebidos os benefícios do consumo compartilhado (BOTSMAN; ROGERS, 2011; SCHOR, 2014).

O impacto da EC, porém, até o presente momento, no que diz respeito a mudança de perspectiva social, para uma sociedade mais colaborativa, é motivo de debate. Estudos atuais, como os de Villanova (2015), Cervero *et al.* (2014), Martin (2016), Aloni (2016), dentre outros, apontam para os negócios compartilhados como modismos sociais, em que grandes organizações utilizam os preceitos da EC, como a colaboração e interação entre as pessoas para lucrarem.

Kalamar (2013) utiliza a expressão *sharewashing* para descrever essa situação, em que termos relacionados a EC são utilizados para descrever atividades que não são de fato compartilhadas.

2.5 AS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO

As práticas de atividades da economia do compartilhamento ao redor do mundo são diversas, a exemplo do compartilhamento de locais de trabalho (*coworking*), do compartilhamento de moradias ou partes delas (*colodging*), do compartilhamento de carros (*carsharing*), do compartilhamento de assentos livres em carros (*carpooling*), do financiamento coletivo (*crowdfunding*) e da construção de conhecimento de forma coletiva (*crowdsourcing*). Gigantes como Airbnb (*colodging*), Kickstarter (*crowdfunding*) e BlaBlaCar (*carpooling*) são exemplos de organizações que já se destacam no mercado em nível global.

De acordo com o informe *Economía Colaborativa en América Latina*, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (2016), o Brasil possui 32% de todas as iniciativas da economia do compartilhamento na América Latina, liderando o mercado na região. O compartilhamento de carros lidera entre aqueles que possuem a maior quantidade de iniciativas da economia do compartilhamento, com 24% do total.

O impacto das atividades relacionadas a EC, porém, é colocado em dúvida quando se discute essas atividades em relação a legislação. Aloni (2016), por exemplo, ao falar sobre o

compartilhamento de carros, faz um adendo, em que, mesmo esse tipo de atividade possibilitando maior acesso devido ao menor preço, ao mesmo tempo fere direitos trabalhistas, ao passo que o fornecedor do serviço não está amparado pela lei.

O exemplo trazido por Aloni (2016) trata de um caso específico, a companhia Uber, que atua no compartilhamento de carros. Aloni (2016) indica que a companhia consegue oferecer preços mais baixos no mercado, pois não está sujeita a pagar alguns impostos que as empresas da economia tradicional estão. Tal ausência de impostos é reflexo da falta de entendimento que a lei possui a respeito do novo modelo de negócio existente.

De forma semelhante a Aloni (2016), Martin (2016) também discute o real significado da EC, e se essa é de fato um novo modelo de negócio que propicia o acesso de forma justa e igualitária, ou se é somente uma legitimação do capitalismo, em que grandes empresas estabelecem seu domínio.

A conclusão de Martin (2016) é a de que companhias como Uber, por exemplo, propiciam acesso aos usuários, de forma mais barata do que as organizações tradicionais, como taxis. Porém, tal benefício só é possível devido a falta de legislação. Essa ausência da legislação, por sua vez é prejudicial para os trabalhadores.

O exemplo anterior, extraído de Aloni (2016) trata a respeito do compartilhamento de carros, porém, situações semelhantes podem ser encontradas em outros setores, como o do compartilhamento de hospedagens (NOGUEIRA; KUHNEN; FIATES, 2016) ou de criptomoedas (PREVIDI, 2014), em que a falta de legislação propicia grandes organizações a entrarem no ramo.

Ao tratar sobre grandes organizações que adentram no ramo da economia do compartilhamento, Villanova (2015) traz um estudo em que é percebido a aproximação dessas companhias com as de economia tradicional. Villanova (2015) reconhece os benefícios trazidos pelas organizações como Uber, Airbnb, dentre outras, porém, as percebe muito mais como empresas capitalistas, de economia tradicional, do que enquanto compartilhada.

Foram citados exemplos de organizações que possuem grande aproximação com as organizações de economia tradicional, porém, podemos encontrar em Botsman e Rogers (2011), exemplos de negócios que possuem o compartilhamento em sua excência. Tais como o Whipcar (Grã Bretanha), Spride (EUA), GetaRound (EUA), que atuam no compartilhamento de carros; a Velib (França), Bixi (França), Mobilicidade (Brasil), no compartilhamento de bicicletas; Zilok (França), terracycle (Brasil), Sharezen (EUA), no compartilhamento entre pares, dentre muitas outras organizações espalhadas pelo mundo.

Como dito anteriormente, tais organizações compartilham o real sentido do compartilhamento, visto em Schor (2014), Botsman e Rogers (2011); Gansky (2010). Levando em consideração organizações tidas como colaborativas e suas diferenças quando comparadas ao Uber, Airbnb, dentre outras, que se assemelham a organizações voltadas à economia tradicional e capitalista, coloca-se em dúvida que tipo de organização é relamente tida como EC e quais são tidas como *sharewashing*.

Não se pode classificar, porém, com segurança, organizações pertencentes a EC e organizações *sharewashing*. Estudos críticos, a respeito da EC e que tipo de organização se enquadram tem sido realizados (MARTIN, 2016; ALONI, 2016; CERVERO *et al.*, 2014). Porém, por ser um campo incipiente, os estudos a respeito da EC buscam, em sua maioria a conceituação e definição do termo (SILVEIRA; PETRINI; SANTOS, 2016). Não tendo ainda, de forma consolidada, a definição exata de organizações que pertencem ou não ao grupo.

A própria crítica de autores como Martin (2016), por exemplo, não é no sentido de não considerar organizações como o Uber como não fazendo parte da EC, mas sim se a EC é de fato um caminho para a sustentabilidade e se é uma nova forma de economia. A EC é apontada como um fenômeno orgânico, que ganha espaço e busca a modificação do sistema como um todo (KRAMER, 2015; RIFIKIN, 2015; SCHOR, 2014). Por buscar a mudança do sistema como um todo, organizações que fazem parte dessa, tem, então, que ser expressivas em seus negócios, que é o que ocorre com empresas como Uber, Airbnb, dentre outras, e o que não é visto nos exemplos citados por Botsman e Rogers (2011).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E REFLEXÕES SOBRE EC E POS MODERNIDADE

O presente artigo tratou a respeito do tema EC em uma perspectiva pós-moderna. Tal esforço trouxe características do fenômeno denominado de pós modernidade, para depois contextualizar a EC. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi: **refletir sobre a economia do compartilhamento a partir das noções de pós-modernidade e de um possível novo paradigma.**

A fim de entender o paradigma pós-moderno, partiu-se de uma perspectiva sociológica e filosófica do que é considerado um paradigma nas ciências sociais, bem como suas delimitações e quando ocorre uma mudança paradigmática.

Nesse sentido, para falar de pós-modernidade, o artigo abordou a modernidade, enquanto corrente paradigmática, que é entendida como a era da razão e da dominação do meio ambiente pelo homem (HABERMAS, 1990; KUJAWSKI, 1988). O desenvolvimento

produtivo e cultural moderno está atrelado aos meios de produção e ao capital, sendo o capitalismo um grande definidor da modernidade, não somente enquanto meio de produção, mas enquanto definidor cultural e social (HARVEY, 1992).

A partir dos anos 70, porém, as suscetíveis crises do sistema capitalista levam a própria ideia de modernidade a ganhar fortes críticas. A pós-modernidade surge como um movimento contrário. Esse movimento coloca em dúvida a ideia do homem “sólido”, que entendia o mundo unicamente através da razão; questiona a ideia das grandes narrativas, como a que o capitalismo levaria ao bem estar social, dentre outras mudanças de perspectivas, em todos os campos da sociedade, como a linguística, a antropologia, a filosofia, a retórica, a ciência política e a teologia.

O capitalismo insustentável leva a sociedade a se repensar. Passa-se a surgir correntes que indicam que essa necessita de novos meios de produzir e lidar com a força de trabalho, meios mais justos, repensando assim o próprio sistema capitalista. Nesse contexto, de descontentamento com o sistema, e na busca por uma forma de vida mais barata e sustentável, surge a EC.

Levando em consideração o novo estilo de vida da sociedade, e propiciada pela internet e pelo surgimento de novas tecnologias, a EC ganha destaque, como uma alternativa conectada e mais sustentável em relação a economia tradicional. As vendas que antes eram restritas, com a internet e a conectividade passaram a ser realizadas em um âmbito global, o que leva a colaboração, que antes era realizada somente entre amigos, agora torna-se uma realidade entre estranhos.

A ideia da EC encaixa-se no contexto pós-moderno, uma vez que as mudanças decorridas na sociedade, bem como o rumo que essa estava tomando, com inúmeras crises ocasionadas pelo então modo de produção moderno, o capitalista, leva o homem pós-moderno a repensar o seu papel, enquanto cidadão responsável e solidário para com o planeta e seus semelhantes, o que leva a um novo meio de se relacionar economicamente, que é a EC.

Esse novo meio de se relacionar, no entanto, ganha críticas, uma vez que os negócios que tem a colaboração como princípio, tais como o Whipcar (Grã Bretanha), Spride (EUA), GetaRound (EUA), que atuam no compartilhamento de carros; a Velib (França), Bixi (França), Mobilicidade (Brasil), no compartilhamento de bicicletas; Zilok (França), terracycle (Brasil), Sharezen (EUA), dentre outros citados por Botsman e Rogers (2011), não tem amplitude em um nível global.

Diferentemente do anteriormente citado, vê-se grandes empresas, como Uber e Airbnb, que tem se utilizado dos princípios da EC, não com o intuito de compartilhar, ou criar um novo

modelo de negócio colaborativo, mas sim com o intuito de lucrar (MARTIN, 2016; ALONI, 2016; CERVERO *et al.*, 2014).

A EC tem como ideia principal oferecer um novo modelo de negócios, a um nível global (RIFKIN, 2014), alinhado a nova forma de vida da sociedade. A realidade, porém, é que os modelos de negócios compartilhados, para terem uma abrangência global, têm de se aproximar do modelo de economia tradicional (VILLANOVA, 2015). Tal fato relaciona-se com o que é dito em Habermas (1990), em que a pós-modernidade nada mais é do que a modernidade continuada, em que a cultura se modifica, bem como os valores sociais, porém tal mudança ainda não se reflete em algo prático para o sistema.

Tendo em vista os argumentos apresentados, o presente artigo nos leva a repensar a economia do compartilhamento enquanto um novo sistema. Schor (2014) assume a criação da consciência de forma involuntária, ou seja, que negócios compartilhados podem ter outros interesses, porém com o tempo, o sentido de compartilhar emerge de forma espontânea.

A forma espontânea vista em Schor (2014) pode ser trazida para a prática quando se fala de organizações como Uber e Airbnb, em que a própria crítica (MARTIN, 2016; ALONI, 2016; CERVERO *et al.*, 2014) não enxerga as atividades como prejudiciais, e vê benefícios sociais geradas por ela, porém não enxergam nisso um novo modelo de negócios, muito menos o sentido de compartilhar, pelo menos não de forma explícita. Ao comparar tais atividades com o que é dito em Schor (2014) pode-se enxergar então a mudança da consciência que começa a ocorrer, porém que tem muito o que evoluir para ser considerada de fato uma atividade compartilhada.

Bauman (1998) indica que modelos não são desconstruídos de uma hora para outra, mas novos modelos tem sua construção gradativa. Dada a novidade dos negócios compartilhados, deixa-se então a dúvida: A EC, no estágio em que se encontra, trata-se de um novo modelo em construção, um modelo solidário e compartilhado, ou apenas uma maquiagem para o antigo modelo capitalista?

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- ALBUQUERQUE, L. **Novos Paradigmas, Antigos Saberes**. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a6-lalbuquerque.pdf> . 2007.
- ALONI, E. Pluralizing the Sharing Economy. **Wash. L. Rev.**, v. 91, p. 1397, 2016.
- ALVESSON, M; SANDBERG, J. Generating research questions through problematization. **Academy of management review**, v. 36, n. 2, p. 247-271, 2011.
- BAUMAN, Z. **O Mal Estar na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Economía Colaborativa em América Latina**. Madrid: IE Business School, 2016.
- BOTSMAN, R; ROGERS, R. **What's mine is yours: how collaborative consumption is changing the way we live**. 2011.
- CANTERA, J.; VAQUERO, P. Networknomics: um nuevo paradigma de creación de valor em la economía de la creatividad, la conectividade y la colaboración. **Seattle: Space Independent Publishing Platform**, 2012.
- CARCANHOLO, R. A atual crise do capitalismo. **Crítica Marxista**, n.29, p.49-55, 2009.
- CERVERO, R.; RAYLE, R.; SHAHEEN, S.; CHAN, N.; DAI, D. App-Based, On-Demand Ride Services: Comparing Taxi and Ridesourcing Trips and User Characteristics in San Francisco. **Berkley, California: Universidade da Califórnia**, Agosto de 2014.
- CHALMERS, A; FIKER, R. **O que é ciência afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 1993. CHASE, S. **Tyranny of words**. Houghton Mifflin Harcourt, 2015.
- CHESNAIS, F. Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo: pré/visões da crise. In: NÓVOA, J. (Org.). **O Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2007.
- COHEN, B.; KIETZMANN, J. Ride on! Mobility Business Models for the Sharing Economy. **Organization & Environment**, v. 27, 2014.
- CORNELLA, A. **La solucion empieza por Co-: hacia la sociedade y la economía de la colaboración**. Barcelona: Infonomia, 2012.
- DEMO, P. **Metodologia científica nas ciências sociais**. 3. Ed. rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2007.
- FILGUEIRAS, L. A crise geral do capitalismo: possibilidades e limites de sua superação. **Crítica marxista**, v. 30, p. 21-27, 2010.

FEYERABEND, P. **Adeus a razão**. Rio de Janeiro: Edições 70. Biblioteca de filosofia contemporânea. 1991.

GANSKY, L. **The mesh: Why the future of business is sharing**. Penguin, 2010.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1990.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. Oxford University Press (UK), 2014.

HASSAN, I. The culture of postmodernism. **Theory, Culture & Society**, v. 2, n. 3, p. 119-131, 1985.

HOBBSAWM, E. J. **A Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Centauro, 2007.

KALAMAR, A. Sharewashing is the new greenwashing. **OpEdNews**. 28 de mar. 2016. Disponível em: <http://www.opednews.com/articles/Sharewashing-is-the-New-Gr-by-Anthony-Kalamar-130513-834.html>. 2016.

KRAMER, B. Shareology: How Sharing is Powering the Human Economy. USA: **Morgan James Publishing**. 2015.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo : Perspectiva, 2001.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A crise do século XX**. São Paulo : Ática, 1988.

LAKATOS, I. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. São Paulo: Edições 70. Biblioteca de filosofia Contemporânea. 1999.

LEBOW, V. Price Competition in 1955. **Journal of Retailing**, Spring, 1955. Disponível em: < <http://ablemesh.co.uk/PDFs/journal-of-retailing1955.pdf> >. Acesso em: 04 fev. 2017.

LYOTARD, J. **Discourse, figure**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2011.

MARTIN, C. The sharing economy: A pathway to sustainability or a nightmarish form of neoliberal capitalism?. **Ecological Economics**, v. 121, p. 149-159, 2016.

NOGUEIRA, B.; KUHNNEN, M.; FIATES, G. Inovação em serviços de hospedagem: uma análise do caso AIRBNB. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/166437/TC%20->

[%20Bruno%20Cardoso%20Nogueira%20e%20Matheus%20Hubbe%20Kuhnen.pdf?sequenc](#)
[e=1&isAllowed=y](#). Acesso em março 2018.

NOVAES, A (Ed.). **A crise da razão**. Companhia das letras. São Paulo. 1996.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2007.

PREVIDI, G. Descentralização monetária: um estudo sobre o Bitcoin. 2014. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116267>. Acesso em março 2018.

RAMALHO, F.; SILVA JR, J. A emergência do compartilhamento: o futuro da sociedade é colaborativo? **Revista NAU Social**, Salvador, v.7, n.12, 31-36, 2016.

RIFKIN, J. **The zero marginal cost society: the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

SANTOS, B. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4 ed. Rio de Janeiro. Graal, 2003.

SCHOR, J. **Debating the sharing economy**. Great Transition Initiative, 2014.

SILVA, I. A crise do capital na contemporaneidade: o estado social em tempos de ajuste neoliberal. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 8, p. 57-80, 2016.

SILVEIRA, L; PETRINI, M; DOS SANTOS, A. Economia compartilhada e consumo colaborativo: o que estamos pesquisando?. **REGE-Revista de Gestão**, v. 23, n. 4, p. 298-305, 2016.

SIQUEIRA, V. **O que é pós-modernidade? Resumo de uma falência da modernidade - Colunas Tortas**. 15 MAIO 2014. Disponível em: <http://colunastortas.com.br/2014/05/15/pos-modernidade/amp/>.

SUNDARARAJAN, A. Why the Government Doesn't Need to Regulate the Sharing Economy. **Wired**. fev. 2017.

SUNDARARAJAN, A. Why the Government Doesn't Need to Regulate the Sharing Economy. **Wired**. 05 fev. 2017. Disponível em: <https://www.wired.com/2012/10/from-airbnbto-coursera-why-the-government-shouldnt-regulate-the-sharing-economy>.

TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A.D. **Wikinomics: how mass collaboratiob changes everything**. New York: Portfolio, 2006.

VILLANOVA, A. **Modelos de negócios na economia compartilhada: uma investigação multi-caso**. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Escola brasileira de administração pública e de empresas, Centro de formação acadêmica e pesquisa – FGV, Rio de Janeiro. 2015.

INTERNET DAS COISAS E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL UNIVERSITÁRIA: O CASO DO PROJETO “CIDADE INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIA”

*Mauro Margalho Coutinho*¹¹

*Mário Vasconcellos Sobrinho*¹²

*Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos*¹³

*Luciana Rodrigues Ferreira*¹⁴

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir as possibilidades e implicações do uso de tecnologias emergentes de informação e comunicação como suporte à execução e gestão de projetos de responsabilidade socioambiental universitária. De forma específica, o trabalho aborda o uso da Internet das Coisas como mecanismo de apoio à implantação e gestão de um projeto de coleta seletiva de material reciclável na cidade de Belém. Toma-se como referência o projeto “Cidade Inteligente, Sustentável e Solidária” em fase de implantação por via de parceria entre a Universidade da Amazônia, a Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA) e a Associação de Catadores de Belém. No processo de experimentação, os campi da Universidade da Amazônia tornam-se um grande laboratório de testes onde se investigam os conceitos centrais de Internet das Coisas, Antropomorfismo, Responsabilidade Socioambiental e Economia Solidária a partir de uma série de aplicações práticas. A proposta é utilizar ideias inovadoras que venham a corroborar para transformar as cidades da região em referências de cidades socioambientalmente responsáveis. O sistema de economia solidária, que se encontra em desenvolvimento, servirá para alicerçar e conectar todos os subprojetos, permitindo aos transeuntes dos campi a negociação entre produtos e serviços, serviços e serviços ou produtos e produtos dentro do ambiente universitário.

Palavras-chave: Material Reciclável. Contêiner Inteligente. Economia Solidária. Catadores.

¹¹ Doutor em Engenharia Elétrica, Universidade da Amazônia – PPAD, mauro.margalho@unama.br

¹² Doutor em Estudos do Desenvolvimento, Universidade da Amazônia – PPAD, mario.vasconcellos@unama.br

¹³ Doutora em Estudos do Desenvolvimento, Universidade da Amazônia – PPAD, anamaria.vasconcellos@unama.br

¹⁴ Doutora em Educação, Universidade da Amazônia – PPAD, lucianarofer@gmail.com

INTERNET OF THINGS AND UNIVERSITARY SOCIOENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY: THE CASE OF THE PROJECT "INTELLIGENT, SUSTAINABLE AND SOLIDARY CITY"

Abstract

The paper aims to discuss possibilities and implications of emerging information and communication technologies use as supporting to execution and management of socio-environmental university responsibility projects. Specifically, this article addresses the use of the Internet of Things as a mechanism to aid project implementation and management for selective recyclable material collection in the city of Belém. The "Intelligent, Sustainable and Solidarity City" project is in implantation internship via partnership between the University of Amazon, Foundation Institute for Amazon Development (FIDESIA) and the Association of Collectors of Belém. In experimentation process, the campus of the University of Amazon became a big Smart Cities testbed; where it is possible investigate the central concepts of Internet of Things, Anthropomorphism, Socioenvironmental Responsibility and Solidary Economy. All of them are based on a series of practical applications. The proposal is to use innovative ideas that will corroborate to transform the cities of local region into intelligent and solidary cities references. A solidarity economy system, which is under development approach, will be used to build and connect all subprojects, allowing students and university employees to negotiate products to services, services to services or products to products into the academically environment.

Keywords: Recyclable Material. Smart Container. Smart Cities.

1 INTRODUÇÃO

Para Kanter (2006), inovação, que pode ser estratificada em produtos, processos e serviços, consiste basicamente em “ideias que criam o futuro”. Nesse contexto, a inovação, quando associada a tecnologias emergentes e de fácil acesso, apresenta-se como uma das mais promissoras oportunidades de contribuição da academia à sociedade¹⁵. Essa contribuição, que é intrínseca ao ambiente de pesquisa, perpassa pelo engajamento de vários atores sociais que envolvem, dentre outros, o cidadão, enquanto usuário final dos serviços, cientistas sociais, cientistas tecnológicos, além de organizações classificadas como *International Classification of Non-Profit Organizations* (ICNPO) ou, como são mais conhecidas, organizações do terceiro setor. Esse é o caso dos observatórios sociais, que normalmente monitoram e, muitas vezes, mediam o processo de transição, quando da aplicação das tecnologias sociais, de um ambiente mais restrito, para um de escala maior. Nesse contexto, pode-se imputar à universidade a condição de incubadora de experimentações tecnológicas emergentes, o que pressupõe tanto uma grande responsabilidade, quanto um enorme potencial no que concerne ao desenvolvimento, teste e avaliação, de forma controlada e dialogada, de inovações que possam potencializar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Essa estratégia, de consolidação gradativa e responsável da tecnologia, está intrinsecamente associada ao paradigma das chamadas Cidades Inteligentes.

1.1 CIDADES INTELIGENTES

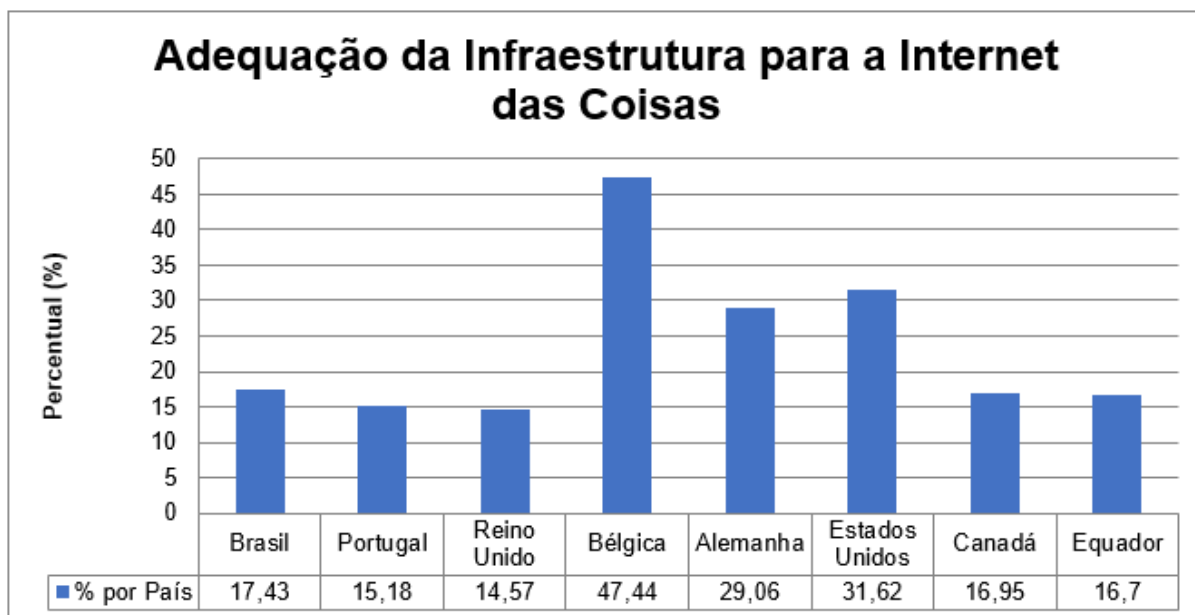
Uma Cidade Inteligente se caracteriza, segundo Caragliu, Del Bo e Nijkamp (2011), quando são feitos investimentos em capital humano e social, adotando infraestruturas tradicionais e modernas, representadas pelas TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) que alimentam um crescimento econômico sustentável e elevada qualidade de vida, com a gestão sábia dos recursos naturais, por meio de uma governança participativa. Por afetar uma grande quantidade de pessoas, as proposições inovadoras de uma Cidade Inteligente precisam sempre ser investigadas, inicialmente, em uma escala menor, onde haja mais facilidade de controle e observação de suas variáveis com vistas à realização dos ajustes necessários. A esse ambiente mais limitado, mais restrito, que aqui associamos a um Campus Universitário, dá-se o nome de *Smart Place* ou, nesse caso específico, *Smart Campus* (WALTERS, 2011). Exemplo

¹⁵ Há de se considerar que a inovação, aqui abordada sob a convergência da academia para sociedade, também pode se fazer presente no sentido inverso, da sociedade para academia.

bem-sucedido desse modelo, e com premiações internacionais, é o Programa *Smart Campus Facens*, da Faculdade de Engenharia de Sorocaba, que tem por objetivo desenvolver, implementar, testar e analisar soluções para Cidades Inteligentes, utilizando o campus universitário como locus para estudos das soluções que possam ser replicadas nas cidades (SMART, 2018). Nesse programa, destacam-se ações na área ambiental, com a coleta de resíduos de corpos hídricos, na energética, com o desenvolvimento de um sistema de geração de energia elétrica fotovoltaica e na área de educação, onde se adquire conhecimento, trocam-se experiências e utilizam-se equipamentos para materializar os projetos e ideias.

Dentre as tecnologias emergentes, de custo acessível, a que mais alicerça a grande revolução digital nas Cidades Inteligentes, em todo o mundo, é a Internet das Coisas ou *Internet of Things* (IoT). Segundo Buyya e Dastjerdi (2016), Internet das Coisas é uma infraestrutura global para a sociedade da informação que permite serviços avançados por meio da interligação das coisas (físicas e virtuais) baseadas na interoperabilidade das tecnologias de informação e de comunicação existentes e em evolução. Ela traz em seu cerne a premissa de conectividade ubíqua, ou seja, onipresente, chancelando uma verdadeira revolução no processo de gestão integrada de recursos e serviços centrados no cidadão. Segundo o serviço de estatísticas do google (GOOGLE ESTATÍSTICAS, 2017), na corrida para a adequação da infraestrutura que permite o uso da Internet das Coisas nos diversos países, o Brasil já se consolida à frente de grandes potências como Reino Unido e Canadá, conforme ilustra o gráfico da Figura 1. Faz-se necessário, ainda, que as discussões acerca do impacto dessas mudanças no cotidiano do cidadão se estendam, o quanto antes, para áreas mais representativas da sociedade, evitando que as mesmas cheguem a ser implantadas de forma impositiva, atropelando todo um processo de dialogicidade, tão importante para a consolidação de qualquer democracia (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

Figura 1 – Aderência dos países à adoção da tecnologia da Internet das Coisas (IoT)



Fonte: [GOOGLE ESTATÍSTICAS, 2017].

Uma maior inserção da academia nesse processo vem sendo amplamente discutida e é evidenciada nos estudos de Grimaldi e Fernandez (2017), acerca da aderência dos currículos acadêmicos das Universidades às reais necessidades e interesses das Cidades Inteligentes. Nesse contexto, os autores propõem, de forma acertada a nosso ver, a composição dos currículos e a sintonia dos mesmos ao modelo conhecido como *Triple Helix*, que se caracteriza pela integração entre as companhias privadas, a administração pública e as universidades, que aqui representam os segmentos da sociedade, sendo que estas últimas atuam em um papel central e fundamental associado à inovação. Da mesma forma, Sobrinho et al (2015) abordam o processo intelectual e interdisciplinar consolidado na parceria entre universidade, governo local e sociedade civil, enfatizando que as universidades têm desempenhado papéis fundamentais junto às agências governamentais locais e às organizações da sociedade civil. Os autores discutem que o papel de uma universidade, seja pública ou privada, envolve o compromisso de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e de forma muito particular para a sociedade e território(s) onde a mesma está instalada. Nesse espectro, os autores sugerem a construção de parcerias baseadas na racionalidade substantiva (CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2015) em que o bem-estar humano deve estar acima de qualquer outro interesse.

Na Universidade da Amazônia (UNAMA), a maior Universidade privada do norte do Brasil, encontra-se em desenvolvimento e discussão, capitaneada pelo grupo de Gestão Social e do Desenvolvimento Local (GESDEL), um projeto que tem por objetivo consolidar propostas, associadas às tecnologias das Cidades Inteligentes, integrando-as às perspectivas teóricas de

sustentabilidade e economia solidária. Cabe ressaltar que o grupo GESDEL está ligado ao programa de pós-graduação em administração da UNAMA que conta hoje com um mestrado e um doutorado, ambos em formato acadêmico, perfazendo atualmente um total de noventa e dois discentes. Ancorado nessa atmosfera de produção científica solidária encontra-se o projeto Escarlata, uma iniciativa que tem a pretensão de utilizar os campi da Universidade como palco para apresentar e discutir com a sociedade ideias e soluções que contribuam para verdadeiramente tornar as cidades da região mais inteligentes e solidárias.

2 O PROJETO ESCARLATE

O desenvolvimento de projetos de responsabilidade socioambiental aponta uma tendência mais discricionária para as próximas gerações, onde a tecnologia é, cada vez mais, utilizada em prol de segmentos populacionais historicamente excluídos dos processos de desenvolvimento. A partir das discussões e preocupações do grupo GESDEL, surge, de forma ainda embrionária, o projeto ESCARLATE (*Ecologically smart and Solidary Cities - A Race before it's too LATE*), um acrônimo em inglês para Cidades Ecologicamente Inteligentes e Solidárias – uma corrida antes que seja tarde demais. A utilização da língua inglesa se deu motivada pelo vislumbre do estabelecimento de parcerias, inclusive internacionais, para que outros venham a somar esforços nas mais variadas frentes, quer no que concerne a discussões, quer na cooperação tecnológica. Esse projeto, que se encontra em fase de desenvolvimento, tem como premissa maior viabilizar proposições de Cidades Inteligentes e Solidárias no interior dos campi da UNAMA, aprimorá-las a partir do aprendizado adquirido, e disponibilizá-las à sociedade, em uma ampla rede colaborativa de parcerias, para que possam ser replicadas, adaptadas e potencializadas. A palavra “rede” pode ser contextualizada no projeto ESCARLATE como uma estrutura formada por pessoas ou organizações a partir de interesses e/ou valores comuns. Já a relevância atribuída ao termo “solidárias”, apesar de o mesmo estar implícito nos estudos de Cidades Inteligentes, foi ressaltado, neste projeto, para enfatizar o compromisso de pensar a aplicação da tecnologia, não como fator de segregação, mas, pelo contrário, como forma de atingir um maior número de pessoas, em todas as classes sociais, a partir de um formato colaborativo que traga ganhos efetivos para toda a sociedade¹⁶. O cerne do projeto ESCARLATE envolve um sistema aplicativo (APP), ainda em fase de desenvolvimento, regido a partir das premissas da economia solidária, que viabilize a troca

¹⁶ Busca-se entender a cidade como uma Unidade Social.

entre produtos e serviços, entre serviços e serviços e entre produtos e produtos, tendo, em um primeiro momento, os transeuntes dos campi como potenciais usuários.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os quatro pilares da economia são a complementariedade, a distribuição da riqueza, a gestão de recursos e a ordem institucional. A Complementariedade preconiza que, uma vez que os seres humanos não são capazes de produzir, individualmente, o que precisam, é intrínseco depender do outro para sobreviver. Justo por isso, organizações sociais são, cada vez mais, centradas em laços de cooperação. A Gestão de Recursos remete ao fato de que, a convivência em sociedade exige que se produza, solidariamente, o que os outros necessitam para que se possa trocar pelo que está em falta. A Ordem Institucional implica na convivência em grupo a partir de interesses comuns, criando valores naquilo que chamamos de cultura. Ela envolve a ordem jurídica e a consolidação das relações de poder no grupo. Por fim, a Distribuição da Riqueza que decorre da busca dos indivíduos para cooperar por melhores condições de vida. Quanto mais igualitária é essa distribuição, mais equilibrada tende a ser a sociedade (ARROYO; FLÁVIO, 2017). Partimos do entendimento, então, que quanto mais equilibrada é a sociedade, mais inteligente é a cidade.

Para França Filho (2002) o termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas em uma dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. Cabe ressaltar que, como destacam Arroyo e Flávio (2017), a solidariedade se diferencia da filantropia por ter uma relação horizontal entre os sujeitos que reconhecem e identificam objetivos comuns, partilhando estratégias de sucesso e resultados. Esse enfoque permite uma participação mais efetiva da sociedade nos modelos colaborativos de Cidades Inteligentes. Exemplo dessa iniciativa é o projeto EcoCelpa que vem sendo desenvolvido, com sucesso no estado do Pará, pela empresa de distribuição de energia elétrica Centrais Elétricas do Pará (Celpa). Trata-se de um projeto que busca alcançar todos os usuários aliando sustentabilidade e economia, tendo como objetivo possibilitar a troca de material reciclável por descontos na conta de energia, incentivando, desta maneira, a prática da coleta seletiva por parte dos seus clientes, sejam pessoas físicas ou empresas (ECOCELPA, 2018). No posto de coleta, o atendente irá pesar, separadamente, cada resíduo, por tipo e classe, gerando-se no final o bônus a ser creditado na fatura de energia do usuário. Dentre os materiais aceitos estão plásticos, metais, papel e tetra pak (caixas de suco, leite, extrato de tomate etc). São

quatorze postos de recolhimento distribuídos no estado, sendo doze localizados na região metropolitana de Belém.

Atraídos pela possibilidade de contrapartida, mesmo aqueles que não comungam das convicções do desenvolvimento social a partir da solidariedade, sentir-se-ão seduzidos a participarem das diversas ações. Justo por isso, a economia solidária figura como um importante aliado do gestor e deve estar incluída nas ações de planejamento estratégico das cidades inteligentes. Dentre as ações, associadas a esse planejamento, destacam-se: a definição de objetivos, tanto qualitativos quanto quantitativos; o levantamento dos recursos disponíveis; a definição das estratégias operacionais, que definem as práxis e o monitoramento e avaliação permanente dos resultados concretizados (ANDRADE, 2016).

Nesse contexto, as possibilidades são enormes no que tange às ferramentas de negociação que serão disponibilizadas no projeto ESCARLATE, inclusive via aplicativo de celular. Como exemplo da categoria onde se negociam produtos por produtos, pode-se exemplificar as transações envolvendo livros entre os estudantes e também com os professores da universidade, com a intermediação da biblioteca. Nessa proposta, cada livro passa por um processo de avaliação, onde se consideram o estado, o número de páginas, o ano de publicação etc. e é disponibilizado, no sistema, para negociação direta entre os interessados e o proprietário. Na categoria serviços por serviços, pode-se negociar, por exemplo, que o aluno interessado ministre aulas gratuitas para a comunidade, durante o período de recesso, em troca de horas-aula nas atividades complementares requeridas por seu curso de graduação. Já na categoria produtos por serviços, cabe exemplificar o uso do primeiro resultado prático do projeto ESCARLATE, o Contêiner Inteligente. Nesse caso, serviços acadêmicos, que normalmente são taxados (segunda chamada de avaliações, por exemplo), podem vir a serem trocados por produtos, como por exemplo, materiais recicláveis (garrafas PET, copos descartáveis etc.) que passam a ser contabilizados, por usuário, quando do depósito no Contêiner Inteligente.

Como nos diversos projetos dessa natureza, a grande dificuldade dá-se na integração entre os diversos partícipes, havendo a clara necessidade da presença, pelo menos no processo inicial, de facilitadores que tenham um grande carisma e enorme potencial para agregar diferentes grupos de interesse.

Um dos primeiros resultados efetivos do projeto ESCARLATE, o Contêiner Inteligente é uma proposta que vem sendo aprimorada dentro do campus da UNAMA ao longo dos últimos meses.

2.2 O CONTÊINER INTELIGENTE

O experimento do Contêiner Inteligente, conforme ilustrado na Figura 2, representa, neste primeiro momento, apenas uma aplicação piloto do projeto ESCARLATE, que tem uma pretensão bem mais abrangente, baseada em um sistema de economia solidária, pois se acredita que a sustentabilidade do projeto se dê justamente a partir da premissa básica da economia: a troca. Uma vez que os usuários percebam que existe um sistema de contrapartida, e que o mesmo está definido com base em regras bem claras, a contribuição, materializada através do depósito consciente de recicláveis no Contêiner, deixa de ser vertical entre quem tem e quem não tem e assume um caráter verdadeiramente horizontal, onde a parceria se dá pela troca solidária e não pela doação. Uma vez que fique evidenciado que o ganho será mútuo, a sustentabilidade passa a tomar corpo.

Figura 2 – Contêiner Inteligente do projeto ESCARLATE



Outro elemento que contribuirá para a sustentabilidade é a perspectiva de que a iniciativa privada possa vir a financiar a construção de novas unidades do Contêiner e, em troca, ter sua marca, tanto fisicamente quanto virtualmente, associada a um projeto dessa natureza. Os esforços incluirão ainda o pleito de bolsas, junto aos parceiros financiadores, para que os alunos dos cursos de tecnologia, envolvidos na construção dos Contêineres, possam oferecer uma disponibilidade maior ao projeto. Com isso a conexão entre a academia, a sociedade e o meio empresarial passa a evidenciar uma verdadeira sincronia de interesses, delineando uma rede que apoie e estimule o surgimento de novos projetos.

Mesmo diante da hipótese de não haver o envolvimento do meio empresarial, o que pode vir a ocorrer em um estágio inicial do projeto, ainda assim, a coparticipação dos alunos de graduação ainda tornará viável a construção dos Contêineres. Isso se evidencia na participação voluntária dos alunos do curso de Ciência da Computação, que contribuem com a montagem dos Contêineres ao mesmo tempo em que tomam contato com tecnologias inovadoras associadas à Internet das Coisas. Essa montagem atualmente é realizada no Laboratório de Aplicações Computacionais da Amazônia (LACA) da UNAMA e conta com a participação de professores e alunos.

Construído com tecnologia da Internet das Coisas (IoT), o protótipo do Contêiner Inteligente funciona com a premissa de presença ubíqua nos campi, o que permite a troca de informações com uma central de monitoramento e, a partir da consolidação dos resultados, consequente integração a organizações como a Associação de Catadores de Recicláveis de Belém. Uma das contribuições está no suporte a uma gestão mais eficiente do processo de coleta de material reciclável. Para isso, os Contêineres, que serão distribuídos pelos Campi, são equipados com uma série de dispositivos de sensoriamento que monitoram, inclusive remotamente, o nível de preenchimento dos recipientes, permitindo que a equipe de coletores realize o deslocamento para o recolhimento dos resíduos de forma planejada, aumentando com isso a eficiência do processo como um todo. Ademais, utilizou-se um conjunto de sensores, de baixo custo (ver especificação na tabela 1), embarcados no contêiner.

Tabela 1 - Valores dos sensores utilizados no Contêiner Inteligente (Em Reais)

Descrição	Unidade	Valor Unitário
Módulo Sensor Mq-2 Mq2 Gás Metano Butano Glp Fumaça	1	R\$ 18,00
Módulo Sensor de Movimento Presença Hc-sr501 Pir	1	R\$ 15,00
Pcb 5x7 Mini Protoboard Fenolite	2	R\$ 4,00
Sensor de Distância Ultrassônico HC-SR04	1	R\$ 14,00
Suporte para sensor ultrassônico	1	R\$ 12,00
Antena Cabo Pigtail Gsm Sim800l Esp8266 Mini Pci Rp-sma	1	R\$ 25,00
Mini Caixa Hermética Multitoc Preta (16,5 X 13 X 6cm)	2	R\$ 20,00
Adesivo	1	R\$ 35,00
Contêiner Plástico 120 Litros com Roda	1	R\$ 176,90

Esse conjunto de sensores atuam tanto de forma proativa quanto de forma reativa. Proativa porque o sistema é munido de um componente eletrônico que envia mensagens do tipo *Short Message Service* (SMS), à destinatários pré-cadastrados. Isso ocorre quando o contêiner atingir um limiar de preenchimento pré-estabelecido. No caso do protótipo, estabeleceu-se esse limite em noventa por cento para avaliação inicial, o que equivale a cerca de noventa e três centímetros nas dimensões dos contêineres adotados. Reativa porque o sistema informa instantaneamente, quando requerido via mensagens SMS acompanhada da respectiva senha, os dados obtidos pelos sensores quando da leitura dos dados do contêiner.

Esses dados são apresentados aos destinatários pré-cadastrados, conforme ilustrado na Figura 3. Além da informação contendo o nível de preenchimento, as mensagens SMS enviadas reportam a localização georreferenciada do contêiner, o que permite o planejamento de coleta de forma setorizada.

Figura 3 – Exemplo de Mensagem SMS enviada pelo Contêiner Inteligente



Para o desenvolvimento do experimento do Contêiner Inteligente, utilizou-se uma plataforma de prototipagem eletrônica fortemente associada à Internet das Coisas, conhecida como Arduino (Figura 4). Criado em 2005 por um grupo de cinco pesquisadores (Massimo Banzi, David Cuartielles, Tom Igoe, Gianluca Martino e David Mellis), as placas Arduino inovaram por terem a funcionalidade de um pequeno computador que permite que componentes externos como sensores, por exemplo, sejam conectados, estendendo a funcionalidade dos serviços disponíveis, conforme a necessidade (Arduino, 2018). O projeto Arduino é licenciado de acordo com o *Creative Commons Attribution Share-Alike license*, que permite o uso derivado

de trabalhos comerciais e não comerciais, e é do tipo *open-source*, ou seja, cresce de forma aberta e colaborativa, tendo todo o seu código fonte e sua engenharia compartilhados com a sociedade. Provavelmente se deve a isso seu enorme sucesso, inclusive entre os estudantes do ensino fundamental de diversas escolas, tanto do exterior quanto do Brasil, onde já é adotado em larga escala nas aulas de informática.

Figura 4 – Arduino UNO



No escopo do projeto do Contêiner Inteligente acrescentou-se, ao hardware do Arduino, um conjunto de dois sensores ultrassônicos HC-SR04 e um sensor de presença SR501-PIR, além de um módulo extra SIM-800L, que tem a funcionalidade de um telefone de celular com algumas poucas limitações. Os sensores ultrassônicos HC-SR04 funcionam à semelhança do sistema de ecolocalização, utilizados pelos morcegos. No caso destes animais, que à noite tem sua acuidade visual bastante reduzida, emitem gritos, que consistem em ondas de altíssima frequência, emitidos pela boca ou pelas narinas, o que funciona a semelhança de um radar. Já caso dos sensores utilizados no projeto, existe uma geração artificial de ondas sonoras inaudíveis ao ouvido humano que, quando refletidas no fundo do recipiente, permitem o cálculo do nível de preenchimento do Contêiner. O sensor reflexivo SR501-PIR, por sua vez, detecta a atividade baseada em movimento produzido pelo ato de abrir e fechar a tampa do Contêiner e aciona os sensores ultrassônicos sempre que algum objeto é lançado pelos usuários. Ademais, sensores de fumaça e de gás, do tipo MQ-2 monitoram constantemente o contêiner, enviando mensagens de texto com alerta e acionando, em casos mais críticos, um alerta sonoro para chamar a atenção dos transeuntes diante de uma situação iminente de princípio de incêndio. Para acomodar os componentes eletrônicos, sem o risco de contato com líquidos e outros resíduos eventualmente lançados pelos usuários, utilizou-se uma mini caixa hermética nas dimensões 17x13,5x6,5cm, acomodada na parte traseira do contêiner e conectada aos sensores da tampa através de fios de cobre, devidamente protegidos por uma borracha tubular

transparente conhecida popularmente por mangote. Uma segunda caixa hermética, também localizada na parte traseira do contêiner, guarda um sistema de baterias que dá autonomia ao Contêiner em caso de interrupção de energia elétrica.

Adesivos baseados no padrão *Quick Response Code* (QR-Code)¹⁷ estão visíveis em diversas partes do Contêiner. Quando acionados, através de aplicativos específicos de celular (APPs), remetem ao site do projeto ESCARLATE (ESCARLATE, 2018), onde há esclarecimentos em vídeo além de um tutorial ensinando como reproduzir o experimento em detalhes. O projeto conta com diversas parcerias internas. Dentro dos campi há de se destacar a parceria com o LACA, que está vinculado ao curso de Bacharelado em Ciência da Computação da Universidade da Amazônia (LACA, 2018). Nesse laboratório ocorre o aprimoramento constante do projeto permitindo uma integração, cada vez mais presente, entre graduação e pós-graduação, uma vez que o projeto ESCARLATE está vinculado ao programa de pós-graduação em administração.

Com o propósito de aumentar a aderência do projeto ao sistema de economia solidária, surgiram diversas proposições. Uma delas consiste em contabilizar o quantitativo de recicláveis depositados nos Contêineres por cada usuário. Isso viabilizaria o depósito de créditos nas contas dos usuários e, por conseguinte, no sistema de economia solidária, conforme o uso. A viabilidade técnica desta proposta está sendo testada com o uso de células de carga para Arduino, que na prática são sensores de peso com capacidade para suportar até cinquenta quilos. Nos testes em curso, esses sensores vêm sendo instalados no fundo dos contêineres e, a partir de um algoritmo computacional que calcula a diferença entre o peso anterior e o atual, é possível saber quanto cada usuário depositou. Todavia, ainda se fazia necessário identificar qual usuário realizou os depósitos para que o crédito fosse feito especificamente em sua conta.

A solução, inicialmente encontrada, requereu um pré-cadastramento dos usuários no sistema de economia solidária do projeto. Ao realizar esse procedimento, faz-se necessário a criação de uma conta, para esse usuário, assim como ele também recebe um pequeno chaveiro com um módulo de *Radio Frequency Identification* (RFID) embarcado, conforme ilustrado na Figura 5. A tecnologia de identificação por radiofrequência (CIRIACO, 2009) começou a ser utilizada na segunda guerra mundial nos sistemas de radares. De uma forma geral o sistema funciona basicamente com uma antena, que neste caso é acomodada dentro do próprio chaveiro, um transceptor, que serve para transmitir e receber dados de um dispositivo leitor, que fica acoplado ao contêiner, e uma etiqueta RFID. Hoje esse sistema é bastante popular e barato e

¹⁷ Modelos de códigos criados em 1994 pela empresa japonesa Toyota para dar uma resposta rápida às consultas em sua linha de produção.

pode ser encontrado em diversos segmentos como, por exemplo, nas coleiras de animais domésticos, para facilitar a identificação em caso de perda, ou ainda em produtos enviados pelos correios, para permitir o rastreamento. No protocolo adotado no sistema Escarlata o usuário deverá aproximar seu chaveiro RFID de um leitor localizado na parte frontal do contêiner para estabelecer a identificação no sistema. Após ouvir um sinal sonoro de reconhecimento, ele deverá depositar o material reciclável e, em seguida, fechar o contêiner. Com isso será possível ao sistema identificar com quanto aquele usuário contribuiu.

Figura 5- Chaveiro RFID



O sistema não impede que usuários sem cadastro realizem o depósito de matérias recicláveis no contêiner. Todavia, nesse caso específico, não haverá contabilização de créditos no sistema de economia solidária. Mesmo com toda essa tecnologia integrada, ainda existem lacunas que estão sendo investigadas antes da replicação do projeto para uma escala maior. Uma delas diz respeito a questões como eventuais tentativas de burlar o sistema, por exemplo, se um usuário encher uma garrafa PET com algum produto líquido, como detectar essa anomalia de forma que o crédito no sistema de economia solidária seja contabilizado sem esse excedente. Questões como essa constituem verdadeiros desafios e estão sob investigação pelos pesquisadores do LACA em diversas áreas. Uma delas é a de inteligência computacional, mais especificamente no que concerne aos estudos de reconhecimento de padrões. Entretanto, há de se ressaltar, que ainda não se encontrou uma solução eficiente e de baixo custo para resolver o problema. Em um primeiro momento, cogita-se realizar um trabalho de esclarecimento através de campanhas para conscientização e, com isso, apelar ao bom senso dos usuários para o uso correto do contêiner.

Pensando justamente na deflagração de campanhas educativas, optou-se por inserir na pesquisa outro elemento de investigação com vistas a trabalhar a consciência ambiental, inicialmente nos campi e, mais a frente, nas escolas, onde se pretende fazer os primeiros testes fora dos campi da universidade. Para isso, buscou-se nas aplicações do marketing o fundamento teórico para consolidar mais essa investigação, mais especificamente em um segmento conhecido como antropomorfismo.

2.3 ANTROPOMORFISMO

Antropomorfismo é a atribuição de características humanas a qualquer constituinte da realidade. Segundo CHOWDHURRY (2015), produtos antropomórficos que refletem a aparência ou o comportamento humano podem vir a exercer uma influência considerável no consumo. Um dos motivos está relacionado a fatores ergonômicos e cognitivos como atrativo visual, usabilidade aparente, prazer percebido e prestígio. Justo por isso, esse recurso vem sendo usado desde os primórdios da humanidade nas estratégias de convencimento do consumidor. Exemplos clássicos de antropomorfismo envolvem pessoas que nomeiam automóveis, que conversam com plantas, chamando-as por nomes próprios ou mesmo que colocam vestes em animais. Grandes empresas como Apple, Microsoft e Google já usam assistentes virtuais (Siri, Cortana e Now) construídos com base nas teorias do antropomorfismo para interação com seus clientes (IOS–SIRI–APPLE, 2018) (CORTANA, 2018) (GOOGLE NOW, 2018).

Com o intuito de aproveitar o potencial de venda associado a esse recurso, bastante explorado no marketing, em especial nos assistentes virtuais, presentes em quase todos os sites de comércio eletrônico, surgiu a proposta de investigar a possível eficiência do antropomorfismo para propagar a ideia de participação solidária no projeto ESCARLATE. Partiu-se da premissa de que oportunizar ao cidadão contribuir para a construção de um campus ecológico e solidário pode vir a se tornar uma experiência bastante gratificante, indo além do discricionismo. Dando uma identidade aos diversos produtos do projeto, seria possível, em tese, o estabelecimento de uma relação mais comprometida.

Uma das estratégias propostas envolveu a associação de cada Contêiner a personagens que atuariam como mascotes do programa. Uma vez que ainda não há mecanismos para a análise do material depositado, os primeiros personagens criados, Juca e Tina (Figura 6), foram concebidos com o intuito de protagonizarem uma ampla campanha que estimule a correta serventia dos Contêineres, fomentando o uso consciente e evitando o depósito de material perecível nos mesmos. A partir da criação dos personagens, torna-se possível desenvolver

campanhas educativas completas em diversos formatos. Uma das pretensões iniciais consiste na criação de gibis com tiras impressas ou virtuais, publicadas no portal da Instituição. Outra iniciativa que está sendo planejada, desta vez voltada às escolas, é o concurso de Fanzines, que são publicações não profissionais e em sua maioria artesanais de pequenas histórias, contextualizadas no universo da responsabilidade social e da economia solidária, envolvendo os personagens Juca e Tina.

Figura 6 – Personagens Juca e Tina



No projeto ESCARLATE, cada contêiner receberá um nome e um adesivo personalizado de um personagem. A proposta é criar empatia com o público-alvo, reforçada por estratégias que abranjam desde a distribuição dos gibis, protagonizados pelas mascotes, até falas de agradecimento, previamente digitalizadas e reproduzidas pelos contêineres, após o fechamento da tampa, quando do depósito de materiais recicláveis. Nesse contexto, que será implementado de forma gradativa, pode-se desencadear campanhas, por exemplo, contra o despejo de material orgânico, conclamando as pessoas para que contribuam com a preservação física do contêiner, ao mesmo tempo em que minimizam a probabilidade de uso incorreto do mesmo. A compilação das experiências obtidas neste projeto piloto será utilizada e aprimorada com vistas a ser aplicada na segunda etapa que consiste no uso do Contêiner em escolas de ensino fundamental da cidade de Belém. Ainda que se critique a “personificação das coisas”

(ou a coisificação das pessoas), acreditamos que, para o propósito do projeto ESCARLATE, este seja um caminho para facilitar a linguagem e comunicação entre os atores sociais envolvidos na iniciativa, sobretudo quando o mesmo chegar até escolas de ensino fundamental. Entendemos que esse possa ser apenas “um indutor” do processo de ensino aprendizagem em educação ambiental e responsabilidade social.

Para respaldar cientificamente o projeto, os princípios metodológicos, descritos na sessão três deste artigo foram discutidos e adotados.

3 ARCABOUÇO METODOLÓGICO

Diversas discussões acerca do possível arcabouço metodológico a ser usado no projeto vieram à tona. Uma possibilidade era partir da empiria para a teoria. Neste formato, realizar-se-iam os experimentos e depois, buscar-se-ia na literatura o suporte teórico-metodológico para sustentar os resultados. Outra possibilidade era partir da teoria para a empiria. Neste segundo formato, todas as ações seriam regidas por proposições teórico-metodológicas já investigadas anteriormente. Ao final, decidiu-se partir do meio termo, onde algumas observações empíricas subsidiaram o processo e outras teóricas corroboraram para ajustá-lo. Buscou-se aproximar-se do que Ragin e Sonnett (2005) chamam de casos contrafactuais em que se faz um estudo de caso com múltiplas unidades de análise dentro de uma relação em que os fatos induzem a reconstrução teórica previamente pensada para análise. O construto se realiza no processo da investigação científica. No caso específico desta pesquisa, o construto está intimamente relacionado com os conceitos de tecnologia e inovação, especificamente tecnologias e inovações ambientais. Segundo Kemp e Pearson (In DIAS, 2015) as inovações ambientais nas organizações podem ser analisadas dentro de uma taxonomia que envolve tecnologia ambiental, inovação organizacional, inovação de produto e serviço e inovação verde do sistema. Esses são importantes parâmetros que envolvem o arcabouço metodológico da pesquisa.

No que concerne às pesquisas relacionadas ao antropomorfismo, a proposta consiste em utilizar estudos analíticos. Segundo Sousa (2014), estudos analíticos são estudos comparativos realizados com o objetivo de identificar e quantificar associações, testar hipóteses e identificar fatores de risco. No caso desta pesquisa, o delineamento dar-se-á de forma observacional. A proposta é observar, especialmente nas escolas aonde o projeto vier a ser testado, em que medida a adoção de elementos antropomórficos influenciará no uso correto dos contêineres. A observação poderá se limitar ao intervalo das aulas (recreio) ou poderá ser mais extensa, neste caso em escolas que possuem em seu espaço um serviço de monitoramento, realizado por

câmeras. A análise se dará através de um estudo de corte entre dois grupos, expostos e não expostos aos elementos antropomórficos, observados em diferentes escolas ou em diferentes turnos da mesma escola.

Para avaliar a adesão e o comprometimento dos transeuntes com a causa da coleta seletiva, quer nos campi, quer nas escolas, utilizar-se-á um estudo qualitativo. Um estudo qualitativo, via de regra, não tem as hipóteses preconcebidas, o raciocínio indutivo procura desenvolvê-las a partir das observações. Além da observação, o método de coleta de dados a ser usado será o de entrevistas semiestruturadas pelos pesquisadores. Após o período de coleta, os dados serão interpretados, organizados, resumidos, integrados e sintetizados para facilitar a análise.

Já para avaliar o impacto do uso do Contêiner Inteligente na melhoria da gestão, associada ao processo de coleta de material reciclável, utilizar-se-á um estudo quantitativo com vistas a avaliar o quanto de transações o sistema de economia solidária proporcionou. A partir de formulários baseados na escala Likert serão investigadas as eventuais mudanças de rotina, no que concerne a gestão da coleta de recicláveis. A escala Likert (COOPER; SCHINDLER, 2016) é um tipo de escala de resposta psicométrica, usada frequentemente em formulários, onde se especifica o nível de concordância com uma determinada afirmação.

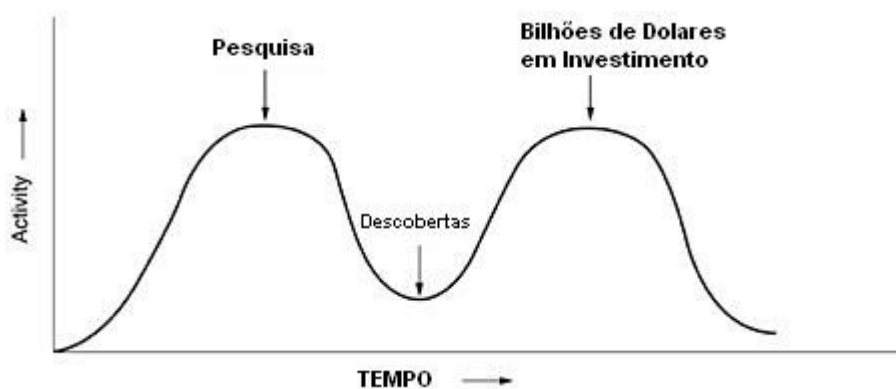
4 DA IDEIA À AÇÃO E DA AÇÃO À IDEIA: EM BUSCA DE NOVOS FORMATOS DE CONSECUÇÃO DE PESQUISA APLICADA

Em 1966, ao criar sua, mundialmente famosa, série de televisão Jornada nas Estrelas (Star Trek), Gene Roddenberry inovou apresentando ao público um ambiente de ficção científica que se contrapunha aos diversos conflitos sociais, bastante evidenciados à época. Nesse ambiente peculiar, que viria a se transformar em um universo canônico do cinema nos anos seguintes, pessoas de diferentes etnias formavam a tripulação da nave *USS Enterprise* e conviviam de forma harmônica, tendo como pano de fundo um punhado de tecnologias futuristas. Apesar de essas tecnologias fazerem parte de nosso cotidiano atual, à época somente existiam na mente do autor. As primeiras referências à telefonia celular, aos *tablets*, aos cartões de memória, à inteligência artificial, à realidade virtual e inúmeros avanços que hoje se tornaram parte da nossa vida, eram tratados, por muitos, como pura fantasia naquele momento. Essa reflexão é importante para entendermos que o tempo de disseminação das tecnologias tem sido cada vez menor. O que por um lado parece ser um avanço, por outro gera uma preocupação, pois quanto mais rápida a inserção das tecnologias emergentes, informacionais e

comunicacionais, em nossas vidas, menor o espaço que a sociedade tem para discutir os impactos da adoção dessas tecnologias na vida do cidadão, quer no que concerne a aspectos éticos, quer políticos, quer de empregabilidade etc. Esse processo de rolo compressor dificilmente será modificado, o que nos remete à necessidade de realizar, de forma mais célere, as discussões acerca dos impactos e do formato do uso da tecnologia no dia a dia. É cada vez maior a alusão à quarta grande revolução da indústria, já referenciada como indústria 4.0, que tem seu alicerce na tecnologia da Internet das Coisas. Após a revolução da mecanização, da eletricidade e da computação, hoje se preconiza a revolução da colaboração (GILCHRIST, 2016). Apesar do termo remeter a algo positivo, cabe ressaltar que essa colaboração tem se referido fortemente a um processo de compartilhamento entre máquinas e não entre indivíduos. Em um cenário onde máquinas irão colaborar com máquinas e, muitas vezes, os impasses serão decididos também por máquinas, através da Inteligência Computacional, não é prudente aos movimentos sociais se ausentarem das discussões que envolvam a inserção das tecnologias no cotidiano do cidadão.

Partindo dessa reflexão, queremos mostrar a importância da mobilização dos diversos grupos sociais na busca por uma maior participação nesse exercício de futurologia. Andrew Tanenbaum (2011) criou um modelo para explicar até que ponto ainda se pode interferir nas pesquisas de tecnologias emergentes, antes que elas sejam padronizadas e disponibilizadas para as linhas de produção industriais. A esse modelo, apresentado no gráfico da figura 7, ele chamou de Teoria do Apocalipse dos Elefantes.

Figura 7 – Teoria do apocalipse dos elefantes



Fonte: TANENBAUM, 2011.

Para Tanenbaum (2011), a atividade associada às pesquisas, em especial de tecnologias emergentes, cresce com o tempo, dentro da academia. Com a apresentação de novas

proposições e de discussões, essa curva tende a crescer até atingir um ápice. Em um dado momento, consolidadas as publicações acadêmicas e discussões, as atividades em torno das descobertas tendem a cair. Nesse ponto a indústria, já amparada em padrões definidos na academia, inicia o investimento de bilhões de dólares para que a tecnologia chegue ao mercado consumidor. Uma vez iniciados os investimentos da indústria, torna-se bastante improvável reverter qualquer aspecto da tecnologia já padronizado na fase anterior. Igualmente, se a academia se mostrar bastante morosa no estabelecimento dos padrões, a própria indústria pode tomar frente a esse processo, propor e investir em padrão próprio, mesmo que não tenha havido a prévia discussão no meio acadêmico. Essa referência é importante para reforçar a necessidade de que as tecnologias, em especial as tecnologias-sociais, sejam amplamente discutidas em parceria com a academia. Com a perspectiva de migração da população mundial para os grandes centros urbanos, as cidades indubitavelmente se tornarão cada vez mais inteligentes. Acompanhar, discutir e interferir nesse processo, no momento atual, pode representar um grande avanço aos movimentos representativos da sociedade, pois, neste instante da linha do tempo, ainda há espaços para proposições, ajustes e contestações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou incitar uma reflexão coletiva acerca da inserção gradativa da tecnologia das cidades inteligentes no cotidiano do cidadão, sempre de forma dialogada e integrada. Nesse cenário, a Universidade da Amazônia se propôs a atuar como um importante vértice, concatenando a sociedade, as organizações do terceiro setor e as companhias privadas em um processo colaborativo e solidário de parcerias. Para contextualizar as premissas aqui abordadas, utilizou-se o projeto de um Contêiner Inteligente, desenvolvido na Universidade como parte de um sistema mais abrangente de economia solidária.

Há de se destacar, nesse projeto, o uso da tecnologia emergente da Internet das Coisas, além dos estudos associados ao antropomorfismo como forma de conclamar o usuário a contribuir de maneira mais participativa nas campanhas de conscientização. Apesar do enfoque em um produto fruto da tecnologia, procuramos evidenciar, mesmo que de maneira subliminar, a necessidade da participação da sociedade nas discussões inerentes às inovações tecnológicas. Essas discussões, para terem efeito prático, precisam ocorrer ainda no processo de maturação da tecnologia pois, uma vez padronizada e adotada pela indústria, torna-se muito difícil reverter esse processo. É imperativo, portanto, que os diversos setores representativos da democracia

trabalhem de forma uníssona, colaborando para a construção de uma sociedade futura que convirja suas inovações tecnológicas em prol da melhoria da qualidade de vida do cidadão.

REFERÊNCIAS

ALYRIO R. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. ISBN: 978-85-7648-465-3.

ANDRADE, A. **Planejamento estratégico**: formulação, implementação e controle. 2 ed. São Paulo: Atlas. 2016. ISBN : 978-85-97-00879-1.

ARDUINO. Disponível em : <<https://www.arduino.cc/>>. Acesso em : 25 mar. 2018.

ARROYO, J.; SCHUCH, F. **Economia na Perspectiva da Economia Solidária**: Fundamentos Teóricos e Experiências Práticas. Belém: Alves gráfica e editora. 2017. ISSN: 978-858831465-8.

BUYYA R., DASTJERDI A. V. **Internet of Things: Principles and Paradigms**. Morgan Kaufmann. ISBN-13: 978-0128053959, ISBN-10: 012805395X, 2016.

CANÇADO, A.; TENORIO, F.; PEREIRA, J. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE** v.9, n.3, 2011.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. **Smart cities in Europe**. Journal of Urban Technology. 2011.

CHOWDHURRY, A. **Influence of Anthropomorphic Product Appearance on Purchase Intention**: A cognitive ergonomics perspective. Tese de Doutorado, Indian Institute of technology Guwahati. 2015.

CIRIACO, D. Como funciona a RFID? 2009. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/tendencias/2601-como-funciona-a-rfid-.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

COOPER, D.; SCHINDLER, P. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. ISBN: 978-85-8055-572-1.

CORTANA – Sua assistente pessoal. Disponível em: <<https://www.microsoft.com/pt-br/windows/cortana>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ECOCELPA. Disponível em: <<http://www.celpe.com.br/conheca-a-celpe/responsabilidade-social/ecocelpe>>. Acesso em 21 abr. 2018.

ESCARLATE. Ecologically smart and Solidary Cities - A Race before it's too LATE Disponível em: <<http://www.margalho.pro.br/escarlata/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FRANÇA FILHO, G. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**. Salvador: SEI, v.12, n.1, p.9-19, 2002.

GILCHRIST, A. **Industry 4.0**: The Industrial Internet of Things. Apress. ISBN 978-1-4842-2046-7e. 2016.

GOOGLE ESTATÍSTICAS. 2017. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-br/ipv6/statistics.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

GOOGLE NOW. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/landing/now/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

GRIMALDI, D.; FERNANDEZ, V. The alignment of University curricula with the building of a Smart City: A case study from Barcelona. **Technological Forecasting & Social Change**. Elsevier. 2016.

IOS–SIRI–APPLE. Disponível em: <<https://www.apple.com/br/ios/siri/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

KANTER, R. Innovation: the classic traps 2006. Disponível em: <<https://hbr.org/2006/11/innovation-the-classic-traps>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

KEMP, R.; PEARSON, P. Final report of measuring eco-innovation (MEI project), Bruxelles. In: DIAS, M.; PEDROSO, E. Metodologia de Estudo de caso com múltiplas unidades de análise e métodos combinados para estudo de configurações. **Revista Ibero-Americana de Estratégia** v. 14, n. 2, 2015.

LACA. Laboratório de Aplicações Computacionais da Amazônia. Disponível em: <<http://projetolaca.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

RAGIN, C.; SONNETT, J. Between complexity and parsimony: limited diversity, counterfactual cases and comparative analysis. In S. Kropp et al. (eds.), **Vergleichen in der Politikwissenschaft** Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2005.

SOBRINHO, M. et al. Learning by Doing: a critical analysis about partnership between University, Local Government and Civil Society. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, p. 183-196, 2015.

SOUSA, C. Metodologia da Pesquisa Científica. 2014.

SMART campus facens. Disponível em: <<http://www.facens.br/smartcampus/campus>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

TANENBAUM, A. **Computer Networks**. Vrije University, Amsterdam: Pearson, 5 ed. 2011. ISBN-13: 9780133072624.

WALTERS, D. Smart cities, smart places, smart democracy: Form-based codes, electronic governance and the role of place in making smart cities. **Intelligent Buildings International**. 2011.

LUZES EM UNÍSSONO: GESTÃO DE PESSOAS NO VOLUNTARIADO INFORMAL

Jardel Augusto Gomes Rodrigues Alves¹⁸

Layse Maria Leite Pereira¹⁹

Carlos Eduardo Cavalcante²⁰

Resumo

Esta pesquisa busca entender fatores motivacionais que influenciam indivíduos a exercerem atividades voluntárias no projeto social Vagalumes. Saber o que motiva ao trabalho em projetos como esse, é um dos possíveis caminhos para fomentar a gestão de pessoas no voluntariado e é uma das contribuições apontadas por esse trabalho. Para alcance do objetivo, foi utilizado o *Volunteer Functions Inventory* (VFI), ferramenta adaptada do trabalho de Clary e colaboradores, em 1998 e validada no Brasil por Pilati e Hees (2011). A ferramenta elenca seis fatores motivacionais (Valores, Compreensão, Aperfeiçoamento, Carreira, Social e Protecionismo). Pela aplicação de questionários, análises de médias, desvio padrão e correlação entre variáveis, procedeu-se a análise de resultados. Encontra-se, pela estatística descritiva, que participantes do projeto social estudado possuem, em média, motivações mais relacionadas a valores altruístas. Em uma outra análise, pela correlação entre as funções, as respostas passaram a apresentar viés motivacional mais orientado pelo egoísmo.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Motivação. Trabalho Voluntário. Voluntariado Informal.

¹⁸ Mestrando em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), jardel.23@gmail.com.

¹⁹ Mestranda em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração - Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), layseleitep@gmail.com.

²⁰ Doutor em Administração, Professor Adjunto. Departamento de Administração e Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFPB), cavalcanteeduardo@gmail.com.

LIGHTS IN UNISON: MANAGEMENT OF PEOPLE IN INFORMAL VOLUNTEERING

Abstract

This research seeks to understand motivational factors that influence individuals to exercise voluntary activities in the social project Vagalumes. Knowing what motivates to work in projects like this, is one of the possible ways to foment the management of people in volunteering and is one of the contributions by this work. To reach the proposed objectives, it was used the Volunteer Functions Inventory, a tool adapted from the work of Clary et al. (1998) and validated in Brazil by Pilati and Hees (2011). The tool lists six motivational factors (Values, Understanding, Enhancement, Career, Social and Protective). Through the application of questionnaires, analysis of means, standard deviation and correlation between variables, the results were analyzed. It is found by descriptive statistics, that participants in the project, have on average, motivations related to altruistic values. In another analysis, by the correlation between functions, the answers started to present more selfish motivational factors.

Keywords: Third Sector. Motivation. Volunteer Work. Informal Volunteering.

1 INTRODUÇÃO

Os vagalumes são insetos conhecidos por emitirem luz própria, por possuir seu próprio brilho fluorescente e na natureza, também chama atenção o fato deles emitirem de modo uníssono a sua luminosidade. Se inicia com um deles emitindo sua luz em determinado ritmo e após algum tempo, todo o bando está brilhando em uma única cadencia de luzes e som. Esta analogia se encaixa com o fenômeno discutido aqui neste artigo: o projeto social informal, denominado Projeto Vagalumes.

Este projeto, que pode ser classificado como uma atividade de Terceiro Setor, tem uma característica que o diferencia da maioria dos projetos presentes nesse setor, a informalidade. Financiado pelos seus participantes, o Vagalumes iniciou com um cidadão que pulsava luminosidade sozinho, até contagiar outros indivíduos, que se reuniram para preencher lacunas que acreditavam não serem satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado. Então, interessa saber nesse trabalho, o que motiva estes indivíduos? Sigamos, portanto, com a contextualização desse tema para um melhor entendimento desse evento.

O terceiro setor, recebe essa nomenclatura por ser uma espécie de complemento para outros dois – o Estado (primeiro setor) e o mercado (segundo setor). Diferentemente dos outros dois, o terceiro setor possui características não governamentais e não lucrativas, é organizado, independente e tem a particularidade de sensibilizar pessoas de forma única, fazendo com que estas tenham propensão de doar tempo e esforços para exercer trabalho voluntário (Fernandes, 1994).

Estudos sobre o terceiro setor ainda são relativamente recentes, o que o faz um campo rico de informações ainda não pesquisadas e pouco alcançadas academicamente. No Brasil, o trabalho de Fernandes (1994) pode ser considerado um marco, mesmo que o escopo principal da obra seja a América Latina, muito se aplica ao contexto brasileiro. Internacionalmente, o estudo de Wilson (2000) pode ser referência de igual relevância sobre o tema. Nota-se assim, cerca de 25 anos de discussão sobre a temática.

De acordo com Albuquerque (2006), uma das características que definem entidades que fazem parte do terceiro setor é a operação em certo nível de formalidade da organização. No entanto, neste artigo optamos por analisar uma organização com características informais, que Salamon (1998) opta por chamar de “atividades voluntárias organizadas”, para expor a diferença desse tipo de organização em comparativo com as que são privadas, sem finalidade lucrativa e não governamentais.

Informalidade indica independência, tanto estatal como de mercado, podendo levar a um impacto social ainda mais forte do que o já alcançado por organizações voluntárias formalizadas e arranjadas de modo burocrático e muitas vezes engessado (Salamon, 1998). Percebe-se então, que o fato de inexistirem investimentos, sejam do Estado ou mercado, dá um contorno diferente a projetos deste tipo. Parece existir um maior comprometimento pelos seus participantes, pois além de doarem seu tempo e conhecimento, precisam colocar recursos financeiros pessoais à disposição dessas iniciativas.

Assim, buscando entender a operação das organizações informais inseridas no terceiro setor, o objeto de estudo desta pesquisa é o Projeto Social Vagalumes, localizado na cidade de Campina Grande (PB). Ativo desde 2008 e que, segundo informações de participantes da iniciativa, contava em 2017 com 74 voluntários.

A escolha desse projeto deu-se pela atuação ativa na segunda maior cidade do estado e pelo desenvolvimento de atividades em diversas frentes. Segundo o site do Vagalumes, o objetivo principal da iniciativa é levar um pouco de atenção e estimular a inclusão social aos menos favorecidos, de todas as formas possíveis. São realizadas visitas a comunidades carentes, asilos, orfanatos, abrigos, creches, escolas, associações de portadores de necessidades especiais, hospitais, clínicas e centros de reabilitação de dependentes químicos (Projeto Social Vagalumes, n.d).

Além das atividades realizadas nas visitas citadas acima, o projeto promove campanhas para arrecadação de brinquedos, alimentos, agasalhos, brechós e outras formas de arrecadar recursos para subsidiar as ações. Muitas vezes, os recursos necessários para execução das atividades advêm dos próprios voluntários, sendo esta uma característica que agrega ainda maior particularidade ao projeto se o comparamos a iniciativas formalizadas.

Exercendo funções em um empreendimento que não recebe aporte financeiro direto, operando em nível de informalidade ao se comparar com outras organizações do terceiro setor, questiona-se com facilidade nas motivações que levam indivíduos a dedicar tempo e esforços em projetos como o Vagalumes. Nesse contexto, a pesquisa aqui desenvolvida se norteia pela seguinte problemática: quais fatores motivacionais que levam indivíduos a exercer funções voluntárias em uma organização informal pertencente ao terceiro setor?

Autores como Nascimento (2012), Nascimento e Galvão (2016), Barros (2016), Ferreira et al. (2006), Carvalho e Souza (2007) e Sampaio (2004), desenvolvem estudos sobre motivações em instituições formalizadas dentro do terceiro setor. Baseando-se nas diretrizes desses autores e em outros citados adiante, evidencia-se a viabilidade teórica dessa pesquisa, com o detalhe de que aqui, a proposta é ir além e direcionar o estudo das motivações em uma

organização que é informalmente constituída, a fim de verificar convergências ou diferenças do que acontece em empreendimentos formais.

Na literatura sobre o tema em questão, e na obra de autores como Fernandes (1994), Wilson (2000), Fischer (2005), Handy e Mook (2011) e Souza e Medeiros (2012), é possível perceber que os estudos sobre motivação em organizações têm como campo de pesquisa, costumeiramente, organizações formais. No que diz respeito às instituições informais, pesquisas acadêmicas são encontradas com menor incidência.

Taniguchi (2012), aponta que quanto mais envolvidas com suas famílias e amigos, mais provável é que as pessoas optem por pelo voluntariado informal, muitas vezes para beneficiar aqueles mais próximos. O mesmo autor, comenta que os fatores que levam ao voluntariado formal ou informal, são em certo nível semelhantes e que as duas formas de participação existem mais como complementares uma da outra do que como substitutas.

Em outro trabalho, Wang, Mook e Handy (2017) concluem que a literatura segue focando esforços no voluntariado formal (trabalho sem remuneração intermediado por uma organização formalizada) e muito pouca atenção é dispendida para o que é desenvolvido informalmente (trabalho também não remunerado, feito por conta própria, para vizinhos, amigos ou outros indivíduos). Os autores fazem a distinção entre os tipos de voluntariado, e assim sendo, pretendem despertar novas ideias, a fim de contribuir com um ponto da literatura que para eles é pouco explorado.

Wilson (2000), aponta que o voluntariado formal recebe maior difusão e conhecimento público, especialmente por estar relacionado com associações ou instituições privadas (com ou sem fins lucrativos) ou minimamente formalizadas. Entretanto, o autor defende que ações mais espontâneas, que aconteçam fora do espectro de associações civis formais, não devem ser desconsideradas, mas sim, entendidas como um importante aspecto que compõe o comportamento voluntário de modo geral.

Definindo o voluntariado informal como um trabalho não remunerado e desenvolvido fora de um contexto organizacional formal, um levantamento feito pelo *Independent Sector* (2001), nos Estados Unidos identificou que este tipo de voluntariado, na ocasião era fortemente presente no país, indicando que entre todos os respondentes da pesquisa, 60.8% participaram de alguma atividade informal no mês anterior ao que estavam sendo indagados e 76.9% no ano anterior à pesquisa.

As atividades desenvolvidas pelos respondentes desse levantamento envolviam desde o auxílio a um vizinho, fazer compras para alguém impossibilitado ou cuidar de crianças no tempo livre. Importante ressaltar que metodologicamente o *Independent Sector* (2001) não

considera como atividades voluntárias o auxílio para familiares ou pessoas que dividam o mesmo teto.

No Brasil, para verificar uma possível menor atenção para organizações voluntárias informais, foram feitas buscas em três bases de dados acadêmicos nacionais (Periódicos CAPES, Scielo e SPELL) por pesquisas com esse assunto. Filtrando pesquisas brasileiras e/ou em língua portuguesa, com os termos “motivação”, “motivações” e “voluntariado”. De forma geral, nada se encontrou com estes termos buscados. Quando o mecanismo de busca das bases retornou algo, procedeu-se a leitura dos resumos destes trabalhos encontrados, e já era possível identificar a não especificidade dedicada ao voluntariado informal e as motivações do mesmo, indicando então uma lacuna de pesquisa a ser preenchida.

Ressalte-se que, a inexistência de trabalhos nas bases de dados pesquisadas, não justifica por si só a realização de um estudo. Existe sempre a possibilidade de um fenômeno não ser importante, e que por isso, nunca foi estudado. Entretanto, a existência de iniciativas informais em diversos pontos do planeta, como já discutido e apontado pelo trabalho de outros autores já comentados previamente, demonstra a presença de uma particularidade diferente das já extensamente estudadas, e que por isso, consideramos relevante a investigação.

E é nesta lacuna apontada que a pesquisa aqui desenvolvida pretende contribuir, oferecendo dados empíricos que subsidiem as ações de gestão e especialmente de gestão de pessoas ao recrutar e esperar reter voluntários em organizações de caráter informal. Para tanto, escolheu-se para uso o *Volunteer Functions Inventory* (VFI), que possibilita a partir de respostas das trinta afirmativas do instrumento, classificar as motivações que levam ao voluntariado. O modelo já testado e validado no Brasil, pelos autores Pilati & Hees, (2011), foi replicado ou adaptado para diferentes realidades em outras pesquisas, como em Beú, (2010); Medeiros (2014); Siqueira, (2016); Siqueira, Zoboli & Paula, (2017).

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste tópico, serão abordados conceitos que permeiam a temática de estudo deste trabalho. Optou-se nesta seção pela divisão do arcabouço teórico em três pontos centrais e em cada um destes serão expostos autores e fundamentações destes, que embasam teoricamente o que se pretende alcançar, mantendo em observância o objetivo da pesquisa, já apresentado.

2.1 TERCEIRO SETOR

Conforme exposto na introdução, assumindo posição de contraponto entre as relações de poder presentes na esfera estatal e a necessidade lucrativa que norteia as ações de mercado, surge uma terceira força representativa, alternativa às dominâncias de Estado e mercado, o terceiro setor.

Fernandes (1994), compreende que nesse setor estão incluídas iniciativas privadas que não necessariamente baseiam suas atividades na obtenção de lucro; e iniciativas públicas não relacionadas de modo direto com práticas estatais. Assim, é fundamental a participação não de empresas e nem do governo, mas sim de cidadãos, de forma espontânea, desenvolvendo ações que objetivem alcançar a um interesse comum.

Para Salamon (1998), o crescimento desse setor advém das pressões e das diferentes demandas de grupos sociais que não veem seus anseios atendidos, seja por instituições comerciais e, principalmente, por desconfiança na capacidade do Estado. Agindo em atividades mais localizadas, possuindo caráter mais flexível que instituições privadas e menos burocracia que órgãos governamentais, naturalmente as atividades desse setor, passaram a receber maior engajamento dos cidadãos.

Observando que no terceiro setor o objetivo é atender situações não contempladas pelos outros dois setores, é plausível pressupor que os atores que desenvolvem atividades nesse contexto naturalmente estejam mais dispostos ao cumprimento das atividades que optam por desempenhar e que por consequência sejam mais engajados. Muitas vezes, esses cidadãos atuam voluntariamente, sem estar amarrados por contratos formais de trabalho ou mesmo esperando recompensas financeiras imediatas. Sobre o trabalho voluntário, trataremos a seguir.

2.2 TRABALHO VOLUNTÁRIO E SUAS MOTIVAÇÕES

Para Souza e Medeiros (2012), o trabalho voluntário caracteriza-se pelo não recebimento de uma recompensa monetária direta. Trabalhadores voluntários são aqueles que disponibilizam seu tempo pelo bem de outros, por diferentes razões. Além disso, é possível entender que o desenvolvimento de atividades voluntárias faz parte de uma construção subjetivista, já que para os voluntários seu exercício gera reconhecimento, satisfação, entre outros fatores benéficos, como aumento de estima e alívio de estresse (Caldana & Figueiredo, 2008).

Silva (2013), acredita que o trabalho voluntário tem essência compensatória através de retornos emocionais e sociais, pelas relações de satisfação no exercer de suas atividades. Nesse sentido, Maciel e Camargo (2011) afirmam que o comprometimento ao trabalho nesse cenário

é influenciado diretamente pelo contentamento que o voluntário tem pela organização na qual está engajado, a conexão emocional estabelecida por ele com a instituição, com seus pares e com aqueles que se beneficiam de seu trabalho.

Partindo do pressuposto dos autores previamente citados, faz-se justo assumir que não apenas o engajamento, mas a motivação no voluntariado se confunde com o envolvimento dos colaboradores e com as organizações de que estes participam. Quanto mais motivadas, mais as pessoas tendem a desempenhar suas funções com maior afinco (Silva, Cappellozza & Zambaldi, 2017).

De todo modo, as motivações podem ser entendidas sob diferentes percepções. Alguns pesquisadores adotam viés holístico, enquanto outros optam por categorizar indivíduos e analisar suas motivações de modo particular. Em uma abordagem funcionalista, acredita-se que indivíduos moldam seu comportamento de acordo com as situações que estão expostas em seus trabalhos. Assim, a motivação pode ser entendida por diferentes necessidades e em diferentes momentos (Bastien, 2015).

Em senso comum, costuma-se entender o voluntariado como um ato completo de altruísmo. Entretanto, é possível questionar se o ato de se voluntariar é de fato fundamentalmente altruísta ou pode servir à diferentes objetivos, mesmo que mais individualistas. Assim, as pessoas podem ser voluntárias não exclusivamente pelo bem-estar dos beneficiários ou das causas às quais dedicam tempo e esforços, outras situações e objetivos particulares podem influenciar nessa decisão.

É com esse pensamento e ao adotar uma abordagem funcionalista (Bastien, 2015), que este estudo decidiu partilhar dos pressupostos de Clary et al. (1998), que dividem as motivações ao voluntariado em seis tipos. Para os autores, a motivação ao voluntariar-se é baseada em seis funções motivacionais. A saber: valores, compreensão, aperfeiçoamento, carreira, social e protecionismo.

Identificar motivações ao trabalho é fundamental, pois sabendo delas se torna possível desenvolver processos de seleção apropriados para organizações e eventos específicos. Além disso, para o ambiente de estudo da presente pesquisa, torna mais viável o alcance de melhores formas de manter um voluntário engajado e motivado, de modo que sejam beneficiados não apenas os indivíduos que recebem as ações ou as instituições de que fazem parte, mas também o voluntário no exercer de seu trabalho (Bastien, 2015).

Para identificação de um perfil motivacional, Clary et al. (1998) dividem as motivações ao voluntariado nas seguintes funções:

- Valores: o voluntariado acontece quando o indivíduo o faz com o objetivo de expressar valores por ele defendidos, como humanitarismo e altruísmo.
- Compreensão: busca-se maior familiaridade para aprender sobre determinado fenômeno ou exercitar habilidades inerentes ao voluntário.
- Aperfeiçoamento: o voluntário pretende desenvolver-se individualmente.
- Carreira: o objetivo é alcançar através do voluntariado experiência em uma carreira que se pretende seguir.
- Social: o indivíduo crê que ao voluntariar-se é possível estreitar laços sociais que já possua ou desenvolver novos relacionamentos, conhecer pessoas, etc.
- Protecionismo: o voluntário acredita que atuando nessa área reduz sentimentos negativos próprios, como culpa, ou mesmo minimizar problemas pessoais.

2.3 MOTIVAÇÕES AO VOLUNTARIADO INFORMAL

Expostos os potenciais perfis de orientação motivacional, é importante voltar atenções para as peculiaridades no âmbito do voluntariado em organizações informais. Atividades informais acontecem mais correntemente em nível interpessoal e envolvem comportamentos espontâneos, como ajudar vizinhos, familiares e idosos (Omoto & Snyder, 2010).

Em complemento, Hardill e Baines (2011) indicam que o ato de se voluntariar em organizações de cunho informal, relaciona-se diretamente ao caráter interpessoal de quem opta por ser voluntário. Nesses casos, são estabelecidas naturalmente relações de “vizinhança”, o que gera um maior nível de comprometimento ao desempenhar atividades.

Enquanto em organizações formais as funções que cada indivíduo desenvolve devem ser bem explicitadas para os demais membros da organização, em contextos de informalidade essa rigidez não está presente. A desintegração de atividades não promove consenso definido e pode acarretar em falta de clareza sobre os papéis de cada membro deve desempenhar na organização (Gonçalvez, 2006).

Retomando os seis tipos de motivação e o trabalho desenvolvido por Clary et al. (1998), adaptamos o *Volunteer Functions Inventory* (VFI), instrumento de pesquisa que será adotado, para responder os objetivos aqui propostos. Sobre a ferramenta usada, trataremos adiante na seção de procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta de dados foi primariamente feita através da aplicação de questionários. Estes, foram estruturados com um bloco inicial de questões demográficas (gênero e faixa etária dos respondentes) e, a posteriori, outro bloco com assertivas para identificar o perfil motivacional dos entrevistados. Para mensuração, utilizou-se escala Likert, constituída com sete pontos, sendo 7 o maior nível de influência para a assertiva e 1 o menor.

O questionário aplicado para essa pesquisa tem como base o modelo proposto por Clary et al. (1998), intitulado *Volunteer Functions Inventory* (VFI). O instrumento é composto por trinta assertivas que fazem referência sobre possíveis fatores motivacionais que levam o indivíduo a realizar trabalho voluntário. Os grupos ou funções, que indicam os potenciais perfis e características motivacionais são: valores, compreensão, aperfeiçoamento, carreira, social e protecionismo.

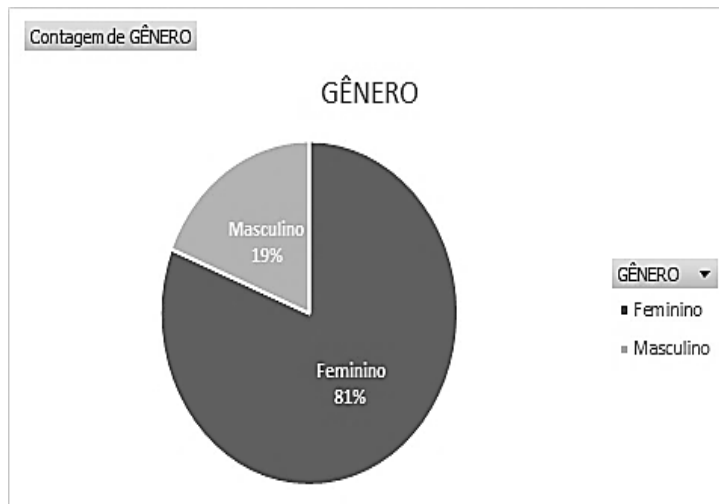
O universo desta pesquisa é composto por 74 voluntários, pertencentes ao Projeto Social Vagalumes no ano de 2017, período de aplicação dessa pesquisa. Para efeito de amostra, responderam ao instrumento de pesquisa, enviado via redes sociais, 37 voluntários. Os dados foram coletados por meio da adaptação eletrônica do VFI feita para esta pesquisa, que foi enviada uma vez, para cada voluntário individualmente.

Utilizou-se para análise de dados o programa R® e o auxílio do Microsoft Excel®. Para mensuração e análise de medidas quantitativas, foram utilizadas média, o desvio padrão e a correlação de Spearman entre variáveis, sendo estas (as variáveis), correspondentes as funções motivacionais apontadas por Clary et al. (1998). Partindo das análises, foram realizadas interpretações que serão detalhadas no próximo item do trabalho.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Diante da amostra, foi possível identificar predominância significativa de mulheres na instituição: São trinta (81%) pessoas de gênero feminino e sete respondentes masculinos (19%). Estes dados estão evidenciados visualmente na Figura 1.

Figura 1 - Frequência de Gênero entre os respondentes



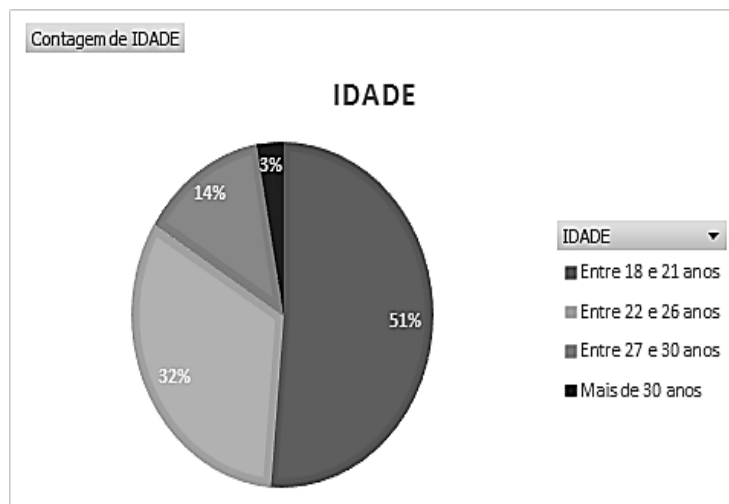
Fonte: Dados da Pesquisa.

A predominância feminina encontrada na instituição estudada neste artigo, coincide com o que se viu em obras citadas no referencial desta pesquisa. Em Bastien (2015), e também em Silva, Cappellozza e Zambaldi (2017), ainda que seus trabalhos tenham sido realizados em contextos diferentes, também se percebe uma participação voluntária mais frequente de mulheres.

Em complemento, se for feita a comparação com essas outras pesquisas, o percentual encontrado no projeto social Vagalumes é ainda maior, 81% de mulheres. Indicando a particularidade de que essa instituição é majoritariamente composta pelo gênero feminino.

No que diz respeito à idade dos voluntários da instituição, o quadro de participantes é fundamentalmente composto por jovens. Mais especificamente, foram encontrados 19 respondentes com idades entre 18 e 21 anos, 12 pessoas na faixa entre 22 e 26 anos, 5 voluntários com idade entre 27 e 30 anos e apenas uma pessoa com idade superior a 30 anos. Descrição na Figura 2.

Figura 2 - Frequência de Idade entre os respondentes



Fonte: Dados da Pesquisa.

Resumindo as respostas encontradas em dois grupos, assumindo como jovens os que estiverem entre 18 e 26 anos e adultos os que passam dos 26, temos que 31 pessoas do total de 37 são jovens. Análises referentes à idade são particulares em cada cenário e para cada instituição em específico. No caso do Vagalumes, por ser, desde sua fundação uma iniciativa jovem, é razoável pensar que os ideais de participação e engajamento da juventude permanecem até hoje, porque este é um dos alicerces da proposição do projeto desde o início do empreendimento (Projeto Social Vagalumes, n.d.).

4.1 O VOLUNTEER FUNCTIONS INVENTORY

Clary et al. (1998), aponta que os indivíduos são voluntários a fim de atender objetivos que não precisam ser necessariamente altruístas, e que podem sim desejar responder à anseios pessoais. Dessa forma, diferentes voluntários podem o ser por razões distintas, já que os objetivos de cada um não são necessariamente compartilhados e de interesse comum para todos. Assim sendo, o VFI propõe a existência de seis tipos de orientações que podem influenciar nas motivações dos voluntários, que são: valores; compreensão; aperfeiçoamento; carreira; social e protecionismo. A ferramenta dos autores consiste essencialmente em um conjunto de trinta questões, mensuradas por meio de uma escala de (Likert) 1 a 7, na qual os respondentes se orientam partindo do pressuposto que 1 é o que se considera de menor relevância para motivações em atividades voluntários e 7 o mais relevante.

Então, através da aplicação do instrumento, objetivou-se identificar entre as seis vertentes motivacionais quais se destacam mais no projeto social Vagalumes, atentando para a

peculiaridade desta ser uma organização informal sem fins lucrativos. Para efeitos de análise, Clary et al. (1998) separam as trinta questões da forma apresentada na tabela a seguir:

Tabela 1 - Relação Questões x Motivação

Q3, Q8, Q16, Q19, Q22	Valores
Q12, Q14, Q18, Q25, Q30	Compreensão
Q5, Q13, Q26, Q27, Q29	Aperfeiçoamento
Q1, Q10, Q15, Q21, Q28	Carreira
Q2, Q4, Q6, Q17, Q23	Social
Q7, Q9, Q11, Q20, Q24	Protecionismo

Fonte: Adaptado de Clary et al. (1998).

Como exposto na tabela, cada característica de motivação tem cinco questões a ela relacionadas. Então, através das respostas dessas questões é possível que se estabeleça um entendimento mais específico sobre os níveis de motivação. Dessa forma, foram agrupadas perguntas em cada tipo de motivação possível e assim, se procedeu a análise quantitativa com base nos voluntários do Vagalumes que responderam o VFI.

Inicialmente, atentamos que nas questões de número 8, 14, 27 e 10, existiram *missing values*. Ou seja, respondentes que acabaram não assinalando tais questões ao preencherem o instrumento (no caso, houve um *missing value* em cada questão). Para seguir com a análise, e por entender que a ausência de respostas, nesse caso, não assumiria um viés específico nem que seria fundamentalmente importante para o entendimento analítico das respostas, as ausências foram removidas através da função '*na.omit()*', do software R.

O perfil motivacional de maior média agregada foi o de Compreensão, com valor médio total de 30,39. Não muito distante deste número, com segunda maior frequência média de respostas, esteve o perfil de Valores (Md = 30,25). Em sequência, estiveram Aperfeiçoamento (Md = 27,25), Protecionismo (Md = 22,35), Carreira (Md = 19,11) e, por fim, a característica Social, com média de 16,75.

A tabela seguinte, ilustra os perfis alinhados com seus valores de média geral agregada e também com o desvio padrão agregado destes. Em relação aos desvios, destaca-se alto valor comparativo encontrado nas respostas que mediam motivações por Carreira e Social, com valores de 11,36 e 10,49, respectivamente, o que pode indicar grande disparidade entre as respostas médias, seja para mais ou para menos.

Tabela 2 - Médias gerais e desvios em cada perfil

Tipos de Motivação	Md (Média Geral)	DP (Desvio Padrão)
Valores	30,25	6,17
Compreensão	30,39	6,34
Aperfeiçoamento	27,25	9,37
Carreira	19,11	11,36
Social	16,75	10,49
Protecionismo	22,35	9,70

Fonte: Dados da Pesquisa.

É possível identificar pela tabela anterior que, em análise de média geral, os respondentes indicam que são voluntários na instituição por características de altruísmo e valores humanitários. Ou seja, pode-se acreditar que doam tempo e esforços para o Vagalumes com o intuito de ajudar aos outros, sendo orientados essencialmente por motivações altruístas, ao menos na primeira observação.

O altruísmo como fator mais evidente pode ser relacionado com vários trabalhos que buscaram determinar as motivações em organizações do terceiro setor: Stukas et al. (2016), Cavalcante (2014) e Silva (2011), são bons exemplos de determinância do fator altruísta nos seus resultados. Ferreira et al. (2006), apresenta em seus resultados que a principal motivação que leva voluntários a realizarem seu trabalho é o fato de se sentirem úteis em relação ao papel como cidadãos.

Entretanto, fatores não relacionados ao altruísmo também possuem forte presença na amostra. Por exemplo, o tipo de motivação que apresentou maior média agregada (Md = 30,39) foram motivações por Compreensão. Nesse tipo de orientação motivacional, voluntários, ao entrar nas instituições, buscam estabelecer maior compreensão de determinados fenômenos com os quais estarão envolvidos, ao mesmo tempo que objetivam desenvolver neles próprios, habilidades, capacidades específicas e aumentar conhecimento sobre uma determinada causa.

Essa análise, se complementa ainda mais ao vermos que outro ponto de média agregada elevada foi o de Aperfeiçoamento. Com esse tipo de perfil motivacional, o voluntário aponta que espera satisfazer questões referentes ao seu ego e desenvolver a si mesmo, ainda que em paralelo esteja ajudando outros.

Carvalho e Souza (2007) em seu estudo, apresentam nos resultados que a motivação correspondente ao que aqui se apresenta como Aperfeiçoamento, obteve o número de respostas com maior expressividade em sua pesquisa. Naquele trabalho, essa categoria foi identificada como “Valência”. Desse modo, bons valores estão presentes na decisão de se voluntariar, mas não são os únicos que fomentam essa opção.

Enquanto isso, perguntas com características motivacionais de Social e Carreira foram as que incidiram menores médias agregadas de respostas, respectivamente 16,75 e 19,11. Estas duas vertentes serem as de menor frequência de respostas, demonstra que voluntários no Vagalumes não o são necessariamente porque querem estreitar laços sociais ou mesmo o desenvolvimento de novas relações.

Por outro lado, apesar de apresentarem as menores médias, as motivações de Social e Carreira possuem maiores índices de desvios-padrões, o que identifica os respondentes como uma amostra heterogênea quanto às suas motivações. Ou seja, enquanto alguns marcaram com menor intensidade estes itens (muitas respostas em nível 1), outros os marcaram com bastante intensidade (respostas concentradas em nível 7). Em complemento a esses resultados, Silva (2011) encontrou em sua pesquisa a motivação por Afiliação, que aqui podemos tratar analogamente como motivação Social, que apesar de não ter obtido os maiores números encontrados, apresenta médias significativas para análise.

Em complemento às informações da Tabela 2, e da análise das médias agregadas e desvios, identificou-se como questão com média de resposta mais alta a de número 19, “*Eu sinto que é importante ajudar aos outros*”, apresentando média de 6,97. Outras com boa representatividade foram: questão 16 “*Eu sinto compaixão pelas pessoas necessitadas*”, média 6,73; questão 14 “*O voluntariado permite que eu tenha uma nova perspectiva sobre as coisas*”, média 6,66; a questão 25 “*Eu posso aprender como lidar com os mais variados tipos de pessoas*”, média de 6,65 e a questão 27 “*O voluntariado faz com que eu me sinta melhor*”, com média 6,47.

A alta incidência de respostas para essas perguntas corrobora o que foi identificado anteriormente, que em média geral, os indivíduos que se voluntariam no projeto Vagalumes, indicam que o fazem por dispor de valores essencialmente altruístas. Isso se exemplifica na média alta ao serem questionados se acham que é importante ajudar os outros, pois tal média chegou próxima ao nível máximo da escala.

Em oposição, a questão com menor média encontrada foi a de número 11 “*Realizar trabalho voluntário me alivia da culpa por ser mais afortunado que os outros*”, apresentando média de 2,27. Próxima a essa questão, com média 2,65, está a número 4 “*Pessoas próximas a*

mim querem que eu seja voluntário”. Outras questões de frequência média baixa são a de número 2 “*Meus amigos são voluntários*”, 10 “*É possível que eu faça novos contatos que podem ajudar meus negócios ou em minha carreira*” e 17 “*Pessoas próximas a mim dão alta importância para serviços comunitários*”. Respectivamente com médias 3,11; 3,22; e 3,43.

Observa-se aqui que na amostra encontrada nesta pesquisa, a decisão de voluntariar-se sofre pouca influência de fatores sociais como o interesse de familiares ou amigos que sejam voluntários em outra instituição. Além disso, o engajamento no voluntariado não acontece por interesse de melhorias particulares relacionadas à carreira ou mesmo melhorias em eventuais negócios ou empreendimentos dos que se voluntariam.

Comparando os resultados apontados com os dados de Bastien (2015), é corroborada a tendência de que indivíduos sejam voluntários com o intuito de ajudar aos outros, os desafortunados e mais necessitados. Mas, que não deixam de buscar melhorias e aperfeiçoamento para si próprios. Além disso, convergem também com os resultados de Bastien (2015) o fato de que os voluntários, em ambas pesquisas, não levam em consideração a participação de relativos a eles ao voluntariado. Ou seja, não se dedicam em causas por influência direta de familiares ou amigos.

Seguindo o comparativo com outras pesquisas, alguns dos resultados apontados por Taniguchi (2012) condizem com os achados do estudo aqui desenvolvido. O que o autor encontrou como tipos mais comuns de atividades voluntárias são presentes no projeto Vagalumes, que é a dedicação de esforços para atividades de serviços e cuidados sociais. Características presentes na maioria das atividades que os voluntários do projeto desenvolvem. Observando os resultados de Wang, Mook e Handy (2017), os achados entre as pesquisas convergem e divergem em alguns pontos. Principalmente, no fato de que para os autores, os voluntários o são quando possuem uma rede social de amigos ou próximos, que compartilham da ideia de voluntariado.

Nesse sentido, os resultados da presente pesquisa apontam que a assertiva “*Meus amigos voluntariam-se*” possui uma média de respostas baixa (3,11). Em contrapartida, na assertiva o “*Voluntariado é uma maneira de fazer novos amigos*”, encontra-se uma média relativamente alta (5,35), indicando que os participantes do Vagalumes ainda que não sejam voluntários diretamente pela influência de amigos, buscam estabelecer laços com pessoas que partilhem do mesmo ideal.

Para análise mais aprofundada e a fim de corroborar ou confrontar os resultados encontrados na estatística descritiva apresentada até aqui, decidimos agregar as cinco questões que compõem cada um dos perfis motivacionais e assim identificar informações específicas

referentes a cada um dos seis construtos de tipos de motivação. As informações estão resumidas na Tabela 3 em seguida:

Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis agregadas

Variável	Min.	Max.	Média	Mediana	Desvio Padrão
Valores	4,2	7	6,065	6,200	0,69
Compreensão	3,4	7	6,077	6,250	0,90
Aperfeiçoamento	3	7	5,45	5,80	1,38
Carreira	1	7	3,824	3,5	1,79
Social	1	6,6	3,351	3,824	1,66
Protecionismo	2,20	7	4,47	4,6	1,34

Fonte: Dados da Pesquisa.

Percebe-se então uma eventual confirmação do que as análises anteriores apontaram. Os voluntários no Vagalumes, são em média, mais influenciados ao voluntariado por características de Valores e Compreensão. Enquanto fatores relacionados à Carreira e Social tem influência média, porém mais baixa na amostra aqui analisada. Isso se confirma nos valores de mínimo; nesses dois construtos encontram-se respostas com o menor valor possível na escala adotada na ferramenta.

Para aprofundamento dos achados, mais uma análise estatística foi aplicada, a correlação de Spearman. Nesse ponto, buscou-se identificar de que forma uma variável se relaciona comparativamente com outras. Ademais, baseando-se essencialmente na interpretação de resultados pelo método Spearman (1904), identificar se estas correlações são fortes ou fracas. A matriz desenvolvida com base nas informações dos respondentes, está descrita na Tabela 4:

Tabela 4 - Matriz de correlação *rho* de Spearman

	Valores	Compr.	Aperf.	Carreira	Social	Protec.
Valores	1					

Compreensão	0,29•	1				
Aperfeiçoamento	0,40*	0,65***	1			
Carreira	0,32*	0,75***	0,76***	1		
Social	0,15	0,65***	0,67***	0,75***	1	
Protecionismo	0,40*	0,67***	0,86***	0,74***	0,86***	1

Nota. Significância: •p < 0,10; * p < 0,05; ** p < 0,01; *** p < 0,001.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Resumidamente, a correlação será alta quando as observações entre variáveis (no caso desta pesquisa, as funções do VFI) tiverem características aproximadas. Por consequência, será baixa quando as observações tiverem classificação de características distintas. As relações serão idênticas no caso de a correlação ser igual a +1 ou completamente opostas no caso de a correlação ser igual a -1. Uma correlação de Spearman perfeita de +1 ou -1 acontece quando cada variável é uma função monótona ideal na relação de ordem de uma com a outra (Spearman, 1904).

Analisando os valores da Tabela 4, observa-se que as correlações mais altas partem da função referente a características motivacionais de Protecionismo, em que o indivíduo busca o voluntariado para reduzir sentimentos negativos em si ou mesmo problemas pessoais, tais como a culpa, por exemplo.

O Protecionismo apresentou correlação alta com a função Social (0,86) e de Aperfeiçoamento (também 0,86). Tomando como base as características dessas três funções, é possível assumir que o voluntário participante do Vagalumes possui tendência a dedicar-se nas ações do projeto buscando inicialmente satisfação pessoal, indicando um viés de motivação ao voluntariado que é até certo ponto egoísta. Observando a literatura, essa informação contradiz pesquisas que alcançam o voluntariado tradicional, em que essencialmente as motivações são de caráter altruísta (Dunn, Chambers, & Hyde, 2016) e outros autores já citados durante o desenvolvimento da presente pesquisa.

Complementarmente, destaca-se como associação fraca a correlação entre a variável motivacional orientada por funções Sociais e de Valores (0,15). Indicando que o respondente que se voluntaria motivado por estreitar ou desenvolver interações sociais, não o faz necessariamente por questões de valores, como humanitarismo ou auxílio aos menos

afortunados. O contrário também se estabelece, pessoas de característica mais altruísta o fazem pelos valores que acreditam e não por questões de relações sociais.

Raciocínio similar se desenvolve na segunda correlação que surge como mais fraca, a existente entre a função de Compreensão e Valores (0,29). Assumindo que o voluntário motivado por Compreensão busca receber benefícios de autodesenvolvimento, aprendizado e entendimento de suas habilidades através do voluntariado, quem o faz com essa característica tende a não ser orientado por valores altruístas.

Segue com associações mais fracas a relação Carreira e Valores (0,32), na qual a linha de interpretação é semelhante com as anteriores, quando o voluntário se motiva por características egoístas, a questão de valores possui a tendência de ficar em segundo plano.

Em resumo, é possível perceber que os motivos que levam ao voluntariado podem se distinguir a depender da profundidade da análise estatística aplicada. Nesse sentido, pela interpretação das estatísticas descritivas, observando as médias, estas indicam que os voluntários apresentam tendência de indicar que a motivação para que sejam voluntários é essencialmente altruísta, já que a média das funções Valores e Compreensão são as mais altas (6,06 e 6,07 respectivamente).

Médias elevadas nessas duas funções podem indicar um certo viés para respostas positivas. Essa orientação positiva de respostas é abordada por Musick e Wilson (2008), que acreditam que viver em uma sociedade onde ajudar aos outros é visto como honrado e estimado, as pessoas podem acabar por exagerar os quão altruístas de fato são. Essa interpretação que trata da tendência de respostas positivas pode ser melhor percebida após a análise de correlação entre as funções motivacionais, como apresentada na Tabela 3.

Observando as correlações entre funções, como analisado anteriormente, as funções motivacionais orientadas por Valores (característica altruísta) apresentam baixa relação com as demais funções. De fato, as relações encontradas com base na função de valores são as de menor pontuação. Respectivamente: 0,29• para Valores X Compreensão, 0,40* para Valores X Aperfeiçoamento, 0,32* para Valores X Carreira, 0,15 para Valores X Social e por fim 0,40 para Valores X Protecionismo. Além das pontuações mais baixas, algumas correlações são apontadas até como insignificantes entre algumas das funções.

A própria ferramenta de pesquisa aplicada neste estudo se propõe a identificar diferentes tipos de perfis motivacionais e de que forma os voluntários se dispõem a participar do projeto Vagalumes. Assim, um indivíduo pode ser em maior ou menor nível inclinado a voluntariar orientado por um determinado perfil. Identificar esses perfis é apenas uma maneira de identificar a disposição voluntária dos respondentes (Clary & Snyder, 1999).

A contradição entre o que a estatística descritiva e as correlações apontam, indica possibilidade de que este estudo pode ser seguido ou complementado com novas pesquisas para confirmar ou mesmo refutar os achados desta pesquisa. Sobre isso e demais observações da pesquisa, trataremos em seguida nas considerações finais

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvida a parte introdutória, referenciado o aporte teórico e após o percurso metodológico, o empreendimento da análise de resultados respondeu o objetivo da pesquisa que foi o de identificar quais fatores motivacionais que levam indivíduos a exercer funções voluntárias em uma organização informal pertencente ao terceiro setor. No caso, o projeto Vagalumes.

O projeto, escolhido pelo alcance de suas atividades na cidade de Campina Grande (PB) e especialmente por ser um empreendimento de característica informal, tem em seus participantes, influências motivacionais orientadas em maior grau, segundo o VFI, por perfis de Valores e de Compreensão. Em contrapartida, influências de teor relacionado à Carreira e aspectos Sociais são menos importantes na tomada de decisão ao se voluntariar. Isso, quando observamos número absolutos e as médias gerais através da estatística descritiva.

Observando individualmente as assertivas do questionário, estas apresentam a tendência de confirmação de que os voluntários participantes no projeto são adeptos a ele por motivos de caráter mais altruísta. Por exemplo, a média expressiva de 6,97 (variável de 1 a 7) na questão “*Eu sinto que é importante ajudar aos outros*”, resultado bastante próximo ao máximo na escala adotada na ferramenta aqui utilizada.

Na medida que valores altruístas impactam para que os indivíduos doem tempo e possam empreender esforços no trabalho voluntário, fatores referentes à culpa não apresentam grande impacto, como se vê na baixa média encontrada na questão 11 “*Realizar trabalho voluntário me alivia da culpa por ser mais afortunado que os outros*”, apontando média de 2,27. Tampouco, a influência de terceiros é relevante, já que os voluntários do Vagalumes indicam que o são por iniciativa própria e não por influência de relativos. Isso se confirma com a média de 2,65 encontrada em “*Pessoas próximas a mim querem que eu seja voluntário*”.

A fim de não se limitar pela análise até certo ponto superficial da estatística descritiva, optou-se pelo desenvolvimento de outras aplicações que viessem a atestar ou expor uma nova perspectiva sobre os achados anteriores. Nesse sentido, pelo uso de testes de correlação entre

as funções motivacionais, identificou-se que motivações orientadas por Valores (característica altruísta) apresentam baixa relação com as demais funções.

Por essa análise, é possível assumir que o voluntário participante do Vagalumes não leva em consideração exclusivamente motivações de caráter altruísta. Pelo contrário, possui a tendência de dedicar-se nas ações do projeto buscando inicialmente satisfação pessoal, indicando viés de motivação ao voluntariado que é, até certo ponto, egoísta. O que se evidencia principalmente pelas maiores correlações encontradas, entre a função de protecionismo com a função social (0,86) e de aperfeiçoamento (também 0,86).

Nesse sentido e observando a literatura, o achado de que a organização informal aqui analisada é, de certa forma, ocupada com voluntários orientados por motivações egoístas, temos um resultado que contradiz pesquisas que alcançam o voluntariado em aspecto mais amplo e o voluntariado formalizado em específico, onde em linhas gerais as motivações encontradas são de caráter altruísta.

Apesar de entendermos o alcance do objetivo proposto, a pesquisa encontrou limitações que apontamos a fim de prevenir que estas se repliquem em estudos futuros. Como exemplo de limitação, a quantidade de respondentes alcançada foi inferior a esperada, ainda que o questionário tenha sido apresentado com antecedência aos participantes do projeto social, metade do universo de pesquisa da instituição acabou por não responder, o que pode ter influenciado na amostra trabalhada e, por consequência, nos resultados encontrados.

Outra limitação encontrada foi no que tange à literatura da temática, principalmente no que se refere a ONGs e instituições informais de voluntariado, como é o caso do projeto Vagalumes, ambiente de estudo deste artigo. Entendemos que o voluntariado, o terceiro setor e mais ainda as instituições que operam em caráter de informalidade são difíceis de serem alcançadas, justamente pela essência de sua formação mais “espontânea” e por consequência de disporem de pouco ou nenhum registro. Desse modo, trabalhar com pouca referência literária sobre este tipo de instituição foi até certo ponto um limitante para a pesquisa.

Neste sentido, recomendamos que novos trabalhos sejam feitos, principalmente ao encontrarmos resultados que divergem do convencional já encontrado em outros estudos sobre o voluntariado. O passo dado por esta pesquisa serve como estímulo para que sejam despendidos mais esforços de pesquisa na área, ainda tão pouco explorada, considerando que estudos sobre o terceiro setor brasileiro são incipientes e que, especificamente em organizações informais, são ainda mais escassos, incitamos que novas pesquisas surjam, a fim de contribuir para a gestão dessas organizações.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, A. C. C. (2006). Terceiro setor: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus Editorial.
- Barros, D. S. M. (2016). Motivação no IAPI: um estudo sobre a motivação para o trabalho em uma organização do terceiro setor. Trabalho de Conclusão de Curso, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bastien, A. C. (2015). An examination of volunteer motivations and characteristics between required volunteer service and nonrequired volunteer service in college students: an exploratory study. Honors Program Theses, Georgia Southern University, Statesboro, GA.
- Beú, N. B. (2010). Motivações para o voluntariado empresarial: desenvolvimento de um instrumento de medida. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Caldana, A. C. F., & Figueiredo, M. A. C. (2008). O voluntariado em questão: a subjetividade permitida. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(3), 466-479.
- Carvalho, V. D., & Souza, W. J. (2007). Pobres no ter, ricos no ser: trabalho voluntário e motivação na Pastoral da Criança. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(2), 113-134.
- Cavalcante, C. E. (2014, julho/dezembro). Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil. *Estudos do CEPE*, (38), 161-182.
- Clary, E. G., & Snyder, M. (1999). The motivations to volunteer: theoretical and practical considerations. *Current Directions in Psychological Science*, 8(5), 156-159.
- Clary, E. G., Snyder, M., Ridge, R. D., Copeland, J., Stukas, A. A., Haugen, J. et al. (1998, junho). Understanding and assessing the motivations of volunteers: a functional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1516-1530.
- Dunn, J. Chambers, S. K., & Hyde, M. K. (2016). Systematic review of motives for episodic volunteering. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 27(11), 425-464.
- Fernandes, R. C. (1994). Privado porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Ferreira, S. L., Santos, R., Vilas, A. A., & Delgado, M. (2006). Motivação no terceiro setor: a percepção dos voluntários e colaboradores. In III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Recuperado em 06 de novembro de 2017, de <https://goo.gl/zT5JWf>
- Fischer, R. M. (2005). Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. *Revista de Administração*, 40(1), 5-18.
- Gonçalves, J. (2006, janeiro/março). Comprometimento organizacional: o formal e o informal no voluntariado. *Conscientia*, 10(1), 156-167.
- Handy, F., & Mook, L. (2011). Volunteering and volunteers: Benefit-cost analyses. *Research on Social Work Practice*, 21(4), 412-420.

Hardill, I., & Baines, S. (2011). *Enterprising care: unpaid voluntary action in the 21st century*. Bristol, England: Policy Press.

Independent Sector. (2001). *Giving and Volunteering in the United States, 2001 Edition*. Washington, DC: Author.

Maciel, C. O., & Camargo, C. (2011). Comprometimento, satisfação e cooperação no trabalho: evidências da primazia dos aspectos morais e das normas de reciprocidade sobre o comportamento. *RAC*, 15(4), 433-453.

Medeiros, R. O. (2014). *Perfil e motivação de voluntários para o engajamento no trabalho sem fins lucrativos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

Musick, M. A., & Wilson, J. (2008). *Volunteers: a social profile*. Bloomington, IN: Indiana University.

Nascimento, C. E. P. (2012). *Estilos de liderança no terceiro setor e repercussão nos níveis de motivação dos colaboradores*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Bragança, SP.

Nascimento, C. E. P., & Galvão, A. M. (2016). Gestão dos estilos de liderança e respetivo impacto na motivação dos profissionais do terceiro setor. In Livro de Resumos, III Encontro de Jovens Investigadores do Instituto Politécnico de Bragança (p. 35). Bragança, SP: Instituto Politécnico de Bragança.

Omoto, A. M., & Snyder, M. (2010). Influences of psychological sense of community on voluntary helping and prosocial action: group processes, intergroup relations, and helping. In S. Stuermer & M. Snyder (Eds.), *The psychology of prosocial behavior: processes, intergroup relations, and helping* (pp. 223-244). Oxford, England: Wiley Blackwell.

Pilati, R., & Gaiofatto Hees, M. (2011). Evidências de validade de uma versão brasileira do Inventário de Funções do Voluntariado - IFV. *Psico-USF*, 16 (3), 275-284. Projeto Social Vagalumes. (n.d.). Recuperado em 01 de dezembro de 2017, de <https://goo.gl/xm287M>.

Salamon, L. (1998). A emergência do terceiro setor—uma revolução associativa global. *Revista de administração*, 33(1), 5-11.

Sampaio, J. R. (2004). *Voluntários: um estudo sobre a motivação de pessoas e cultura em uma organização do terceiro setor*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, A. R., Cappellozza, A., & Zambaldi, F. (2017, janeiro/junho). Antecedentes do engajamento e da intenção em permanecer em projetos sociais: um estudo em instituições de ensino superior do estado de São Paulo. *Teoria e Prática em Administração*, 7(1), 79-109.

Silva, A. S. P. (2011). *As dinâmicas motivacionais numa ONG: estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

Siqueira, S. R. (2016). Motivação para o trabalho dos voluntários que atuam em hospital público estadual de São Paulo, referência em HIV. Doctoral Thesis, Escola de Enfermagem, University of São Paulo, São Paulo. Retrieved 2018-02-06, from <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-10052017-123338/>.

Siqueira, S. R., Zoboli, E. L. C. P., Paula, S. H. B. (2017). Voluntariado em saúde na graduação e a formação de valores humanísticos, sigilo, privacidade e confidencialidade de pacientes. *Revista de Graduação USP*, 2(3), 25-33.

Souza, W. J., & Medeiros, J. P. (2012). Trabalho voluntário: motivos para sua realização. *Revista de Ciências da Administração*, 14(33), 93-102.

Spearman, C. (1904). The proof and measurement of association between two things. *The American Journal of Psychology*, 15(1), 72-101.

Stukas, A. A., Hoye, R., Nicholson, M., Brown, K. M., & Aisbett, L. (2016). Motivations to volunteer and their associations with volunteers' well-being. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 45(1), 112-132.

Taniguchi, H. (2012). The determinants of formal and informal volunteering: evidence from the American Time Use Survey. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 23(4), 920-939.

Wang, L., Mook, L. & Handy, F. (2017). An empirical examination of formal and informal volunteering in Canada. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 28(1), 139-161.

Wilson, J. (2000, agosto). Volunteering. *Annual Review of Sociology*, 26, 215-240.

PARCERIA ENTRE O INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE E A COMUNIDADE TRADICIONAL DE GERAIZEIROS DA MATINHA (GUARAÍ/TO)

*Caroliny dos Santos Hamada*²¹

*João Augusto Rodrigues*²²

*Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes*²³

Resumo

Para a promoção e o desenvolvimento em um mundo de grande diversidade e miscigenação de cultura e povos, um importante olhar se estabelece sobre as comunidades tradicionais. Oriundas de processos sócio-históricos distintos entre si, essas comunidades estão fundadas sobre a valorização da tradição e da cultura que mantém por muitas gerações, pelas décadas e séculos. Assim, ressaltam-se as relações comunitárias, representada pela forte relação com o meio ambiente e as pessoas que compõem o grupo. Já às relações societárias, as empresas privadas configuram o papel na sociedade, de modo que são oriundas de capitais privados e a finalidade também privada, ou seja, com a maximização dos lucros para seus proprietários e sócios. Além das empresas obterem lucros, outros objetivos são aprimorados usando a prática da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), a fim de potencializar o seu desenvolvimento e o meio em que se está inserida. Sendo assim, a RSE é entendida como um compromisso que a organização tem com a sociedade, ações caracterizadas por meio de atos e atitudes atingindo de maneira positiva o seu público alvo, exemplo, uma comunidade, que visa o desenvolvimento sustentável e da sua cultura. Logo, algumas comunidades estão perdendo o seu espaço e muitas delas sendo aculturadas pela sociedade ao seu redor, o presente artigo, tem como objetivo, analisar os reflexos e contribuições da RSE para o desenvolvimento das comunidades tradicionais. Deste modo, efetuou-se uma revisão de literatura a respeito dos aportes teóricos do tema. Em se tratando da metodologia, utilizou-se questionário, entrevistas e análise documental.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais. Parcerias. Responsabilidade Social Empresarial. Sociedade.

²¹ Graduanda do curso de Administração pela FCE/UNESP. Vinculada ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. e-mail: caroliny.hamada1997@gmail.com

²² Graduando do curso de Administração pela FCE/UNESP. Vinculado ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. e-mail: joaorodriguesepmk@gmail.com

²³ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social. e-mail: nelsonrusso@tupa.unesp.br

PARTNERSHIP BETWEEN THE HSBC SOLIDARITY INSTITUTE AND THE TRADITIONAL COMMUNITY OF GERAIZEIROS DA MATINHA (GUARAÍ/TO)

Abstract

For the promotion and development in a world of great diversity and miscegenation of culture and peoples, an important look is established on the traditional communities. These communities are based on distinct socio-historical processes. These communities are founded on the appreciation of the tradition and culture that they have maintained for many generations, for decades and centuries. Thus, we highlight the community relations, represented by the strong relationship with the environment and the people who make up the group. In the case of corporate relations, private companies set the role in society, so they come from private capital and the private purpose, that is, the maximization of profits for its owners and partners. In addition to the companies making profits, other objectives are improved using the practice of Corporate Social Responsibility (CSR) in order to boost its development and the environment in which it is inserted. Thus, CSR is understood as a commitment that the organization has with society, actions characterized by acts and attitudes reaching in a positive way its target public, example, a community, which aims at sustainable development and its culture. Therefore, some communities are losing their space and many of them being acculturated by the society around them, the present article aims to analyze the reflexes and contributions of CSR for the development of traditional communities. In this way, a literature review was made regarding the theoretical contributions of the theme. Regarding the methodology, a questionnaire, interviews and documentary analysis were used.

Keywords: Traditional Communities. Partnerships. Corporate Social Responsibility. Society.

1 INTRODUÇÃO

Nas comunidades, especificamente nas tradicionais, ocorre à caracterização dos povos, que representam determinado território, essa definição se dá por meio das estruturas informais e subjetivas, sendo de forma individual ou coletiva a forma como acontece a manutenção dos pequenos empreendimentos. Os pequenos empreendimentos ou unidades negociais são sustentados pelas famílias, que alavancam a economia de tal comunidade (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008).

Nas sociedades urbanas, em oposição às comunidades tradicionais, encontram-se as grandes corporações, as quais têm seu desenvolvimento pautado em ações de empreendimentos, havendo a existência de muitas parcerias, objetivando-se então fins mais exitosos e lucrativos as empresas. Nesses espaços, as pessoas estão ligadas por relações contratuais, logo, elas vêm promovendo as suas imagens por meio de trabalhos sociais com pessoas e grupos de indivíduos menos afortunados (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008; MORAES; BRAGA JUNIOR; LOURENZANI, 2015).

Os investimentos por parte das empresas desenvolveram-se com as evoluções das fases da RSE, proporcionando benefícios para os dois grupos sociais, o desenvolvimento para as empresas e novos conhecimentos às comunidades a respeito de conceitos de economia e da gestão. Para que as empresas continuassem aumentando o market share, os laços com a sociedade e a comunidade tornaram-se mais sólidos, no qual as ações tomadas pelas empresas passaram a ser de forma mais teórica, com viés estratégico, buscando novos consumidores. Os consumidores por sua vez, com um olhar voltado à qualidade e manutenção da vida em sociedade, passaram a procurar empresas que atendem às necessidades da população de maneira mais ética, algumas práticas empresariais consistem no desenvolvimento da responsabilidade social (FARIA; SAUERBRONN, 2008; MORAES; BRAGA JUNIOR; LOURENZANI, 2015).

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE), são ações com a finalidade de beneficiar a população, atingindo questões ambientais, educacionais, sociais e/ou econômicas. E tais ações são realizadas a partir de investimentos empresariais, e proporcionam o marketing social, o qual concede visibilidade para a empresa por realizar ações em favor da sociedade (LIBERA, 2016). Essa consciência empresarial responsável, de acordo com Mello e Mello (2018), é fundamental para o engajamento de todos no processo de desenvolvimento, e que terá por consequência, a preservação do meio ambiente, a promoção dos direitos humanos, bem como a construção de uma sociedade justa e próspera economicamente.

Logo, uma das alternativas para o desenvolvimento das comunidades tradicionais, são as parcerias com as empresas privadas, as quais realizam ações de responsabilidade social empresarial. Diante deste cenário, o problema centra-se na seguinte pergunta: quais são as possíveis contribuições que os projetos de responsabilidade social empresarial proporcionam para a comunidade tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO)?

A justificativa de tal trabalho pauta-se na importância da comunicação e discussão da temática, que abrange as relações ocorridas entre dois grupos sociais distintos, que por sua vez, estão presentes em contextos bem diferentes. Logo, um grupo aplica projetos de responsabilidade social para uma população menor. Esta ação é bem conhecida e popularmente usada pelas grandes empresas nos dias de hoje, a fim de promover o bem-estar da sociedade, e, a melhoria de sua imagem com projetos sociais.

Portanto, definiu-se como objetivo geral de pesquisa: compreender a influência dos projetos de RSE para o desenvolvimento de comunidades tradicionais. Desse, surgiram os objetivos específicos, que são: 1) definir as concepções de “comunidades tradicionais”, “RSE” e “desenvolvimento”; 2) caracterizar a comunidade tradicional Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO) e o IHS; 3) explicar o processo de parceria e os benefícios de tal relação.

O artigo foi dividido em partes, a primeira, composta por uma breve introdução ao assunto e conceitos sobre o tema, e que serão abordados durante o trabalho. Já a segunda parte apresenta o desenvolvimento do trabalho, composto pelo: referencial teórico, a qual é essencial para o entendimento dos temas, a metodologia, que foi utilizada para a realização da pesquisa e os resultados encontrados, com os benefícios proporcionados, por meio da realização da parceria entre a comunidade Geraizeiros da Matinha e o Instituto HSBC Solidarietà (IHS), além da conclusão sobre tal pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

Iniciando a discussão, e para que se tenha um melhor entendimento das relações de sociabilidade entre a comunidade Geraizeiros da Matinha e o IHS, faz-se fundamental um abarque teórico sobre alguns tópicos da pesquisa, como: comunidade tradicional, responsabilidade social e empresarial e desenvolvimento, no primeiro é válido adentrar ainda mais afunda no conceito de cultura, território, passando pelas sociabilidades - em sociedade e comunidade, até chegar às comunidades tradicionais, como sendo o objeto de estudo da pesquisa, a comunidade tradicional Geraizeiros da Matinha. Para o contexto de responsabilidade social e empresarial é interessante destacar a definição desse termo, bem como

sua evolução ao longo dos anos, além da sua evolução histórica. Também será apresentado a discussão sobre a temática desenvolvimento, pois um dos resultados da RSE, seria a promoção do desenvolvimento na sociedade.

2.1 COMUNIDADES TRADICIONAIS

O conceito de cultura tem um significado distinto para cada região, sua origem é latina, *colere*, o entendimento do vocábulo de maneira geral é estabelecido como sendo, um grupo de conhecimento das leis, dos hábitos, dos sentidos, das tradições, dos valores e dos significados que o indivíduo adquire por toda a sua vida. Porém, os conhecimentos podem ser alterados, conforme as modificações que ocorrem ao redor, com por exemplo, a introdução de novos costumes, uma nova cultura, ou até a transferência de território, cuja cultura se difere da anterior (MELLO, 1991; AZEVEDO, 1996).

Logo, a cultura é “[...] uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro.” (SANTOS, 2006, p.7). Além disso, as diferenças de identidade social que ocorrem entre os grupos também ajudam a definir a cultura, esses grupos sociais são a parte mais complexa, quando se trata da sociabilidade (LARAIA, 2006; SANTOS, 2006).

Para o estabelecimento da cultura em uma comunidade ou sociedade, tudo dependerá dos territórios, isto é, dos locais onde esta se enraizará. Os territórios para a formação desses grupos podem ser permanentes ou temporários, devendo ser um campo geográfico e humano, o qual acontecerá às relações formais ou informais de um coletivo, a reprodução cultural, social e econômica (ABRAMOVAY, 2007; BRASIL, 2007; MORAES et al, 2017b).

São dois os tipos de relações que se tem em determinado território, tais são definidos e diferenciados nos trabalhos de Tönnies (1957), Brancalone (2008) e Costa (2010). A primeira relação, à societária é definida de modo mais artificial e abstrato, no qual, os indivíduos seguem a linha da expansão do capitalismo, com aspectos mecânicos, sendo os vínculos e os comportamentos regulados pelas leis e contratos (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008).

Já o segundo tipo de sociabilidade ocorre nas comunidades, essas possuem particularidades diferentes da sociedade, as relações são pautadas na harmonia e o amor do coletivo, que sempre estão unidos quando possível. Os vínculos são mais reais, de caráter familiar e íntimo, nestes grupos, a relação é baseada em três laços, sendo eles: a consanguinidade, a filiação e a aliança, fortalecendo os valores e tradições (TÖNNIES, 1957).

Em suma, como afirmado por Tönnies (1957), os conceitos de comunidade e sociedade se contrapõem. Esse pensamento é diferente dos indivíduos, que durante muito tempo, habituaram a afirmar que “comunidade” e “sociedade” são expressões que possuem o mesmo sentido, isto é, são tratadas como sinônimos. Esse pensamento foi cada vez mais se arraigando entre os indivíduos, porém, essa forma é incorreta, à luz da sociologia, as palavras representam significados diferentes.

Além das características colocadas por Tönnies (1957) e Brancalone (2008) e Costa (2010) traz outras quatro principais características sobre as comunidades, sendo elas: I-) a nitidez, que é a clareza dos limites territoriais, ou seja, a definição de onde se inicia e termina a comunidade; II-) a pequenez, a unidade é de pequena dimensão; III-) a homogeneidade, as atividades das pessoas que estão dentro da comunidade devem ser similares e IV-) as relações sociais, as relações das pessoas são feitas por meio de vínculos diretos.

Diante dessas características apresentadas, observa-se que, a comunidade é (em termos de sociabilidade) o oposto da sociedade, uma vez que essa, não tem limites territoriais, nem são pequenas e as relações são feitas de modo impessoal e contratual. No Quadro a seguir, podemos observar algumas diferenças entre os conceitos de comunidade e sociedade, segundo Tönnies (1957) e Costa (2010):

Quadro 1 - Diferenças conceituais entre relações comunitárias e societárias

Na comunidade	Na sociedade
O trabalho é ligado à família e ao lazer;	O trabalho fica isolado da família;
A religião marca o trabalho, estando sempre presente;	A religião é confinada a determinados horários e locais;
A família é o centro de união do grupo;	A união do grupo é o contrato social;
Os interesses e pensamentos são uniformes;	Há uma disparidade dos interesses e ideais;
Tradições e valores são fortalecidos como costumes;	Os comportamentos são regulados pelos contratos e leis;

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em Tönnies (1957) e Costa (2010).

Logo, a sociedade é uma associação humana, caracterizada por relações que são baseadas em convenções, regras formalizadas e pela grande divisão do trabalho, não pelos laços afetivos como na comunidade (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008; COSTA, 2010). Diferente das características que foram citadas anteriormente, as relações sociais nas sociedades

apresentam caráter de maior transitoriedade, superficial e de impessoalidade, no qual, os indivíduos se conectam por meio dos interesses, fazendo com que a vida perca a coesão.

Quando entramos na seara das minorias, observa-se que os pequenos grupos trabalharam de forma dura e árdua, para conseguirem a liberdade sobre a opressão que a sociedade colocava, dessa forma, eles garantiram os direitos e o reconhecimento da cultura. O esforço das minorias trouxe bons frutos e grandes transformações nos cenários social, econômico e das políticas públicas. Por meio da Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual defende e representa as comunidades tradicionais no âmbito político, as minorias tiveram uma participação ativa nas decisões (MORAES et al, 2017).

Uma melhor compreensão a respeito da descrição do conceito de comunidade tradicional, é trazida pelo decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, este institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No decreto os povos e as comunidades tradicionais são colocados como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, art 3º, inciso 1º).

Logo, é possível identificar uma comunidade tradicional por meio de seus elementos específicos, como a produção voltada para a comunidade, a distribuição do trabalho de forma comunitária e sem salário, a transmissão do conhecimento e da cultura, por meio da geração e o desenvolvimento, adaptando-se ao meio em que se está inserido (DERANI, 2002). Além dessas características, Costa (2010), ressalta que as atividades se centralizam ao redor da família, no qual o coletivo possui suas culturas, seus valores e seus costumes.

A formação desses grupos ocorre em um território, cujas características ali serão fundidas. Moraes et al. (2017b) define que, o território deve ser um campo geográfico e humano, com relações informais. Sobre uma perspectiva ambientalista, o princípio 22 da declaração do Rio de Janeiro de 1992, estabelece que,

As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1992).

De forma simplificada, a comunidade tradicional é a junção de indivíduos que pensam da mesma forma, mas, que possuem peculiaridades diferentes da sociedade, por isso o Estado e a sociedade devem zelar e apoiar as comunidades que buscam as suas conquistas identitárias (COSTA, 2010; MORAES *et al*, 2017).

2.1.1 Comunidade Geraizeiros da Matinha

Os geraizeiros são reconhecidos como povos do Cerrado, Pierson (1972) afirma que a comunidade geraizeiros da Bahia e de Minas formam uma das populações mais tradicionais do “Vale do Chico” (rio São Francisco). A comunidade geraizeiros da Matinha está localizada no estado do Tocantins, mais precisamente na cidade de Guaraí, antes de se fixar ali, tal comunidade surgiu em Minas Gerais, transferindo-se para Goiás em 1940, devido a lotação dos espaços mineiros, e, migrando novamente em 1978 para a cidade atual - Guaraí, trazendo consigo todos os aspectos culturais (entrevistado).

A comunidade é considerada tradicional, por causa de suas características, que estão intimamente ligadas com o descrito no Decreto 6040, ao qual descreve que as comunidades devem ter uma cultura diferenciada, com suas relações em um território, a fim de fortalecer a identidade, a reprodução cultural e social da comunidade (BRASIL, 2010).

A formação social na Amazônia legal brasileira ocorreu por dois meios, o primeiro ocorreu nos séculos XVI e XVII, com as navegações de bandeiras e a outra são as migrações empreendedoras e das famílias que vieram em busca de terra no sentido leste oeste (IBGE, 2017). Os moradores que deram origem a Comunidade Matinha, são provenientes de Minas Gerais, estabelecidos no novo território, observaram que a economia naquele lugar já não era do garimpo de cristais e sim da produção de algumas culturas, sendo as principais: a banana e feijão. Mais adiante, com o surgimento de algumas pragas, as monoculturas foram sendo substituídas pela horticultura e a apicultura (LIMA, et al. 2017).

Segundo levantamentos feitos como elementos preliminares de pesquisas de mestrado de Lima e Marcório (LIMA et al, 2016), a Comunidade da Matinha (de Guaraí/TO) conta

com 55 famílias e cerca de 250 moradores, conta com vinte e duas hortas e a distribuição é feita em doze municípios da região, atingindo um raio de 150 quilômetros de seu entorno. As vendas são feitas em feiras municipais, praças, em frente de estabelecimentos comerciais e por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além dos horticultores fornecerem seus produtos para supermercados e restaurantes. Um fato interessante é o respeito e a cooperação existente entre os produtores, pois quando um deles vai para determinada cidade o outro direciona-se para um município diferente (LIMA et al, 2017, p. 283).

A religião da grande é o catolicismo tradicional, trazidos de suas raízes mineiras, juntamente com seus aspectos culturais. A respeito da religiosidade da comunidade um dos líderes disse que, “a grande maioria das pessoas é católica, com o passar do tempo desenvolvemos a música e compomos mais de cem músicas” (entrevistado). É possível perceber que a comunidade é bem festeira (no sentido de guardar e comemorar datas especiais) e, que em todas as festas têm-se as comidas típicas tradicionais de Minas Gerais, com um toque de Tocantins.

A seção seguinte irá trazer aspectos históricos da evolução a respeito da Responsabilidade Social Empresarial, bem como a caracterização do Instituto HSBC Solidariedade, e a definição do conceito de desenvolvimento.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A discussão em torno da temática Responsabilidade Social Empresarial (RSE), começou a partir de 1930, tendo uma maior intensificação nos anos 1950, porém ainda não há um consenso sobre o seu significado (CARROL, 1999 citado por ANDRADE; GOSLING; JORDÃO, 2013). Contudo, para uma melhor compreensão da temática, será apresentado uma linha cronológica a partir de fases, com seus acontecimentos que contribuíram para a evolução da RSE, tais fases foram desenvolvidas por Kreitlon (2004).

Assim, na primeira fase, que aborda os anos de 1900 a 1960, ocorrem os primeiros debates acerca da temática RSE, tais discussões ocorreram principalmente nos Estados Unidos em 1899, com base nos princípios da caridade e da custódia (KREITLON, 2004; KARKOTLI; ARAGÃO, 2012). Com relação ao princípio da caridade, diz respeito aos membros mais afortunados da sociedade, os quais deveriam ajudar os membros que eram menos afortunados, já com relação ao princípio da custódia, os ricos e as empresas eram vistos como os responsáveis pela riqueza na sociedade, logo, as empresas tinham como função multiplicar a riqueza na sociedade (KARKOTLI; ARAGÃO, 2012). Essa época também é marcada pelos efeitos da Grande Depressão de 1930, surge então críticas éticas e sociais em torno das empresas (KREITLON, 2004).

A fase secundária da evolução histórica da RSE acontece entre os anos de 1960 até 1980. Entre o final da década de 1950 e começo da década de 1960 há uma profunda reflexão em relação ao significado de responsabilidade social (KARKOTLI; ARAGÃO, 2012), além do momento ser definido por mobilizações da sociedade civil e fase revolucionária, com a evolução tecnológica e científica (KREITLON, 2004). Outro acontecimento que impulsionou

o questionamento da sociedade com relação às empresas foi a Guerra do Vietnã, logo após a guerra houve uma insatisfação popular contra a participação americana no conflito e a utilização de armamentos bélicos. Deste modo, as empresas são questionadas com relação ao que produzem e passam a não ter o direito de produzir apenas o que desejam, são alvos de questionamentos a indústria bélica e de cigarro (KARKOTLI; ARAGÃO, 2012).

Data desta época também os movimentos sociais que discutem e fazem pressão as empresas com relação aos seguintes temas, poluição, discriminações raciais e de gênero, emprego, consumo, além das discussões em torno das obrigações das empresas em apenas maximizarem seus lucros (FARIA; SAUERBRONN, 2008). E em 1970, o economista Milton Friedman publicou um artigo no jornal *The New York Times*, afirmando que a única responsabilidade social de uma empresa é o aumento de seus lucros, tal artigo foi uma resposta em decorrência aos movimentos sociais que começaram a pressionar as empresas e a opinião pública (PERSEGUINI, 2015).

Já na última fase da evolução de RSE, segundo Kreitlon (2004), tal fase ocorre a partir de 1980 e vai até o presente. Esta época é marcada pela crise fiscal do Estado, com preocupações em relação a taxa de câmbio, ajuste fiscal, redução das despesas sociais do Estado, liberação do comércio, além do fenômeno da globalização com novas tecnologias de informação e a propagação das multinacionais (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

Segundo Costa (2005), nesta época também ocorre uma intensificação dos problemas sociais, deste modo, há um fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), as quais são movimentadas pela solidariedade social. As questões ambientais também são alvos de discussões em diversas conferências internacionais, surge o conceito de “desenvolvimento sustentável”, a partir do *Relatório de Brundtland* em 1987, o qual relaciona proteção ambiental com desenvolvimento econômico (KREITLON, 2004). O início de 1990 é marcado por discussões sobre ética e moral nas empresas, abrangendo questões educacionais, além das ambientais, e tendo como objetivo a solução dos problemas sociais (COSTA, 2005; BENEDICTO; RODRIGUES; PENIDO, 2008).

Com relação ao Brasil, a discussão em torno de Responsabilidade Social, ocorre a partir de 1970 através da *Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa*, um ponto essencial em tal discussão se dá em relação a elaboração do balanço social das empresas (ANDRADE; AMBONI, 2010). Ainda de acordo com o contexto brasileiro, Faria e Sauerbronn (2008), destacam que o cenário de RSE ao final de 2005 era muito promissor, citando os exemplos de empresas associadas ao *Instituto Ethos de Empresas Responsabilidade Social*, sendo que o número de empresas se aproximavam de mil. Além da importância da temática com relação ao

número de publicações, seminários e pesquisas acadêmicas sobre o tema, o qual segundo os autores, cresceu nos últimos 10 anos (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

Em se tratando do conceito de RSE, pode ser definido como o compromisso que uma organização, ou a empresa, possui em relação à sociedade, a qual pode ser manifestada por meio de atos e atitudes que a afetam positivamente, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos (ASHLEY, 2004).

Já segundo o *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social*, em relação ao conceito de RSE: “é definida pela relação que a empresa estabelece com todos os seus públicos (*stakeholders*) no curto e no longo prazo” (2007, p. 5). O Instituto Ethos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) criada em 1998 por um grupo de empresários, que possui como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de modo socialmente responsável (Instituto Ethos, 2018).

A definição de RSE como uma relação com seus stakeholders é confirmada também por Arantes (2014) que também define a RSE, como a relação ética, a qual é conduzida de forma transparente, com seus funcionários, clientes, o governo, comunidade, sociedade, fornecedores, meio ambiente, etc. Ou ainda de acordo com Perseguini (2015), RSE é o conjunto de ideias e práticas que fazem parte da estratégia de uma empresa, possuindo como objetivo, a geração de benefícios para todas as partes envolvidas e interessadas na organização, além de evitar o prejuízo.

Outras definições encontradas na literatura em relação a temática, é o termo Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que segundo Karkotli e Aragão (2012), é a obrigação que a empresa possui de responder por ações próprias ou de quem a ela esteja ligada. Ou ainda, RSC consiste na: “responsabilidade da empresa com outros grupos da sociedade, além dos acionistas, e que vão além daquelas prescritas pela lei e por contratos” (JONES, 1980 citado por BARAKAT; BOAVENTURA; POLO, 2017, p. 211). Ou seja, de modo geral, os dois termos, RSE e RSC, são utilizados para identificação da mesma temática, a da responsabilidade que as organizações privadas possuem.

Assim, as ações de RSE são decorrentes de investimentos feitos pelas empresas (LIBERA, 2016), e de acordo com Moraes, Braga Júnior e Lourenzani (2015), com a evidenciação de um novo perfil de gestão empresarial, sugerem um olhar diferenciado da empresa para a aplicação de recursos e o desenvolvimento de suas responsabilidades sociais, logo, tal evidenciação pode ocorrer por meio do Investimento Social Corporativo (ISC). De acordo com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o ISC consiste no repasse

voluntário de recursos privados, o qual deve ser de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais, possuindo interesses públicos (GIFE, 2018a).

Logo, o Instituto Solidariedade HSBC (ISH), direcionava seu investimento social para a sociedade, possuindo três focos, a educação, o meio ambiente e a geração de renda para comunidades, especificamente, sua missão consistia na contribuição para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Porém, o IHS pertencia ao Banco HSBC, o qual foi adquirido pelo Banco Bradesco, uma aquisição concluída no ano de 2016, assim, o IHS consta como um associado inativo no rol de associados do GIFE (GARDINAL; FRANCISCHETTI, 2016; GIFE, 2018b).

Muito embora, tal aquisição tenha ocorrido e por consequência, a inatividade do IHS, é importante analisar a relação da RSE com uma comunidade, no caso a comunidade de Geraizeiros da Matinha, o qual será analisado neste trabalho. Assim, no ano de 2011 e 2012, a comunidade estudada obteve uma parceria com o IHS por meio de editais. E desde de 2015, o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (GEDGS), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Tupã, realiza, por meio do Projeto de Extensão “Observatório de Democracia e Gestão Social”, a “Missão Amazônia”, o qual há o desenvolvimento de ações de extensão e pesquisa junto a comunidade.

2.3 DESENVOLVIMENTO

Até o presente momento, foi apresentado conceitos acerca de Comunidades Tradicionais e Responsabilidade Social Empresarial, os quais são componentes do objeto de estudo do presente trabalho, porém, como ressaltado, o IHS possuía como missão o desenvolvimento das comunidades, mas qual o significado de desenvolvimento? Deste modo, este tópico se dedica a apresentar, sucintamente, os conceitos de “desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável”, “crescimento econômico”, e “desenvolvimento econômico”.

Segundo Siedenberg (2006), o conceito de desenvolvimento é ambíguo e difuso, o qual não está nitidamente definido, o termo foi introduzido nas discussões entre pesquisadores na década de 1950, ou ainda de acordo com Santos et al. (2012), não possui uma definição esclarecedora e conclusiva em relação ao seu significado. Deste modo, o conceito desenvolvimento, surge na biologia, e é empregado como um processo de evolução dos seres vivos, com a finalidade de alcançar suas potencialidades genéticas, porém, o termo foi incorporando nas teorias e práticas sociais, ou seja, por meio da economia, sociologia, antropologia e ciência política (SANTOS et al., 2012). Logo, desenvolvimento:

adquiriu o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais pressupunha-se a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que faça 'evoluir' a sociedade para um estado superior (SANTOS et al., 2012, p. 46).

Deste modo, desenvolvimento pode ser conceitualizado como: “nada mais é que o crescimento - incrementos positivos no produto e na renda - transformado para satisfazer as mais diversas necessidades do ser humano” (OLIVEIRA, 2002, p. 40). Ainda de acordo com o autor, essas necessidades seriam a saúde, educação, habitação, transporte, e alimentação, por exemplo. O conceito desenvolvimento ainda: “deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, e principalmente, humana e social” (OLIVEIRA, 2002, p. 40). E em um dicionário, pode ser encontrado como sendo: “ato ou efeito de desenvolver(-se); desenvolvimento. Adiantamento, crescimento, aumento, progresso (...)” (FERREIRA, 2010, p. 683).

Com relação ao termo desenvolvimento econômico, este: “promove a melhoria dos padrões de vida mas não resolve todos os problemas de uma sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 22). Ainda de acordo com Bresser-Pereira (2006), a temática desenvolvimento econômico seria apenas um dos cinco objetivos políticos apresentado pelas sociedades nacionais modernas, sendo os outros objetivos, a segurança, liberdade, justiça social e a proteção do ambiente.

O termo desenvolvimento sustentável por sua vez, teve discussões a partir dos estudos sobre mudanças climáticas das Organizações das Nações Unidas, o qual é derivado de uma resposta da crise social e ambiental que o mundo vivenciava na segunda metade do século XX (BARBOSA, 2008; RIBAS et al., 2017). O relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão de Brundtland, define desenvolvimento sustentável como: “é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

Assim, outro termo que causa confusão com o termo desenvolvimento, é o termo crescimento econômico, o qual é resultante do processo de desenvolvimento, o crescimento econômico caracteriza-se como variações quantitativa do produto, já o desenvolvimento, seria as variações qualitativas no modo de vida dos indivíduos (OLIVEIRA, 2002). Ainda de acordo com o autor, o crescimento econômico: “seria requisito para a superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

2.4 MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, os passos para a realização de tal pesquisa, foi constituída inicialmente, por fontes de dados secundários. Deste modo, realizou-se as pesquisas sobre tal temática em bases de dados como: Scielo, Google Scholar, Periódicos Capes e Biblioteca Virtual Pearson. Quando filtrado tais pesquisas, foi determinado o grau de relevância com a temática, pois buscou-se uma evolução dos conceitos, por isso, não foi delimitado um período de publicação das pesquisas. Além dessas pesquisas em banco de dados, foram realizadas análises documentais, ou seja, editais do IHS e formulários de inscrição da comunidade, os quais eram do ano de 2010, pois a contemplação ao processo ocorreu no ano de 2012.

Também foi realizado a elaboração de um questionário, para aferir a comunicação e benefícios da parceria entre a comunidade e o Instituto HSBC Solidariedade (IHS), o qual faz parte das fontes de dados primárias. O questionário foi elaborado com base no aporte teórico das fontes secundárias, além do prévio conhecimento dos autores, pois uma autora deste trabalho possui um projeto de pesquisa com a comunidade e o IHS como objetos de estudo. Logo, o questionário (Anexo 1) era composto de 16 perguntas abertas e foram direcionados a um membro da comunidade, o qual possuía conhecimento e participou do processo de seleção do IHS.

Outra fonte de dados primários, foi a análise das entrevistas realizadas pelos membros do Projeto de Extensão “Observatório de Democracia e Gestão Social”, desde 2015, o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS, ressalta-se que os autores do presente artigo, também são membros do grupo de estudo. Deste modo, o grupo realiza visitas técnicas, intitulada “Missão Amazônia”, nas comunidades tradicionais tocantinenses, no qual a comunidade geraizeiros da Matinha faz parte.

As entrevistas foram realizadas pelos membros do grupo, as perguntas eram semi estruturadas, com o intuito obter algumas informações pertinentes a pesquisa, com a participação da comunidade, especialmente dos líderes da mesma.

Já com relação ao objeto de estudo, a comunidade tradicional Geraizeiros da Matinha é um grupo de origem mineira, que hoje se encontra em Tocantins, tal comunidade, trabalha com as monoculturas da banana e do feijão, além da horticultura e da apicultura. Vale ressaltar a importância da religiosidade para comunidade, no qual a maioria dos geraizeiros seguem a religião católica, passando esse costume a outros da cultura para os mais jovens. O IHS, outro objeto de estudo, como informado anteriormente, fazia parte do Banco HSBC, o instituto foi

criado em março de 2006 e realizava editais para a o apoio em projetos sociais, direcionando seu foco para a educação, meio ambiente, e a geração de renda para comunidades, como é o caso analisado no presente trabalho (GIFE, 2018a).

2.5 REFLEXOS E BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE DA MATINHA, PELA PARCERIA COM O IHS

Alguns apontamentos desta pesquisa, que foram observados por meio do questionário, da entrevista e análise documental, direcionam para reflexões e benefícios gerados depois da relação de cooperação entre o Banco HSBC, por meio do Instituto HSBC Solidariedade e a Associação para o Desenvolvimento Comunitário da Matinha. Tal comunidade tomou conhecimento da abertura do edital do Banco HSBC, por meio da Faculdade de Guaraí - IESC, no qual era indispensável a apresentação de alguns documentos para a participação.

Foi necessário a criação de uma associação, requisito imposto pelo edital, assim a comunidade possuía a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Matinha – ASDECOM, a qual foi criada em 1992, a partir de uma ação coletiva e colaborativa dos moradores da Comunidade da Matinha, além da apresentação da associação, era necessário o preenchimento de outras informações requisitadas pelo edital, como por exemplo, a razão social, CNPJ(Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), representante legal da organização e representante do projeto, endereço. Em se tratando da descrição da comunidade foi necessário a localização geográfica, atividades produtivas desenvolvidas e elementos culturais, além da descrição do projeto e a proposta de auxílio de forma detalhada. Toda essa documentação destinou-se para o banco HSBC, localizado na cidade de Guaraí/TO.

Aferiu-se também, que o processo do edital, foi bem demorado, e teve as seguintes etapas: reunião com a comunidade, elaboração do projeto, aprovação do projeto e a implantação dele. Logo depois, ocorreu a entrega dos documentos, pois a entrega da documentação ocorreu no ano de 2010 e a contemplação dos resultados ocorreu no ano de 2012. Após a divulgação do resultado do edital, no primeiro contato houve a visita dos responsáveis pelo processo à comunidade e o recolhimento de assinaturas do representante legal da organização e do projeto. Além do recolhimento das assinaturas, a associação também teve que escolher um banco de sua preferência para abrir uma conta corrente, e assim, abriram na agência do Banco HSBC, colocando o padrinho/madrinha da comunidade como gerente, responsável pelo auxílio disponível e por dar orientações a gestão da conta.

Já com relação ao diálogo entre os dois grupos sociais, os olhares eram semelhantes para a realização do projeto, sendo assim constatado que o IHS era bem participativo, tal ato pode ser percebido quando havia alguma necessidade da comunidade em relação ao andamento do projeto, recorrendo ao IHS. A comunidade ainda era acompanhada pelo IHS durante o projeto, o qual havia visitas técnicas até a comunidade da Matinha.

A comunicação entre os grupos era de forma fácil, pois quando ocorria algum imprevisto ou necessidade, que demandasse a comunicação com o padrinho, constatou-se que o mesmo estava sempre presente e disposto a ajudá-los no que fosse necessário, isso devido ao vínculo de amizade que ele possuía com os membros da comunidade, o que facilitava em tal comunicação.

Em se tratando do Investimento Social Privado do IHS, esse se destinou para a realização das atividades fabris, ou seja, destinado a ampliação do espaço físico da fábrica de farinha de mandioca, cultura produtiva realizada pela associação, além da aquisição de uma máquina farinheira para moagem e torra da mandioca.

Observou-se também uma mudança das atividades antes da parceria com o instituto, pois chegaram mais família até a comunidade, e esses participavam das atividades de plantio de mandioca para ser fabricado na fábrica de farinha da comunidade e também a apicultura. Além, da ampliação da fábrica, como citado anteriormente.

Em relação aos impactos com a relação entre os grupos, eles eram apresentados com proporções menores, agindo mais nos fatores motivacionais dos moradores da comunidade da Matinha. Além do aumento dos fatores motivacionais, houve um aquecimento na economia local e a união ainda maior dos moradores, em prol de atingir todos objetivos propostos no começo da parceria até os dias de hoje, sendo eles: o melhoramento da estrutura de produção da mandioca, a fidelização dos clientes e a capacitação dos pequenos agricultores. Outro ponto importante presente do desenvolvimento do projeto, foi a parceria com a Faculdade Guaraí, o que possibilitou a atividade de extensão feita pela faculdade junto a comunidade, ressalta-se que era atividades de extensão de universitários com a supervisão de docentes da faculdade, sendo uma participação voluntária e não remunerada no desenvolvimento do projeto. No final da parceria entre os grupos ocorreu a entrega do relatório final do o projeto e as obras realizadas na comunidade matinha.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto a discussão sobre o enquadramento no termo de comunidades tradicionais, conclui-se que a Comunidade Geraizeiros da Matinha se configura como uma comunidade tradicional, pois esta possui sua cultura diferenciada, com formas particulares a respeito da organização social, cultural e religiosa, dentro do território, no qual todos os aspectos da comunidade são passados para os mais jovens.

Já com relação a discussão da temática RSE, conclui-se que sua definição encontra uma heterogeneidade pelos diversos autores, os quais abordam os benefícios que a RSE causa para toda a sociedade, além dos termos RSC e RSE serem encontrados na literatura, abordados por diversos autores, mas que identificam a mesma proposta, ou seja, são termos equivalentes entre si.

A parceria desenvolvida entre a comunidade e o IHS, proporcionaram o desenvolvimento econômico da comunidade, pois houve um melhoramento e mudanças das atividades produtivas da agricultura, com base na expansão do espaço físico da fábrica de mandioca, a capacitação dos produtores, e a fidelização de seus clientes, além do fortalecimento das relações entre os membros da comunidade, os quais uniram esforços para atingirem os mesmos objetivos. Já a comunicação, entre os dois grupos ocorria de maneira fácil, a medida em que a comunidade necessitava de algum auxílio, sendo assim o contato com o IHS, por meio do padrinho da comunidade, além da comunicação com a Faculdade de Guaraí com a extensão universitária, outra comunicação que a comunidade possuía.

Assim, podemos concluir a efetividade da parceria privada com a comunidade, no qual os membros fortalecem suas relações, colaborando no desenvolvimento de ambos grupos que participam dessa relação, em se tratando da parceria analisada neste trabalho, a comunidade tinha o objetivo de desenvolver-se, já o Banco HSBC, por meio do IHS, objetivava as ações para o bem estar dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. v. 4, n. 2, abr/jun. 2000.

ANDRADE, R. O. B.; AMBONI, N. **Estratégias de gestão: Processos e funções do administrador**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ANDRADE; M. A. M.; GOSLING; M.; JORDÃO, R. V. D. A responsabilidade social de siderúrgicas minerais e a percepção de suas comunidades de entorno. **Produção**. Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 793-805, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.prod.org.br/doi/10.1590/S0103-65132013005000024>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ARANTES, E. C. Conceitos fundamentais de responsabilidade social. In: STADLER, A. (Org.). **Empreendedorismo e responsabilidade social**. 2. ed. Curitiba: InterSaber, 2014. ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.

AZEVEDO, M. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1996.

BARAKAT, S. R.; BOAVENTURA, J. M. G.; POLO, E. F. Alinhamento estratégico da responsabilidade social corporativa: um estudo de caso no setor bancário brasileiro. **Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 206-233, jan./abr. 2017. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112017000100206&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2018.

BENEDICTO, S. C.; RODRIGUES, A. C.; PENIDO, A. M. S. Surgimento e evolução da responsabilidade social empresarial: uma reflexão teórica-analítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEPRO. p. 1-13, 2008.

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008.

BRASIL. Decreto 6040, de 07 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 4 jan. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente, para coordenar a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** Texto para discussão 157, p. 1-24, dez./2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1991.

COSTA, M. A. N. Fazer o bem compensa? Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 67-89, dez. 2005.

COSTA, C. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

DERANI, C. Patrimônio genético e conhecimento tradicional associado: considerações jurídicas sobre seu acesso. In: LIMA, A. (Org.). **O direito para o Brasil socioambiental.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002. p.145-167.

FARIA, A.; SAUERBRONN, F.F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma Abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n.1, p. 7-34, jan./fev. 2008.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2010.

GARDINAL, R. R.; FRANCISCHETTI, C. E. Aplicação da análise por envoltória de dados (DEA) na aquisição do Banco HSBC Brasil pelo Banco Bradesco. **Revista de Finanças e Contabilidade da UNIMEP.** v. 3, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://reficontunimep.com.br/ojs/index.php/Reficont/article/view/44>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **O investimento Social Privado.** Disponível em: <http://site.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp>. Acesso em: 15 abr. 2018a. Disponível em: <<https://gife.org.br/associados/instituto-hsbc-solidariedade/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Instituto HSBC Solidariedade.** Disponível em: <<https://gife.org.br/associados/instituto-hsbc-solidariedade/>>. Acesso em: 17 fev. 2018b.

IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 20 mar. 2018.
INSTITUTO ETHOS. **Conceitos básicos e indicadores de Responsabilidade Social Empresarial.** jun./2007. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Conc_Bas_e_Indic_de_Respon_Soc_Empres_5edi.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2018.

INSTITUTO ETHOS. **Sobre o Instituto.** Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.WprdAujwbIV>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

KARKOTLI, G.; ARAGÃO, S.D. **Responsabilidade Social:** uma contribuição à gestão transformadora das organizações. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

KREITLON, M. P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD. p.1-13, 2004.

LARAIA, R.B. **Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LIBERA, A. S. D. **A produção bibliográfica sobre responsabilidade social e educação no setor empresarial**. Rio Claro: UNESP, 2016. 83 f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em Pedagogia) Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

LIMA, A. R.; MARCÓRIO, A. W.; MORALES, A. G.; MORAES, N. R. As dimensões da relação do ser humano com a natureza em uma comunidade tradicional amazônica de geraizeiros. In: PORTO JÚNIOR, G. BAPTISTA, R. D. SOUZA, F. C.(Orgs.). **Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social**. Porto Alegre: Fi, 2017. v.2, cap.13, p. 271-293. Disponível em <https://docs.wixstatic.com/ugd/48d206_5fd8fefe006741088fc0574e01037e7b.pdf>. Acesso em 6 abr. 2018.

MELLO, R. **Meninos do mangue**. São Paulo: Schwarcz, 1991. 72p.

MELLO, M. F.; MELLO, A. Z. Uma análise das práticas de Responsabilidade Social e sustentabilidade como estratégias de empresas industriais do setor moveleiro: um estudo de caso. **Gestão & Produção**. São Carlos, v. 25, n. 1, p. 81-93, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2017005016101&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MORAES, N. R.; BRAGA JUNIOR, S. S.; LOURENZANI, A. E. B. S. Diálogo acerca dos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Marketing para causas sociais (MCS) no âmbito do Investimento Social Corporativo (ISC). **Revista Brasileira de Marketing – ReMark**. v. 14, n. 2. abr./jun. 2015.

MORAES, N. R.; BRUMATTI, L. M.; LIMA, A. R.; CAMPOS, A. C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 4, p. 518-539, 2017. Disponível em: <<http://www.sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3666/9795>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

MORAES, N. R.; CAMPOS, A. C. MÜLLER, N. M; GAMBA, F. B.; GAMBA, M. F. D. F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**, v. 38, n. 12, 2017b. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

PIERSON, D. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério do interior; SUVALE, 1972.

PERSEGUINI, A. **Responsabilidade Social**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

RIBAS, J. R.; VICENTE, T. V. S.; ALTAF, J. G.; TROCCOLI, I. R. Integração de ações na gestão sustentável. **Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 31-57, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/58086>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, 89 p.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**. n. 1, jul./2012. Disponível em: <<http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/1858>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Cadernos EBAPE**. v. 4, n. 4, dez./2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5000>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

TÖNNIES, F. **Community and Society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.

ANEXO 1

- 1- Como a Comunidade grazeiros da Matinha obteve conhecimento do edital de seleção do Instituto HSBC Solidariedade (IHS) para o apoio em projetos?
- 2- Quais eram os requisitos necessários para que a comunidade pudesse participar do edital de seleção?
- 3- Quais eram os documentos necessários e para qual órgão eram enviados?
- 4- Onde estava localizado tal órgão?
- 5- Quais foram as etapas até saber o resultado, e quanto tempo isso demorou, desde a inscrição até o resultado?
- 6- Depois do resultado do edital como foram os primeiros contatos entre a associação e o IHS?
- 7- Como ocorria o diálogo, isto é, a relação entre a comunidade e o IHS, quais eram os comportamentos dos dois grupos em se tratando dos projetos?
- 8- Havia algum acompanhamento no desenvolvimento dos projetos, por parte do IHS e como este ocorria?
- 9- Quando surgia algum imprevisto para o desenvolvimento do projeto e que demandava o contato com o IHS, havia facilidade nessa comunicação e como se dava esse processo?
- 10- Como ocorreu o fim da parceria entre os grupos?
- 11- Quais eram as atividades desenvolvidas pela associação antes da parceria com o IHS?
- 12- O Investimento Social Privado do IHS, se destinou para a realização de quais atividades na associação?
- 13- Houve mudanças na realização das atividades da associação depois do apoio da IHS com o Investimento Social Privado? Como ocorreu essas mudanças?
- 14- Quais foram os primeiros impactos, positivos ou não, sentidos pela comunidade com a relação com o IHS?
- 15- Quais melhorias foram percebidas para o desenvolvimento da comunidade a partir da parceria do IHS?
- 16- Depois do término da parceria com o IHS, quais foram os resultados atingidos pela comunidade? Todos os objetivos do projeto foram atingidos?

APLICAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIOS DE IMPACTO SOB A PERCEPÇÃO DE EMPREENDEDORES DO SETOR 2.5 NO BRASIL

*Verônica Macário de Oliveira*²⁴

*Suzanne Érica Nóbrega Correia*²⁵

*Alexandre de Araújo Gomes Junior*²⁶

*Amanda de Araújo Rodrigues Lira*²⁷

Resumo

Organizações híbridas emergem para enfrentar problemas socioambientais, baseadas nos preceitos de organizações da sociedade civil combinados com a lógica da sustentabilidade financeira de suas operações no mercado, característica das empresas privadas (BARKI *et al.*, 2015; PETRINI *et al.*, 2016). A proposta central desse tipo de negócio é reduzir as vulnerabilidades e desigualdades sociais, bem como os atuais problemas ambientais (BARKI *et al.*, 2015). Por ser uma área de estudo incipiente, torna-se relevante entender como esses tipos de empreendimentos se desenvolvem, enquanto modelo de negócio, de modo que Petrini *et al.* (2016) propuseram sua representação a partir de cinco dimensões, a saber: (1) rede de parceiros, (2) competências, (3) proposição de valor, (4) equação de lucro econômico e (5) equação de lucro social. O objetivo deste estudo foi, portanto, analisar a aplicabilidade desse modelo para compreensão das articulações que ocorrem entre os seus elementos constituintes em dois NIS brasileiros inseridos nas áreas de educação e tecnologia, sob a percepção de seus empreendedores, nas suas operacionalizações enquanto negócios. Para tanto, realizou-se um estudo de caso múltiplo e as estratégias de coleta de dados utilizadas foram a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontaram para a indispensabilidade da rede de parceiros; um conjunto de competências prévias a criação do negócio que, com o tempo, se aperfeiçoaram para atender melhor os clientes e beneficiários; os meios de definição das proposições de valor que objetivam causar impactos sociais positivos; a forma de reinvestimento e distribuição dos lucros; e que benefícios sociais alcançados para melhorias na educação.

Palavras-chave: Organizações Híbridas. Modelo de Negócio de Impacto. Setor 2.5.

²⁴ Doutora em Administração (PROPAD/UFPE), Professora Adjunta (UAAC/UFCEG), veronicamacario@gmail.com.

²⁵ Doutora em Administração (PROPAD/UFPE), Professora Adjunta (UAAC/UFCEG), suzanne.enc@gmail.com.

²⁶ Bacharel em Administração (UFCEG), alexandre.junior.1994@gmail.com.

²⁷ Bacharel em Administração (UFCEG), rodrigues.ufcg@gmail.com.

APPLICATION OF THE IMPACT BUSINESS MODEL UNDER THE PERCEPTION OF ENTREPRENEURSHIPS IN THE SECTOR 2.5 IN BRAZIL

Abstract

Hybrid organizations emerge with the purpose of addressing socio-environmental problems, based on the precepts of civil society organizations combined with the logic of financial sustainability of their operations in the market (BARKI et al., 2015, PETRINI et al., 2016). The central proposal of this type of business is to reduce social vulnerabilities and inequalities, as well as the current environmental problems (BARKI et al, 2015). This is an area of incipient study, it becomes relevant to understand how these types of ventures develop as a business model, so that Petrini et al. (2016) proposed their representation from five dimensions: (1) network partners, (2) skills, (3) value proposition, (4) economic profit equation and (5) social profit equation. The objective of this study was to analyze the applicability of this model to understand the articulations that occur between its constituent elements in two Brazilian NIS inserted in the areas of education and technology, under the perception of its entrepreneurs, in their operations as a business. A multiple case study was carried out and the data collection strategies used were documental analysis and semi-structured interviews. The results pointed to the indispensability of the network of partners; a set of skills prior to the creation of the business that, over time, have improved to better serve customers and beneficiaries; the means of defining value propositions that aim to cause positive social impacts; the form of reinvestment and distribution of profits; and what social benefits aimed at improvements in education.

Keywords: Hybrid Organizations. Impact Business Model. Sector 2.5.

1 INTRODUÇÃO

O mundo tem convergido para a atuação conjunta do Estado, das organizações tanto privadas quanto da sociedade civil, e da população mundial, no que se diz respeito à promoção da sustentabilidade. O Estado, por meio da implementação de políticas públicas; as organizações, por meio de atuações ética e socialmente responsáveis; e a sociedade, tanto como agente de mudança, quanto como responsável pela reivindicação do cumprimento da atuação do Estado e das organizações (LIRA, 2018).

No entanto, o papel desses três agentes não tem sido suficiente para o atingir objetivos sociais, econômicos e ambientais de forma simultânea. Os problemas socioambientais chegaram a um patamar tão alarmante, que as políticas públicas e a atuação de ONGs não conseguem mais abarcá-los (PORTO *et al.*, 2016; SOCIAL IMPACT INVESTMENT TASKFORCE, 2014; PARENTE *et al.*, 2011), e as ações apenas de responsabilidade social por parte de empresas privadas limitadas e em alguns casos ineficazes na resolução destes problemas (PRAHALAD; HART, 2002), os quais, em grande maioria destes problemas atingem uma parcela desfavorecida e indefesa da sociedade: a população da base da pirâmide (BoP), as classes C, D, E.

Essa constatação dos atuais problemas ambientais mundiais e da existência de necessidades sociais a serem supridas em áreas consideradas básicas para o desenvolvimento humano como educação, saúde, saneamento, moradia (PORTO *et al.*, 2016), fez com que diversas organizações do mundo identificassem o desafio e, ao mesmo tempo, a oportunidade de auxiliar essa camada da população a melhorar sua qualidade de vida através da produção e disponibilização de produtos e serviços que tanto estejam de acordo com os padrões culturais da localidade em que irão ser inseridos, quanto sejam ecologicamente sustentáveis e rentáveis (PRAHALAD; HART, 2005).

Nesse contexto, nas últimas décadas, tem emergido em todo mundo organizações híbridas com o propósito enfrentar problemas socioambientais, baseadas nos preceitos de organizações da sociedade civil combinados com a lógica da sustentabilidade financeira de suas operações no mercado, que é um mecanismo característico das empresas privadas (BARKI *et al.*, 2015; PETRINI *et al.*, 2016), buscando a geração de valor compartilhado (MICHELINI; FIORENTINO, 2012). A proposta central desse tipo de negócio é reduzir as vulnerabilidades e desigualdades sociais, bem como os problemas ambientais no planeta (BARKI *et al.*, 2015) que

se apresentam como um dos principais desafios inseridos na proposta do desenvolvimento sustentável, já que diversos especialistas e profissionais começaram a questionar a eficácia das formas tradicionais com que o governo e o terceiro setor lidam com essas questões (WILSON; POST, 2013). Dada as especificidades desse tipo de negócio, eles são considerados como pertencentes ao setor 2.5 e se constituem em um segmento estratégico que pode prover desenvolvimento socioeconômico, geração de trabalho e renda, inclusão social e produtiva, bem como atendimento às demandas socioambientais da sociedade que ainda não são atendidas de forma eficaz por organizações pertencentes aos demais setores da estrutura social.

A importância desse tipo de negócios se revela na constatação de que há um crescente interesse em discutir sobre aspectos teóricos e empíricos inerentes a eles, conforme destaca Rosolen, Tiscoski e Comini (2014) ao verificar o aumento crescente no número de publicações relacionadas à temática na última década. Posto que o fenômeno dos negócios de impacto é recente, complexo e multifacetado, cuja compreensão ainda é difícil (BORZAGA *et al.*, 2012), está em fase embrionária (IIZUKA, *et al.*, 2015) e não é homogênea (MOURA, 2011; TEODÓSIO; COMINI, 2012; COMINI, 2016). Existem lacunas que necessitam ser preenchidas com o propósito de contribuir para o desenvolvimento deste campo de estudo contemporâneo (ROSOLEN, *et al.*, 2014). Assim, por ser uma área de estudo incipiente, torna-se relevante entender como esses tipos de empreendimentos se desenvolvem, enquanto modelo de negócio, a partir da análise de seus elementos constituintes. Nesse sentido, Petrini *et al.*, (2016) propuseram um modelo de negócio com impacto social composto por cinco dimensões, a saber: (1) rede de parceiros, (2) competências da empresa, (3) proposição de valor, (4) equação de lucro econômico e (5) equação de lucro social. O objetivo deste estudo foi, portanto, analisar a aplicabilidade desse modelo para compreensão das articulações que ocorrem entre os seus elementos constituintes em dois NIS brasileiros inseridos nas áreas de educação e tecnologia, sob a percepção de seus empreendedores, nas suas operacionalizações enquanto negócios.

Em termos estruturais, este artigo se organiza em cinco seções. Inicialmente faz-se a contextualização do setor 2.5, no qual estão inseridos os negócios de impacto. Na sequência faz-se a apresentação do modelo de negócios de impacto proposto por Petrini *et al.* (2016). Na terceira seção são discutidos os procedimentos metodológicos adotados para realização da pesquisa. Na quarta seção, os resultados são apresentados e discutidos. E, por fim, tem-se as considerações finais dos autores.

2 SETOR 2.5

Historicamente, o enfrentamento de problemas que afligem a sociedade tem sido deixado a cargo dos governos, das organizações sociais e de ações de filantropia (KIYAMA *et al.*, 2014). No entanto, diversos especialistas e profissionais começaram a crer na ineficácia dos modos tradicionais com que tais atores lidam com esses problemas (WILSON; POST, 2013), porque eles não reconhecem nem utilizam o sistema capitalista, que tem responsabilidades sobre os problemas, como parte da solução (JIANOTI, 2015). Portanto, torna-se necessário aprofundar e desenvolver modelos de negócio que reduzam a pobreza, diminuam a vulnerabilidade de pessoas e comunidades e alcancem o equilíbrio sustentável com o meio ambiente (FTFS, 2015).

Percebe-se uma propensão a revisão dos valores das empresas, em particular no que se refere a uma maior consciência sobre o impacto que desejam causar na sociedade e no meio ambiente (COMINI, 2016), estimulada pela persistência e pressão exercidas pelos seus diversos *stakeholders* (OLIVEIRA, 2014). Nesse processo, a diferenciação entre as atividades com e sem fins lucrativos se perde (PORTER; KRAMER, 2011). É nesse cenário que emergem formatos organizacionais híbridos, que procuram atingir objetivos anteriormente tidos como inconciliáveis: a sustentabilidade financeira e a criação valor socioambiental (COMINI, 2016; TEODÓSIO; COMINI, 2012). Isto é organizações que objetivam lucrar ao mesmo tempo que geram impactos sociais e ambientais positivos (IIZUKA *et al.*, 2015), associando um propósito social, tipicamente atribuído ao setor sem fins lucrativos, à lógica econômica e a comportamentos de mercado, particularmente atribuídos às empresas com fins lucrativos (WILSON; POST, 2013). São os chamados negócios de impacto. Eles não são criados e motivados apenas pelo raciocínio do retorno econômico-financeiro, mas primordialmente pela geração de benefícios sociais e/ou ambientais (JIANOTI, 2015). Logo, pode ser considerado uma nova opção dentro do sistema capitalista, na qual a ampliação de suas atividades gera benefícios econômicos, sociais e até ambientais (IIZUKA *et al.*, 2015).

Os negócios de impacto são empresas que oferecem, de forma intencional, soluções escaláveis para problemas sociais vivenciados principalmente pela população de baixa renda (ARTEMISIA, 2017). Já a FTFS (Força Tarefa de Finanças Sociais) define que os negócios de impacto “são empreendimentos que têm a missão explícita de gerar impacto socioambiental ao mesmo tempo que produzem resultado financeiro positivo de forma sustentável (FTFS, 2015, p.5). Em síntese, os negócios de impacto são empresas que tem como missão a solução de um problema social e/ou ambiental da população da base da pirâmide ou direcionado a grupos

vulneráveis, através de uma oferta de valor que satisfaça as necessidades de público alvo escolhido e que lhe permita sustentabilidade financeira.

Tendo o empreendedorismo como força que os movem, os negócios de impacto deram um (re)significado à função do lucro econômico e estão desafiando o *modus operandi* de se fazer negócios no novo milênio (JIANOTI, 2015). Eles se diferenciam das organizações do terceiro setor, porque se utilizam de instrumentos mercadológicos na busca por sustentabilidade financeira. Igualmente, diferenciam-se da perspectiva de responsabilidade social dado que o impacto social é a razão de sua existência, e não uma externalidade positiva ou uma ação não ligada ao seu *core* (BARKI, 2015). O Quintessa caracterizou os negócios de impacto como pertencentes ao setor 2,5, ou seja, atuam na intercessão entre o segundo e o terceiro setor (SOUZA, 2017). Essa configuração dos negócios de impacto social no setor 2,5 pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Caracterização dos negócios de impacto quanto aos setores do sistema social



Fonte: Souza (2017).

Conforme se pode observar na Figura 1, os negócios de impacto estão na interseção entre o objetivo das ONGs, que é a geração de impacto social e/ou ambiental na comunidade em que atua, e o objetivo dos negócios tradicionais do segundo setor, a geração de receita. É dessa interseção que passam a ser disponibilizados serviços e produtos que atendam a lacunas da sociedade no mercado convencional e que ao mesmo tempo garantam à organização sustentabilidade financeira e escalabilidade.

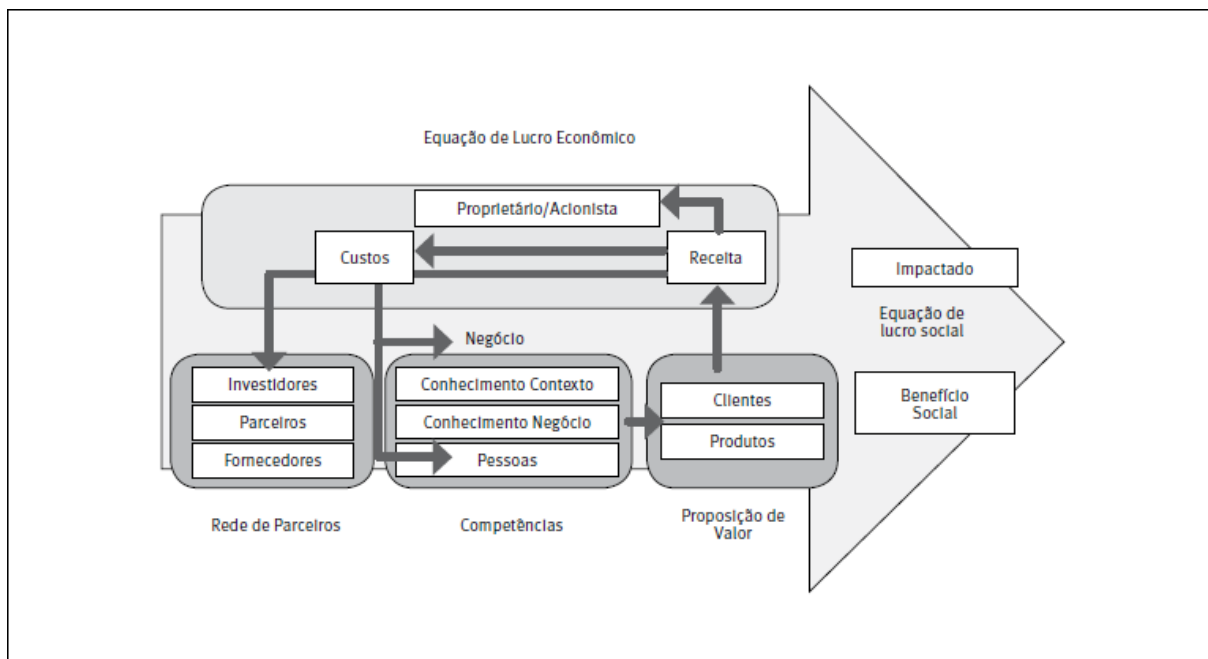
O setor 2,5 tem apresentado crescimento no cenário brasileiro. Segundo mapeamento realizado pelo Quintessa, em 2017, foram identificados 579 negócios de impactos social no Brasil, dos quais 8% encontram-se na fase de ideação e validação da ideia, 10% na fase de prototipagem, 9% na fase piloto, 11% na construção do MVP, 18% na organização do negócio, 15% na fase de tração, 12% em pré-escala, e 13% em escala.

Devido as suas características operacionais e comerciais, os negócios de impacto podem variar em um *continuum*: existem organizações que dão mais ênfase à perspectiva mercadológica (geração de receita) enquanto existem outras que enfatizam às questões sociais e ambientais (geração de impacto) (SOUZA, 2017). Ainda assim, os negócios de impacto buscam os objetivos sociais e econômicos de forma simultânea. E para isso, como qualquer negócio, implícita ou explicitamente, empregam um modelo de negócio (TEECE, 2010), porém nessas organizações híbridas se faz necessário avaliar o impacto das mudanças sociais, o que exige uma ampliação do modelo de negócio tradicional (MACALLI; CUNHA, 2015). Desse modo, é necessário explicitar os elementos constituintes dessas organizações enquanto modelo de negócio, o que será apresentado a seguir.

2.1 MODELO DE NEGÓCIOS DE IMPACTO

Um modelo de negócio apresenta a ideia central de criação, entrega e captura de valor tanto de empreendimentos tradicionais como de negócios de impacto. As diferenças ficam a cargo do propósito pelo qual são criadas essas organizações e da avaliação do impacto de mudanças sociais promovidas pelos negócios de impacto (MACALLI; CUNHA, 2015). Nesse seguimento, Petrini *et al.*, (2016) propuseram um modelo de negócios de impacto constituído por cinco dimensões, a saber: (1) rede de parceiros, (2) competências da empresa, (3) proposição de valor, (4) equação de lucro econômico e (5) equação de lucro social, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 - Modelo de negócios de impacto



Fonte: Petrini *et al.*, (2016).

A **rede de parceiros** representa uma rede de acordos de cooperação feitos entre uma empresa e outras organizações que são fundamentais para que a mesma ofereça e distribua seus produtos de forma eficiente (MICHELINI; FIORENTINO, 2012; OSTERWALDER, PIGNEUR; TUCCI, 2005). No modelo de negócios de impacto, essa dimensão compreende os investidores, que são pessoas ou entidades que auxiliam e financiam empreendimentos que produzem impacto social. Eles podem ser fundos de investimento, investidores anjos, bancos e o governo; os parceiros, que podem ser associações ou cooperativas que dão apoio ao empreendimento por meio da intermediação entre o negócio e a comunidade que se pretende chegar, também podem ser aceleradoras e incubadoras de negócio; e os fornecedores, que são quem fornece matéria-prima ou mão-de-obra para a elaboração dos produtos ou serviços e podem ser empresas privadas, agricultores ou produtores locais (PETRINI *et al.*, 2016).

As **competências** referem-se ao conjunto de conhecimentos, capacidades e habilidades de uma empresa (MICHELINI; FIORENTINO, 2012) que são necessários à execução do seu modelo de negócio (OSTERWALDER, PIGNEUR; TUCCI, 2005). No modelo de negócios de impacto, essa dimensão considera as atividades e os recursos chave da organização e é formada pelos seguintes elementos: conhecimento do contexto, que se refere ao nível de informação sobre o local ou comunidade atendida; conhecimento do negócio, que se refere à experiência e ao domínio sobre os processos de produção de bens e/ou prestação de serviços; e pessoas, que

se refere à dependência do negócio de mão-de-obra especializada para colocar em prática suas operações (PETRINI *et al.*, 2016).

A **proposição de valor** é definida como um conjunto de benefícios que as empresas oferecem aos clientes para a satisfação de suas necessidades, materializada por uma oferta, que pode ser uma combinação de produtos, serviços, informações e experiências (KOTLER; KELLER, 2012). No modelo de negócios de impacto, a proposição de valor é formada pelos clientes, que se refere ao mercado e públicos-alvo que o negócio deseja atender, podendo ser apenas pessoas de baixa renda, de todas as classes econômicas, empresas ou portadores de necessidades especiais, e pelos produtos, que se refere ao produto e/ou serviço que será ofertado pela empresa, se eles serão destinados apenas à população de baixa renda ou se serão produzidos por comunidades de baixa renda para outras pessoas de outras classes econômicas. (PETRINI *et al.*, 2016).

A **equação de lucro econômico** representa a maneira como a empresa ganha dinheiro e administra-o (MICHELINI; FIORENTINO, 2012; OSTERWALDER, PIGNEUR; TUCCI, 2005). No modelo de negócios de impacto, essa dimensão é formada pelos aspectos financeiros (as receitas que refletem a maneira com que a empresa ganha dinheiro, ou seja, qual a fonte de geração de receita do negócio e custos, os gastos incorridos na operação do negócio) e demonstra relação da organização com os lucros obtidos, isto é, se ele é reinvestido, distribuído ou ambos. (PETRINI *et al.*, 2016).

Por fim, a **equação de lucro social** é a representação do impacto social e/ou ambiental produzido pelo negócio de impacto, nela estão contemplados o beneficiário direto do impacto, que se refere a quem recebe o benefício do negócio, podendo ser os próprios clientes, os moradores da comunidade atendida, pessoas com deficiência ou o meio ambiente; e o benefício social, que representa a melhoria geral que o negócio promove na sociedade, tanto no aspecto social quanto no ambiental (PETRINI *et al.*, 2016).

Em síntese, esse modelo aponta os elementos que devem ser levados em conta para a compreensão dos negócios de impacto e de que forma os mesmos se relacionam. Considera-se que os elementos das dimensões rede de parceiros, competências e proposição de valor compõem a base de estrutura e operação de um negócio de impacto para gerar as receitas e custos que formam a dimensão da equação de lucro econômico e, também, o impacto social, que é a razão da existência dos negócios de impacto, representado pela dimensão de lucro

social. (PETRINI *et al.*, 2016). Esse modelo foi utilizado como base para a realização deste estudo e o percurso metodológico adotado é apresentado a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste estudo foi analisar a aplicabilidade do modelo de NIS proposto por Petrini et al (2016) para compreensão das articulações que ocorrem entre os seus elementos constituintes em dois NIS brasileiros inseridos nas áreas de educação e tecnologia. Para tanto, em termos metodológicos, realizou-se um estudo de caso múltiplo. A abordagem de pesquisa adotada foi a qualitativa, na qual a coleta de dados sem avaliação numérica é utilizada para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação (SAMPIERI; COLADO; LUCIO, 2013). Quanto aos fins, esta pesquisa é descritiva, porque procurou especificar propriedades, características e traços importantes do fenômeno que está em análise (SAMPIERI; COLADO; LUCIO, 2013), no caso, os negócios de impacto investigados.

A ideia subjacente da pesquisa qualitativa é a seleção intencional dos participantes que auxiliarão o pesquisador a entender o problema e a questão de pesquisa (CRESWELL, 2010). Desse modo, as unidades de análise desta pesquisa foram os gestores responsáveis pelos dois negócios de impacto analisados que atuam na área de educação e tecnologia. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, esta pesquisa utilizou os seguintes instrumentos: a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores responsáveis pelos negócios analisados. As entrevistas foram realizadas com base em roteiro semiestruturado baseado na literatura sobre os negócios de negócio de impacto, mais especificamente no modelo proposto por Petrini *et al.*, (2016), de forma não presencial, via Skype, gravada por meio do aplicativo *MP3 SKYPE RECORDER 4.41* e para a reprodução das mesmas foram utilizados o aplicativo da *Microsoft, GROOVE MÚSICA* e o gravador de voz do sistema operacional *Android*.

Quanto a análise de dados, em pesquisas qualitativas, o processo de análise dos dados é feito de forma simultânea com a coleta, a interpretação e a redação do relatório (CRESWELL, 2010). Nesta pesquisa, utilizou-se o roteiro proposto por Creswell (2010) para a análise e interpretação dos dados: (1) organização e preparação, (2) leitura, (3) codificação, (4) descrição, (5) representação e (6) interpretação. Organização e preparação: compreende tarefas como a transcrição de entrevistas, escaneamento de materiais, digitação de anotações, separação e disposição os dados de acordo com fontes das informações. Leitura: esta etapa serve para

obtenção de uma visão geral dos dados obtidos e refletir sobre o significado geral. Codificação: consiste em organizar os dados obtidos antes de atribuir significado a eles. Descrição: consiste em apresentar minuciosamente informações sobre pessoas, lugares ou eventos em um local. Representação: indica como a descrição e os temas serão representados na pesquisa. Interpretação: consiste em extrair um significado dos dados (CRESWELL, 2010). Para dar significados aos dados obtidos, eles foram relacionados com a teoria que baseou este estudo (o modelo de negócios de impacto), isto é, os dados encontrados a partir das entrevistas foram comparados com o que está disponível na literatura.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS DE IMPACTO INVESTIGADOS

A empresa A é um negócio de impacto do setor de tecnologia que desenvolve e comercializa plataformas virtuais, que realizam avaliação cognitiva e pedagógica em crianças com dificuldades de aprendizagem. Esta empresa oferta seus produtos a escolas, a profissionais liberais da área da saúde e a responsáveis por crianças com dificuldades de aprendizagem, e surgiu da necessidade de tornar escalável uma metodologia de melhoria de aprendizagem utilizada numa escola física, cujo dono é um dos sócios da mesma, e atua no mercado há cerca de três anos.

A empresa B é um negócio de impacto que desenvolve tecnologia para otimização de processos pedagógicos. Ela foi fundada em 2006 sob o formato de *site* destinado a pré-vestibulandos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o conteúdo de biologia. Posteriormente, foram adicionadas outras disciplinas e mentorias para vestibulares de outros estados. Hoje, a empresa oferta uma aplicativo e uma plataforma virtual que têm por objetivo fornecer ferramentas de apoio para otimizar os processos pedagógicos e melhorar o desempenho acadêmico de alunos de ensino fundamental II, ensino médio, pré-vestibular, concursos públicos, cursos militares e exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), e atua nos mercados B2B (*Business to Business*) e B2C (*Business to Consumer*).

4.2 ANÁLISE DOS MODELOS DE NEGÓCIO DE IMPACTO DAS EMPRESAS INVESTIGADAS

Conforme visto ao longo desse estudo, o modelo proposto por Petrini et al (2016) contempla cinco dimensões que compõem os negócios de impacto: (1) rede de parceiros, (2) competências da empresa, (3) proposição de valor, (4) equação de lucro econômico e (5) equação de lucro social. Considerando que busca-se, nesta pesquisa, analisar a aplicabilidade desse modelo de NIS para compreensão das articulações que ocorrem entre os seus elementos constituintes em dois NIS brasileiros inseridos nas áreas de educação e tecnologia, apresenta-se no Quadro 1 a síntese dos elementos dos modelos de negócio das empresas A e B identificados na coleta de dados.

Quadro 1 - Descrição dos elementos dos modelos de negócios de impacto em estudo

Dimensões	Empresa A	Empresa B
Proposição de Valor	Plataformas virtuais e aplicativo destinados a crianças com dificuldades de aprendizagem.	Plataformas virtuais e aplicativo destinados a estudantes de diversos níveis de ensino.
Rede de Parceiros	Investidores: empresas privadas do setor de tecnologia e SEBRAE. Parceiros: Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), Incubadora Tecnológica de Campina Grande (ITCG), ARTEMISIA, InovAtiva e START PB (SEBRAE). Fornecedores: Mão de obra especializada.	Investidores: Não há. Parceiros: SEBRAE; Governo do Estado da Paraíba; Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB), Incubadora Tecnológica de Campina Grande (ITCG) e Inovativa Brasil.
Competências	Conhecimento do contexto: havia conhecimento prévio do setor de educação, já que um dos sócios tem uma escola que atende crianças com dificuldades de aprendizagem. Conhecimento do negócio: a metodologia adotada nos produtos já havia sido desenvolvida. Pessoas: dependência de mão de obra especializada para a empresa desenvolver seus produtos, já que os mesmos são <i>softwares</i> .	Conhecimento do contexto: Havia conhecimento do setor de educação, pois um dos sócios é professor e atuou por muitos anos no ensino médio. Conhecimento do negócio: existia um <i>site</i> antes de o negócio de impacto ser iniciado. Pessoas: Há dependência de mão de obra especializada para a empresa desenvolver seus produtos, já que os mesmos são <i>softwares</i> .
Equação de lucro econômico	Receita advinda da venda dos produtos; custos reduzidos por meio número do reduzido de funcionários e da ausência de sede física; reinvestimento e distribuição de lucros.	Receita advinda da venda dos produtos; custos reduzidos por meio do número reduzido de funcionários; reinvestimento dos lucros.
Equação de lucro social	Crianças com dificuldades de aprendizagem de baixa renda ou não; melhoria da educação.	Estudantes em geral; democratização do ensino.

Fonte: Elaboração própria (2018).

Quanto a **proposição de valor** na empresa A, constatou-se a oferta 04 (quatro) produtos que são destinados a clientes distintos, a saber: escolas, profissionais liberais e responsáveis por crianças com dificuldades de aprendizagem. Os usuários/beneficiários não são especificamente

os clientes, mas sim crianças com dificuldades de aprendizagem. Além disso, cabe destacar que a empresa A oferece um de seus produtos de forma gratuita, que é um aplicativo para crianças de dois a seis anos, e a empresa também distribui a plataforma destinada a escolas de forma gratuita para instituições de ensino públicas na medida em que ela vende a assinatura da plataforma voltada para profissionais liberais. A cada assinatura comercializada outra é doada, ampliando o impacto social do negócio. Quanto a proposição de valor da empresa B, dois produtos são ofertados: um aplicativo e uma plataforma. O aplicativo é gratuito, e tem atividades voltadas para pré-vestibulandos, estudantes de concursos e OAB. Já a plataforma, é disponibilizada para escolas, como forma de otimizar os processos pedagógicos. A empresa possui atualmente mais de 400 mil (quatrocentos mil) alunos e mais de 70 (setenta) escolas particulares cadastrados, cerca de quatro pré-vestibulares solidários que utilizam a plataforma, e em torno de 365 (trezentos e sessenta e cinco) escolas públicas no estado da Paraíba que também têm acesso à plataforma, através de acordo de cooperação. Os elementos constituintes da proposição de valor em ambas empresas investigadas estão em consonância com que é apresentado no estudo de Petrini *et al.*, (2016), em que negócios de impacto ofertam, além de outros, produtos com tecnologia inclusiva para portadores de necessidades especiais e os clientes/beneficiários podem ser a tanto população de baixa renda, quanto pessoas integrantes de outras classes sociais, mas que sejam portadores de necessidades especiais e/ou pertencentes a grupos vulneráveis.

Na articulação das **rede de parceiros**, na Empresa A, os investidores atuam por meio de participações em premiações e editais para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Esses investidores são empresas privadas do setor de tecnologia e o SEBRAE (Sistema Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresa). Esse resultado corrobora o estudo de Petrini *et al.*, (2016), no qual 56% dos negócios estudados contavam com capital de terceiros e a importância dos investidores é destacada tanto para a abertura como para a expansão de um negócio de impacto. Por outro lado, a empresa B, que não teve capital de terceiros que apoiassem o início de suas atividades, os recursos iniciais foram de capital próprio. Atualmente, a empresa B continua sem investimento externo, sendo sustentada pelos resultados advindos de sua atividade.

Quanto a relação com os parceiros, a empresa A contou com o apoio de incubadoras e aceleradoras de negócios além de outras instituições e programas que oferecem suporte a negócios de impacto, como a Artemísia e a Inovativa Brasil. Para o gestor da empresa A, os

parceiros têm grande relevância para seu negócio, “[...] importância de 100%. [...] Eles são uns caras sabidos [...] a gente sempre precisa de um olhar de fora, pra poder dar um expertise mais na gente [...]”. Da mesma maneira, a empresa B teve como parceiros a Incubadora Tecnológica de Campina Grande (ITCG), da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) e recebeu o apoio do SEBRAE e a aprovação no Inovativa Brasil que foi o principal impulsionador para fomentar as atividades da empresa. Mais uma vez esses resultados se coadunam com o que foi apontado no estudo de Petrini *et al.*, (2016), no qual 88% dos negócios de impacto estudados passaram por processos de aceleração. Um ponto que merece destaque, em relação a empresa B, é o fato de a mesma ter tido como parceiro o Governo do Estado da Paraíba por meio de um acordo de cooperação. A plataforma desenvolvida por ela é utilizada na rede pública de ensino do estado. Essa parceria fez com que os responsáveis pela empresa passassem a observar a plataforma de forma diferente, e o que era um “hobby” passou a ser visto como um negócio, “[...] uma plataforma virtual que poderia ajudar muitos estudantes do Brasil”. Desse modo, o gestor enfatizou que “[...] Começamos a profissionalizar, passamos num programa do SEBRAE, aprendemos mais um pouco, tivemos mentoria, montamos uma equipe de vendas e, hoje, claro que né que a gente tem a receita conquistada sem financiamento [...]”. Isso aponta para a importância das relações de parceria nesses modelos de negócios em propiciar *know-how* para ampliar sua escalabilidade, melhorar o desempenho de seus processos e geração de valor compartilhado.

Na relação com os fornecedores, deve-se esclarecer que por se tratarem de empresas de tecnologia, tanto a empresa A quanto a empresa B, não necessitam de matéria prima para desenvolver os seus produtos, ou seja, não têm fornecedores, porém elas necessitam de mão de obra especializada para desenvolver suas atividades. No estudo de Petrini *et al.*, (2016) 71% dos negócios de impacto também se utilizavam de mão de obra especializada para oferecer seus produtos. O sócio da empresa B ainda levantou a dificuldade de se conseguir mão de obra especializada, “É bem difícil viu, [...] se eu não estou enganado, foram, pelo menos, cinco meses de batalha, buscando, tentando entender como conseguir um colaborador [...]”.

Na dimensão **competências**, o primeiro aspecto observado é o conhecimento do contexto. Na empresa A havia conhecimento do contexto por parte de um dos sócios da empresa antes da mesma entrar em operação, pois o mesmo já trabalhava com o público com o qual a empresa viria atender. Em relação a empresa B também havia o conhecimento prévio do contexto. O sócio entrevistado destacou que ele foi o fundador da empresa e informou que atua

como professor e trabalhou com o ensino médio durante vinte e três anos. Segundo ele “*praticamente minha vida profissional foi trabalhar com educação, com escolas, fundamental, sai do fundamental e foquei muito no médio. Então, no médio, professores, coordenadores, fui coordenador, então eu conhecia muito bem esse mercado*”. Mais uma vez os resultados dessa pesquisa se alinham com os resultados de Petrini *et al.*, (2016) quando 72% dos negócios de impacto estudados tinham conhecimento do contexto local antes de iniciarem as atividades dos novos empreendimentos. Isso tem uma relação direta com a identificação da necessidade a ser atendida e com a definição do público-alvo o qual se almejava gerar impacto social e/ou ambiental positivo.

Quanto ao conhecimento do negócio, a empresa A possuía previamente propriedade sobre esse elemento do modelo de base desse estudo, pois a metodologia que é adotada atualmente nos produtos oferecidos pela empresa já era disponibilizada de forma presencial em uma escola. Da mesma forma ocorreu com a empresa B, pois havia um *site* que disponibilizava conteúdos de biologia antes do negócio de impacto ser iniciado e os sócios tinham os conhecimentos necessários para desenvolver as plataformas. Petrini *et al.*, (2016) destacaram que em 51% dos casos que eles investigaram havia conhecimento do negócio, isto é, experiência e domínios dos processos de produção. Talvez esse elemento não seja um condicionante para a abertura de um negócio de impacto, mas possa ter uma relação positiva com os resultados obtidos em curto prazo.

Quanto a dependência do papel das pessoas enquanto especialistas nos negócios investigados, o gestor da empresa A informou que ela conta com profissionais especializados da área de saúde e de tecnologia, e que foram estes que permitiram que os produtos da empresa fossem disponibilizados na forma de plataforma virtuais. Em relação a empresa B, há dependência de mão de obra especializada para o desenvolvimento dos produtos ofertados. Constata-se que os recursos intangíveis, como o conhecimento dessas pessoas, são essenciais para as operações das empresas investigadas na produção dos meios para gerar o impacto almejado, o que corrobora com o estudo de Petrini *et al.*, (2016), no qual a maioria dos recursos internos, pessoas com especialidades técnicas, são direcionados para o desenvolvimento de *softwares*.

Na **equação de lucro econômico**, as receitas da empresa A são decorrentes da comercialização do acesso às plataformas virtuais, e o lucro obtido tanto é reinvestido quanto é distribuído entre os sócios. Em relação a empresa B, as receitas provêm da venda de seus

produtos tanto para pessoas físicas como para empresas e governo, estes clientes têm maior peso nas receitas da mesma. Os lucros da empresa B são reinvestidos e se tem a pretensão de distribuir os mesmos entre os seus colaboradores. Petrini *et al.*, (2016) enfatizam que os negócios de impacto distribuem os lucros, reinvestem o mesmo ou fazem as duas coisas ao mesmo tempo e que é natural que os investidores esperem pelo retorno do investimento, ressaltando que são poucos os fundos de investimento social cuja natureza não prevê essa expectativa.

Por fim, na **equação de lucro social**, na empresa A, os beneficiários das atividades executadas são as crianças com dificuldades de aprendizagem que podem ser ou não de baixa renda. O benefício social é a melhoria na área da educação. Por sua vez, os beneficiários das atividades executadas pela empresa B são tanto os estudantes, que vão desde alunos de ensino fundamental aos concurseiros, bem como os professores que são beneficiados pela redução de trabalho através da utilização da plataforma, o que acaba por gerar mais de um impacto social. Neste caso, considera-se que o benefício social é a democratização do ensino, fazendo com que a educação de qualidade possa estar acessível a todos quantos queiram. Deve-se destacar ainda que os benefícios sociais na área da educação são os que mais se destacam no estudo de Petrini *et al* (2016).

Os resultados apontaram que a dimensão redes de parceiros (investidores, parceiros e fornecedores) são essenciais para a modelagem dos negócios investigados. Há uma grande dependência de pessoas especializadas para a consecução de suas atividades e que o desenvolvimento dessas competências, inicialmente focadas em aspectos mais técnicos do processo, foram sendo aperfeiçoadas na medida em que os negócios avançaram nas relações com seus clientes e no conhecimento dos seus contextos, ampliando o entendimento de suas demandas sociais. Em relação a equação de lucro econômico, ambas as empresas têm receitas advindas da venda de suas plataformas virtuais, mas os custos são relativamente menores do que os de uma empresa tradicional por trabalharem com um quadro funcional reduzido e, no caso da empresa A, não possuir uma sede física. Desse modo, considera-se que as duas empresas investigadas possuem as características dos negócios de impacto em geral e se pode verificar a articulações que ocorrem entre os elementos constituintes de seus modelos de negócios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a aplicabilidade do modelo de negócio de impacto proposto por Petrini et al (2016) para compreensão das articulações que ocorrem entre os seus elementos constituintes em dois NIS brasileiros inseridos nas áreas de educação e tecnologia, sob a percepção de seus empreendedores, nas suas operacionalizações enquanto negócios. Assim, a partir dos dados obtidos, observou-se que no tocante à rede de parceiros, as empresas apresentam parceiros em comum, que são as incubadoras, responsáveis por auxiliar as organizações em seu desenvolvimento enquanto negócio, e parceiros distintos no que se refere à difusão do negócio, que são empresas privadas e o Governo. Pôde-se perceber a importância dos parceiros para o início e o crescimento dos negócios de impacto estudados, e essa importância não fica restrita ao aspecto financeiro, pois, a exemplo da empresa B, que não contou com o apoio de investidores, os outros parceiros foram e são fundamentais para que a mesma consiga atingir seus objetivos e se consolidar no setor. Os parceiros são agentes fundamentais no ecossistema dos negócios de impacto, tanto no suporte aos aspectos técnicos que os envolvem, enquanto negócios, quanto as questões mais específicas que estão relacionadas ao entendimento das necessidades dos públicos-alvo atendidos e que precisam do apoio de outras organizações para gerar os impactos sociais positivos.

Quanto às competências, verificou-se que a existência de conhecimento prévio do contexto em que iriam se inserir, por seus empreendedores já atuarem na área, foi de suma importância para o desenvolvimento do negócio, pois assim a proposta de valor se torna mais condizente com a necessidade do cliente/beneficiário e aumenta maior probabilidade de minimizar o problema que confronta. Assim, pôde-se constatar que as competências pré-existentes foram cruciais para que os empreendedores pudessem ter sucesso nos seus respectivos negócios de impacto, ou seja, foi um fator que facilitador para que os impactos sociais fossem produzidos.

Em relação à proposição de valor, as empresas apresentam diferenças tanto relacionadas ao mix de produtos, quanto aos usuários, fato esse decorrente dos objetivos de cada uma delas, bem como de suas áreas de atuação. A empresa A trabalha com crianças com dificuldades de aprendizagem e a empresa B trabalha com estudantes de diferentes níveis de escolaridade. Assim, percebe-se que a empresa A oferece produtos distintos para usuários distintos, enquanto a empresa B oferece um mesmo produto, para usuários distintos, tanto em relação ao aplicativo quanto em relação à plataforma. No entanto, ambos os produtos se assemelham por serem

plataformas virtuais que se destinam a melhorar a educação, mesmo que para públicos e finalidades distintas.

No que se refere à equação de lucro econômico, para conseguir gerar os impactos sociais positivos os dois negócios se utilizam de uma estrutura de operações enxuta, isto é, um quadro de funcionários reduzido e grande parte das operações realizadas de forma *on-line*. Esse pode ser um fator importante para os negócios de impacto em geral, já que em regra eles trabalham prestando serviços ou oferecendo produtos a pessoas de baixa renda ou com necessidades especiais. Além disso, deve-se ressaltar que a decisão de se reinvestir lucros em um negócio de impacto tem por objetivo maximizar os benefícios positivos que essas organizações produzem na sociedade.

Em relação à equação de lucro social, ambos os negócios geram impactos sociais positivos na área da educação, setor que é frequentemente atendido pelos negócios de impacto como apontado no estudo de Petrini *et al.*, (2016). Supõe-se que esse setor pode ser o que mais é atendido por negócios de impacto em decorrência das deficiências existentes nessa área no Brasil e, além disso, melhorias na educação são capazes de gerar benefícios positivos nas mais diversas esferas sociais.

Diante disso, consegue-se visualizar a ideia central de criação, entrega e captura de valor de cada uma das organizações em estudo, e suas respectivas particularidades. Conclui-se que este estudo contribui para a compreensão de como as dimensões do modelo de NIS proposto por Petrini *et al.*, (2016) se desenvolvem na prática em diferentes negócios que trabalham no mesmo setor, porém com objetivos e beneficiário distintos; e como o ambiente externo interfere nas atividades desse tipo de organização.

Sugere-se realizar estudos futuros buscando verificar se há relação causal entre a forma como os elementos constituintes do modelo de NIS utilizado é operacionalizada e o desempenho da empresa, bem como o impacto gerado por ela.

REFERÊNCIAS

- ARTEMISIA. **Nosso conceito**. Disponível em: <<http://www.artemisia.org.br/conteudo/negocios/nosso-conceito.aspx>>. Acesso em 15 dez. 2017.
- BARKI, E.; COMINI, G. M.; CUNLIFFE, A.; HART, S.; RAI, S. Social entrepreneurship and social business: retrospective and prospective research. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 380-384, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v55n4/0034-7590-rae-55-04-0380.pdf>>. Acesso em: 2 de outubro de 2017.
- BORZAGA, C.; DEPEDRI, S.; GALERA, G. Interpreting social enterprises. In: **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 47, n. 3, p. 398-409, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n3/05.pdf>>. Acesso em: 2 de outubro de 2017.
- COMINI, G. M. **Negócios sociais e inovação social: um retrato de experiências brasileiras**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4100966/mod_resource/content/0/Tese_livre_ddocenci_final_Graziella_Comini.pdf>. Acesso em: 2 de outubro de 2017.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. **Carta de princípios para Negócios de Impacto no Brasil**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Carta_Principios.pdf>. Acesso em: 9 de janeiro de 2018.
- IIZUKA, E. S.; VARELA, C. A.; LARROUDE, E. R. A. Social business dilemmas in Brazil: Rede Asta case. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 4, p. 385-396, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v55n4/0034-7590-rae-55-04-0385.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2017.
- JIANOTI, L. Investidores em negócios de impacto. In: SANTANA, A. L. J. de M.; SOUZA L. M. (organ.). **Empreendedorismo com foco em negócios sociais**. Curitiba, 1. ed., NIST UFPR, p. 31-39, 2015. Disponível em: <http://www.negociossociais.ufpr.br/wordpress/wpcontent/uploads/2015/05/EMPREENDEORISMO_NEGOCIOS-SOCIAIS.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2017.
- KIYAMA, R. S.; COMINI, G. M.; D'AMARIO, E. Q. Criação de Negócios sociais no Brasil: um estudo exploratório. In: XXXVIII EnANPAD, 2014, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVIII EnANPAD**, 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_ESO1074.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2017.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.

LIRA, Amanda de Araujo Rodrigues. **Avaliação de impacto à luz da teoria de mudança: um estudo multicaso.** 43 p. Relatório de estágio supervisionado (Bacharelado em Administração). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2018.

MACCALI, N.; CUNHA, C. R. da. O modelo de negócios: propostas e avaliação de impacto. In: SANTANA, A. L. J. de M.; SOUZA L. M. (organ.). **Empreendedorismo com foco em negócios sociais.** Curitiba, 1. ed., NIST UFPR, p. 41-54, 2015. Disponível em: <http://www.negociossociais.ufpr.br/wordpress/wpcontent/uploads/2015/05/EMPREENDEORISMO_NEGOCIOS-SOCIAIS.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2017.

MICHELINI, L.; FIORENTINO, D. New business models for creating shared value. In: **Social Responsibility Journal**, v. 8, n. 4, p. 561-577, 2012. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/17471111211272129>>. Acesso em: 28 de novembro de 2017.

MOURA, A. M. de. **Facilitadores e dificultadores na implementação de um negócio inclusivo em três países de diferentes continentes.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-29112011-203505/publico/AnitaMariadeMouraVersaoCorrigida.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2017.

OLIVEIRA, V. M. de. **Promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro: uma análise dos papéis dos governos, das empresas e da sociedade civil.** Tese de Doutorado. PROPAD/UFPE, 2014.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y.; TUCCI, C. L. Clarifying business models: Origins, present, and future of the concept. In: **Communications of the Association for Information Systems**, v. 16, n. 1, p. 1-25, 2005. Disponível em: <<http://users.jyu.fi/~mieijala/luama/materiaali/1/Clarifying%20Business%20Models-%20Origins%20Present%20and%20Future%20of%20the%20C.pdf>> Acesso em: 7 de dezembro de 2017.

PARENTE, Cristina; COSTA, Daniel; SANTOS, Mónica; CHAVES, Rosário Rito. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. In: **XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho**, 2011, Lisboa. Disponível em: <https://repositório.aberto.up.pt/bitstream/10216/61185/2/cparenteempreendedorismo000151867.pdf>> Acesso em 20 jan. 2018.

PETRINI, M.; SCHERER, P.; BACK, L. Modelo de negócios com impacto social. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, n. 2, p. 209-225, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v56n2/0034-7590-rae-56-02-0209.pdf>> Acesso em: 21 de junho de 2017.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Criação de valor compartilhado. In: **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1/2, p. 62-77, 2011. Disponível em: <<http://hbrbr.uol.com.br/criacao-de-valor-compartilhado/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2017.

PORTO, Adriana; SANTOS, Andressa Schaurich; ALMEIDA, Damiana Machado; GOMES, Clandia Maffini; MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama. Explorando teoricamente as

relações entre inovação e negócios com impacto social. *Sustentabilidade em Debate*, v. 7, n. 2, p. 271-285, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/18528/15260>>. Acesso em 10 fev. 2018.

PRAHALAD, Coimbatore Krishanarao; HART, Stuart. **A riqueza na base da pirâmide**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PRAHALAD, Coimbatore Krishanarao; HART, Stuart. **The fortune at the bottom of the pyramid. Strategy + Business**, n. 26, 2002.

QUINTESSA. *Guia 2,5: guia para o desenvolvimento de negócios de impacto*. 2017.

ROSOLEN, T.; TISCOSKI, G. P.; COMINI, G. M. Empreendedorismo social e negócios sociais: Um estudo bibliométrico da produção nacional e internacional. In: **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 85-105, 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/viewFile/8994/11596>>. Acesso em: 9 de novembro de 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOCIAL IMPACT INVESTMENT TASKFORCE. **Impact Investment: the invisible heart of markets**. 2014. Disponível em: <http://www.socialimpactinvestment.org/reports/Impact%20Investment%20Report%20FINAL%5B3%5D.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2017.

SOUZA, L. L. de. **Gestão do design em empresas do setor 2,5: análise do processo de design de artefatos em Negócios de Impacto a partir da abordagem Design Thinking**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande, 2017.

TEECE, D. J. Business models, business strategy and innovation. In: **Long range planning**, v. 43, n. 2, p. 172-194, 2010. Disponível em: <<http://www.bmcommunity.sitew.com/fs/Root/8jig8-businessmodelsbusinessstrategy.pdf>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2017.

TEODÓSIO, A. S.; COMINI, G. M. Inclusive business and poverty: prospects in the Brazilian context. In: **RAUSP - Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 47, n.3, p. 410-421, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n3/06.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2017.

WILSON, F.; POST, J. E. Business models for people, planet (& profits): exploring the phenomena of social business, a market-based approach to social value creation. In: **Small Business Economics**, v. 40, n. 3, p. 715-737, 2013.

INOVAÇÃO SOCIAL PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

*Rosimara Oliveira França*²⁸

*Lorena Lais Pessoa Costa*²⁹

*Verônica Macário de Oliveira*³⁰

*Suzanne Érica Nóbrega Correia*⁴

Resumo

Em um cenário marcado por desigualdades socioeconômicas e estruturas convencionais de consumo, percebe-se que o problema do consumo não se limita a produtos ecológicos e impactos ambientais, mas também é uma questão social. Esta problemática requer avanços nas propostas das ações e estratégias capazes de promoverem o consumo sustentável e a inovação social, considerando os contextos onde são implantadas. Assim, o objetivo desse artigo é analisar as iniciativas de inovação social voltadas a promoção do consumo sustentável no Semiárido Brasileiro, a partir do modelo proposto por Jaeger-Erben et al. (2015). Para examinar e explicar o fenômeno, exemplos de comunidades estão sendo analisados em uma região marcada por uma crise socioambiental decorrente dos altos níveis de concentração de recursos naturais e produtivos. Em termos metodológicos, esta pesquisa realizou um estudo de caso de natureza qualitativa e descritiva, utilizando como estratégias de coleta de dados as pesquisas bibliográficas e documental. Os resultados apontam um contexto de desenvolvimento de inovações sociais e do consumo sustentável e percebe-se que essas práticas são desenvolvidas como estratégias de convivência com a realidade e desafios locais podendo ser enquadradas nas formas de organização apontadas no modelo de Jaeger-Erben et al. (2015). Portanto, as iniciativas analisadas demonstram que existem diversas possibilidades de promover mudanças nas práticas sociais relacionadas ao consumo nessa região que estão associados a convivência com a seca e otimização das potencialidades locais, o que gera inclusão social, trabalho, renda e melhorias nas condições de vida das comunidades.

Palavras-chave: Inovação Social. Consumo Sustentável. Transformação Social.

²⁸Graduanda, Universidade Federal de Campina Grande, rosimaraoliveirah@gmail.com.

²⁹Graduanda, Universidade Federal de Campina Grande, lorenalais7@gmail.com.

³⁰Doutora, Universidade Federal de Campina Grande, veronicamacario@gmail.com.

⁴Doutora, Universidade Federal de Campina Grande, suzanne.enc@gmail.com.

SOCIAL INNOVATION FOR SUSTAINABLE CONSUMPTION IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID

Abstract

In a scenario marked by socioeconomic inequalities and conventional consumption structures, it is perceived that the problem of consumption is not limited to ecological products and environmental impacts, but it is also a social issue. This problem requires advances in the proposals of actions and strategies capable of promoting sustainable consumption and social innovation, considering the contexts in which they are implemented. The objective of this article is to analyze social innovation initiatives aimed at promoting sustainable consumption in the Brazilian semi-arid region, based on the model proposed by Jaeger-Erben et al. (2015). To examine and explain the phenomenon, examples of communities are being analyzed in a region marked by a socio-environmental crisis resulting from the high levels of concentration of natural and productive resources. In methodological terms, a case study of a qualitative and descriptive nature was carried out, using bibliographical and documentary research as data collection strategies. The results point to a context of development of social innovations and sustainable consumption. It is perceived that these practices are developed as strategies of coexistence with the local reality and challenges and can be framed in the forms of organization pointed out in the model of Jaeger-Erben et al. (2015). Therefore, the initiatives analyzed show that there are several possibilities to promote changes in social practices related to consumption in this region that are associated with drought coexistence and optimization of local potentialities, which generates social inclusion, work, income and improvements in conditions of community life.

Keywords: Social Innovation. Sustainable Consumption. Social Transformation.

1 INTRODUÇÃO

No discurso sobre consumo sustentável, houve grandes intervenções por parte de empresas e governos, com foco na mudança do comportamento do consumidor por meio de produtos e serviços “verdes” (KHAN, 2008). No entanto, o problema do consumo não se limita a produtos ecológicos e impactos ambientais, mas também é uma questão social. Juntamente com o aumento do consumo em todo o mundo e aspirações materialistas, um declínio no bem-estar e qualidade de vida também podem ser observados, especialmente nos países industrializados. Recentemente, o processo de consumo sustentável começou a chamar a atenção para mudanças de valor individuais refletidas nos padrões de consumo das pessoas e no comportamento social.

O enfrentamento dessa problemática requer avanços nas propostas das ações e estratégias capazes de promoverem o consumo sustentável e a produção da inovação social, considerando as especificidades dos contextos onde são implantadas. Emergindo também a necessidade de se pensar em modelos de negócios e alternativas sociais que possibilitem o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, além de possibilitar uma reconfiguração nos modelos de consumo.

Esses modelos de negócios são voltados para estilos de vida sustentáveis e mudanças individuais de valor, criando abordagens combinadas para reduzir os impactos ambientais e aumentar o bem-estar social (KHAN, 2008; BACKHAUS et al., 2017).

O processo de inovação social se torna uma alternativa para atender as necessidades dessas populações vulneráveis, provocando a necessidade da composição de um novo modelo de desenvolvimento local (CORREIA, 2015), promovendo uma mudança de hábitos, uma ressignificação nos padrões de consumo, além de criar uma sociedade em rede baseada no cooperativismo e compartilhamento, permite um estilo de gestão que inclui os indivíduos em seus processos (CORREIA; OLIVEIRA; GOMÉZ, 2016).

Dados sobre o semiárido brasileiro apontam que essa região é marcada por uma crise socioambiental decorrente dos altos níveis de concentração de recursos naturais, como água e terra, além dos recursos produtivos nas mãos de uma minoria, o que desencadeia elevados níveis de desigualdade social e degradação do meio ambiente (ASA, 2018). Uma alternativa para enfrentamento dessa situação é a inovação social definida como novos produtos, serviços ou métodos, que simultaneamente, atendem às necessidades sociais e criam novas relações sociais, tornando-se um fenômeno capaz de elevar a capacidade de agir da sociedade (MURRAY et al.,

2010), beneficiando-a por meio de processos de aprendizagem, colaboração e emancipação (CORREIA et al, 2016).

Nesse contexto, o semiárido brasileiro se apresenta como uma localidade que tem desenvolvido, através da relação entre Estado e representantes da sociedade civil, estímulos a promoção de iniciativas de inovação social, expressando ações ativas e pró-positivas da sociedade em um contexto político em protesto contra a permanência de graves problemas ambientais e socioeconômicos em uma extensa região que ocupa 18,2% (982,566 Km²) do território nacional, abrangendo mais de 20% dos municípios brasileiros (1.135 municípios de 9 estados) e casas sobre 11,84% da população do país.

Torna-se, portanto, um exemplo dos esforços da sociedade civil para transformar a realidade do seu território e o potencial de seus programas para garantir a segurança alimentar para as populações locais.

Diante dessa questão, o presente artigo consiste num ensaio teórico que tem por objetivo analisar as iniciativas de inovação social voltadas a promoção do consumo sustentável no Semiárido Brasileiro, a partir do modelo proposto por Jaeger-Erben et al. (2015).

Os autores desenvolveram um modelo que classifica essas inovações a partir das seguintes formas de organização: 1) *Do-It-Together* que permite a criação de uma comunidade onde as práticas alternativas ocorrem com valores constitutivos e significados compartilhados, como cooperativas, associações ou empresas; 2) Consumo estratégico que tem como proposta ativar consumidores em termos de ações conjuntas; 3) Comunidades de compartilhamento fundamentadas no princípio do escambo e do compartilhar de produtos/serviços; 4) *Do-It-Yourself* que se associa à perspectiva de facilitar a autoprodução; 5) Aumento da Utilidade dos Recursos a partir de novas formas de consumo que aumentam a utilidade de produtos e serviços (JAEGER-ERBEN et al., 2015).

A metodologia utilizada para realização deste estudo consiste em um ensaio de natureza qualitativa e descritiva, utilizando como estratégias de coleta de dados as pesquisas bibliográficas e documental.

Em termos estruturais, este artigo está organizado em sete seções. Além desta parte introdutória, apresentam-se, na seção dois, algumas considerações sobre o consumo sustentável, posteriormente discutem-se aspectos sobre inovação social, em seguida se tem uma discussão sobre a inovação social para o consumo sustentável. Na quinta seção aborda os procedimentos metodológicos, após se tem os resultados e as discussões, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 CONSUMO SUSTENTÁVEL

Nas sociedades modernas, muitas pessoas permanecem sem saciar suas necessidades de consumo atendidas no âmbito do mercado convencional, além de que as estruturas em que estão ancorados os atuais padrões de consumo são insustentáveis. Excedendo a capacidade de assimilação dos rejeitos pelo meio ambiente, além de que o acesso às riquezas produzidas é injusto e desigual (PORTILHO, 2005; JACKSON, 2006; ABRAMOVAY, 2012; OLIVEIRA, 2014). Por outro lado, o consumo é considerado como elemento determinante para o processo de desenvolvimento de toda e qualquer sociedade (BARBOSA, 2010), decorrente dos aspectos econômicos que envolvem o aumento nos seus níveis e padrões (OLIVEIRA, 2014).

Com o crescimento das mudanças sociais existentes no mundo e o alto nível de consumo das pessoas, faz-se necessário que haja um processo que requer além de inovações tecnológicas e das mudanças nas escolhas individuais de consumo, ações coletivas e mudanças políticas, econômicas e institucionais para fazer com que os padrões e os níveis de consumo se tornem mais sustentáveis (OLIVEIRA, 2014). A partir desta aceção, o consumo sustentável está interligado ao desenvolvimento sustentável, pois é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (IDES, 2012). Considera-se relevante que os bens e os serviços não são apenas consumidos para satisfazer necessidades substanciais (habitação, alimentação, vestuário, etc.), mas também servem de meio de expressão do grupo social ao qual pertence ou não pertence (BOURDIEU, 1984).

O conceito de desenvolvimento sustentável trata das melhorias de condições de vida e a promoção da cidadania, por meio de iniciativas econômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais. Pode-se associar com a proposta de consumo sustentável que envolve processos de mudanças macro e estruturais associados a fatores políticos e de mercado (JACKSON, 2006; OLIVEIRA, 2014), de modo a oferecer condições favoráveis para que os fatores que envolvem as práticas de consumo se tornem mais sustentáveis.

Muitas das ações adotadas para promover o consumo sustentável podem ser configuradas como meios de maquiagem as soluções das questões socioambientais com o “esverdeamento” das relações de produção e consumo, sem efetivamente se comprometer com mudanças macro e estruturais que possibilitem um redirecionamento das práticas de consumo em termos de sustentabilidade (GUIMARÃES, 2001; BARBER, 2007; OLIVEIRA, 2014) e de acesso ao consumo para aqueles que não têm as suas necessidades fundamentais satisfeitas.

A promoção do consumo sustentável possui uma dimensão com ênfase na eficiência de consumo associada aos recursos que são utilizados nos processos produtivos, o que pode ser alcançada através de melhorias tecnológicas (FUCHS; LOREK, 2005).

Grande parte das ações políticas desenvolvidas em prol do consumo sustentável têm se empenhado mais no combate às consequências negativas das práticas de consumo, envolvendo ações de curto prazo, do que na compreensão, no questionamento e na transformação desta prática (DOLAN, 2002; JACKSON, 2006; HOLT, 2012; LOREK; SPANGENBERG, 2014). Busca-se equacionar os seus impactos negativos ao invés de identificar as causas e combatê-las de forma efetiva.

No âmbito dessas discussões emergiu a proposta de consumo sustentável que considera o impacto socioambiental do consumo como uma questão de política e de mercado relacionada às propostas de desenvolvimento sustentável e requer uma mobilização de processos mais amplos que envolvam a atuação e articulação de diversos atores para atingir metas sustentáveis. Isto porque as mudanças que podem ser alcançadas por grupos isolados, como consumidores ou produtores, são limitadas (JACKSON, 2006; THOGERSEN et al., 2010) e não atendem aos preceitos do consumo sustentável, principalmente, porque apenas convocam as pessoas a comportar-se "certo" dentro de estruturas "erradas" (LOREK; SPANGENBERG, 2014).

A adoção de padrões de consumo e estilos de vidas mais sustentáveis apresentam sempre grandes desafios, pela sociedade que tem sido resistente às mudanças que interfiram na sua comodidade e bem-estar, mas, atualmente, processos que permitem o acesso e o incentivo para práticas cotidianas que atuem em promoção do consumo sustentável (SCHUTZ et al., 2017), tem se tornado alvo de soluções e estes processos têm garantido desenvolvimento em comunidades em que as inovações sociais estão localizadas, elas são resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais por meio da participação individual e coletiva, havendo interação e cooperação de todos os atores envolvidos, com o objetivo de gerar soluções novas e duradouras para a sociedade em geral.

3 INOVAÇÃO SOCIAL

Entre as décadas de 60 e 80 a inovação social estava muito associada ao campo acadêmico, posteriormente na década de 80 ela começa a ser associada aos processos institucionais, ligados a competitividade das empresas. Associavam a inovação social a inovação, contudo atualmente sabe-se que ambas possuem focos divergentes da inovação

social, que possui uma natureza não mercantil, tendo como base a produção e desenvolvimento coletivo (ANDRÉ; ABREU, 2006).

O foco na inovação social surge devido aos problemas indesejados e implicações sociais (GABRIELA, 2012), que emerge como uma alternativa para melhorar as condições de vida de populações expostas a vulnerabilidades, ambientais, econômicas e sociais. Surgindo mediante um processo de necessidade, opta por trabalhar com desenvolvimento social e mercadológico de forma sustentável, mantendo os desafios de negócios de impacto social. Ela ajuda a compreender melhor, ilustrar e materializar ações grupais para promover o consumo sustentável (CORREIA, 2015).

Segundo Caron (2007), a inovação social aborda a discussão de alternativas de crescimento e desenvolvimento das comunidades e dos indivíduos, tendo como resultado central melhores condições de vida e bem-estar. Ela não deve ser compreendida só como uma busca de suprir as necessidades sociais provocadas pela ausência do Estado, mas também deve ser compreendida como uma oportunidade de resposta às múltiplas crises sociais, econômicas e ambientais (PISANO; LANGE; BERGER, 2015).

André e Abreu (2006), trazem a perspectiva da inovação social como uma metodologia que gera mudança social, com base em três atributos: satisfação de necessidades humanas não satisfeitas pelo mercado; acesso a inclusão social e capacitação dos agentes sociais. A inovação social provoca uma mudança no processo de produção, consumo e adaptações nas relações sociais, conduzindo a uma inclusão dos indivíduos no mercado e no atendimento às suas necessidades, além de modificar as relações de poder, ela dissemina o conhecimento e soluções de fácil aplicabilidade pela própria comunidade que tenha como características o saber local (CORREIA, 2015).

Tendo esta compreensão do conceito de inovação social, percebe-se que dentro de suas dimensões, ocorre mudanças na perspectiva de processo e resultado, contribuindo para a alteração das relações de poder e promovendo os atores sociais como agentes ativos no processo de criação de valor para os interesses dos grupos sociais e da comunidade (CLOUTIER, 2003; CORREIA; OLIVEIRA; GOMÉZ, 2016).

A concretização dessas mudanças nos processos ocorre efetivamente quando se tem a mobilização das pessoas que estão à margem da sociedade, em busca da resposta que permita a inclusão social, um melhor relacionamento com os demais atores sociais e a interação entre comunidades (ANDRÉ; ABREU, 2006). Dessa forma, atores sociais e comunidades buscam soluções tecnológicas e organizacionais para seus contextos, fornecem exemplos de auto-

gestão, e desenvolvem habilidades reflexivas e auto-organizacionais (MOULAERT et al. 2007).

No contexto do consumo sustentável, os inovadores sociais atuam como produtores ou co-produtores. Às vezes, isso pode fazer parte do sistema de inovação sociotecnológica cuja inovação leva em consideração como a inovação e o processo são compreendidos, quais valores e objetivos estão relacionados para a mudança do sistema, que formas de vontade social e institucional precisam ser inventadas e quais atores envolvidos permitem que as soluções precisem ser solicitadas (FALK; RYAN, 2007; KHAN, 2008).

Na produção da inovação social pode-se considerar “a discussão das condições que permitem e favorecem a inovação social inclui, por um lado, os recursos necessários ao processo, e, por outro, as dinâmicas associadas à consolidação e difusão da inovação” (ANDRÉ; ABREU, 2006, p. 8). Ou seja, é necessário compreender o contexto de implementação e difusão da inovação social e da realidade local. Os conhecimentos tradicionais e as relações entre as comunidades favorecem na difusão das inovações, além de possibilitar uma rede de cooperação e compartilhamento, a inovação social deve buscar estimular o potencial dos atores locais.

Inovação social relaciona-se a inovações sociotécnicas em uma perspectiva *bottom-up*, através do estímulo da autoprodução, indicando pessoas que, em sua vida cotidiana, se organizam para obter o resultados em que estão diretamente interessados; e a expressão de autoprodução de qualidade social refere-se ao processo pelo qual, através da busca ativa de resolução de seus problemas, o projeto tem o efeito de (mais ou menos deliberadamente) reforçar o tecido social (KHAN, 2008; BACKHAUS et al., 2017).

A inovação social, portanto, direciona na necessidade de um foco mais explícito sobre o consumo sustentável, não só a durabilidade das atividades socialmente inovadoras, mas também no impacto sobre as relações sociais, patrimônio, cultura, economia e práticas equilíbrio ecológico. Neste sentido, as inovações sociais, por um lado ajudam a envolver os atores (individual, grupos, comunidades, instituições e governo) com seus objetivos, tais como a mudança climática e esgotamento dos recursos naturais; e por outro lado, reforçam a da sustentabilidade (MEHMOOD; PARRA, 2013) como um pacto geracional. A inovação social, portanto, pode ajudar a compreender melhor, ilustrar e materializar ações coletivas para promover o consumo sustentável.

4 INOVAÇÕES SOCIAIS PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

Os problemas ambientais, econômicos e sociais que se apresentam ao mundo sublinham a necessidade de desenvolver inovações sociais no âmbito do consumo sustentável, procurando soluções inovadoras para superar esses problemas. Esta perspectiva pode ajudar a superar a desconexão entre crescimento econômico e bem-estar social. Conforme já abordado anteriormente, a inovação social se refere à forma como os indivíduos, grupos e comunidades se mobilizam para enfrentar os desafios causados pelas demandas da sociedade não atendidas e tem fortes conotações em termos de esforços sociais e institucionais para implementar os caminhos da sustentabilidade. Desta forma, as políticas e as ações voltadas ao consumo sustentável podem ser potencializadas através da operacionalização de inovações sociais (MEHMOOD; PARRA, 2013).

Tendo em vista que o consumo sustentável articulado com a inovação social se contorna como medidas que amenizam as desigualdades sociais, sendo também uma resposta aos modelos convencionais de consumo. As iniciativas de inovação social surgem mediante a necessidade de um modelo de desenvolvimento sustentável, fortalecendo a construção de uma nova realidade social, no qual os atores são agentes ativos nos papéis decisivos para o desenvolvimento local e retorno social e econômica para a comunidade.

Dentro desse contexto, Jaeger-Erben et al. (2015) construíram uma tipologia de inovações sociais no âmbito do consumo sustentável, com base em quatro dimensões centrais: 1) a inovação das práticas sociais alternativas, descrevendo o grau de mudança introduzido (novos significados, materiais, configurações, competências), em contraste com as rotinas estabelecidas; 2) o grau de formalidade das inovações sociais (cooperativas, plataformas, iniciativas temporárias), associada a forma de estabilização; 3) o grau de envolvimento pessoal dos atores para implementação das práticas alternativas e para absorção nas rotinas cotidianas; 4) o grau de comunalidade, por entender que as inovações sociais são sempre práticas compartilhadas ou coletivas. O modelo defende que para cada inovação social pode haver uma incidência alta, média ou baixa.

A partir dos princípios básicos da inovação social e as quatro dimensões acima propostas, foram identificados cinco tipologias de inovação social para o consumo sustentável, a saber: *do-it-together*; consumo estratégico; compartilhamento de comunidades; *do-it-yourself*, e consumo que aumenta a utilidade (*utility-enhancing consumption*)

A dimensão *Do-It-Together* (façamos juntos) consiste na auto-organização de espaços sustentáveis de consumo, por meio de metodologias de produção e consumo, utilizando-se de estruturas alternativas se tornam organizados pelos próprios consumidores. As inovações dentro dessa tipologia ocorrem por meio de inovações nos processos e revisões no ciclo do produto,

os principais objetivos são a inclusão de uma visão de estilos alternativos de vida e organização social. As inovações sociais para consumo sustentável deste tipo caracterizam-se por um alto grau de comunhão, inovação, auto engajamento e formalidade. Os atores nesses empreendimentos compartilham um conjunto alternativo de valores ou ideias, em sua maioria, exibem um alto grau de engajamento pessoal e identificação com a nova comunidade.

A dimensão *Do-It-Yourself* (faça você mesmo) estimula o apoio as competências e oferece facilidades para a autoprodução, processamento e reparação de produtos, com base princípio de "consumo de aumento de competências". Competências tem duas denotações: são um pré-requisito para tal práticas alternativas e, em parte, moldar a reprodução constante do significado das práticas e por outro lado uma conexão com o princípio do consumo "recurso-luz e evitando os resíduos" como em termos de reparação versus eliminação. A constituição dessa dimensão possibilita uma rede de compartilhamento de informações, além de promover a interação entre comunidades.

Dentro da dimensão *Strategic consumption* (Consumo Estratégico), os consumidores mais ativos passam a atuar com mudanças nos seus padrões de consumo, mudanças de comportamento dentro dos sistemas estabelecidos de mercado. São formados a curto prazo e a adesão é mais flexível, embora ainda possa ter um alto potencial de identificação. A "criação da comunidade" é um princípio básico. A inovação é caracterizada por uma mudança de mentalidade do consumidor e métodos de conscientização. Engajamento pessoal pelos consumidores, solução proposta é ativar consumidores para consumo estratégico em termos de ações conjuntas integrando-os como "promissores" no desenvolvimento de produtos ou serviços. A mobilização é frequentemente realizada por terceiros, incluindo organizações ambientais ou de consumidores.

Na dimensão *Utility enhancing consumption* (Consumo que aumenta a utilidade), a inovação ocorre nos modelos produtivos e na utilidade dos produtos, são apresentados como uma alternativa às práticas estabelecidas em que os recursos e os produtos são ineficientemente utilizados. Os modos ou orientações básicas aqui são "utilitário e orientado para a necessidade" e consumo de "recurso-luz e desperdício de resíduos", ambos vistos como um melhor ajuste entre o valor da utilidade dos produtos e a essência da necessidade do consumidor. Além de ampliar a vida útil do produto.

A dimensão *Charing communities* (Economia Compartilhada), promove novas estruturas de facilitação para consumo colaborativo. Responder aos impactos negativos gerados pelo consumo de massa e o consumo ineficiente de produtos. Nesta tipologia a inovação

caracteriza às novas configurações sociais que são criadas, facilitando o consumo, troca ou compartilhamento de produtos e serviços.

Percebesse o quão as práticas de consumo surgem dentro de uma sociedade como parte de iniciativas inovadoras dos próprios consumidores, quando é observado que as experiências levam os atores institucionais e sociais a introduzir mudanças para o consumo sustentável e buscar formas de promover essas iniciativas e ampliar sua sustentabilidade (JAEGER-ERBEN et al., 2015). A correlação entre as áreas de inovação social e consumo sustentável, proporciona uma mobilização civil em uma mudança de estilos de vida com focos mais sustentáveis, tendo também como objetivo a amenização das desigualdades no acesso ao consumo. Oferecendo, portanto, aos cidadãos a oportunidade de solucionar problemas sociais e econômicos.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi concebida com o objetivo de analisar as iniciativas de inovação social voltadas a promoção do consumo sustentável no Semiárido Brasileiro, a partir do modelo proposto por Jaeger-Erben et al. (2015). O enfoque metodológico visa à descrição e compreensão do modelo de Jaeger-Erben, Rückert-John e Schafer (2015), nas iniciativas de inovação social e consumo sustentável do semiárido brasileiro. O estudo é classificado como descritivo e qualitativo. Segundo Alyrio (2009), a pesquisa tem um enfoque descritivo quando ela tem o caráter de procurar a enumeração e classificação de informações.

Utilizou-se da técnica do estudo de caso, pesquisa bibliográfica e documental, por buscar uma seleção geral mediante os trabalhos fundamentais que possuem uma importância, pois são fornecedores de informações relevantes para o estudo do tema (MARCONI; LAKATOS, 2003). A averiguação surge com a finalidade de explorar a aplicação do modelo Jaeger-Erben, Rückert-John e Schafer (2015) dentro das iniciativas do semiárido brasileiro.

Na coleta de dados utilizou-se de dados e evidências de diferentes naturezas, como: a pesquisa bibliográfica, como forma de obter embasamento teórico, a pesquisa documental para levantar dados e informações necessárias sobre os objetos de estudo.

Como delimitação para identificação das iniciativas existentes, adotou-se como critério, os projetos vinculados a Articulação do Semiárido (ASA). A ASA trouxe um debate acerca da realidade vivenciada pelo território do semiárido e o entendimento de que a seca não pode ser combatida, mas é necessário aprender a lidar com as especificidades da região e buscar alternativas endógenas para sua convivência. O fundamento da atuação da ASA está no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais daquele

território, em especial os/as agricultores/as familiares, o que inclui as questões relacionadas a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos seus recursos naturais, bem como a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

Os dados foram analisados por da utilização da técnica de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de análise que envolve procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das informações coletadas (BARDIN, 2011). Os resultados foram analisados de forma qualitativa e serão analisados em detalhe na próxima seção.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O semiárido brasileiro possui uma extensão total de 982.566,6 km², formada por 89,5% dos estados do Nordeste, tendo cerca de 26,62 milhões brasileiros vivendo na região (ASA, 2018). A dificuldade no acesso hídrico, ao atendimento de necessidades básicas como saúde e alimentação, é um reflexo de políticas ineficientes e de uma ausência de mobilização social para mudar a realidade ao qual estão expostos, existe uma inércia por parte dos atores sociais e institucionais. Uma das marcas do semiárido é o seu bioma, a Caatinga, tendo uma área remanescente de 734.478 km². Práticas como o desmatamento para retirada de lenha contribuem para a desertificação, a seca e a perda da biodiversidade afetando ainda mais os problemas socioeconômicos da região (ASA, 2018).

Ao analisar o contexto das inovações sociais e do consumo sustentável na abordagem do semiárido, percebeu-se que existem algumas práticas que são desenvolvidas como estratégias de convivência com as realidades e desafios locais. O semiárido brasileiro é das regiões que mais sofre pelas condições naturais da seca, com reflexo das condições climáticas dominantes, a hidrografia é pobre, fato que dificulta o desenvolvimento da principal atividade econômica da região, a agricultura. As condições hídricas são insuficientes para abastecer as famílias locais, juntas a períodos de ausência de chuvas, castigam os sertanejos submetendo-os às condições de desgaste físico e psicológico (IBGE, 2010).

Busca-se contribuir para a implementação de ações integradas para aquele território, fortalecer inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais e apoiar a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semiárido. A proposta é sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e decisões políticas para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável a partir das potencialidades daquele território; contribuindo,

assim, para a formulação de políticas estruturadoras para o seu desenvolvimento, bem como para monitorar a execução das políticas públicas (ASA, 1999).

Programas de assistencialismo público são voltados para a área como uma tentativa de amenizar os impactos causadas pelo fenômeno na condição de vida da população local. Contudo tendo uma nova perspectiva sobre o fenômeno não se busca combatê-la, mas sim estratégias de convivência que amenizem os seus efeitos sobre a população local, a busca por negócios de impacto social gerando inovações sociais que permitam enxergar essa população como agentes transformadores da sua realidade local, a implementação de inovações sociais que compartilhar conhecimento e técnicas, auxiliando os sertanejos.

Nesse contexto, este estudo teve como unidade de análise as iniciativas desenvolvidas e apoiadas pela ASA, por se caracterizar como uma organização social que tem como objetivo defender, propagar e implementar projetos de convivência com o Semiárido. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região (ASA, 2018).

Atualmente, a ASA representa mais de 700 organizações da sociedade civil do semiárido, e se destaca pela conquista de reunir propostas das entidades as quais representa em um esforço coletivo de articulação política regional da sociedade civil organizada, no semiárido brasileiro, como uma organização apartidária e sem personalidade jurídica, regida por mandato próprio. O fundamento da atuação da ASA está no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais daquele território, em especial os/as agricultores/as familiares, o que inclui as questões relacionadas a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos seus recursos naturais, bem como a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

Para melhor entendimento de como as iniciativas de inovação social e consumo sustentável ocorrem no semiárido, as subseções seguintes apresentam os níveis de dimensões análise propostos no modelo de Jaeger-Erben et al. (2015).

6.1 DIMENSÃO *DO-IT-TOGETHER*

Para iniciativas da dimensão “*Do-it-together*” enfatiza-se exemplos baseados no poder de articulação da comunidade, como agricultura apoiada pela comunidade. Nesse contexto, a formação de uma comunidade não é vista apenas como um meio de organizar o consumo de maneira diferente, mas também pode ser vista como um valor em si. Esta é uma forma de resposta a uma ausência sentida de comunalidade e significados associados, como cooperação,

coesão, autodeterminação, participação e solidariedade. As iniciativas dessa dimensão são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Iniciativas voltadas a dimensão *Do-it-together*

Dimensão <i>Do it together</i>		
Iniciativa	Descrição	Área de Consumo
Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)	O projeto é um sistema de produção que utiliza de um pequeno espaço que dispõem a horta em círculos. Este modelo envolve toda comunidade e é um gerador de renda para os mesmos, e faz com que a produção aumente, sem degradar o meio ambiente.	Alimentação
Sementes do Semiárido	Esta iniciativa tem o objetivo em auxiliar as estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético das sementes, através das práticas já existentes de auto-organização comunitárias.	Alimentação
Fundos de Pasto	Se caracterizam pela posse e uso comunitário da terra e dos seus recursos. Os animais são criados livremente e este modelo de criação facilita o acesso dos animais à água e à comida, principalmente nos períodos de estiagem severa.	Alimentação e Transporte
Uma Terra e Duas Águas (P1+2)	Com objetivo de amenizar os impactos da seca e resguarda uma segurança hídrica e alimentar, comunidades rurais junto a ASA iniciou o programa. Com sua metodologia baseada no fortalecimento de processos educativos, interação e valorização dos agricultores. Utilizando-se de técnicas como a barragem subterrânea.	Bens de consumo

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) trabalha com agroecológica. Trata-se de um sistema de produção baseado na preservação do solo, ao meio ambiente e condições econômicas e sociais justas. Associado à criação de animais com a produção vegetal e utilização de insumos da propriedade em todo o processo produtivo, preserva a qualidade do solo e das fontes de água, incentiva o associativismo dos produtores. A PAIS está sendo reaplicada em diversas regiões brasileiras, possui baixo custo, de fácil replicação e sai da produção convencional, apoiando os agricultores a produzirem a policultura. Os principais objetivos são: propiciar a inclusão das pessoas nos programas de reforma agrária no processo produtivo e de comercialização; promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário, mostrando as experiências nas áreas ambiental, social, produtiva e de comercialização; proporcionar retorno econômico e social para a comunidade; promover condições de permanência no campo e melhorar a qualidade de vida da comunidade (FETAES, 2018).

As sementes do semiárido são casas ou bancos de sementes comunitários criados pela comunidade para armazenar as sementes de maior qualidade para um próximo plantio. Isto ajuda as famílias agricultoras a assegurar a soberania alimentar e nutricional das populações do Semiárido, além de preservar o seu patrimônio genético. Cada comunidade vai definir o que deve estocar e o que deve ser adquirido com o recurso para cada banco ou casa de sementes. O banco de sementes é um programa apoiado pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que tem sua concepção assentada no reforço das estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético, através do fortalecimento das práticas já existentes de auto-organização comunitárias.

Os fundos de pasto se caracterizam pela posse e uso comunitário da terra e dos seus recursos, pelo criatório de animais em terras de uso comum, articulado com as áreas denominadas de lotes individuais. Os grupos que compõem esta modalidade de uso da terra criam bodes, ovelhas ou gado na área comunal, cultivam lavouras de subsistência nas áreas individuais e praticam o extrativismo vegetal nas áreas de refrigério e de uso comum. São comunidades tradicionais, regulamentados internamente pelo direito consuetudinário, ligados por laços de sangue (parentesco) ou de aliança (compadrio) formando pequenas comunidades espalhadas pelo semiárido baiano. Os camponeses têm como valores basilares a família, a terra e o trabalho e utilizam-se de uma incipiente agricultura e de atividades extrativas voltadas ao autoconsumo e, principalmente, utilizam-se da prática do pastoreio extensivo, compartilhado de caprinos e ovinos, em terras de uso comum, de grandes extensões, localizadas no semiárido baiano, como mecanismo estratégico de reprodução social do grupo.

O Programa “Uma Terra e Duas Águas” (P1+2) tem seu nome associado a levar duas águas para mesma terra, sendo que a primeira água é destinada ao consumo humano, a qual é armazenada em cisternas construída pelo Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Já a segunda água é destinada a produção. O programa possibilita melhores condições de vida na medida que as famílias agricultoras têm acesso de novas tecnologias de recursos e gestão, sendo que as tecnologias são recebidas e implementadas pelo programa em três fases: a de capacitação, na qual ocorre o *network* entre as famílias, oferece cursos e oficinas relacionadas a produção agroecológica de manejos sustentáveis; uma segunda fase, na qual ocorre o Sistema de Simplificação de Água para Produção (Sisma), facilitando o manejo desse recurso; na terceira fase ocorre a fase de intercâmbios que promove a facilitação na execução das metodologias e processos de formação e capacitação.

Percebe-se que as iniciativas apresentadas exigem um alto grau de engajamento pessoal, bem como exige um alto grau de investimento (por exemplo, tempo e *know-how*) dos agentes de mudança e dos consumidores associados.

Um alto grau de comunalidade também é exigido, uma vez que a participação nas comunidades é necessária por requerer uma rede de atores sociais engajados e alto investimento de recursos pessoais. Ao mesmo tempo, a adoção de certas responsabilidades e deveres e a aceitação de tensões sociais também são necessárias.

6.2 DO-IT-YOURSELF

A Dimensão *Do-It-Yourself* pode ser vista como uma solução potencial para uma imaturidade e incompetência dos consumidores nos sistemas convencionais de provisão. São promovidas práticas que dependem de habilidades específicas do próprio consumidor para produzir e processar um bem de consumo necessário. No Quadro 2 são apresentadas as iniciativas identificadas para esta dimensão.

Quadro 2 - Iniciativas voltadas a dimensão *Do-it-yourself*

Dimensão <i>Do-it-Yorself</i>		
Iniciativa	Descrição	Área de Consumo
Uma Terra e Duas Águas (P1+2)	Busca fortalecer os processos de experimentação e difusão de inovações técnicas e sócio-organizativas junto aos pequenos agricultores com foco no plantio.	Alimentação
Fossas Agroecológica	A fossa é composta por materiais de baixo custo, proporcionando aos agricultores saneamento básico de baixo custo e desempenhando o papel de filtros para a produção da agricultura.	Habitação

Fonte: Elaboração própria, 2018.

O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) têm suas bases em tecnologias simples, de baixo custo, fácil difusão e construídas a partir da mobilização das comunidades necessitadas. O vínculo a esta dimensão está aproveitamento hídrico para a produção de alimentos – cisternas calçadão, barreiros-trincheiras, tanques de pedra, infraestruturas que dão suporte para o fortalecimento da estrutura hídrica e de segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades de agricultores familiares. Os próprios agricultores definem o que

plantar, transformando seus quintais produtivos e tornando-se protagonistas da sua própria transformação social.

As fossas agroecológicas são voltadas ao tratamento de esgoto de forma econômica (baixo custo), ecológica (não agride o meio ambiental), incentivando o uso sustentável dos recursos naturais, gerando renda e complementando a alimentação da agricultura familiar. Na fossa agroecológica o agricultor é coparticipante na sua construção, na seleção e busca das matérias-primas como areia e pneus, alguns utilizam os pneus existentes em suas residências, além poderem atuar como produtores, plantando frutas e legumes na área de construção da fossa.

As iniciativas de inovação social focadas no *do-it-yourself* são vinculadas à cooperação entre os atores sociais envolvidos na co-criação, co-produção e difusão da inovação. Na medida em que acontece a reestruturação da rede de atores sociais, é provocada uma redefinição de orientações culturais que formaliza a adoção da nova gestão das relações sociais e redireciona o estabelecimento de novas formas de fazer as coisas, seja através do desenvolvimento de novos serviços, processos, produtos ou novas formas de organização das relações sociais.

Percebe-se, assim, que as práticas investigadas de *Do-It-Yourself* podem ser bastante exigentes e potencialmente requerem um alto nível de habilidades e talentos específicos.

6.3 STRATEGIC CONSUMPTION

A dimensão do Consumo Estratégico coloca ênfase nos bens de consumo que são desperdiçados e não são suficientemente valorizados nas práticas convencionais de produção e consumo. Esta solução está orientada para diferentes sistemas de provisão que podem, por exemplo, redefinir o desperdício como um recurso e transformá-lo em produtos novamente, como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Iniciativas voltadas a dimensão Consumo Estratégico

Dimensão Consumo Estratégico		
Iniciativa	Descrição	Área de Consumo
Biodigestor	As Fossas Sépticas Biodigestoras são caixas coletoras que permitem o tratamento de fezes e urinas das casas, chácaras e povoados rurais que não são atendidos por sistema de esgoto sanitário e que têm à sua disposição o esterco a ser utilizado no processo de biodigestão.	Bens de consumo

Fonte: Elaboração própria, 2018.

As Fossas Sépticas Biodigestoras são um sistema inovador de esgoto sanitário composto por três caixas coletoras, elas ficam enterradas no solo, funcionam conectadas exclusivamente ao vaso sanitário e são interligadas entre si por tubos e conexões de PVC. Isto compreende um processo de biodigestão, que utiliza esterco bovino fresco ou de outro animal ruminante, a exemplo de cabras e ovelhas, para eliminar micróbios e bactérias dos dejetos expelidos pelo ser humano. No final do processo de Biodigestão, é produzido um adubo natural líquido, sem cheiro desagradável nem vermes nocivos à saúde humana e ao meio ambiente. Ele pode ser utilizado para fertilizar e irrigar o solo, contribuindo para melhorar a qualidade do solo e a renda dos agricultores.

Se a inovação é alta, como no “Consumo Estratégico”, práticas alternativas são frequentemente vistas como incomuns pelos consumidores e, conseqüentemente, enfrentam problemas de aceitação (JAEGER-ERBEN et al., 2015). Percebe-se, assim, que a adoção e difusão de práticas alternativas pode ser difícil, uma vez que as estruturas facilitadoras geralmente ainda não estão estabelecidas e o produto é adquirido sob demanda.

6.4 UTILITY ENHANCING CONSUMPTION

A falta de possibilidades de usar produtos com eficiência muitas vezes forma a base do “consumo orientado para a necessidade e a utilidade”, mas com soluções direcionadas a práticas individuais (JAEGER-ERBEN et al., 2015). Estes incluem formas alternativas de produção ou prestação de serviços que tentam responder diretamente às necessidades reais dos consumidores e evitar arranjos ineficientes, como apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Iniciativas voltadas a dimensão *Utility Enhancing Consumption*

Dimensão <i>Utility Enhancing Consumption</i>		
Iniciativa	Descrição	Área de Consumo
Inkiri Pirancanga	Esta comunidade envolve todos os moradores na busca de fazer com que cada um tenha hábitos mais sustentáveis, fazendo sua própria coleta e seleção de lixo e produzir seu próprio alimento, além de promover cursos para que outras pessoas possam aprender e se conscientizar destas práticas.	Habitação, Alimentação e bens de consumo
Feiras Agroecológicas	A Feira tem como objetivo promover e dar visibilidade a práticas agroecológicas, através da comercialização de produtos da	Alimentação

	sociobiodiversidade brasileira, ao mesmo tempo em que valoriza o conhecimento tradicional e agrega valor a essa forma de produção.	
--	--	--

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Na comunidade Inkiri Pirancanga todas as suas atividades são voltadas para a sustentabilidade e promovem aos moradores a terem um consumo mais sustentável. Suas casas são construídas a partir das técnicas da bioconstrução, possuem um centro de reciclagem de resíduos e uma horta comunitária em que eles consomem aquilo que plantam. Esta comunidade tem como um dos seus princípios desenvolver cursos que possam repassar o seu conhecimento e ajudar a expandir este conceito de consumo sustentável para a implantação desta ideia em outros territórios.

A iniciativa investigada possui uma organização altamente formalizada e oferece um alto grau de estabilidade e confiabilidade ao consumidor. Os atores sociais precisam ter ou devem adquirir competências organizacionais e de gestão e, muitas vezes, precisam investir recursos antecipadamente, correndo o risco de não haver demanda suficiente para o que eles oferecem.

As iniciativas vinculadas a ASA vêm apoiando o desenvolvimento de práticas empreendedoras, permitindo que os atores sociais tenham acesso à mercados locais pela agricultura familiar. As feiras agroecológicas se constituem um exemplo de tal prática, uma vez que funcionam como espaços destinados à comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e que apresentam como característica principal a produção e comercialização de alimentos sem agrotóxicos, e a venda direta ao consumidor final, eliminando assim, os atravessadores.

As feiras agroecológicas podem ser consideradas como uma prática de consumo orientada para a necessidade e a utilidade por fortalecer a produção do agricultor familiar, ampliar sua renda e capacitá-lo para realização de novas práticas de cultivo sustentável. Assim, a inserção dos agricultores nas feiras agroecológicas motivou novas práticas de trabalho, através da introdução de sistemas agroecológicos de cultivo; gerou mudanças nas relações sociais, pela participação coletiva dos agricultores; fortaleceu o arranjo institucional da ASA; proporcionou a aprendizagem coletiva, na busca pelo atendimento aos interesses da coletividade, por meio da cooperação entre os envolvidos.

6.5 SHARING COMMUNITIES

O consumo compartilhado também é baseado na formação da comunidade, mas principalmente em curto prazo e orientado para a satisfação das necessidades de consumo. As iniciativas identificadas são apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Iniciativas voltadas a dimensão *Sharing Communities*

Dimensão <i>Sharing Communities</i>		
Iniciativa	Descrição	Área de Consumo
Fundos Rotativos Solidários	Instrumentos de finanças solidárias e de articulação comunitária que, ao capitalizar recursos dos próprios agricultores e auto-organizá-los, viabiliza processos produtivos com base em tecnologias sociais, reinvestindo dentro da própria comunidade.	Bens de consumo
Moedas Sociais	Moedas locais que circulam em pequenas comunidades com o objetivo de aquecer a economia local.	Bens de consumo

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Os Fundos Rotativos Solidários podem ser compreendidos como uma poupança comunitária, na qual a gestão é formada pelas próprias pessoas da comunidade. Cada membro participa com doações voluntárias de diversos recursos, também pode ocorrer doações de fontes externas para a comunidade.

Surgem pela iniciativa de um grupo de pessoas com interesses comuns, buscando geralmente, melhoria nos processos produtivos para agricultura e pecuária, como a construção de cisternas e a criação de animais. Suas características incluem: a não existência de intermediários, por ser organizado pelos próprios agricultores; ser baseado na confiança entre os envolvidos, no que se refere ao pagamento das parcelas; aos critérios estabelecidos para a definição das primeiras famílias beneficiadas; e que todos, serão beneficiados.

O principal propósito da moeda social é tornar os atores sociais protagonistas do seu próprio desenvolvimento econômico e social, portanto buscam promover a cidadania econômica dos dependentes das políticas públicas assistencialistas do Governo Federal. Assim, essa prática autogestionária envolve a comunidade na definição das prioridades e no destino dos recursos, gera um maior comprometimento de todos os envolvidos.

O compartilhamento, a troca e outras formas de consumo colaborativo de comunidades de compartilhamento podem se conectar a formas de consumo tradicionais, mas marginalizadas, e têm o potencial de se tornar uma alternativa “real” às práticas tradicionais atuais (JAEGER-ERBEN et al., 2015). Isso implicaria estabilizar estruturalmente o consumo

colaborativo, melhorando as situações e os benefícios legais daqueles que organizam e gerenciam tais comunidades e das práticas de compartilhamento que eles permitem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi de analisar as iniciativas de inovação social voltadas a promoção do consumo sustentável no Semiárido Brasileiro, a partir do modelo proposto por Jaeger-Erben et al. (2015). O conjunto de características naturais e políticas que compõem o semiárido brasileiro trazem como consequência alguns problemas socioeconômicos e socioambientais, os quais tornam a região pouco atrativa para investimentos públicos e privados. Tais fatos fazem com que os agentes sociais deixem de ser passivos e passem a se tornarem ativos.

As iniciativas de inovação social no semiárido brasileiro possibilitam uma reconfiguração no modelo produtivo e apresentam uma possibilidade dos agentes sociais se tornarem pessoas ativas com objetivo de disseminar e compartilhar conhecimento entre as comunidades.

Analisando as iniciativas de IS expostas acima percebe-se que existe possibilidades de promover mudanças nas práticas sociais interagindo com diversas áreas do consumo. Os problemas socioeconômicos e ambientais encontrados na região são amenizados com políticas e práticas de inovação social e consumo sustentável, permitindo uma melhor qualidade de vida e inclusão social. Os consumidores passam de agentes passivos para serem co-produtores.

As práticas de consumo sustentável dentro das inovações sociais na região estão interligadas principalmente com soluções de acesso e distribuição de recursos hídricos e acesso à produção e consumo alimentício, como é perceptível na maioria das iniciativas mapeadas. Isto é decorrente do fenômeno da seca, o qual afeta a região de forma agressiva, pela má distribuição de alimentos existente em toda cadeia produtiva local, uma produção concentrada em latifúndios, a qual o objetivo é a exportação e por um sistema de “coronelismo” ainda presente no interior do semiárido.

Esses desafios inseridos nas demandas sociais esclarece a necessidade de ser ter uma reconfiguração nos modelos produtivos e convencionais de consumo. Fazendo com que os atores sociais se tornem agentes ativos dentro de suas comunidades. Como pode se perceber nos casos anteriormente citados, se tem a possibilidade de amenizar problemas sociais e conviver com a seca, fenômeno climático que marca o semiárido brasileiro, tendo como princípios soluções baseadas em inovação social e consumo sustentável, os quais permitem um

custo de implementação baixo e uma replicabilidade dentro da região. Desta forma além de compartilhar soluções, existe também o *networking* gerado entre os agricultores locais, disseminando conhecimento e experiências.

Assim, portanto, o objetivo do artigo foi atingido, na medida que se consegue mapear as iniciativas de inovação social voltadas a promoção do consumo sustentável no Semiárido Brasileiro aplicando o modelo proposto por Jaeger-Erben et al. (2015). A região do semiárido na perspectiva da inovação social para o consumo sustentável ainda é algo pouco explorado pelos pesquisadores, assim o trabalho desenvolve um viés de pesquisa para que seja realizado uma pesquisa exploratória.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. Editora Abril, 2012.
- ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Volume único ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.
- ANDRÉ, Isabel; ABREU Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, pp. 121-141, 2006.
- BACKHAUS, Julia et al. (Ed.). **Social Innovation and Sustainable Consumption: Research and Action for Societal Transformation**. Routledge, 2017.
- BARBER, J. Mapping the movement to achieve sustainable production and consumption in North America. **Journal of Cleaner Production**, 15(6), 499-512, 2007.
- BARBOSA, Lívia. Sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (Edição revista e atualizada). Lisboa: Edições, 70, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Espace social et genèse des**. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 52, n. 1, p. 3-14, 1984.
- CARON, A. **Inovação Social e o Papel da Indústria**. In: FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. Inovações Sociais. (Coleção Inova; V. II). Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007.
- CLOUTIER, Julie. Qu'est-ce que l'innovation sociale? **Cahier de recherche du CRISES**, n. ET0314, Montreal: UQAM, 2003.
- CORREIA S. E. N.; OLIVEIRA, V. M.; GOMÉZ, C. R. P. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **RAM**. Revista de Administração Mackenzie (Online), v. 17, p. 102-133, 2016.
- CORREIA, Suzanne Érica Nóbrega. O papel do ator organizacional na inovação social. **Tese**. PROPAD/UFPE, 2015.
- DOLAN, P. The sustainability of "sustainable consumption". **Journal of Macromarketing**, 22(2), 170-181, 2002.
- FETAES. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo. **PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável**. Disponível em: <<http://www.fetaes.org.br/main.asp?link=indep&id=37>>. Acessado em: 04 de abril de 2018.
- FALK; RYAN, 2006; Inventing a sustainable future: Australia and the challenge of ecoinnovation. **Futures** 39. p. 215-229, 2007.
- FUCHS, D.A., LOREK, S. Sustainable consumption governance. A history of promises and failures. **J. Consum Policy** 28, 261-288, 2005.

GABRIELA, L. Social Innovations in the Context of Modernization. **Sociologia**, v. 44, n. 03, 2012.

GUIMARÃES, R. P. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento**. In O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

HOLT, D. B. Constructing sustainable consumption from ethical values to the cultural transformation of unsustainable markets. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 644(1), 236-255, 2012.

JACKSON, T. **Sustainable consumption**. In: Handbook of sustainable development. Edited by Giles Atkinson, Simon Dietz, Eric Neumayer, 2006.

JACKSON, T.; MICHAELIS, L. **Policies for sustainable consumption**. Sustainable Development Commission, London, 2003.

JAEGER-ERBEN, Melanie; et al. Sustainable consumption through social innovation: a typology of innovations for sustainable consumption practices. **Journal of Cleaner Production**, v. 108, p. 784-798, 2015.

KHAN, Shahzia. **Social Innovations in Creative Communities for Sustainable Consumption: is it promising?** Thesis for the fulfilment of the Master of Science in Environmental Sciences, Policy & Management Lund, Sweden, June 2008.

LOREK, S.; SPANGENBERG, J. H. Sustainable consumption within a sustainable economy e beyond green growth and green economies. **Journal of Cleaner Production**, n. 63, p. 33-44, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MEHMOOD, A.; PARRA, C. **Social innovation in an unsustainable world**. In: Mouleart et. al. The International Handbook in Social Innovation: Collective action, learning and transdisciplinary research. Edward Elgar Publishing, Massachusetts, 2013.

MOULAERT, Frank et al. **Introduction**: social innovation and governance in European cities: urban development between path dependency and radical innovation. 2007.

MURRAY, R. et al. The open book of social innovation. **National endowment for science, technology and the art**, 2010.

OLIVEIRA, V. M. de. Promoção do consumo sustentável no contexto brasileiro: uma análise dos papéis dos governos, das empresas e da sociedade civil. **Tese**. PROPAD/UFPE, 2014.

PISANO, U.; LANGE, L.; BERGER, G. An overview of the concept of social innovation in the context of European initiatives and practices. European Sustainable Development Network - **ESDN Quarterly Report** N°36, Abril, 2015.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. Cortez, 2005.

SCHÜTZ, A.; LUCKMANN, T. **Strukturen der lebenswelt**. Utb, 2017.

THØGERSEN, J.; HAUGAARD, P.; OLESEN, A. Consumer responses to ecolabels.
European Journal of Marketing, v. 44, n. 11/12, p. 1787-1810, 2010.

REDES DE COOPERAÇÃO NO TERCEIRO SETOR: LEVANTAMENTO TEÓRICO DE DUAS REDES SOCIAIS ATUANTES NAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DA CIDADE DO RECIFE

*Natália Lúcia da Silva Pinto*³¹

*João Paulo Pereira de Lima*³²

*Ana Regina Bezerra Ribeiro*³³

Resumo

No cenário atual, as organizações pertencentes ao terceiro setor são desafiadas a pensar na sustentabilidade institucional. As redes surgem como alternativa para o compartilhamento das informações e para o estabelecimento das parcerias. Este artigo é realizar um levantamento teórico sobre as redes Transforma Recife e Rede Pernambuco Voluntário para conhecer a sua atuação junto às Organizações Não-Governamentais. Para tanto, especificou-se apresentar a caracterização do Transforma Recife e da Rede Pernambuco Voluntário e descrever as formas de atuação das redes segundo as suas configurações. A coleta de dados foi realizada por meio eletrônico. Os resultados apontaram para as particularidades apresentadas por cada uma das redes pesquisadas, que versam sobre a configuração e a dimensão das redes. Ainda assim, notou-se que o empreendedorismo social é fundamental para o desenvolvimento dessas ações de transformação social.

Palavras-chave: Redes de Cooperação. Redes Sociais. Terceiro Setor. Organizações Não-Governamentais

³¹Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), natalialuciapinto@gmail.com

³²Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), joaopaulolima835@gmail.com

³³Doutora em Engenharia de Produção, professora adjunta do Departamento de Administração (DADM) e do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), anaregina.ribeiro@ufrpe.br.

NETWORKS OF COOPERATION IN THE THIRD SECTOR: THEORETICAL SURVEY OF TWO ACTING SOCIAL NETWORKS IN THE NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS OF THE CITY OF RECIFE

Abstract

In the current scenario, organizations belonging to the third sector are challenged to think about institutional sustainability. Networks arise as an alternative for sharing information and for establishing partnerships. This article is to carry out a theoretical survey on the networks Transforma Recife and Rede Pernambuco Voluntário to know their work with the Non-Governmental Organizations. For that, it was specified to present the characterization of the Transforma Recife and the Rede Pernambuco Voluntário and to describe the ways in which the networks act according to their configurations. Data collection was done by electronic means. The results pointed to the particularities presented by each of the research networks, which deal with the configuration and the size of the networks. Nevertheless, it was noted that social entrepreneurship is fundamental for the development of these actions of social transformation.

KeyWords: Cooperation Networks. Social Networks. Third Sector. Non-Governmental Organizations

1 INTRODUÇÃO

As diversas transformações ocorridas em termo da economia e da configuração institucional fazem com que as organizações mudem o seu modo de atuação, de modo que interajam com outras instituições por meio das alianças, parcerias e redes de cooperação para criar estratégias de manutenção organizacional.

No cenário das mudanças, as organizações do terceiro setor têm o desafio de pensar continuamente nas suas relações com as organizações do mesmo setor e com as organizações do primeiro e do segundo setor, Estado e empresas privadas, respectivamente. Tal relacionamento deve repensar modos de aumentar a sinergia entre estas organizações, assim como a profundidade e a solidariedade deste relacionamento. Assim, as redes organizacionais tomam espaço, fazendo com que as parcerias estabelecidas dentro das redes sejam encaradas como formas de sustentabilidade das organizações do terceiro setor (VALADÃO JÚNIOR; SOUZA, 2006).

Neste enfoque, as capacidades de estabelecer parcerias e ações conjuntas mostram-se como bases de acesso a sustentabilidade institucional e apontam para as iniciativas que consolidam as parcerias com a sociedade civil e, conseqüentemente, a participação em redes, assim como a capacidade de estabelecer um debate político com o poder público, com órgãos de pesquisa, com o setor privado e com a mídia (ARMANI, 2011).

Nessa seara das parcerias e ações surgem os atores sociais que são responsáveis por ações de empreendedorismo social, capazes de colaborar com a busca pela sustentabilidade dessas organizações. Estes empreendedores são engajados na transformação social, na promoção de inovações sociais, na atuação como agentes de mudanças em busca de soluções inovadoras para os problemas sociais existentes e na atuação como líderes, cujo principal resultado consiste no impacto positivo das suas ações e no impacto que essas ações têm na vida dos seus beneficiários (MELO NETO; FROES, 2002; ASHOKA, 2017).

Na perspectiva mencionada, as propostas de ações empreendedoras a serem trabalhadas são: o Transforma Recife e a Rede Pernambuco Voluntário. A primeira foi criada em 2010, com vistas viabilizar as atividades voluntárias no terceiro setor. A segunda funciona desde 2014, é uma iniciativa da Prefeitura da Cidade do Recife, que objetiva viabilizar o trabalho voluntário das organizações do terceiro setor cadastradas na plataforma social.

No contexto das necessidades de manutenção da sustentabilidade e no cenário das redes organizacionais, questiona-se: como se dá a atuação do Transforma Recife e da Rede Pernambuco Voluntário para as Organizações Não-Governamentais? Para responder a essa

pergunta, o objetivo geral dessa pesquisa é realizar um levantamento teórico sobre as redes Transforma Recife e Rede Pernambuco Voluntário para conhecer a sua atuação junto às Organizações Não-Governamentais. Para tanto, os objetivos específicos traçados foram: a) apresentar a caracterização do Transforma Recife e da Rede Pernambuco Voluntário; e b) descrever as formas de atuação das redes segundo as suas configurações.

Este artigo está organizado em seis seções: a primeira apresenta a temática, a questão-problema e os objetivos do estudo; a segunda e a terceira trazem as contribuições de diferentes autores sobre redes de cooperação, redes sociais e empreendedorismo social; a quarta traz os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa; a quinta traz os resultados.

1.1 JUSTIFICATIVA

Este artigo trata-se de uma iniciativa de pesquisa inserida no campo da gestão social, tendo o empreendedorismo social como a articulação temática da pesquisa, levando em consideração as iniciativas focadas na transformação social. Compreende-se que tal estudo põe em evidência a relevância das redes sociais atuantes no terceiro setor e das suas contribuições, como o estreitamento das relações entre voluntários e organizações (e também entre setores socioeconômicos) e o estabelecimento de parcerias, sabendo que tais ações colaboram para a manutenção da sustentabilidade institucional e para a continuidade das atividades que promovem mudanças para os seus beneficiários, considerando o cenário instável em que estão inseridas.

Tendo em vista a criação de espaços de discussão para as interações sociais, as redes sociais estudadas congregam iniciativas de empreendedorismo social, que partem da esfera pública e da articulação entre os agentes do terceiro setor, revelando aspectos da gestão social que partem da criação de projetos e ações para suprir demandas sociais e destacam as ligações entre os agentes. Igualmente, a pesquisa ainda contempla a temática da sustentabilidade das organizações do terceiro setor - favorecida pela existência das redes sociais e de cooperação – abordagem de interesse da gestão social.

A aderência ao eixo está posta na discussão das ações de gestão social, através do estudo das redes sociais no terceiro setor e a sua contribuição para o seu fortalecimento institucional e a sua sustentabilidade. O objeto de estudo desta pesquisa está situado no empreendedorismo social na busca de transformações sociais e a temática abordada versa sobre práticas voltadas à sustentabilidade das instituições sem fins lucrativos, revelando a necessidade do debate sobre

as alternativas para as organizações do terceiro e a disseminação das experiências positivas dentro da temática de interesse.

As contribuições desta pesquisa versam sobre a oportunidade de cooperação entre instituições alocadas nos diversos setores socioeconômicos e aponta para os seus resultados, que são capazes de fornecer bases para as pesquisas no campo da gestão social e que oportunizam a descoberta de ações que tratam do fortalecimento institucional e a defesa de causas sociais.

2 REDES DE COOPERAÇÃO

Com as atuais demandas do mercado, as organizações precisam de novos métodos para se consolidarem no cenário que atuam, entre algumas estratégias competitivas das atividades comerciais se encontram as redes de cooperação. Esta interligação com as demais organizações perpetuam o aprimoramento nas estratégias no campo de atuação, esse estilo de gestão gera aprendizado para aqueles que estão integrados a ele e preenchem lacunas para a competitividade necessária na gestão (BOLWIJN; KUMPE, 1994)

As abordagens das redes de cooperação atingem diversos setores do mercado e são associadas com as efetividades das ações adotadas nas instituições. Olave e Amato Neto (2001) justificam que apesar das organizações estarem se aprimorando, não existe uma uniformidade de conceitos para definir as composições de redes e alianças. Essas atividades se relacionam com a cooperação, que segundo Gray e Wood (1991) é compreendida como um processo que ocorre de diferentes partes com uma visão de diferentes aspectos para um problema, e que ela ocorre quando um grupo se envolve em um processo interativo para solucionar o problema encontrado.

No Brasil, os estudos de redes de cooperação vêm sendo abordados com grande intensidade nos últimos anos, tendo sido observado um aumento na quantidade e na qualidade das pesquisas e das publicações que enfocam o tema, mesmo com esse rápido crescimento já foi capaz de estabelecer um campo estruturado de estudos no Brasil (BALESTRIN, VERSCHOORE e REYES JUNIOR, 2010).

Com base nas formas de atuação, na vinculação entre os parceiros e nos tipos de articulação, os princípios que norteiam o conceito de redes são: a cooperação; a interação; o relacionamento; a necessidade de eficiência adaptativa; a integração; a complementaridade e a ajuda mútua. No ambiente das Organizações Não-Governamentais, as redes se posicionam como formas de parcerias organizadas junto ao próprio setor, ao mercado e ao Estado, em busca

de recursos que irão assegurar à manutenção dos seus trabalhos, dada as dificuldades destas organizações se sustentarem (VALADÃO JÚNIOR; SOUZA, 2006).

Conforme o seu grau de formalização, centralização e mecanismos de cooperação, as redes podem ser: sociais; burocráticas e proprietárias. Quanto às direções, as redes podem ser verticais, com os diversos componentes das cadeias produtivas; e horizontais que é a relação de cooperação entre os entes que atuam no mesmo setor de atuação e cooperam com os próprios concorrentes. Quanto à tipologia baseada na flexibilidade, as redes podem ser estáticas e flexíveis. As redes estáticas têm relação de cooperação estável e com baixa capacidade de reversibilidade entre os parceiros da rede. Já as redes flexíveis ocorrem em ambientes menos estáveis e mais propensos à reversibilidade. Quanto a tipologia baseada nas inter-relações, estas podem ser tangíveis, intangíveis ou concorrentes. As tangíveis surgem de oportunidades de compartilhamento das atividades na cadeia de valores entre as unidades empresariais, como produção e aquisição de tecnologias. As intangíveis tratam da transferência de “*know how*” gerencial entre as cadeias de valores independentes, não compartilham negócios, mas os tipos de compras, de processos de fabricação e de relações com o governo. As redes concorrentes existem em decorrência dos rivais que competem de fato (ou potencialmente) com a organização em mais de uma indústria (OLIVEIRA; GUERRINI, 2002).

O foco desta pesquisa recai sobre as redes sociais e a sua contextualização será apresentada na próxima seção.

2.1 REDES SOCIAIS

As redes sociais afetam os comportamentos e as instituições (GRANOVETTER, 1981). A teoria sobre redes sociais (*social networks*) é utilizada para estudar como os laços sociais entre os atores de determinada rede poderão afetar o desempenho da empresa (BALESTRIN, VERSCHOORE e REYES JUNIOR, 2010. p.463). Em estudo, Granovetter (2007) analisa a ação econômica imersa nas estruturas das relações sociais no âmbito da moderna sociedade industrial.

As redes sociais são caracterizadas pela ausência de um contrato formal que rege os relacionamentos dos integrantes e podem ser simétricas ou assimétricas. As redes sociais simétricas são as que não possuem um polo detentor de poder diferenciado, ou seja, todos os participantes possuem a mesma influência. E as redes sociais assimétricas são aquelas que têm um agente central. Nessa configuração existem contratos formais que se referem às especificações dos serviços e não ao relacionamento entre os seus integrantes. Esta última, as

redes sociais assimétricas, é a forma de classificação das redes propostas para este estudo (OLAVE; AMATO NETO, 2001).

As áreas de redes de cooperação expõem a necessidade de empresas buscarem novas formas de gestão de seus negócios, com foco na cooperação por meio de redes sociais, em busca de melhores resultados e obtenção de vantagem competitiva (LOPES, CARVALHO e FLEURY. 2013, p. 647). Essas adaptações no modo de gestão se firmam com as mudanças no cenário comercial, as organizações necessitam de uma interação para melhor aproveitamento das suas ações.

Os conceitos de redes vêm se modernizando ao longo dos anos, suas alterações estão presentes nos estudos dos últimos anos, as dinâmicas das redes são necessárias ser conhecidas (DU et al., 2002), estudos a respeito de fatores motivadores iniciais denominados fatores de entrada, a dimensão do estudo da competição e fatores motivacionais (GIULIANI; BELL, 2005), sendo importante também as questões de confiança (FERRIN et al., 2006)

Lopes, Carvalho e Fleury (2013) afirmam que a maior relevância das redes de cooperação é o fato de que cada vez mais é preciso estar conectado em rede para obter vantagens tais como desenvolver e compartilhar competências; diminuir custos e riscos de pesquisa / produção; compartilhar e gerar novos conhecimentos; ter acesso a novos mercados, entre outras.

2.2 ATUAÇÃO NO TERCEIRO SETOR

É necessário destacar que o Primeiro Setor é o responsável pelas ações que são relacionadas às políticas públicas, este setor possui como principal objetivo o bem-estar social. O Segundo Setor destina-se ao setor privado que investe seus recursos em atividades para suprir as demandas da sociedade, seus objetivos relacionam-se com a aquisição de riquezas e obtenção de recursos. Já o Terceiro Setor contribui para o bem-estar social, sua atuação centra-se no vazio deixado entre os dois primeiros setores da sociedade (ALVES, 2004; TENORIO, 2005).

Visto os conceitos das redes sociais, essa abordagem no terceiro setor se adequa de maneira coerente com as exigências necessárias no setor de atuação. Existe um determinado incentivo à participação da sociedade civil nas questões nacionais, sob o argumento de que as complexidades regionais demandam um tipo de ação integrada por parte da sociedade, capaz de mobilizar diferentes competências na criação de soluções inovadoras e ajustáveis às particularidades locais (SOUZA; QUANDT, 2007).

Os movimentos associativos vêm adquirindo um crescimento significativo no cenário compartilhado e tem gerado a necessidade prática de enfrentar os desafios de gestão no Terceiro

Setor, em especial na formação de redes solidárias em torno de questões centrais tais como o enfrentamento da fome e da miséria ou a superação dos graves níveis de subdesenvolvimento regionais (MACHADO; MACHADO, 1999).

Existem fatores que incentivam as articulações interorganizacionais em rede: Eles podem ser estabelecidos como aliar interesses em comum; resolver um problema complexo ou; ampliar o raio de alcance das ações coletivas (MIGUELETTO, 2001). A gestão é estabelecida como um conjunto de papéis e sistemas de interações estratégicas, perpetua-se de maneira essencial, por ser o fator que conecta os demais componentes e gera coesão interorganizacional (BARDACH, 1998).

Mesmo não priorizando o lucro, as organizações do terceiro setor precisam apresentar resultados satisfatórios dos serviços prestado (ASSAF NETO; ARÁUJO; FREGONESI, 2006). Esses preceitos fornecem que as instituições que compõem o Terceiro Setor possam se posicionar de modo eficiente perante seus objetivos organizacionais. Além disso, a estrutura quase sempre flexível e informal das organizações do Terceiro Setor sobre a gestão de seus recursos cria um ambiente favorável para a manutenção de voluntários (SILVA; FERNANDES; NEVES; FEITOZA, 2015).

A rede como representação de conectividade, como meio de ligação, de simultaneidade e de interdependência torna-se um atrativo para compreender a dinâmica e a complexidade de uma gestão que deve associar atores – estatais e não-estatais – na resolução de problemas comuns dentro do espaço público (ANDRADE, 2006). As redes influenciam como um recurso no processo de gestão de políticas públicas das cidades, uma vez que elas se tornam auxiliares para compreender ações intersetoriais e a sua execução (JUNQUEIRA, 2004). Os autores concordam que as redes se mostram necessárias e relevantes nas organizações, sendo elas de iniciativas privadas ou sem fins lucrativos.

3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL, GESTÃO SOCIAL, INOVAÇÃO E GESTÃO SOCIAL

Para falar do empreendedorismo social é necessário entender o empreendedorismo como o “envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades” (DORNELAS, 2008, p.22). Assim, verifica-se a inexistência de barreiras entre o empreendedorismo clássico e o empreendedorismo social, pois, ambos possuem as características: inovação; resiliência; comprometimentos com uma visão e são entusiastas. A única diferença que se estabelece é o propósito de suas ações, que podem ser

sociais ou financeiros. O empreendedorismo social é considerado uma atitude mental, principalmente, não sendo sinônimo de benevolência, pois se relaciona ao uso de práticas empresariais e ações empreendedoras, cujo foco recai no desenvolvimento de iniciativas de cunho social, primando pela autonomia em suas ações (BIGNETTI, 2011).

Existem duas características que diferenciam o empreendedorismo social do empreendedorismo clássico. A primeira consiste em produzir bens e serviços não destinados à venda, mas para elucidar os problemas sociais existentes; e a segunda revela que o foco é direcionado para segmentos populacionais em situação de risco (MELO NETO; FROES, 2002).

O empreendedorismo social é conceituado como uma ação cujo propósito consiste em gerar a emancipação social e o desenvolvimento humano, em que é possível criar uma nova forma de consciência e postura, para enfrentar as questões sociais a partir de sua principal característica: a socialização das ideias e ações. Logo, será desenvolvido para resolver os problemas sociais existentes (BAGGENSTOSS; DONADONE, 2013).

Em relação às inovações sociais desenvolvidas para solucionar os problemas sociais, as mudanças sociais serão consequências do processo inovativo que ocorrerá por meio de três focos: indivíduos, organizações e movimentos. O primeiro foco trata das ações provenientes de iniciativas pessoais e que foram realizadas por indivíduos que buscam fazer a diferença, sendo o empreendedorismo social o principal enfoque deste estudo. No segundo foco, a organização será considerada como um arranjo cooperativo formal em que os propósitos individuais estão alinhados aos propósitos coletivos, abrangendo as empresas privadas e empresas sociais, as instituições públicas e privadas, os governos e outras formas de organização. O terceiro foco versa sobre os movimentos, que são agentes radicais de mudanças (BIGNETTI, 2011).

No desenvolvimento das ações socialmente empreendedoras, o empreendedor social é um tipo de líder, cujos planos e inovações são voltadas para a solução dos problemas sociais e que possui conceitos, ideias e metodologias que não são propriedades individuais (MELO NETO; FROES, 2002; ASHOKA, 2017). O entendimento é de que o empreendedorismo social visa a transformação social com base na reflexão junto às comunidades, no desenvolvimento de soluções para a inserção social, no exercício pleno da cidadania, na melhoria da qualidade de vida, na aproximação entre economia, sociedade e ética, no enfoque da sociedade em termos de geração de renda, produtividade, justiça social e ética, na criação de novas parcerias com a comunidade e os setores da economia e com o desenvolvimento de práticas sociais empreendedoras (MELO NETO E FROES, 2002).

A gestão social vem sendo abordada nos últimos anos por diversos estudos, neles são representados fatores que evidenciam a importância da gestão social como um todo nos setores

organizacionais, sendo estas organizações de primeiro, segundo e terceiro setor citados anteriormente nesta pesquisa. De acordo com Fischer *et al.* (2006, p. 791) as organizações de caráter associativo, não-governamentais, não-lucrativos, conquistaram espaço entre sociedade e mercado, entre governo e sociedade e entre diferentes enclaves sociais. É por meio desta manifestação de espaço das organizações não governamentais e entre outras que a gestão social apresenta importância.

Fischer *et al.* (2006, p. 805) afirma que a gestão social do desenvolvimento é um processo de mediação transformadora, que demanda competências construídas ao longo da trajetória de vida dos gestores. Seguindo esta afirmação da autora, nota-se que a gestão social é intensificada com o passar do tempo sendo assim aperfeiçoada neste período.

Este amadurecimento é decorrente da estrutura vivenciada pelos seus gestores, desde sua infância, a cidade, a cultura, esses elementos influenciam em seus futuros negócios. Sendo assim, observa-se que a gestão social contribui para a região em que ela está inserida sendo esta, resultado de todo esse ciclo em que seus gestores estão inseridos.

A Inovação encontra-se presente em diversos ramos que a gestão percorre, não é diferente com a gestão social. A gestão social mostra-se como uma inovação da disciplina da administração, tendo em vista seu direcionamento às causas sociais (FILHO, 2008). Sendo assim, além de ser uma parte inovadora da administração como um todo, a gestão social agrega diversos tipos de inovações para a sociedade com novos conceitos e novas estratégias.

A responsabilidade socioambiental está atualmente integrada nas organizações, seja por conscientização do gestor ou até mesmo devido as normas legislativas. As organizações têm mencionado estarem atuando de modo social e ambientalmente responsável e consequentemente estarem promovendo o desenvolvimento sustentável. Porém a avaliação de seus projetos socioambientais não é exposta com clareza de forma geral. A Responsabilidade socioambiental pode ser por parte do desenvolvimento humano ou por proteção ao meio ambiente (HENDERSON, 2001, p.43). Esse posicionamento pode ser entrelaçado, possuir o desenvolvimento humano de forma satisfatória assim como a proteção ambiental, alcançando o ponto de equilíbrio, porém é um desafio encontrado na realidade das organizações sociais assim como nas organizações de interesse privado.

A próxima seção dedica-se a descrever os procedimentos metodológicos utilizados para a construção do trabalho

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada como qualitativa, caracterizada como um enfoque de pesquisa que “utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 33).

O estudo também é classificado como descritivo porque busca especificar a propriedades, os traços e as características relevantes em um fenômeno a ser analisado, nesse caso as redes escolhidas para o estudo e as suas características. As pesquisas descritivas apontam as tendências de determinado grupo ou população e são importantes porque revelam com precisão as dimensões de um fenômeno específico (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A coleta de dados foi realizada por dados secundários e foi efetivada por meio de consulta a plataforma do Transforma Recife, em que foram colhidas informações sobre a Rede, o quantitativo de organizações atuantes e as suas áreas de atuação. A coleta de dados é a etapa inicial da pesquisa para a aplicação dos instrumentos necessários a fim de efetuar a análise necessária dos dados previstos (MARCONI; LAKATOS, 2012). Para os dados sobre a Rede Pernambuco Voluntário, a pesquisa recorreu a consultas a sua página nas redes sociais e reportagens sobre a rede.

Após a coleta os dados foram sistematizados e dispostos na seção que versa sobre os resultados e as discussões da pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção dedica-se à explanação dos resultados desta pesquisa, conforme a determinação dos objetivos específicos.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO TRANSFORMA RECIFE E DA REDE PERNAMBUCO VOLUNTÁRIO

Este tópico traz a descrição das Redes Transforma Recife e da Rede Pernambuco Voluntário.

5.1.1 Transforma Recife

O Transforma Recife funciona como uma plataforma que conecta instituições que necessitam de auxílio às pessoas que desejam contribuir com o trabalho voluntário na

Cidade do Recife, Pernambuco. Para o funcionamento, a iniciativa conta com uma plataforma digital que cadastra os voluntários, como em uma rede social, cruzando os seus perfis com as oportunidades de trabalho, de acordo com as informações cadastradas na plataforma, formando assim uma rede de solidariedade. Além disso, o programa desenvolve ações da capacitação para o voluntariado nas organizações do terceiro setor e captação de doações para (PREFEITURA DO RECIFE, 2017a).

O objetivo do Transforma Recife consiste em incentivar e fornecer apoio às pessoas que buscam desenvolver uma atividade voluntária na Cidade do Recife. O programa funciona da seguinte maneira: o voluntário cadastra-se na plataforma por meio do site www.transformarecife.com.br, informando local em que reside, os horários disponíveis e como pretende colaborar. As ONGs informam as suas demandas e o tempo médio de realização das tarefas. E a plataforma cruza os perfis de interesse com as oportunidades de voluntariado, o que viabiliza uma espécie de corrente do bem (G1 PERNAMBUCO, 2017).

O Transforma Recife teve início em julho de 2014 e, após um ano de funcionamento já haviam sido cadastrados mais de 13 mil voluntários e 280 Organizações Não Governamentais (ONGs) (PREFEITURA DO RECIFE, 2017a). No segundo ano de atuação, o programa ultrapassou a marca de 80 mil voluntários e contou com 420 instituições cadastradas. Conhecida como a primeira plataforma digital de voluntariado no Brasil, o Transforma Recife já atingiu mais de 700 mil horas de trabalhos voluntários prestados (PREFEITURA DO RECIFE, 2017b).

O projeto da plataforma trabalha com dois eixos: o tecnológico e o de conexões humanas. O primeiro diz respeito à organização enquanto plataforma em que as organizações podem se cadastrar e oferecer vagas de trabalho em um local. O segundo trata da ação de aproximação de milhares de pessoas com um objetivo comum: ajudar ao próximo. Além da plataforma digital, a Prefeitura da Cidade do Recife mantém uma sala física do projeto, que funciona como ponto de informação aos usuários, como espaço de capacitação e reunião com representantes das ONGs e consultoria para o planejamento e melhoria destas organizações (HENRIQUE BARBOSA, 2017).

Com esse programa, a Prefeitura da Cidade do Recife recebeu o prêmio Inovacidade 2016, que reconhece as práticas inovadoras e os desafios da transformação urbana sustentável. O Transforma Recife também serviu de inspiração para a criação de iniciativas semelhantes, como para a cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro) e Campinas (São Paulo). O projeto foi mais além e no ano de 2017 foi apresentado ao Papa Francisco e à cúpula da Igreja Católica no Vaticano (Itália)

pelo prefeito Geraldo Júlio, que apresentou as experiências das incubadoras de empreendedorismo social, o Transforma Recife e o Porto Social (PREFEITURA DO RECIFE, 2017b).

5.1.2 Rede Pernambuco Voluntário

A Rede Pernambuco Voluntário foi fundada em 2010 e tem o objetivo de convocar e capacitar novos voluntários por meio de um sistema de treinamento permanente, e armazenar as informações dos voluntários em um banco de dados, além de oferecer suporte necessário às atividades de voluntariado nas instituições envolvidas (REDE PERNAMBUCO VOLUNTÁRIO, 2017). A Rede é composta por 29 Organizações Sociais, com as mais diversas áreas de atuação, como causas sociais e responsabilidade social; e trabalha com o objetivo de incentivar a solidariedade. Para tanto, são realizados, mensalmente, treinamentos para voluntários atuarem nas instituições e no ano de 2016 foram feitos cerca de 300 treinamentos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2016).

As ações desenvolvidas na Rede Pernambuco Voluntário têm o objetivo de preparar pessoas para o voluntariado, concedendo, durante os treinamentos, uma visão geral sobre o trabalho voluntário e a enfatizando a importância das organizações do terceiro setor. Após a capacitação os voluntários escolhem as instituições que irão atuar conforme os seus interesses. A Rede se constitui como um projeto coletivo que visa estimular a prática do voluntariado e organizar os processos contributivos para ações conjuntas (G1, 2012).

A Rede possui contato com a representação do Setor de Voluntariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para a viabilização de um projeto de integração com outros grupos que têm atuação semelhante a nível nacional e internacional (G1, 2012).

5.2 Atuação das redes

No que se refere ao perfil de atuação das redes, o Transforma Recife atua com organizações de perfis de atuação diversos, seja para o voluntariado ou para a arrecadação de donativos. Não foi possível precisar quais as causas específicas, dado o quantitativo elevado de ONGs cadastradas (500), assim como não foi possível definir de forma mais clara as instituições participantes da rede, uma vez que a participação na rede é descontinuada.

No que se refere a Rede Pernambuco Voluntário, foram identificadas 29 organizações participantes, atuantes em causas de promoção de direitos para crianças e

adolescentes, assistência em saúde, atenção ao idoso, educação, educação especial e voluntariado. As categorias e os seus respectivos quantitativos estão dispostos no Quadro 1.

Quadro 1 - Atuação das ONGs

CATEGORIAS	QUANTIDADE
Promoção de Direitos para Crianças e Adolescentes	14
Assistência em Saúde	7
Atenção ao Idoso	1
Educação	1
Educação Especial	3
Voluntariado	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Como aponta Migueletto (2001), as articulações em rede são estabelecidas para aliar interesses comuns, assim como ampliar o alcance das suas ações coletivas. Como é expresso no quadro 1, a Rede Pernambuco voluntário é formada por organizações que possuem interesses comuns. As atividades desenvolvidas no âmbito das redes apontam para o predomínio das ações socialmente empreendedoras, cujo enfoque reside na proposta de mudança social, por meio da atuação das organizações (MELO NETO: FROES, 2002). A disposição das organizações em rede permite que estas mantenham a sua sustentabilidade, assim como as coloca em posição de evidência frente ao seu segmento de atuação. Como aponta Valadão Júnior e Souza (2006), os princípios norteadores das redes - cooperação, interação, relacionamento, integração, complementaridade e ajuda mútua - permite que as redes estejam posicionadas junto ao Governo, ao mercado e ao próprio setor, para buscar recursos para manter as atividades das organizações se sustentarem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração em redes mostra-se relevante por possibilitar que as instituições estejam adequadas a interações sociais e que ocorra uma troca de conhecimentos, bem como uma maior integração entre os entes participantes de cada rede. No contexto do terceiro setor, as redes são vetores importantes da sustentabilidade organizacional, ou seja, contribuem de forma significativa para o estreitamento do relacionamento entre os parceiros e para uma maior visibilidade dos seus trabalhos, o que lhes assegura a sua continuidade.

Nesta pesquisa foi realizado um levantamento teórico da atuação de duas redes voltadas para atuação no terceiro setor. Uma é iniciativa da esfera política municipal. A outra é fruto das articulações do terceiro setor. Sendo assim, notamos diferenças nas suas configurações, desde a sua dimensão à sua configuração. Sendo assim, no Transforma Recife verificou-se um quantitativo maior de participantes de diversas atuações, porém devido não continuidade das vinculações não foi possível categorizar todas as organizações. No caso da Rede Pernambuco Voluntário, o seu quantitativo maior de integrantes permitiu a separação das instituições participantes em categorias definidas por sua área de atuação, sendo possível perceber que a maioria das organizações trabalha na promoção de direitos para crianças e adolescentes.

Não menos importante, o empreendedorismo social faz-se presente nas redes organizacionais, uma vez que o principal fruto - as transformações sociais - advém das ações empreendedoras dos atores sociais que criam iniciativas como as redes, para o compartilhamento das informações e para o trabalho colaborativo.

Assim, com base nas pesquisas, foi despertada a necessidade de estudos futuros que estudem o relacionamento e a comunicação entre as organizações e as redes que elas integram, e conhecer as principais mudanças ocorridas após a participação nas redes e as limitações percebidas com a participação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. A.. Redes de Atores: Uma Nova Forma de Gestão das Políticas Públicas no Brasil? Gestão & Regionalidade, 2006.
- ARMANI, D. O Desenvolvimento Institucional como condição de sustentabilidade das ONG no Brasil. In: Câmara, C. (Org.) Aids e Sustentabilidade: sobre as ações das Organizações da Sociedade Civil. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/Cd8SP6pdf>> Acesso em: 14 set. 2017.
- ALVES, M.. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. Organizações & Sociedade, v. 11, Edição Especial, 2004. Disponível em: < <https://goo.gl/fPp9Sh> > Acesso em: 19 dez. 2017.
- ASSAF NETO, A.; ARAÚJO, A. M. P.; FREGONESI, M. S. F. do A. Gestão Baseada em Valor Aplicada ao Terceiro setor. R. Cont. Fin. USP, São Paulo: Edição Comemorativa, p. 105-118, Set. 2006.
- ASHOKA. Empreendedores Sociais. Disponível em: < <https://goo.gl/R8X4GS> > Acesso em 17 nov. 2017.
- BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo social: reflexões acerca do papel das organizações e do estado. Gestão e sociedade · Belo Horizonte · Volume 7 · Número 16 · p. 112-131 · janeiro/abril 2013 ·Disponível em: < <https://goo.gl/pL7FPS>> Acesso em 17 nov. 2017.
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R. ; REYES JUNIOR, E.. O Campo de Estudo sobre Redes de Cooperação Interorganizacional no Brasil. RAC, Curitiba, v. 14, n. 3, art. 4, pp. 458-477, Mai./Jun., 2010.
- BARDACH, E.. Managerial Craftmanship: Getting Agencies to Work Together. Washington, D.C.: Brookings Institution, 1998.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 3-14, jan/abr 2011 Disponível em: < <https://goo.gl/BD4ndM>> Acesso em: 17 fev. 2014.
- BOLWIJN, P.T.; KUMPE, T. Manufacturing in the 90's – productivity, flexibility and innovation. Long Range Planning, v. 23, n.4. 1994.
- BRITO, T. Rede Pernambuco Voluntário promove nova capacitação gratuita. 2016. Disponível: < <https://goo.gl/LB92rA>> Acesso em 19 dez. 2017.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Rede Pernambuco Voluntário promove capacitação para novos participantes, 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/6kZxN7>> Acesso em 19 dez. 2017.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- DU, WB; CAO, XB; ZHENG, HR; ZHOU, H. Evolutionary games in multi-agent systems of weighted social networks. International Journal of modern Physics, v. 20, n. 5, p. 701-710, 2010.

- FERRIN, D.L.; DIRKS, K.T.; SHAH, P.P. Direct and indirect effects of third-party relationships on interpersonal trust. *Journal of Applied Psychology*, v. 91, n. 4, p. 870-883, 2006.
- FILHO, G. C. F.. Definindo Gestão Social. 2008. Disponível em: < <https://goo.gl/sXGj5T> >. Acesso em: 19 de abril de 2018.
- FISCHER, T.; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R.; JESUS, A.; ANDRADE, R. A.; WAIANDT, C.. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. *RAP*.Rio de Janeiro, 2006.
- G1 PERNAMBUCO. Projeto Viabiliza Trabalho Voluntário no Recife Através de Rede Social. Disponível em: < <https://goo.gl/f2qaoY> >. Acesso em 17 nov. 2017.
- _____. No Recife, capacitação para trabalho voluntário tem inscrições gratuitas. Disponível em: <<https://goo.gl/XDBzbF> > Acesso em 19 dez. 2017.
- GIULIANI, E.; BELL, M. The micro-determinants of meso-level learning and innovation: evidence from a Chilean wine cluster. *Research Policy*, v. 34, n. 1, p. 47- 68, 2005.
- GRANOVETTER, M. Toward a sociological theory of income differences. In I. Berg (Ed.). *Sociological Perspectives on Labor Markets* (pp. 11-47). New York: Academic Press. 1981.
- GRANOVETTER, M. (2007). Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE-eletrônica*. Disponível em: < <https://goo.gl/NNEGNA> > . Acesso em: 19 nov. 2017.
- GRAY, B. & WOOD, J. (Ed.): *Collaborative alliances: Moving from practice to Theory*. *Applied Behavioral Science*, vol. 27, number 1 and 2, March/June, 1991.
- HENDERSON, D. Misguided virtue: false notions of social corporate responsibility. London: Institute of Economic Affairs. 2001. Disponível em: < <https://goo.gl/m519uo> >. Acesso em 20 de abril de 2018.
- HENRIQUE BARBOSA. Geraldo Leva Experiências do Transforma Recife e do Porto Digital ao Vaticano. Disponível em: < <https://goo.gl/p4hoUc> > Acesso em 17 nov. 2017.
- IACOBUCCI, D.; HOPKINS, N. Modeling dyadic interactions and networks in marketing. *Journal of Marketing Research*, v. 29, n. 1, p. 5-17, 1992.
- JUNQUEIRA, L. P. . Descentralização, intersetorialidade e rede na gestão da cidade. *Organizações & sociedade*. v. 11, edição especial, p. 129-139, 2004.
- LOPES, A. P.; CARVALHO, M. M.; FLEURY, A. C.C.. *Redes sociais e cooperação: um estudo bibliométrico*. São Paulo: Revista Científica Eletrônica de Engenharia de Produção, 2013.
- MACHADO, A. L. T.; MACHADO, M. A. I. *Las redes como instrumentos de transformación social*. Caracas, 1999. Disponível em: < <https://goo.gl/C3Lc35> > Acesso em: 19 dez. 2017.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELO NETO, F. P.; FROES, C.. Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MIGUELETTO, D. C. R.. Organizações em rede. Rio de Janeiro, 2001. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas.

OLAVE, M. E. L.; AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. v.8, n.3, p.289-303, dez. 2001. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, R. F.; GUERRINI, F. M. Características das tipologias de Redes de Cooperação entre Empresas. In: Anais do XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba – PR, 2002. Disponível: <<https://goo.gl/eV3tFC>> Acesso em: 18 dez. 2017.

PREFEITURA DO RECIFE. Transforma Recife. Disponível em: <<https://goo.gl/Ns9aqn>> Acesso em 17 de nov. 2017.

_____. Transforma Recife Oferece Curso Gratuito de Voluntariado. Disponível em: <<https://goo.gl/Dy6xnU>> Acesso em 17 nov. 2017.

REDE PERNAMBUCO VOLUNTÁRIO. Rede Pernambuco Voluntário (Página do Facebook). Disponível em: <<https://goo.gl/6kZxN7>> Acesso em 19 nov 2017.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F ; LUCIO, P.B. Metodologia de Pesquisa. 5ª. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, L. F.; FERNANDES, K. R.; NEVES, A. M.; FEITOZAA. S. R.. As Redes de Relações Interorganizacionais para Prestar os Serviços do Terceiro Setor. Belo Horizonte - MG. REUNA, 2015.

SOUZA, Q. R.; QUANDT, C. O.. Governança de Redes Interorganizacionais e Níveis de Controle Formal: Atividades de Gestão do Conhecimento em uma Rede do Terceiro Setor. Paraná: Alcance, 2007.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TENÓRIO, F. G.. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 9. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

TOZONI-REIS, M.F.C. Metodologia da pesquisa. Curitiba: IESDE, 2009.

VALADÃO JÚNIOR, V. M. ; SOUSA, E. G.. Redes em organizações sociais: limites e possibilidades. In: IX Semead, 2006, São Paulo. IX Seminários de Administração. São Paulo: Fundação Instituto de Administração., 2006. v. 01. p. 01-16. Disponível em: <<https://goo.gl/qch6Nd>> Acesso em: 12 dez. 2017.

DESENVOLVIMENTO DE UMA HORTA MANDALA COMO ATIVIDADE SOCIOASSISTENCIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Valdemir Garcia Neto Melo³⁴

Nelson Russo de Moraes³⁵

André Luiz Depes Zanoti³⁶

Resumo

Esta pesquisa tem como argumento principal de apresentar uma iniciativa inovadora, que pode ser empregada como ferramenta de apoio a projetos sociais que prestam assistência para pessoas em situação de risco social. Para tanto, o estudo relata sobre a implantação de uma horta em um projeto para pessoas em situação de rua, que estimula a participação das pessoas atendidas, resgatando a sensação de pertencimento e participação coletiva. A horta foi implantada com base na tecnologia social da mandala, que enfatiza a produção e aplicação de conhecimento para soluções de demandas sociais vivenciadas pela sociedade. Os resultados analisados apontam que é possível desenvolver esta tecnologia como instrumento de apoio socioassistencial.

Palavras-chave: Exclusão Social. Tecnologia Social. Horta Mandala. Moradores de Rua.

³⁴ Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento – Universidade Estadual Paulista, UNESP – Campus de Tupã. v.garcianetoo@gmail.com

³⁵ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Professor Assistente Doutor na Universidade Estadual Paulista – Campus de Tupã.

³⁶ Mestre em Teorias do Direito e do Estado. Professor na Faculdade de Tecnologia de Ourinhos – FATEC. andre.zanoti@fatecourinhos.edu.br

DEVELOPMENT OF A MANDALA HORTA AS A SOCIOASSISTENTIAL ACTIVITY HOMELESS PEOPLE

Abstract

This search has as main program an innovative initiative that can be used as a social support tool that provides assistance to people at social risk. Therefore, the study reports on the implementation of a project to homeless people, which stimulates the participation of people served, rescuing the sense of belonging and collective participation. The vegetable garden was implanted based on the social technology of mandala, which emphasizes the production and use of knowledge for solutions of social demands experienced by society. The results were pointed out for the creation of this instrument as an instrument of socio-assistance.

Keywords: Social Exclusion. Social Technology. Mandala; Homeless.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade contemporânea, com base no crescimento econômico, tem gerado fortes impactos em todas as relações sociais, desde as mais simples e comunitárias até as mais complexas e pautadas nas relações urbanas e de consumo. De modo geral, este modelo de mercado, cada vez mais competitivo e que impõe restrições ao acesso às promessas de distribuição de bens, gera uma população que não consegue se enquadrar nestas exigências, estruturando-se no chamado quadro de sobrantes do modo de produção capitalista e consumista por natureza.

Nessa esteira, as pessoas que não conseguem se colocar no mercado de trabalho, também não conseguem pertencimento à sociedade, cada vez mais pautada pelo consumo e materialismo, gerando um distúrbio caracterizado pela exclusão social.

Uma das alternativas para que as pessoas enquadradas nesta conjuntura, por vezes acaba sendo a de abandonar a vida na sociedade e tomar as ruas como sua moradia. Longe de querer generalizar os motivos pelos quais as pessoas passam a habitar as ruas, mas a falta de um trabalho representa uma parte significativa deste grupo (BRASIL, 2009b).

Dentre as várias definições existentes para a população em situação de rua, alguns termos como população heterogênea, vulnerabilidade, exclusão, estão presentes na maioria das definições. Não por acaso, políticas públicas para atender esta população foram sendo desenvolvidas na busca do melhor amparo para este grupo e para o resgate da dignidade da pessoa humana.

Porém, a falta de dados quantitativos e qualitativos destes indivíduos, especialmente dada a grande oscilação deste contingente deste perfil, dificultam o desenvolvimento políticas públicas para reinserir estas pessoas na vida social. Por isso é fundamental a participação da sociedade para desenvolver alternativas que estimulem e fomentem a inclusão social.

Em Ourinhos/SP, foi desenvolvida uma horta com base na tecnologia social da mandala em um projeto de atendimento a pessoas em situação de rua. De acordo com uma pesquisa anterior, dentre os benefícios proporcionados na implantação destacaram-se o conhecimento adquirido, melhoria na convivência interna e percepção positiva das residências vizinhas (MELO; ZANOTI, 2017).

Este estudo foi desenvolvido para verificar se a tecnologia social da mandala pode ser aplicada como uma atividade socioassistencial para pessoas em situação de vulnerabilidade, relacionando conceitos sobre exclusão social, população em situação de rua e tecnologia social com a horta implantada no projeto de acolhimento.

O texto foi estruturado em três partes, para facilitar a compreensão de todo o conteúdo abordado, de forma organizada. A primeira parte consiste em apresentar definições sobre exclusão social e população em situação de rua e mensuração deste grupo. A segunda parte descreve a legislação que abrange este público e projetos de assistência social, em especial o serviço de acolhimento, assim como as dificuldades para reinserção na sociedade. A terceira parte consiste na abordagem da tecnologia social como uma ferramenta de apoio para a inclusão social e as considerações finais da pesquisa.

2 EXCLUSÃO SOCIAL: BREVES CONCEITOS

O avanço tecnológico e a globalização, que têm abrangido diversas sociedades contemporâneas, produziram consequências negativas, representadas na propagação de desigualdade e falta de garantias sociais para grande parte da população.

De acordo com Bauman (1997, p.56), em uma sociedade materialista, voltada para o consumo, existem os jogadores, os jogadores aspirantes e os jogadores incapacitados, que não possui acesso a moeda legal. Estes devem abrir mão dos recursos disponíveis, legalmente reconhecidos ou não, ou optar por abandonar o jogo em definitivo.

Esta é a opção que resta para aqueles que Castel (1997, p. 28-29) denominou como sobrantes, pessoas que perderam espaço na sociedade, em detrimento das novas exigências de competitividade, não havendo lugar para todos neste jogo.

Ainda neste contexto, Ribeiro (2010, p, 22) aponta que “[...] os excluídos são aqueles que se encontram fora dos circuitos das trocas sociais, vivendo situações que representam uma degradação relacionada à posição ocupada anteriormente na ordem do trabalho e as proteções a ela correspondentes”.

O crescimento desta população composta por trabalhadores que perderam seus postos, empregados públicos demitidos por corte de gastos, trabalhadores com idade avançada, todos com dificuldades de reinserção no mercado de trabalho, formam a nova pobreza (SILVA, 2002).

Segundo Silva (2002) a condução da economia globalizada é um dos fatores que contribuiu para o aumento do quadro de pobreza nos países subdesenvolvidos. De modo valorativo, a pobreza é percebida como privação de um conjunto inter-relacionado de necessidades básicas.

Contribuindo com este pensamento Costa (2005) descreve que a exclusão social tem origens econômicas e se caracteriza pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas,

dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima, causando consequências na saúde geral das pessoas, principalmente à saúde mental, deixando-as em uma situação de vulnerabilidade.

Estes conceitos e definições tratados até o momento, embora apresentado de forma sucinta, servem para nortear a discussão proposta nesta pesquisa. Nesta altura, podemos relacionar as condições descritas até então para entender que as pessoas em situação de rua estão inseridas nestes conceitos.

2.1 DEFINIÇÕES PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, descreve a população em situação de rua como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a).

Outra definição é a desenvolvida por Junior (2003, p. 25) onde diz que “[...] por população de rua entenda-se aquelas pessoas que estão excluídas do mercado formal de trabalho e não possuem moradia, fazendo da rua sua habitação e seu lugar de sobrevivência”.

Em outro momento, Costa (2005) define como grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. Em geral esta população é composta por homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia.

Diante disto, podemos relacionar as características apresentadas sobre população em situação de rua, de acordo com Silva (2005, p. 26) a exclusão social como uma expressão de pobreza, que a autora o enquadra como “[...] um processo dinâmico e multidimensional que pode conduzir a ruptura de vínculos sociais”.

2.2 MENSURAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Tão complexo como sua definição é encontrar dados quantitativos deste grupo de pessoas. Os censos realizados por institutos de pesquisa são escassos e não acompanham a periodicidade necessária para estratificar esta população. Em geral, os dados encontrados são aqueles levantados por municípios ou organizações assistenciais.

Entre 2007 e 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) realizou a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2008). A investigação apontou um total de 31.922 mil pessoas em situação de rua.

De acordo com Ferreira (2006) a falta de endereço fixo, diversidade de grupos, distintas localizações e tempo em instituições dificultam o levantamento de dados quantitativos deste grupo social. Por outro lado, a escassez de informações reforça a invisibilidade que estas pessoas estão expostas e dificulta o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para este contingente.

2.3 EXCLUSÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: DIGNIDADE E ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS

Importante destacar que os indivíduos que vivem nesta situação de vulnerabilidade perdem muito mais do que sua vida social e profissional, perdem também sua dignidade, direito este que está previsto na Constituição Federal do Brasil, de 1988.

Para Cunha (2004), dignidade está associada com diversas condições ligadas à existência humana, como a liberdade, integridade física, moral e psíquica, integridade moral, condições materiais de bem-estar.

O Princípio da dignidade da pessoa humana está previsto na constituição, em seu art. 1º inciso III como um dos princípios fundamentais. Por princípios fundamentais entendem-se aqueles que devem ser garantidos acima de tudo, sobre tudo a dignidade humana (BRASIL, 1988).

No que se refere a direitos fundamentais Amaral (2008, p. 253) os define como “[...] atributos naturais inerentes ao homem, ligados essencialmente aos valores da dignidade, liberdade e igualdade, decorrentes da sua própria existência, com fundamento na dignidade humana”.

Buscando assegurar direitos a esta população, o Decreto nº 7053, já citado anteriormente, infere como princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua o respeito a dignidade humana, atendimento humanizado e universalizado. Uma das

diretrizes é a implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito.

Para atender essa demanda, projetos como acolhimentos e atividades profissionalizantes, devem ser oferecidos pelos entes federados, a saber, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de terceiros interessados, sobretudo da iniciativa privada, para auxiliar no processo de reinserção na sociedade.

2.4 PROJETOS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: O DESAFIO DE PROMOVER A REINSERÇÃO SOCIAL

Para promover amparo a pessoas em vulnerabilidade, o município de Ourinhos/SP³⁷, em sua Lei Orgânica Municipal (2016) apresenta no capítulo IV a política de assistência social. Neste sentido o art. 398, inciso II esclarece que deve ser oferecido aos cidadãos, sem onerações, benefícios, serviços, programas e projetos que assegurem o mínimo de cidadania. Os programas de assistência social devem ser dirigidos para adolescentes, desempregados, população em situação de abandono e desabrigo, conforme descrito no art. III, garantindo o acesso a serviços básicos.

Ainda segundo este diploma municipal, deve ser mantido rede qualificada de serviços socioassistenciais para acolhida, convívio e desenvolvimento de capacidades de autonomia aos diversos segmentos sociais, atendendo o direito a equidade e ao acesso em igualdade as políticas e serviços municipais.

Em ourinhos este serviço é realizado pelo Núcleo de Atendimento à Infância, Adolescência e Adulto – NAIA – que desenvolve o projeto Acolhendo Vidas. O projeto atende em média 50 pessoas por noite. Dentre os serviços oferecidos estão abrigo, alimentação, regularização de documentos pessoais, acompanhamento psicológico e desenvolvimento de oficinas para recreação e capacitação.

Mesmo com esse apoio por parte dos órgãos públicos, ainda existe preconceito por parte dos empregadores em oferecer oportunidade para cidadãos com esse perfil. Com isso, o processo de reintegrar os moradores de rua fica muito mais difícil, uma vez que o número de oportunidades de trabalho é escasso e falta qualificação na mão-de-obra.

³⁷Cidade localizada no interior do Estado de São Paulo, próximo à divisa com o estado do Paraná. Possui uma população estimada de 111.035 mil habitantes (IBGE, 2018) Retirado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ourinhos/panorama>

Pensando nisso, foi desenvolvida uma horta utilizando a tecnologia sócia da mandala, onde a produção de alimentos parte do centro para a periferia de um círculo ou um gradiente, onde geralmente se tem um reservatório de água e a produção de pequenos e médios animais no centro, tendo ao seu entorno os canteiros de olerícolas e o cultivo de culturas anuais. Magalhães et al (2012) destaca que este método de produzir alimentos é mais envolvente às famílias do campo, gerando trabalho e permanência do homem no campo, inclusive com a relação do homem com as dificuldades do semiárido brasileiro

2.5 TECNOLOGIA SOCIAL: UMA ALTERNATIVA PARA A INCLUSÃO SOCIAL

De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, tecnologia social é entendida como um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.

O Instituto de Tecnologia Social – ITS – (2004) a tecnologia social não é um modelo pronto. É uma metodologia em transformação, onde as pessoas que precisam das soluções são parte delas, assumindo o processo da mudança. As comunidades se apropriam das tecnologias desenvolvidas e assumem o protagonismo dos processos.

O conceito de Tecnologia Social remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando uma abordagem construtivista na participação coletiva do processo de organização, desenvolvimento e implementação, aliando saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico (ITS, 2004).

Exatamente nesta vertente que a horta mandala foi implantada no projeto Acolhendo Vidas. Com uma metodologia participativa, onde os moradores tiveram contato direto desde a construção até os cuidados diários, com o objetivo de proporcionar uma sensação de pertencimento aos moradores de rua, estimulando a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação dos moradores de rua na horta proporciona uma sensação de pertencimento, visto que participaram do processo de implantação do projeto. Além disso, trabalhar diariamente nos cuidados da roça, fazem com que desenvolvam um sentimento ser

importante. Estes benefícios identificados combatem alguns fatores que, segundo o que foi apresentado por Castro (2005), dão origem a exclusão social.

Além disso, promover o acesso ao conhecimento, fomentar a capacitação de pessoas em vulnerabilidade social, oferecer ferramentas de apoio socioassistencial, são atitudes que visam garantir o direito a dignidade humana a um grupo social específico com sérios problemas de identidade, por isso, um ponto fundamental desde a implantação da horta foi a participação ativa dos moradores de rua. No início auxiliaram na construção do círculo central, onde é desenvolvido o galinheiro. A Figura 1 ilustra a participação nesta etapa da construção da mandala no projeto.

Figura 1 – participação dos moradores de rua na construção do círculo central



Fonte: elaborado pelos autores.

Após concluída a instalação do galinheiro central, delimitação do corredor que liga o galinheiro a área de pastagem, a delimitação e formação dos canteiros circulares da mandala e o plantio, nota-se a transformação do meio, representada pela alteração na paisagem ilustrada na Figura 2, foi um dos pontos que mais chamaram a atenção. De acordo com os resultados obtidos por Melo e Zanoti (2017) as alterações visuais no cenário foi uma das maiores percepções dos moradores, gerou uma sensação de zelo e preservação daquele espaço.

Figura 2 – Alteração na paisagem antes e depois da implantação da mandala.



Fonte: elaborado pelos autores.

A ocupação do tempo ocioso aprendendo novos conhecimentos e desenvolvendo capacidades com o manejo da horta permite enquadrar o projeto aos conceitos de tecnologia social, proporcionando aos moradores de rua acesso ao conhecimento e construção de autonomia. Ilustrando a demonstração de interesse em participar da horta, a Figura 3 demonstra uma iniciativa por parte dos próprios moradores em desenvolver placas de identificação dos canteiros, utilizando técnicas de artesanato, que são incentivadas no local.

Figura 3 – Confeção de placas para identificação dos canteiros.



Fonte: elaborada pelos autores.

Diante de todas essas mudanças proporcionadas, percebe-se também como uma alternativa de desenvolvimento sustentável, uma vez que abrange aspectos ambientais, a horta

implantada não faz o uso de defensivos químicos, aspectos sociais, tendo como objetivo a inclusão social, e econômico, considerando que alternativas que contribuem para a reinserção de pessoas na sociedade promovem desenvolvimento local. Portanto, é possível descrever como uma ferramenta de desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento de pessoas em situação de rua pode, como foi demonstrado, pode contribuir para que elas deixem de depender de auxílios, da iniciativa pública ou privada, para garantir condições básicas de sobrevivência, e passem a ter sua própria identidade, aumentando sua autoestima e as chances de viver novamente em sociedade.

De modo geral, percebe-se que é possível utilizar a tecnologia social da mandala em projetos socioassistenciais como ferramenta de apoio para a reinserção social. Porém, no caso do projeto analisado, um ano após sua implantação, nota-se que algumas dificuldades como, dependência de fornecedores de mudas, falta de acompanhamento técnico e uma agenda de treinamentos de capacitação são pontos que podem ser melhor elaborados e também material de pesquisas e projetos futuros.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. R. P. Os direitos fundamentais e a constitucionalização do direito do trabalho. In: MONTESSO, C. R.; FREITAS, M. A.; STERN, M. F. C. B. Direitos Sociais na Constituição de 1988: Uma análise Crítica Vinte Anos Depois. São Paulo: LTr, 2008.
- BAUMAN, Zigmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Retirado de <http://bit.ly/1bIJ9XW>.
- BRASIL, Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009a. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Inter setorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Retirado de <http://bit.ly/2ti4tIX>
- BRASIL, Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. – Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b. Retirado de <http://bit.ly/2vxsXuC>
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, Mariângela; BÒGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 1997.
- CUNHA, Alexandre dos Santos. A normatividade da pessoa humana, FGV/Forense, São Paulo, 2004.
- FERREIRA, Frederico Poley Martins. População em Situação de rua: Conceitos e mensuração. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. IBGE, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2eCjohl>
- ITS, Instituto de Tecnologia Social. Tecnologia Social no Brasil: direito à ciência e ciência para cidadania. Caderno de Debate. Instituto de Tecnologia Social. São Paulo, Brasil, 2004. Retirado de <https://bit.ly/2qTh0eC>
- MELO, V. G. N.; ZANOTTI, A. L. D. Implantação de uma horta mandala como mecanismo de reinserção de moradores de rua na sociedade. Tekhne e Logos, Botucatu, SP, v. 8, n. 3, Outubro, 2017. Retirado de <https://bit.ly/2qVjYQa>
- OURINHOS, Lei Orgânica do Município de Ourinhos. Retirado de <https://bit.ly/2HWakQF>
- RIBEIRO, P. T. A questão social na história recente: implicações para a política de saúde no Brasil. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro; n. 20, v. 1: p. 19-31, 2010.
- SILVA, M. O. S. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. Revista de Políticas Públicas. v. 6 nº 2, (2002).

DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS SOCIAIS: ESTUDO DE CASO QUALITATIVO DA WOMEN FRIENDLY

*Luiz Cláudio Ribeiro Machado*³⁸

*Carla Regina Pasa Gómez*³⁹

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é a descrição de um estudo qualitativo relativo ao surgimento de um negócio social com vistas a verificar fatores emergentes em suas práticas que podem influenciar o seu desenvolvimento. Os procedimentos metodológicos que permitiram a coleta de dados qualitativos incluíram a entrevista episódica gerando como dados qualitativos a narrativa de fatos relevantes para identificação de fatores que possivelmente influenciam o desenvolvimento dos tipos de negócios que são estudados. Os dados coletados foram transcritos e codificados em dois ciclos conforme manual de Saldaña (2009) gerando 75 nós, 25 categorias e 5 temas, totalizando 105 itens. Resultados trouxeram à tona 5 temas relacionados ao negócio social dentro do empreendedorismo social feminino: Estruturação de Recursos (ER) envolvendo aplicações, espaço, canais e dimensões como sustentabilidade econômica e fontes de informação; Gerenciamento de Processo (GP) envolvendo metas, processo, meios e regras e dimensões como abrangência e modelo; Metodologia de Trabalho (MT) com propriedades como catalogação, questionamento e análise dimensionadas como indicadores e referências; Organização em Rede (OR) contendo atributos como o grupo, o objetivo e propósito, além das dimensões da parceria, associativismo e outras; e Práticas Comportamentais (PC) das quais se atribuem sentido, consciência, valores e as dimensões da vivência, qualidade de vida entre outras. Verificou-se de maneira conclusiva a partir da comparação dos resultados e o marco referencial que há uma relação entre a prática organizacional da empresa escolhida para o estudo e as proposições encontradas na literatura sobre o tema.

Palavras-chave: Negócio Social. Desenvolvimento de Negócios. Estudo de caso qualitativo.

³⁸ Doutorando, Universidade Federal de Pernambuco, luizclaudio23@gmail.com.

³⁹ Doutora, Universidade Federal de Pernambuco, carlapasagomes@gmail.com.

DEVELOPMENT OF SOCIAL BUSINESS: QUALITATIVE CASE STUDY OF WOMEN FRIENDLY

Abstract

The objective of this work is a description of a qualitative study related to the emergence of a social business in order to identify the emerging factors in its practices that may influence its development. The methodological procedures that allowed the collection of qualitative data included an episodic interview generating qualitative data of a fact narrative to identify the factors that can influence the development of the types of business that are studied. Data were transcribed and coded in two cycles according to the Salda manual (2009) generating 75 nodes, 25 categories and 5 themes, totaling 105 items. Results related to the theme 5 themes related to social social within female social entrepreneurship: Resource Structuring (ER) on applications, space, media and data sources; Process Management (GP) in goals, processes, rules and rules of extension and model; Work Methodology (MT) with properties such as cataloging, questioning and analysis of dimensions as indicators and references; Network Organization (OR) containing attributes as a group, the purpose and purpose, as well as the dimensions of partnership, associativism and others; and Behavioral Practices (PC), which give meaning, awareness, values and how the dimensions of living, quality of life and others. It has been conclusively verified from the organization of the results and from the referential framework that there is a relation between an organization for the society for the study and the propositions in the literature on the subject.

Keywords: Social Business. Business Development. Qualitative Case Study.

1 INTRODUÇÃO

As soluções para problemas sociais desde muito tempo são perseguidas em meio a cada contexto a qual está inserida. De maneira, global independente do nível de desenvolvimento dos países, cada um possui suas formas de resolução. Cada época, em sua história, também há pessoas, organizações ou instituições que tentam lidar com as mazelas sociais de forma que possam diminuir as desigualdades sociais e promover o bem-estar da população. As formas de tratamento de desigualdades e de promoção do bem-estar social podem surgir desde iniciativas empresariais, quanto de ações voluntárias da sociedade civil, assim como políticas governamentais.

Mas, nem todos os lugares estarão propícios para o surgimento de negócios sociais e nem todos os negócios sociais trilharão um caminho que podem levar ao seu sucesso. Dessa forma, é preciso que haja a ambientação de locais propícios para o desenvolvimento de NS, assim como a indicação de caminhos para que estes possam desenvolver-se da melhor forma possível.

As configurações dos negócios também trazem muitas informações de como estes surgiram e a missão atribuída a estes. Existe uma diversidade de motivações para o surgimento e desenvolvimento de determinados negócios, entretanto em sua maioria e principalmente os negócios sociais surgem para buscar soluções em razão da identificação de um problema social eminente.

Além disso, os empreendedores que trabalham para concretizar seus empreendimentos também possuem uma diversidade de perfis sociais dos quais em geral tem relação direta com a forma como constroem seus empreendimentos. Como prova disso, é possível verificar através do estudo de caso que será estudado, algumas características que definem melhor o desenvolvimento de um negócio social que trata de resolver problemas relacionados ao público feminino.

Em relação ao empreendedorismo feminino no Brasil e suas perspectivas foi visto que é de grande importância que a mulher busque o seu empoderamento e traga à sociedade, um novo olhar e uma nova concepção sobre as relações de gênero (FREIRE et al, 2012). Geralmente, as empreendedoras são mulheres experientes, altamente escolarizadas, casadas, começaram sozinhas e tiveram dificuldade na obtenção de financiamentos e em alguns casos precisam de mais conhecimentos em habilidades gerenciais e tecnológicas para um melhor gerenciamento de seus negócios (DA SILVA, LASSO, MAINARDES, 2016).

Dessa forma, alguns questionamentos começam a emergir como: Que tipo de fatores podem influenciar o desenvolvimento de um negócio social (NS) e suas práticas? Ou quais seriam estes fatores que podem realmente fazer que NS tenham mais possibilidades de cumprir sua missão social de maneira sustentável, escalável e com grandes chances de replicabilidade em outras situações similares? O problema é que não há conjunto de trabalhos científicos que foquem neste aspecto, então tem-se aí a necessidade de aprofundar o conhecimento na área trazendo estas novas perspectivas.

Dada a importância da existência de negócios sociais para a resolução de problemas que afetam a população, principalmente de baixa renda e vulneráveis, o estudo sobre práticas de desenvolvimento para estes empreendimentos também é considerado relevante, pois contribui para que haja uma disseminação destas ações.

O objetivo principal deste trabalho é a descrição de um estudo qualitativo relativo ao surgimento de um negócio social (NS) com vistas a verificar fatores emergentes em suas práticas que podem influenciar o seu desenvolvimento. Este esforço se justifica, pois acredita-se que a criação de negócios sociais contribui para a gestão social no sentido que democratiza o mercado visto que a gestão social é um “processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação” (TENÓRIO, 2008, p. 148).

Em seu argumento central entende-se que um negócio social depende de estímulos externos e de estruturas internas para que possa se desenvolver (SHARIR, 2006). Entretanto, nem todos os estímulos externos são responsáveis pelo desenvolvimento de negócios, assim como há estímulos que influenciam minimamente seu crescimento. Além dos estímulos existe um tipo de arranjo de estrutura interna que favorece o desenvolvimento endógeno do negócio social visto que nem todas as estruturas permitem o desenvolvimento desta forma de inovação social.

Com a perspectiva de chegar a conclusões plausíveis sobre o problema em questão o trabalho foi construído num primeiro momento trazendo a contextualização da temática e o objeto, objetivos, problema e justificativa para melhor visão do fenômeno. A partir disso segue uma revisão teórica concentrada em 3 aspectos chaves: Os aspectos conceituais e teóricos que envolvem NS, alguns modelos empíricos e teóricos sobre NS e um rol de pesquisas anteriores sobre alguns casos de NS. Seguindo a lógica do pensamento do marco teórico foi pensada então uma metodologia que pudesse trazer à tona um caso empírico ilustrativo para posteriormente em seus resultados verificar a sua aderência ao que foi pesquisado na literatura.

2 MARCO REFERENCIAL

A questão empírica do trabalho no marco referencial é que há pressupostos que fazem crer que fatores sócio-culturais (THORNTON; RIBEIRO-SORIANO; URBANO, 2011) e econômicos são responsáveis por grande parte do desenvolvimento dos tipos de negócios que aqui estão sendo estudados. Alguns autores revelam alguns indícios como: Instituições formais ou informais contribuem para o desenvolvimento do negócio (ALVAREZ, et al 2011), além de outros fatores que trazem condições para o sucesso da empresa (SHARIR, 2006) como: network, dedicação ao empreendimento, capital disponível, aceitação pública, o pessoal, a cooperação, o teste de mercado e as experiências anteriores.

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS QUE ENVOLVEM O NS

NS tem sido um conceito emergente e carente de pesquisas sobre ferramentas prioritárias para o seu gerenciamento (SVIRINA; ZABBAROVA; OGANISJANA, 2016). Entretanto, é possível que a partir modelos de práticas de gestão consolidadas em outros tipos de organizações com um certo grau de similaridade ao ES possam trazer luz a estas pesquisas. Os modelos adotados podem escolher tanto uma configuração de inovação aberta ou como uma de características de inovação fechada (SVIRINA; ZABBAROVA; OGANISJANA, 2016).

Estes modelos de Empreendedorismo Social (ES) sejam na forma de Negócios Sociais ou outros formatos, têm sido vistos como parte de uma estratégia para erradicação de pobreza (MOHAMMED; MANAF; MISNAN, 2015), principalmente quando se fala de países em desenvolvimento. No entanto, o ES em países desenvolvidos também tem sido utilizado, como no caso de políticas para negócios sociais que se tornaram, por exemplo, um mecanismo para desenvolvimento de habilidades de empreendedorismo entre as mulheres (MOHAMMED; MANAF; MISNAN, 2015).

“Negócio social é uma nova forma de negócios que pode ser localizada em algum lugar entre uma organização que maximiza os lucros e outra sem fins lucrativos” (YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA, 2010). Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega (2010) relatam o negócio social como um subconjunto do empreendedorismo social principalmente por compartilhar semelhanças quanto o processo de criação de recursos novos ou da combinação de outros para criação de riqueza social.

NS é uma organização híbrida que aproveita dinâmica do mercado e aborda questões sociais enraizadas por meio de design e implementação de serviço ou produto central. NS alia propósito social geralmente associado a organizações não lucrativas com propósito econômico

geralmente associado às empresas com fins lucrativos. NS são impulsionados por uma intenção clara do propósito social. O cumprimento de missão está ligado diretamente a como é realizado o acoplamento, método e operacionalização do modelo do NS. (WILSON; POST, 2013).

Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega (2010) entendem as similaridades entre os negócios convencionais (NC) e os negócios sociais (NS), neste ponto eles apresentam que o primeiro tipo (NC) possui três componentes em seu modelo, aos quais se têm: a proposição de valor, a constelação de valor e a equação de lucro econômico. Já para o NS, além dos três elementos mencionados anteriormente, tem-se a mais a equação do lucro social, o que remete a quatro elementos na composição do modelo de negócio social.

A proposta de valor está relacionada ao que é oferecido aos clientes pelo negócio. A constelação de valor está relacionado a forma como o valor é entregue envolvendo tanto a cadeia de valor da empresa quanto a rede de valores com fornecedores e parceiros. Os componentes anteriores estando convergentes vão conduzir ao terceiro componente que é a equação de lucro que é fruto das receitas da proposição e dos custos da constelação, ou seja, entradas e saídas de recursos financeiros.

Teoricamente, acredita-se que há uma necessidade de relatórios validados externamente para comparar desempenho entre negócios sociais. Uma das possibilidades envolve a utilização de BSC para este tipo de ES e a realização de Auditorias Sociais. A existência de Relatórios Públicos tornaria as ações mais transparentes. Esta possibilidade é levantada em razão da importância da participação de negócios sociais como contributivos para o desenvolvimento social e econômico (RAHMAN; HUSSAIN, 2012).

A visão retrospectiva sobre Empreendedorismo Social (ES) e Negócios Sociais (NS) remetia a 4 (quatro) principais tópicos de pesquisa (BARKI et al 2015) dos quais se tinham: a) Conceitualização; b) Dilemas dos negócios x social; c) Inovação Social; e d) Avaliação do Impacto Social. Entretanto, a visão prospectiva (BARKI et al 2015), ou seja, a visão futura, vislumbrada a partir da citada anteriormente trazia as seguintes perspectivas: a) Como criar e definir impacto social; b) Inovação Social; c) o papel dos MNCs; d) Como fomentar ES/NS; e) Impacto Social x Ambiental; f) Ecossistema de ES/NS; e g) Avaliação de Impacto Social.

Percebe-se que ainda no centro dos tópicos de pesquisa estão as inovações sociais promovidas pelas ações do empreendedorismo social, mas também a avaliação de impactos sociais decorrentes destes movimentos. Entretanto, alguns deste tópicos podem mudar em razão de fatores tanto sociais quanto econômicos, mas as discussões levantadas aqui já trazem elementos que levam um tempo considerável de pesquisa que precisa de um período maior para maturação das ideias e a criação de uma epistemologia mais bem definida.

2.2 ALGUMAS LIÇÕES EMPÍRICAS E TEÓRICAS SOBRE NS

Dentre as lições que puderam ser vistas para a construção dos negócios sociais dois pontos são ressaltados primordialmente: a presença de inovação no processo de modelagem do negócio que se assemelha em alguns aspectos com práticas convencionais e as práticas que trazem a identificação do negócio social que envolvem principalmente o objetivo de lucro social. Algumas destas podem ser vistas no Quadro 1.

Quadro 1 - Cinco lições na construção de negócios sociais

Similaridades com a convencional inovação em modelos de negócios
1. Desafiar a sabedoria convencional e os pressupostos básicos
2. Encontrar parceiros complementares
3. Empreender continuamente o processo de experimentação
Especificidades de modelos de negócios sociais
4. Favorecer acionistas orientados para o lucro social
5. Especificar claramente o objetivo de lucro social

Fonte: Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega (2010).

Para os negócios sociais podem ser vistas duas orientações de crescimento: a primeira com foco na comunidade com ritmo de crescimento lento, administrando tensões de forma integrada entre cliente e comunidade e a segunda com foco no cliente em um ritmo de crescimento rápido, gerenciando tensões entre cliente e comunidade de forma separada (KANNOTHRA; MANNING; HAIGH, 2017) tentando isolar efeitos de uma na outra. Independente da orientação que se tome, sempre o foco é a missão social e principalmente no processo coletivo dos quais pode trazer diversas lições para os envolvidos. Algumas lições-chave são apresentadas a partir da experiência do Grameen Group como (HUDA; ISLAM, 2017):

1. **Escolher uma área foco corretamente** = a) Correspondência entre capacidade e objetivos do negócio; b) Compreensão da causa raiz das necessidades dos beneficiários-alvo; c) Contexto dos Stakeholders, questões legais e atividades concorrentes;
2. **Desenhar um modelo de negócios bem-sucedido** = a) Produtos ou serviços claramente diferenciados para atender as necessidades locais; b) Maximar o valor do custo para um

- preço entre acessível e autossustentável; c) Canal de distribuição econômico e inovador;
- d) Programas de treinamento e educação de clientes para produtos e serviços não-tradicionais;
3. **Aprender e adaptar continuamente** = a) Monitoramento e adaptação do modelo de negócios buscando viabilidade econômica e impacto social prático; b) Abordagem “learning by doing”;
 4. **Criar operações eficientes e sustentáveis** = a) Seleção correta de parceiro para adquirir sinergia; b) Recrutamento e retenção de pessoas corretas; c) Desenho mais eficiente possível da operação;
 5. **Gerenciar o impacto** = Medição e gerenciamento dos resultados de: a) Impacto social real; b) Autossustentabilidade sem apoio financeiro de parceiros corporativos ou doações externas.

Dentre as lições apresentadas temos que o foco, o planejamento, a flexibilidade, a sustentabilidade e a gestão são aspectos de grande relevância para que o NS tenha mais chances de desenvolvimento dentro do ecossistema em que está inserido. E quando se trata de ecossistema é também relevante que se aproveite as oportunidades de participação em programas de aceleração ou incubação, por exemplo.

Nesse sentido, no modelo que traz os 5 principais serviços oferecidos por incubadoras tradicionais (ARIZA-MONTES; MUNIZ, 2013) temos aspectos externos e internos que intervêm de maneira significativa no desenvolvimento de NS, os quais são: (1) Assessoria, (2) Rede, (3) Infra-estrutura, (4) Financiamento e (5) Treinamento.

(1) A tarefa de aconselhamento é ampla, pode envolver coaching, mas a maioria dos programas tem fornecido consultorias para preparação de plano de negócios, o apoio para obtenção de fundos, planos de treinamento contínuo, etc. O aconselhamento visa o crescimento das organizações e para isso pode facilitar o acesso a banco de ideias, provisão de ferramentas de desenvolvimento principalmente por *crowdsourcing* e promoção de imagem e publicidade das empresas sociais.

(2) O trabalho em rede contribui para o empreendimento social no acesso a conhecimento e recursos, colaboração, confiança, poder de escolha, além de aceleração do potencial caso se utilizem de tecnologias.

(3) A infraestrutura pode dispor de salas de reunião, facilidades para conferência, acesso à internet, equipamentos gerais de escritório, serviços de secretariado entre outras facilidades. (4) O financiamento é visto como bem-vindo e pode ser obtido por meio de *crowdfunding*, fundos de investimento social e financiamento público.

(5) O treinamento traz a habilidade necessária para o controle da estrutura organizacional e a falta de qualificação dificulta o exercício do papel do empreendedor. Com o crescimento dos negócios sociais muitas universidades com prestígio internacional criaram seus próprios programas de formação. O treinamento pode ser presencial, virtual ou ambos.

2.3 PESQUISAS ANTERIORES SOBRE CASOS DE NS

O financiamento de microcrédito para fortalecimento da linha de mulheres empresárias em países desenvolvidos mostra a relação que negócios sociais podem ter com a política nacional de empreendedorismo e como as mulheres podem ser agentes-chave para o desenvolvimento de ações empreendedoras (MOHAMMED; MANAF; MISNAN, 2015). Contudo, os atores ou agentes de empreendedorismo e inovação social podem se manifestar em diversos segmentos e formas.

O caso da Guiding Hope, por exemplo, é um negócio social que está trazendo uma nova onda de empreendedores sociais para revitalizar o setor de Apicultura em Camarões na África. Um dos grandes diferenciais são as descobertas científicas multidisciplinares que estão sendo transformadas em ação. Neste caso, o foco é dado à cadeia de valor, ao monitoramento e aprendizado a partir do conhecimento tradicional trazendo benefícios sociais e ecológicos positivos (INGRAM; NJIKEU, 2011).

No estudo de caso internacional sobre a Solar Ear's (MOURA; COMINI; TEODÓSIO, 2015) podem ser observados elementos de desenvolvimento como: a) metas globais e uma missão específica para cada país em que se instalou; b) a influência positiva da história pessoal e profissional do CEO; c) atendimento de uma demanda de pessoas em situação de risco e das necessidades locais; d) a participação da comunidade no desenvolvimento do produto; e) a escolha de fornecedores como parceiros de negócios; f) a utilização de inovação tecnológica para reduzir custos; g) a formação técnica e inclusiva de profissionais para a continuação do negócio.

Em suma, a partir dos elementos verificados anteriormente, os fatores que influenciam os resultados da Solar Ear's Negócios Sociais podem ser agrupados em 3 dimensões: 1) Relacionamento com as partes interessadas; 2) Redução da incerteza nos investimentos; e 3) Redução dos custos de transação (MOURA; COMINI; TEODÓSIO, 2015; REFICCO; VERNIS, 2010).

Modelos de negócios sociais tem buscado superar desafios importantes em termos de captura de valor para todas as partes interessadas. Alguns modelos de NS tem se tornado uma

abordagem para inovação em assistência médica com casos relatados em países em desenvolvimento, isso porque independente do setor de aplicação a NS vem como soluções para trazer valor à sociedade, organizações e indivíduos (SABATIER et al., 2017) e podem abordar quaisquer temáticas.

Para captura de valor muitos NS precisam de financiamento. E em alguns casos na busca para ganhar financiamento é passada pelo empreendedor uma imagem do heroico criador de mudanças. Porque NS usa de financiamentos formais e informais para o desenvolvimento dos seus negócios. Assim, a lógica é que a criação de capital social permita ao NS o acesso a capital financeiro para provar seu conceito ou para atrair investimentos de amigos e parentes para os custos iniciais (STEINER; TEASDALE, 2016).

Alguns financiamentos, principalmente os informais exigem certo nível de conexão em uma rede de contatos com indivíduos com melhor poder aquisitivo e por outro lado a falta desta conexão em certos locais dificulta o acesso a capital onde grande parte das pessoas dão importância a este recurso (STEINER; TEASDALE, 2016). Dessa forma, as pesquisas nessa linha de pensamento devem considerar que o desenvolvimento de NS está atrelado ao desenvolvimento social e às dinâmicas culturais (STEINER; TEASDALE, 2016) que na maioria das vezes incorporam-se ao modelo de start-ups.

O estudo de Shafigullina e Palyakin (2016) relata vantagens e desvantagens no uso das mídias sociais para os negócios no empreendedorismo social. Além disso, ressaltam as tarefas que esse projeto demandam como: atração de clientes, segmentação de público primário, análise de atividade de usuários, envolvimento de consumidores com o produto ou serviço e campanha publicitária ativa. Entretanto, alerta-se para uma avaliação deste instrumento para um horizonte a médio e longo prazo já que depende de uma estrutura empreendedora e social, além das escolhas da audiência-alvo.

Dentro dos casos que surgem nos NS, há a busca pelo gerenciamento de tensões entre o social e o empresarial pelas organizações híbridas. Esta tensão é vista no chamado “fornecimento de impacto”, por exemplo, a contratação de funcionários de comunidades desfavorecidas para fornecimento de serviços a clientes corporativos (KANNOTHRA; MANNING; HAIGH, 2017). Por um lado, a visão social é o foco da contratação de pessoas em vulnerabilidade social, por outro há a necessidade do resultado empresarial que precisa da mão de obra para geração do lucro econômico.

2.4 PROPOSIÇÕES ACERCA DA PROBLEMÁTICA E A RELAÇÃO COM A LITERATURA

A partir da revisão de literatura alguns padrões de práticas foram observados dentro das experiências e estudos dentro dos NS que podem estar relacionados ao seu desenvolvimento e contribuir com o entendimento sobre os casos posteriores que vão sendo apresentados nas comunicações científicas ao decorrer dos tempos.

Quadro 2 - Proposições sugeridas a partir da investigação teórica

Pressupostos	Referências-base para as proposições
P1. O desenvolvimento do negócio depende de fatores internos controláveis e fatores externos não controláveis, mas monitoráveis.	(ARIZA-MONTES; MUNIZ, 2013);
P2. O formato de gestão de negócios sociais se assemelha com outros modelos de negócios convencionais.	YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA (2010)
P3. O empreendedorismo feminino enfrenta os mesmos problemas de outros empreendimentos que não focam em problemas de gênero.	(MOHAMMED; MANAF; MISNAN, 2015)
P4. Organização em Rede é pré-requisito para a qualidade de um NS.	(SHARIR, 2006); (STEINER; TEASDALE, 2016)

Fonte: Elaborado pelos autores com referências-base (2018).

Os pressupostos foram indicados a partir de proposições construídas na interpretação de referências-base, entretanto não representam literalmente os trabalhos mencionados, mas são *insights* a partir das afirmativas de alguns autores e da observação das experiências relacionado ao objeto de estudo que foram feitas após a compilação dos dados da revisão sistemática.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos que permitiram a coleta de dados qualitativos incluíram a entrevista episódica gerando como dados qualitativos a narrativa de fatos relevantes para identificação de fatores que possivelmente influenciavam o desenvolvimento dos tipos de negócios que são estudados.

Para melhor operacionalização no campo a entrevista foi dividida em 3 blocos de acordo com os tipos de episódios questionados pelo entrevistador, sendo o Bloco Temático 1 para episódios que descrevessem Fatores de Contexto e a Caracterização do Negócio, o Bloco

Temático 2 para episódios sobre Fatores de Ambiente (externo) e Elementos Condicionantes e por fim o Bloco Temático 3 – Fatores de Estrutura (interno) e Elementos Determinantes.

A seleção do caso foi motivada pelo interesse na investigação sobre o desenvolvimento de um negócio social e que representasse um caso de empreendedorismo feminino, ao qual tem sido visto seu fomento nos últimos tempos por meio de eventos como por exemplo o *Startup Weekend Women* (TECHSTARS, 2018). Para a pesquisa em questão foi escolhido um estudo de caso único (FLICK, 2009) buscando um negócio que não estivesse em uma incubadora social para reduzir as influências da instituição e que não estivesse dentro das classificações convencionais de área daqueles que estão geralmente sendo acelerados para que fosse possível verificar sua diferenciação e possuísse um produto ou serviço inovador.

A amostragem foi conduzida em duas etapas, primeiro utilizando a técnica bola de neve (FLICK, 2009), realizada a partir da indicação de outros empreendedores sobre quais negócios sociais estavam situados na cidade e que não participavam do processo de incubação das instituições locais. Essa primeira tentativa foi em razão da inexistência de registro conhecido do total da população de negócios sociais no estado de Pernambuco.

A segunda etapa, foi a seleção de um caso típico (FLICK, 2009), a partir dos NS já indicados. Em razão da escolha a entrevista episódica foi realizada com a direção da empresa. Dessa forma, o sujeito da pesquisa foi a responsável pelo desenvolvimento do negócio social Women Friendly (WF), mas considerando que a unidade de análise é a organização e não o indivíduo. A WF é uma startup social que visa a educação das pessoas contra o assédio sexual e a criação de ambientes mais seguros para a mulher consumir (ADDOBBATI, 2017).

A primeira etapa de aplicação do método (BARDIN, 2011) consistiu da organização da análise por meio de 3 pólos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Os documentos escolhidos foram as transcrições-padrão da entrevista com o negócio social, com o objetivo de identificar fatores que contribuíram para o desenvolvimento do negócio e a partir dos resultados verificar índices (temas explícitos) e criar indicadores (medidas) que contribuíssem para a interpretação das evidências empíricas. Também foi realizada uma leitura flutuante para verificar a possibilidade de projeções de teorias a partir dos dados.

Na exploração do material foram realizadas as operações de codificação em função das seguintes regras:

Quadro 3 - Regras e critérios para a codificação de unidades de registro e contexto na pesquisa

Regras	Crítérios
Focar ... fatores sócio-culturais (THORNTON; RIBEIRO-SORIANO; URBANO, 2011)	Fatores que pudessem facilmente ser identificados na sociologia das organizações.
Identificar ... instituições que contribuíssem com o desenvolvimento dos negócios (ALVAREZ, et al 2011)	Instituições que pudessem ser facilmente identificadas por meio de pesquisa rápida na internet.
Verificar ... condições de sucesso para a empresa (SHARIR, 2006)	Condições que pudessem facilmente ser identificados na literatura sobre negócios.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Por fim, em relação ao terceiro passo, neste foi realizado o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Em termos de tratamento foi realizada a síntese dos códigos em categorias das quais seguiram critério semântico, além da busca pela qualidade da categoria por meio da exclusão mútua, pertinência, objetividade e fidelidade (BARDIN, 2011).

A realização de inferências considerou os seguintes Pólos de Análise: a) emissor (entrevistado) para verificar se a mensagem representava o próprio; b) mensagem (continente e conteúdo); c) código (o vocabulário pode revelar verdades subjacentes); d) significação (temas envolvidos).

Considerou-se os processos de análise das variáveis de inferência a partir da redução a fatores, trazendo elementos de desenvolvimento encontrados na literatura, sumarizados para melhor entendimento no Quadro 4:

Quadro 4 - Variáveis extraídas e fatores interpretados a partir da revisão de literatura

Fator	Elementos	Autores
Ambiente propício	Network, dedicação, capital, aceitação pública, pessoal, cooperação, teste de mercado e experiências anteriores.	(SHARIR, 2006)
	Assessoria, Rede, Infra-estrutura, Financiamento e Treinamento.	(ARIZA-MONTES; MUNIZ, 2013)
Inovação	Atração de investimentos	(STEINER; TEASDALE, 2016)
	Modelo aberto ou fechado	(SVIRINA; ZABBAROVA; OGANISJANA, 2016)

	Desafiar o convencional, experimentar	(YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA, 2010)
Propósito bem definido	Erradicação da pobreza, desenvolvimento de habilidades entre mulheres, etc	(MOHAMMED; MANAF; MISNAN, 2015)
	Trazer valor à sociedade, organizações e indivíduos	(SABATIER et al., 2017)
Cumprimento de missão	Acoplamento, método e operacionalização do modelo organizacional	(WILSON; POST, 2013)
	Orientar-se para o lucro social, especificar o lucro social	(YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA, 2010)
Orientação de crescimento	Administração de tensões entre cliente e comunidade	(KANNOTHRA; MANNING; HAIGH, 2017)
	Escolher área foco corretamente, desenhar corretamente o modelo de negócio, aprender e adaptar continuamente, criar operações eficientes e sustentáveis e gerenciar o impacto.	(HUDA; ISLAM, 2017)
Aprendizagem e relacionamento	Descobertas científicas e extensão, aprendizagem e conhecimento, monitoramento, foco na cadeia de valor	(INGRAM; NJIKEU, 2011)
	Relacionamento com as partes interessadas; Redução da incerteza nos investimentos; Redução dos custos de transação.	(MOURA; COMINI; TEODÓSIO, 2015)
	Atração de clientes, segmentação, análise de atividade de usuários, envolvimento de consumidores, publicidade ativa e audiência.	(SHAFIGULLINA; PALYAKIN, 2016)

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

E por fim na interpretação foram utilizadas as variáveis encontradas comparando com os resultados dos dados empíricos dos quais foram demonstrados na seção de resultados e discussões. A partir das discussões dos resultados foi possível inferir algumas conclusões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados foram transcritos e codificados em dois ciclos conforme manual de Saldaña (2009) gerando 75 nós, 25 categorias e 5 temas, totalizando 105 itens. Resultados trouxeram à tona 5 temas relacionados ao negócio social dentro do empreendedorismo social feminino. As unidades de registro (temas, nós menores) e de contexto (compreensão dos nós

menores, nós maiores, codificação dos temas) estabelecidas foram as demonstradas a seguir nas Tabelas de 1 a 5.

Em relação aos Pólos de Análise: (a) foi verificado que a mensagem em muitos momentos representava o próprio emissor (BARDIN, 2011) e dois episódios tiveram alta relevância, pois retratavam a motivação para o negócio (experiências pessoais do problema social) presente na citação “[...] tenho 10 anos de carreira, morei em vários países, viajei muito a trabalho sozinha, não tinha consciência e hoje eu tenho das vezes que fui vítima de assédio (Bloco 1).”

E também sobre a competência para gestão do negócio (conhecimento e habilidades de experiências corporativas) presente na citação “Do ponto de vista de *skills* eu acho que tem minha experiência da visão corporativa”(Bloco 3). Enquanto os Pólos (b), (c) e (d) foram sumarizados nas tabelas e citações.

Em relação a Estruturação de Recursos (ER) envolvendo aplicações, espaço, canais e dimensões como sustentabilidade econômica e fontes de informação, a Tabela 1 mostra a composição do tema que tem como características as categorias de práticas voltadas para o desenvolvimento estrutural do negócio social principalmente no que se refere sua preocupação com um AMBIENTE propício, visto que foi um dos códigos citados na entrevista.

Esta preocupação pode ser vista na seguinte citação (Bloco 2): “A gente tem um problema muito grande no Nordeste, ... é um ambiente muito árido para responsabilidade social”. E também em uma ressalva sobre ambiente (Bloco 2): “[...]em São Paulo você já está mais desenvolvido, as empresas já tem mais esta interação”.

Tabela 1 - Composição e frequência da Temática I

Categorias	Frequência absoluta dos códigos
1 : AMBIENTE	7
2 : CAPACIDADES	3
3 : COMUNICAÇÃO	5
4 : FINANÇAS	4
5 : INVESTIMENTOS	2

Fonte: Codificação da Entrevista (2017).

A COMUNICAÇÃO foi composta de códigos como: audiência, público-alvo e *Welcome-Stream*. As FINANÇAS como categoria foram representadas por questões como as decisões financeiras e a sustentabilidade financeira. Para as CAPACIDADES os códigos foram as certificações sociais, a mentoria específica e o treinamento para a base

da pirâmide. Por fim, os INVESTIMENTOS dentro da temática I representam aqueles destinados ao início do negócio e para os projetos sociais.

Na literatura pode ser observado uma relação com o **Tema ER** por meio do Fator **Ambiente Propício** (SHARIR, 2006, ARIZA-MONTES; MUNIZ, 2013, STEINER; TEASDALE, 2016) a partir da conjugação de elementos como dedicação, capital, pessoal, teste de mercado e experiências anteriores, assim como assessoria, infra-estrutura, financiamento e treinamento e atração de investimentos. O Gerenciamento de Processo (GP) envolvendo metas, processo, meios e regras e dimensões como abrangência e modelo para o negócio foi compilado na Tabela 2. O gerenciamento do processo é uma preocupação perceptível no desenvolvimento do negócio social de forma que a frequência de códigos na categoria NEGÓCIOS e MODELAGEM denotam a necessidade de formatação da organização. No Bloco 1 foi selecionado o seguinte trecho: “retornei para o Brasil, pensei: não vou montar uma ONG não vai ser só uma campanha de conscientização, eu quero um negócio sustentável”.

Tabela 2 - Composição e frequência da Temática II

Categorias	Frequência absoluta dos códigos
1 : CORPORAÇÃO	2
2 : EMPREENDEDORISMO	9
3 : ESCALABILIDADE	3
4 : MODELAGEM	10
5 : NEGÓCIOS	12

Fonte: Codificação da Entrevista (2017).

No que tange à categoria do EMPREENDEDORISMO as relações com o processo foram: as decisões sobre a incubação, a participação em encontro para fomento de ideias, a história do fundador, a inovação e a resiliência do empreendedor. Para a ESCALABILIDADE os códigos foram em 3 sentidos: o papel social, o mercado e a plataforma. Na categoria CORPORAÇÃO as discussões foram o mundo corporativo e a visão corporativa.

A revisão dos trabalhos também trouxe alguns pontos relacionados om o **Tema GP** principalmente pelos fatores de **Cumprimento de missão** e **Orientação para crescimento** (YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA, 2010, KANNOTHRA; MANNING; HAIGH, 2017, HUDA; ISLAM, 2017). Estes fatores respectivamente possuem os seguintes grupos de elementos: a) Acoplamento, método e operacionalização do modelo organizacional, orientação para o lucro social, especificação do lucro social; b) Administração de tensões entre cliente e comunidade, escolha da área foco, desenho correto do modelo de negócio,

aprendizagem e adaptação contínua, operações eficientes e sustentáveis e gerenciamento de impacto.

A Metodologia de Trabalho (MT) com propriedades como catalogação, questionamento e análise dimensionadas como indicadores e referências também está dividida na Tabela 3. Esta divisão traz um aspecto importante relacionado à mensuração de IMPACTOS que o negócio social traz ou pode trazer para os seus beneficiários. Estes impactos conforme os dados da entrevista tem tanto aspectos sociais como também econômicos (Bloco 1): “no Brasil segundo o IBGE, a renda feminina cresceu 80% nos últimos 20 anos e então tem mulher que deixa de consumir e deixa de ocupar espaços públicos por medo de estar vulnerável”.

Tabela 3 - Composição e frequência da Temática III

Categorias	Frequência absoluta dos códigos
1 : EXPERIMENTAÇÃO	5
2 : IMPACTOS	6
3 : MAPEAMENTO	4
4 : PESQUISA	3
5 : PROBLEMÁTICA	2

Fonte: Codificação da Entrevista (2017).

As outras categorias do tema passam pela EXPERIMENTAÇÃO, envolvendo o começo comedido, os testes, os ajustes do produto e a execução do próprio serviço; pelo MAPEAMENTO, envolvendo o olhar sobre o ecossistema, as oportunidades e os possíveis cenários; pela PESQUISA tanto de mercado quanto do perfil de sócios e por fim pela PROBLEMÁTICA em termos de vivência e do despertar para a ação proativa.

Uma terceira relação foi vista no **Tema MT** nos trabalhos sobre **Aprendizagem e relacionamento** (INGRAM; NJIKEU, 2011, MOURA; COMINI; TEODÓSIO, 2015, SHAFIGULLINA; PALYAKIN, 2016) com os elementos constituintes: - Descobertas científicas e extensão, aprendizagem e conhecimento, monitoramento, foco na cadeia de valor. - Relacionamento com as partes interessadas; Redução da incerteza nos investimentos; Redução dos custos de transação. - Atração de clientes, segmentação, análise de atividade de usuários, envolvimento de consumidores, publicidade ativa e audiência.

Já em com o que pode ser visto de Organização em Rede (OR) contendo atributos como o grupo, o objetivo e propósito, além das dimensões da parceria, associativismo e outras, as categorias podem ser vistas na Tabela 4. Nessa composição o destaque do tema é a COOPERAÇÃO que é ilustrada também neste fragmento: “Cheguei a conversar com mulheres

dos EUA em uma rede... hoje elas estão no Kênia, Taiwan, Nova Iorque, a gente bateu papo, trocou ideia, ... a gente até colaborou, porque estão chegando na África com um contexto parecido com a gente”.

Tabela 4 - Composição e frequência da Temática IV

Categorias	Frequência absoluta dos códigos
1 : COOPERAÇÃO	5
2 : INSTITUCIONALISMO	4
3 : LEGISLAÇÃO	3
4 : MOBILIZAÇÃO	4
5 : REDES	3

Fonte: Codificação da Entrevista (2017).

A categoria INSTITUCIONALISMO surgiu com questionamento sobre as instituições e a ausência da universidade, mas também com a presença de lideranças institucionais e o poder público. Em relação à MOBILIZAÇÃO o destaque foi a interação com a iniciativa privada, a união de forças e o quadro de voluntários. A LEGISLAÇÃO surge na necessidade do aparato legal, da dependência das leis e do surgimento de leis corretivas. Por fim, a categoria de REDES tem o destaque em razão da importância da participação em redes, da criação, manutenção e ajuda das redes de contato e da demanda para a criação de uma rede de profissionais preparados. Além dos mencionados anteriormente foi observado uma relação com o **Tema OR** no que se refere alguns pontos do que se considera **ambiente propício** (SHARIR, 2006, ARIZAMONTES; MUNIZ, 2013, STEINER; TEASDALE, 2016) com destaque para cooperação, aceitação pública, Network e Rede.

Para a temática das Práticas Comportamentais (PC) das quais se atribuem sentido, consciência, valores e as dimensões da vivência, qualidade de vida entre outras, suas categorias estão listadas na Tabela 5. A partir das frequências percebe-se o foco da narrativa em 3 eixos principais: emocional, experiências e motivação.

Respectivamente, a categoria EMOCIONAL contém as narrativas sobre o autoconhecimento, a empatia, a solidariedade e o idealismo, além do enfrentamento de preconceitos e da manutenção da credibilidade: EXPERIÊNCIAS contém as narrativas sobre a vivência acadêmica, profissional e no exterior; e as narrativas de MOTIVAÇÃO se concentraram na questão da causa única, nas mudanças de comportamento e na inspiração das pessoas. Essa última vista na frase: “enquanto não tem exemplos concretos de sucesso, grandes fomentadores e patrocinadores da ideia, será difícil motivar as pessoas” (Bloco 2).

Tabela 5 - Composição e frequência da Temática V

Categorias	Frequência absoluta dos códigos
1 : BEM ESTAR	2
2 : EMOCIONAL	5
3 : EXPERIÊNCIAS	5
4 : MOTIVAÇÃO	5
5 : PREVENÇÃO	2

Fonte: Codificação da Entrevista (2017).

Por fim, na Temática V um dos conjuntos de códigos apontou para a PREVENÇÃO no que consiste o combate à violência e também sobre a importância dos protocolos. No caso do BEM-ESTAR emergiram os desejos de melhoria que se concentraram nos aspectos de qualidade de vida e principalmente na segurança.

Por fim, na literatura pode ser observado uma relação com o **Tema PC** com o que concerne um **Propósito bem definido** (MOHAMMED; MANAF; MISNAN, 2015, SABATIER et al., 2017) com destaque para elementos correlatos e afins à erradicação da pobreza, desenvolvimento de habilidades entre mulheres, etc, busca de valor para a sociedade, organizações e indivíduos.

5 CONCLUSÕES

De maneira geral os dados empíricos e sua relação com a literatura nos permitem considerar alguns pontos mais relevantes em razão da frequência em que surgem no trabalho de investigação, tanto na descrição de episódios da empreendedora como em pesquisas anteriores feitas no campo do empreendedorismo social, mas também de forma geral em estudos de administração e afins. Uma destas observações é de como a dependência de recursos ainda é um fator relevante para discussão nos estudos organizacionais como fora observado tanto nos relatos de entrevistados como nas citações de muitos artigos científicos.

Alguns temas que foram encontrados estão muito relacionados com outros campos de estudo, entretanto alguns temas se mostraram bem específicos. Dos temas frequentes em outros estudos se percebe como comuns os temas de metodologia de trabalho, aprendizagem, relacionamento, além de outros pontos que foram relatados anteriormente sobre ambiente, crescimento e principalmente quando se falta em rede. Já em relação a temas mais específicos são comuns temas que mencionem de alguma forma o cumprimento de missão e propósito.

A validade dos pressupostos foi verificada em alguns dos achados da pesquisa, contudo em outros as proposições foram inconclusivas, mas trouxeram questões importantes para pesquisas futuras. Nesse sentido, foram apontadas as considerações acerca das proposições do número 1 ao número 4 não significando entre estas o grau de importância, mas sua sequência metodológica.

Em relação ao desenvolvimento de negócios verificou-se que pode haver dificuldades para monitorar muitos fatores que interferem nos negócios (P1) principalmente os externos que necessitam de regulamentação, mas em geral os processos internos são mais facilmente controlados principalmente quando se há uma experiência profissional como fonte de conhecimento.

A gestão do negócio envolve a administração de processos, recursos, pessoas e relacionamentos (rede). Isso foi visto no NS e se assemelha muito ao modelo de startup, principalmente em razão da utilização de determinadas fontes de conhecimento específicas dentro da rede. Em razão da adaptação rápida, verificou-se que o formato de gestão de negócios sociais se assemelha muito com outros modelos de negócios convencionais (P2).

Já em relação ao enfrentamento de problemas pelo empreendedorismo feminino (P3) foi visto que mesmo com o foco em um problema que envolve gênero, além dos aspectos culturais específicos do negócio escolhido que dificultam o desenvolvimento do trabalho também há os problemas comuns a outros tipos de empreendedorismo. Entretanto, há necessidade de pesquisas futuras que esclareçam melhor se há limitações para o empreendedorismo feminino em missões sociais de gênero e que envolvam outras questões além do gênero.

Os elementos que surgiram ao longo da investigação apontaram que mesmo o WF não participando de incubação sua especulação sobre os fatores de sucesso para o negócio mostrou-se aderente ao que se tem visto na literatura e aderente às fases de empreendedorismo que as incubadoras entendem como importantes para o fortalecimento de qualquer negócio. Esse conhecimento demonstrado pela WF vem principalmente da experiência do empreendedor e da participação da organização em ações de rede (P4) o que traz certa qualidade ao NS quando busca adotar melhores práticas. É relevante também a abrangência que são vistos os contatos que a empreendedora mantém mostrando que o pensamento global contribui para a resolução de problemas locais.

Outros aspectos foram observados além das especulações anteriormente levantadas como no caso da importância de se ter exemplos concretos de sucesso e grandes fomentadores de ideia sociais que tragam motivação para os que empreendem no Brasil. Isso foi visto na fala

da empreendedora, entretanto quando recorre-se a literatura, os exemplos que são mais citados em geral não estão na América Latina.

Além disso, quando se fala em NS e a motivação dos empreendedores em escolher essa configuração de ES há alguns questionamentos ainda não esclarecidos sobre qual seria o novo papel das Organizações da Sociedade Civil entre outras organizações do terceiro setor e assim seria importante que futuros trabalhos trouxessem elementos que facilitassem a decisão sobre a escolha de modelos de ES segundo seus construtos e finalidades.

Outro ponto ressaltado ao longo do trabalho foi o surgimento de ambientes propícios para o desenvolvimento de NS seja nas cidades, estados, regiões, países ou continentes. E também dos atores que seriam responsáveis por sua disseminação territorial como pessoas físicas, empresas ou até mesmo os governos.

REFERÊNCIAS

- ADDOBBATI, Ana. Women Friendly. **Semana do Empreendedorismo Feminino**, Sebrae. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=642S0mjV86k>>. Acesso em: 29 Nov 2017.
- ALVAREZ, Claudia et al. Environmental conditions and entrepreneurial activity: a regional comparison in Spain. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 18, n. 1, p. 120-140, 2011.
- ARIZA-MONTES, J. Antonio; MUNIZ, Noel M. Virtual ecosystems in social business incubation. **Journal of Electronic Commerce in Organizations (JECO)**, v. 11, n. 3, p. 27-45, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.
- BARKI, Edgard et al. Social entrepreneurship and social business: retrospective and prospective research. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 4, p. 380-384, 2015.
- DA SILVA, M. S.; LASSO, S. V.; MAINARDES, E. W. Características do Empreendedorismo Feminino no Brasil. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 150-167, 2016.
- FREIRE, D. A. L. et al. Empreendedorismo feminino no Brasil: perspectivas [http://dx. doi. org/10.15601/1983-7631/rt. v5n9p67-79](http://dx.doi.org/10.15601/1983-7631/rt.v5n9p67-79). **Revista Tecer**, v. 5, n. 9, 2012.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.
- HUDA, Muzakkeer; ISLAM, ABM Shahidul. SOCIAL BUSINESS: MEANING, SCOPE, AND EVALUATION. **International Journal of Social Business**, Volume 1, Issue 1, p. 25-41, July 2017.
- INGRAM, Verina; NJIKEU, Justin. Sweet, sticky, and sustainable social business. **Ecology and Society**, v. 16, n. 1, 2011.
- KANNOTHRA, Chacko G.; MANNING, Stephan; HAIGH, Nardia. How hybrids manage growth and social-business tensions in global supply chains: The case of impact sourcing. **Journal of Business Ethics**, p. 1-20, 2017.
- MOHAMMED, Ahmad Martadha; MANAF, Halimah Abdul; MISNAN, Siti Siti Noor Shamilah. Correlational Analysis Between Social Business Model and Women Entrepreneurs Empowerment. Jurnal Studi Pemerintahan: **Journal of Government and Politics**, v. 6, n. 1, 2015.
- MOURA, Anita Maria de; COMINI, Graziella; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. O crescimento internacional de um negócio social: um estudo de caso. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 4, p. 444-460, 2015.
- RAHMAN, Mawdudur; HUSSAIN, Mostaq. Social business, accountability, and performance reporting. **Humanomics**, v. 28, n. 2, p. 118-132, 2012.

REFICCO, E.; VERNIS, A. Market Ecosystem and Social Inclusion. In: **Socially Inclusive Business in Iberoamerica: Challenges and opportunities**. Social Enterprise Knowledge Network, Cambridge: Harvard University Press, 2010.

SALDAÑA, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd, 2009.

SABATIER, Valerie et al. Social business model design and implementation in developing countries: Learning from an affordable medicine developed in Burkina Faso. **Journal of Management Development**, v. 36, n. 1, p. 48-57, 2017.

SHAFIGULLINA, A. V.; PALYAKIN, R. B. Social Media Marketing as an Effective Instrument of the Promotion of Social Business-Project in Social Entrepreneurial Activity. **Academy of Marketing Studies Journal**, v. 20, p. 1, 2016.

SHARIR, Moshe; LERNER, Miri. Gauging the success of social ventures initiated by individual social entrepreneurs. **Journal of world business**, v. 41, n. 1, p. 6-20, 2006.

STEINER, Artur; TEASDALE, Simon. The playground of the rich? Growing social business in the 21st century. **Social enterprise journal**, v. 12, n. 2, p. 201-216, 2016.

SVIRINA, Anna; ZABBAROVA, Alfia; OGANISJANA, Karine. Implementing open innovation concept in social business. Journal of Open Innovation: **Technology, Market, and Complexity**, v. 2, n. 1, p. 20, 2016.

TECHSTARS. **Startup Weekend: Events Around the World**. Disponível em: <<https://startupweekend.org/interests/Women>>. Acesso em: 11 Jan 2018.

TENÓRIO, F.G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS). In: SILVA JR, Jeová Torres (Org.) et al. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Juazeiro do Norte, 2008.

THORNTON, Patricia H.; RIBEIRO-SORIANO, Domingo; URBANO, David. Socio-cultural factors and entrepreneurial activity: An overview. **International small business journal**, v. 29, n. 2, p. 105-118, 2011.

WILSON, Fiona; POST, James E. Business models for people, planet (& profits): exploring the phenomena of social business, a market-based approach to social value creation. **Small Business Economics**, v. 40, n. 3, p. 715-737, 2013.

YUNUS, Muhammad; MOINGEON, Bertrand; LEHMANN-ORTEGA, Laurence. Building social business models: lessons from the Grameen experience. **Long range planning**, v. 43, n. 2-3, p. 308-325, 2010.

**“AMOR À PRIMEIRA VISTA: APAIXONEI-ME E QUERO LHE CONHECER”
MOTIVAÇÃO DE RECÉM-VOLUNTÁRIOS EM UMA
FUNDAÇÃO RELIGIOSA BRASILEIRA**

Samuel Lázaro Luz Lemos⁴⁰

Patricia Trindade Caldas⁴¹

Solange Cristina do Vale⁴²

Jardel Augusto Gomes Rodrigues Alves⁴³

Resumo

A prática do voluntariado é um fenômeno crescente que desperta o interesse de pessoas em conhecer organizações que promovam o bem estar da sociedade. Dessa forma, primeiramente ocorre o interesse do indivíduo e, posteriormente o amor à causa, à instituição e à luta pela promoção da dignidade. Nesse sentido, a motivação do trabalho voluntário é um fator importante ao considerar a retenção de indivíduos em uma organização religiosa. Nesse sentido, o presente estudo analisa os fatores motivacionais da entrada dos voluntários na Fundação Cidade Viva, uma instituição religiosa paraibana. Para isso, realizou-se um estudo longitudinal baseado no Modelo Estrutural de Motivação no trabalho voluntário de Cavalcante, elaborado em 2012, que possui os fatores: valores altruístas, justiça social, afiliação, aprendizado e valores egoístas. A análise de dados utilizou estatística descritiva (média, desvio padrão, coeficiente de variância e porcentagem), ANOVA (análise de variância), Teste T para amostras independentes, identificando eventuais diferenças entre grupos e correlação (bivariável). Como resultado, o perfil de motivação dos voluntários foi traçado e a religião foi identificada como um fator proeminente para atrair e manter e outros elementos como viés cívico, objetivos de aprendizado e identificação com a entidade emergiram também.

Palavras-chave: Gestão de Recursos Humanos. Estudo Longitudinal. Organizações do Terceiro Setor. Trabalho Voluntário. Motivação Voluntária.

⁴⁰ Mestre em Administração, Universidade Federal da Paraíba, samuellemosdm@gmail.com

⁴¹ Doutoranda em Administração, Universidade Federal da Paraíba, ptcaldas@yahoo.com.br

⁴² Doutoranda em Administração, Universidade Federal da Paraíba, solange_vale@hotmail.com.

⁴³ Mestrando em Administração, Universidade Federal da Paraíba, jardel.23@gmail.com

"LOVE AT FIRST SIGHT: I FELL IN LOVE AND I WANT TO KNOW YOU." MOTIVATION OF NEW-VOLUNTEERS IN A BRAZILIAN RELIGIOUS FOUNDATION

Abstract

The practice of volunteering is a growing phenomenon that arouses the interest of people in knowing organizations that promote the welfare of society. In this way, the interest of the individual first occurs, and then the love of the cause, the institution and the struggle for the promotion of dignity. In this sense, the motivation of volunteer work is an important factor in considering the retention of individuals in a religious organization. In this sense, the present study analyzes the motivational factors of the volunteers' entry into the Cidade Viva Foundation, a religious institution in Paraíba. For this, a longitudinal study was carried out based on the Structural Model of Motivation in the volunteer work of Cavalcante, elaborated in 2012, which has the following factors: altruistic values, social justice, affiliation, learning and selfish values. The data analysis used descriptive statistics (mean, standard deviation, coefficient of variance and percentage), ANOVA (analysis of variance), T test for independent samples, identifying possible differences between groups and correlation (bivariate). As a result, the motivation profile of the volunteers were traced and religion was identified as a prominent factor to attract and retain and other elements such as civic bias, learning objectives and identification with the entity also emerged.

Keywords: Human Resources Management. Longitudinal Study. Nonprofit Organizations. Volunteering. Volunteer Motivation.

1 INTRODUÇÃO

Ser parte de qualquer organização, especialmente de caráter voluntário, na percepção dos autores deste artigo pode ter forte ligação com estar apaixonado, comprometido, com ela. Apesar de todo este trabalho estar sob um paradigma funcionalista, entende-se que uma analogia com as fases do amor pode ser uma inspiração plausível para este artigo. Nesse contexto, Fischer (2004) propôs a existência de 3 fases no amor. A fase do desejo, a fase da atração e a fase da ligação. A primeira é desencadeada pelos hormônios sexuais, a testosterona nos homens e o estrogênio nas mulheres. Segundo Fischer (2004), esta fase leva o indivíduo à procura de qualquer coisa. A segunda é a fase da atração, onde a pessoa se apaixona. E a terceira, a fase de ligação, momento quando são liberados hormônios que podem estimular a fidelidade. Este estudo se localiza na segunda fase: a de ligação.

Os pesquisados aqui já escolheram o local para realizar uma atividade voluntária. Agora eles esperam, apaixonar-se por ela. Assim, com este trabalho almeja-se fornecer informações para que os gestores de voluntários possam conhecer o que faz os voluntários escolherem a instituição que pretendem atuar. Conhecendo estes sentimentos, há a possibilidade de fazer com que eles tenham suas motivações apaixonadas mantidas, para que passem à fase de ligação, na busca da fidelidade. Mas, esta é apenas uma analogia do que estimulou os autores deste trabalho a realizá-lo. A seguir serão apresentados os elementos constituintes desse estudo, inicialmente introduzindo o tema.

Nesse sentido, as Nações Unidas afirmam que motivação do voluntariado é o interesse pessoal e espírito cívico dos indivíduos que dedicam parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos (Cavalcante & Medeiros, 2007). É importante, entretanto, ressaltar que o termo “voluntariado” abarca um rol de atividades distintas e com especificidades particulares entre si.

Nesse contexto, deve ser lembrado que o trabalhador voluntário difere do trabalhador formal. Cnaan e Cascio (1998) destacam que a dimensão monetária, o tempo disponibilizado (algumas horas por semana pelos voluntários), a possibilidade de fazer parte de várias organizações não governamentais simultaneamente, o recrutamento comumente informal, a relativa aceitação das normas e valores organizacionais os diferencia dos trabalhadores formais remunerados, reforçando a necessidade de estudos específicos. Por isso, para capturar nuances fenomenológicas em escopo, é prudente focar-se em um campo específico de voluntários.

Em literatura estrangeira, parece ser consensual que as motivações voluntárias vão além de razões puramente altruístas (Cuthill & Warburton, 2005; Dhebar & Stokes, 2008; Taylor et

al., 2006). Entretanto no Brasil, os resultados apontam na direção contrária. Cavalcante (2013) em estudo bibliométrico sobre o tema, concluiu que os estudos em nível nacional indicam que as principais motivações são de cunho altruísta. Este aparente paradoxo indica a possibilidade de realização de um estudo em contexto nacional, com características distintas, já que também no mesmo estudo, Cavalcante (2013) não encontrou estudos de cunho quantitativo, muito menos longitudinais. Portanto, auxiliar no esclarecimento desse paradoxo, e identificar as necessidades desses indivíduos buscando essencialmente minimizar a rotatividade dos voluntários podem ser consideradas as motivações teóricas e empíricas, respectivamente.

Assim, partindo dos pressupostos teóricos de Souza, Medeiros e Fernandes (2006), este artigo objetiva conhecer os motivos que levam indivíduos a entrarem em Organizações Não Governamentais (ONG) e efetivamente tornarem-se voluntários, fazendo essa avaliação com base no “modelo estrutural de motivação no trabalho voluntário” de Cavalcante (2012) em um período longitudinal de 2 anos. Espera-se assim, ter melhor clareza, pois um estudo com sentimentos humanos corre o risco de ser influenciado por eventos momentâneos, que podem alterar a percepção acerca de sua atividade no momento da coleta dos dados.

Assim busca-se também auxiliar os gestores de recursos humanos a tomar decisões relacionadas a recém voluntários, aqui entendidos como os que realizam a atividade por até um ano. Voluntários até esta quantidade de tempo de atuação demonstraram ser os que tem maior queda nas suas médias de motivação em pesquisa realizada por meio de projeto de pesquisa realizado com amostra semelhante, sob responsabilidade do Grupo de estudos do Terceiro Setor (GETS).

O campo de pesquisa é a Fundação Cidade Viva (FCV), instituição da cidade de João Pessoa (PB) dedicada a promover “a dignidade do ser humano e a preservação do meio ambiente, através de ações voltadas ao desenvolvimento integral de suas potencialidades” (Cidade Viva, 2015a, p. 1). Esta instituição, por meio de atividades, cristãs agrega voluntários da comunidade em que atua, sobretudo da Igreja Batista do Bessamar. Tal fundação foi escolhida como alvo de pesquisa pelo grande número de voluntários permanentes que compõem seu quadro, cerca de 350 (Ageu, 2015; Aquino, 2015). Ela ainda consegue, em eventos, reunir aproximadamente 1.000 voluntários (Cavalcante, 2013b), sendo esse quantitativo ampliado no ano de 2015 para 4.681 inscritos nas atividades (Cidade Viva, 2015b).

Merece ser ressaltado o campo específico deste estudo: uma fundação de cunho religioso. Diante do cenário da influência da religião em território brasileiro, convém salientar o fato de que o Brasil, desde sua primordial ocupação como colônia, era regido por um Estado condutor de ações em todo o território nacional, especialmente não se dissociava da “Igreja

Católica” (Koshiba; Pereira, 2006), que por sua vez se propunha a promover universalmente a prática da caridade, apoiada muitas vezes pelo governo.

Assim, infere-se que preceitos religiosos dessa época interferiam de forma direta na prática do voluntariado, baseada essencialmente em relações de troca, na qual o cristão que doava bens materiais ou seu serviço poderia considerar-se salvo. Neste sentido, é possível citar várias instituições religiosas em território nacional que exemplificam tal postura, como as Santas Casas de Misericórdia, irmandades e as ordens terceiras (BNDES, 2001). Assim, um estudo como o presente desenvolvido subsidia organizações voluntárias com informações para reflexão das práticas por estas adotadas e afirmar ou corrigir planejamentos futuros. Pilati e Hees (2011) sugerem que estudar as motivações para o voluntariado pode trazer dados importantes para resposta da supracitada pergunta, sendo possível fornecer informações para, por exemplo, o combate da rotatividade, o que figura como aplicação direta para esta pesquisa.

Assim justifica-se a realização dessa pesquisa pela eminente revolução das organizações que agregam voluntários. Segundo Salamon (1994), essas instituições estão em crescente ascensão ao longo de todo o planeta, principalmente nos países em desenvolvimento. No Brasil, voluntários em boa parte estão no que se entende como terceiro setor, vindo atualmente em configuração de oposição às práticas outrora meramente assistencialistas (Santos, Oliveira & Rocha, 2013).

Em acordo com estudo realizado pelo IBGE no ano de 2012, o Brasil possuía na época 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) cadastradas (IBGE, 2012); este número poderia ser ainda maior dado a dificuldades de acesso ou até mesmo de identificação do objeto em análise da pesquisa. Em aspecto financeiro, estas organizações já movimentaram cifras equivalentes a 1,5% do PIB brasileiro (Pitombo & Pizzinatto, 2004) e, segundo Zavala (2007), esse número já foi ainda maior, circundando em até 5%. Destacam-se desafios para se chegar a tais números, pela dificuldade de chegar a um consenso acerca do conceito sobre as organizações que se enquadram em tal categoria.

Assim, assume-se que a organização escolhida pode ser campo privilegiado para a pesquisa desse fenômeno. Dessa forma, surge o seguinte questionamento: quais os fatores motivacionais que influenciam os voluntários que atuam na Fundação Cidade Viva? Feita a contextualização do tema e ambiente de estudo, passa-se ao referencial teórico, seguido da metodologia, análise de resultados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TERCEIRO SETOR E VOLUNTARIADO

Diante das diferentes conceituações e abordagens distintas entre autores acerca das tipologias das organizações, este artigo toma como base o que é definido por Scherer-Warren (2006), por acreditar que essas análises condizem de melhor forma com o que este estudo propõe. O autor apresenta um modelo tripartido da realidade contemporânea, elencando categorias organizacionais em: Estado, mercado e sociedade civil.

Sobre essa categorização, observa-se que a primeira divisão se refere às organizações responsáveis por cuidar de aspectos práticos de relações entre nações, além de questões macro e microeconômicas. A segunda trata-se de organizações privadas, responsáveis por lidar com demandas entre particulares; e a terceira relaciona-se à sociedade civil, vista como representações de interesses e de valores organizados dos cidadãos, ou seja, anseios privados vistos sob o prisma coletivo.

Nesse contexto, apesar de ainda acontecer de modo não linear e sem falhas, as organizações da sociedade civil passaram a ter então maiores preocupações com conceitos como eficiência, eficácia e efetividade, de modo a adotar práticas já comuns e consolidadas do setor empresarial e mesmo de certos organismos do governo (Teodósio, 2002), o que as fez adquirir gradativo status de instrumentalização mais profissional. Assim, tais entidades ganharam aptidão para concorrer a editais, projetos e políticas públicas de financiamento propostas pelo Estado, além de outros benefícios exclusivos às organizações inseridas nessa linha metodológica de atuação (Mattos & Diniz, 2002; Silva, 2010).

Imersa nessa conjuntura, a sociedade civil se reinventa, tendo como uma de suas principais metodologias a busca pela promoção da cidadania. O surgimento de institutos como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (Souza, 2008), ou o que Lenza (2012) chama de novos mecanismos constitucionais para inserir o povo na administração pública; como descentralização administrativa, plebiscitos, referendos e leis de iniciativa populares; torna notório que a legislação brasileira avança na meta de aproximar a população para ser protagonista das decisões relevantes de seu próprio cotidiano.

Entretanto, independentemente dessas progressões, a cidadania permanece como conceito na prática ainda muito distante. Segundo Fernandes (1994, p. 94): “fora de algumas ocasiões, como o rito eleitoral, ainda não chegou de fato às classes pobres”. Por isso, a ideia mais adequada em fins desse estudo provém da sociologia que relaciona cidadania com a produção de bens públicos, e a conscientização de direitos sociais como exercício do cidadão

social politicamente ativo, que atua como instrumento de modificações sociais, em outras palavras: voluntários são cidadãos em exercício (Fernandes, 1994).

Segundo Pilati e Hees (2011), a atividade voluntária objetiva prover a outro determinadas necessidades não atendidas pelo Estado, possuindo relação direta com engajamento cívico e a prática cidadã. Complementarmente, Wilson (2000) afirma que à medida que tendências de civilidade de uma pessoa são maiores, mais próxima ela estará do voluntariado.

Desse modo, é cabível enxergar o que foi exposto anteriormente sobre a perspectiva sociológica deste estudo, já que são pessoas que não se acomodam em apenas esperar ações do Estado, mas colocam-se como agentes para realizar determinadas atividades. Em suma, para a produção desta pesquisa acredita-se no conceito de voluntariado que se refere à ideia de cidadania, pressupondo que o voluntário será um cidadão consciente e ativo.

Neste sentido, Ferreira (2001) enxerga o voluntário como: “aquele que age espontaneamente; derivado da vontade própria; em que não há coação; espontâneo”. Tal definição sugere que o arbítrio de atuar, assim como a motivação (ou a falta dela), é algo inerente a essa atividade, sendo pertinente a compreensão acerca das motivações para entrada de voluntários em instituições.

A literatura aborda a motivação conforme dimensões unas ou múltiplas. Drucker (1999), ao discutir motivações, classifica fatores religiosos e cívicos como duas grandes influências. Wilson (2000) também aborda um modelo plano e afirma que, em nível individual, existem duas perspectivas para se voluntariar que variam conforme cada sujeito, uma possui caráter mais analítico e a segunda viés comportamental, atrelado aos objetivos específicos para se voluntariar. Salamon e Anheier, (1995) compartilham da ideia anterior, afirmando ainda que, apesar da quantidade de voluntários em todo o mundo crescer, esse processo tem se dado de modo heterogêneo.

Em aspecto multidimensional, um dos principais conceitos sobre motivação é a teoria da expectância de Vroom (1964). Segundo a qual o processo de motivação deve ser explicado em função dos objetivos e das escolhas de cada pessoa, assim como das suas expectativas em atingi-los. Vroom desenvolveu um modelo comparativo entre três variáveis: “valência, instrumentalidade e expectância”. Ele acreditava que o que motiva uma pessoa a agir em uma organização é a relação resultante entre: valência – quanto deseja uma recompensa em virtude do valor atribuído a ela; instrumentalidade – estimativa de que aquele desempenho será um meio para chegar à recompensa, ou seja, o retorno pelas ações executadas; e expectância – sua

estimativa de que o esforço empreendido resultará num desempenho bem-sucedido (Regis & Calado, 2001).

Já Batson (2002) classifica quatro motivações para o voluntariado, a saber: altruísmo; coletivismo; principialismo; e, por fim, egoísmo. No entanto, o autor afirma que essas motivações podem ser combinadas para que o voluntário não entre em conflito com seus próprios objetivos e até possa realizar seu trabalho mais adequadamente para a instituição em que atua, de modo que haja harmonia entre os interesses organizacionais e individuais.

Ainda nesse contexto, Fontoura (2003) defende que as mais frequentes motivações para o trabalho voluntário se referem à terapia, à ocupação de tempo, à retribuição de oportunidades recebidas, à interação, a conhecer e a ajudar pessoas, a fazer a diferença, a buscar satisfação pessoal ou mesmo em alguns casos sublimar a perda de entes queridos.

Salamon (1994) e Prates (1997) remontam sua pesquisa em aspectos históricos, conjecturando o voluntariado como tradição filantrópica advinda da antiguidade chinesa, trazendo-a como embrionária para as práticas voluntárias atuais, o que sugere a possibilidade desse tipo de atuação ser um fenômeno atemporal e essencialmente de raízes religiosas. Nesse sentido, Landim (2001) discute outro fator motivacional como sendo o principal em território brasileiro: a religião.

E foi justamente sob este contexto que o modelo teórico deste trabalho foi construído. Cavalcante (2012) validou cinco construtos (altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem, egoísta) para identificar motivações ao trabalho voluntário, por meio de voluntários da Pastoral da Criança.

Cavalcante (2012) teve como base no seu modelo três estudos distintos: Mostyn (1983), que delimitou cinco construtos para motivação no trabalho voluntário: altruísta, afetivo, amigável, ajustado e ajuizado; Souza, Medeiros e Fernandes (2006), que os adaptaram ao contexto nacional e escalonaram uma hierarquia de motivação para o voluntariado que, segundo eles, varia do nível mais alto para o mais baixo; e também Souza, Medeiros e Fernandes (2006), que inseriram outros momentos (expectativas na adesão, filiação e eventual desligamento) na pesquisa. O Quadro 1 apresenta os construtos e suas definições.

Quadro 1 – Modelo estrutural de motivação no trabalho voluntário de Cavalcante

CONSTRUTO ORIGINAL	CONSTRUTO ADAPTADO	REPRESENTAÇÃO DO CONSTRUTO
Altruísta	Altruísta	Retrata a percepção subjetiva de autossacrifício por parte do voluntário, existe questionamento em torno das condições gerais de vida de seres humanos. Nesse caso, há consciência social e caráter universalista.

Afetivo	Justiça social e igualdade	Reúne motivos relativos ao sentimento de auxílio a sujeitos e comunidades em situações de exceção, estando o voluntário interessado no resgate da cidadania. Busca construir cidadania e justiça social.
Amigável	Afiliação	Almeja a afiliação a um grupo por meio da atividade voluntária. Neste fator, ao refinamento do instrumento foi acrescida uma variável.
Ajustado	Aprendizado	Busca o autodesenvolvimento por meio de ações que estimulam o intelecto via voluntariado.
Ajuizado	Egoísta	Trata-se de um posicionamento centrado no Eu, na satisfação própria através do trabalho voluntário.

Fonte: Cavalcante (2012 e 2013b).

Cavalcante (2012) percebeu algumas lacunas nos modelos estudados, e assim enxergou um contexto potencial para pesquisa de viés quantitativo que pudesse correlacionar perfis de agentes estudados e suas motivações. Então, após uma série de testes de confiabilidade, conseguiu chegar ao instrumento de coleta de dados apresentado no momento seguinte desta investigação.

Posteriormente será exposta a metodologia aplicada a fim de responder o problema de pesquisa e satisfazer objetivos propostos.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Esse trabalho é parte de um projeto de investigação conduzido pelo GETS que analisou os dados coletados por Aquino (2015) e Lemos (2016). Esta pesquisa possui viés quantitativo pela necessidade coletar dados de maneira direta (primária) e objetiva (Sampieri et al., 2006). Para tanto, aplicaram-se questionários para prover estudo de caso exploratório, tendo em vista que o fenômeno não foi concebido, mas descoberto (Sampieri, et al., 2006; Saccol, 2009; Falconer, 2003).

Desta forma, utilizou-se a técnica do questionário (escala de Likert) a fim de verificar as perguntas mais pertinentes predefinidas pelos pesquisadores (BONI; Quaresma, 2012). Nesse sentido, o instrumento de estudo continha o objetivo da pesquisa, os construtos defendidos por Cavalcante (2012) e as doze indagações sobre aspectos sociodemográficos.

Seguidamente, investigaram-se voluntários atuantes há menos de um ano (entrada), que responderam formulário específico intitulado: “Por que eu entrei no ministério que atuo na Cidade Viva?”, possuindo como amostra 55 voluntários, enquanto na pesquisa análoga realizada em 2013, a amostra foi de 65, inquiridos por meio de formulário específico intitulado: “Por que eu entrei no ministério que atuo na Cidade Viva?”. Para tornar mais clara essas informações apresenta-se a Tabela 1:

Tabela 1 – Questionários coletados na pesquisa longitudinal.

Ano de coleta de dados	Voluntários com menos de um ano
2013	65
2015	55
Total	120

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ressalta-se que os dados de 2013 foram analisados por Aquino (2015) no primeiro semestre daquele ano e os de 2015 foram coletados por Lemos (2016) no segundo semestre do referido ano. Ambos os estudos tiveram alinhamento entre os objetivos, metodologia e resultados que dizem respeito à consolidação dos dados obtidos longitudinalmente no mesmo ambiente de pesquisa: a Fundação Cidade Viva. Assim, chega-se à amostra de 120 voluntários.

Neste contexto, coletou-se informações para análise das variáveis propostas pelo Modelo de Cavalcante (2012): valores altruístas, justiça social, afiliação, aprendizado e valores egoístas. Todavia, o maior quantitativo dessas respostas adveio da divulgação dos questionários em via digital – formulário do Google Docs – enviado por e-mail para os líderes dos ministérios e divulgado pelo coordenador de integração, voluntariado e conexões, que proveu trabalho de sensibilização junto às lideranças acerca da necessidade de incentivar os participantes dos ministérios a contribuir com a pesquisa.

Seguidamente, houve tabulação e categorização dos dados e então, procedeu-se a análise da estatística descritiva (média, desvio padrão, coeficiente de variância e porcentagem), a ANOVA (análise de variância) e o Teste T para amostras independentes, identificando eventuais diferenças entre grupos. Também foram realizadas correlações (bivariável) para checar à existência de relacionamento entre algumas variáveis.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão dos resultados da pesquisa, os voluntários foram analisados primordialmente conforme suas características sociodemográficas para posterior averiguação dos aspectos motivacionais almejados pelo objetivo da pesquisa.

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Em média, os voluntários da instituição possuem aproximadamente 34 anos, são casados (50%) e possuem formação superior completa (76%). Dos que possuem ensino superior completo, 23,6% são ativos no serviço público, a renda mensal dos respondentes é, em média, de R\$ 8.010,27 (vale salientar o alto desvio padrão, que é de R\$ 6.770,36).

Já aqueles com até um ano de trabalho na FCV, foco deste estudo, em maioria pertencem ao gênero feminino (56,4%). A maior presença de mulheres do que de homens é uma característica que parece ser comum em estudos similares ao que foi aqui desenvolvido. A predominância feminina encontrada na instituição estudada coincide com informações levantadas por Aquino (2015), Cavalcante (2012), Souza, Medeiros e Fernandes (2006) e Motter e Okabayashi (2005).

A maioria dos participantes da instituição não possuem familiares engajados atualmente ou que já fizeram trabalho voluntário (53,7%). Estatisticamente, 61,1%, além do trabalho desenvolvido na FCV, já realizaram trabalho voluntário de algum tipo em outra instituição. 88,9% deles possuem amigos que praticam voluntariado e dos respondentes, 85,5% são engajados apenas na FCV.

Comparativamente ao estudo de 2013, realizado na mesma organização em que se desenvolveu esse trabalho, os resultados obtidos estão em boa parte de encontro ao verificado, havendo distinção apenas em três quesitos: idade média, que em Aquino (2015) esteve por volta dos 37 anos; renda média familiar, que girou em ordem de R\$ 5.986,52; e no histórico familiar em relação ao voluntariado, que lá apresentou resultados negativos.

No entanto, sobre as duas primeiras informações, a julgar pelo alto desvio padrão de sua amostra, 11,78 anos para idade e R\$ 4.529,02 para renda, é razoável assumir que mesmo estes dados sejam proporcionalmente semelhantes em ambas as pesquisas.

Quanto à renda, a média de R\$ 8.010,27 provavelmente ocorreu em virtude de altos valores que acabaram por elevá-la. Esta sugestão é reforçada pelo alto desvio padrão, que foi de R\$ 6.770,36, o que sugere que, nesse aspecto, a amostra acessada na FCV se demonstra bastante heterogênea. Em linhas gerais, os valores encontrados aqui corroboram com análises dos dados de 2013. Ainda sobre estes valores monetários, de acordo com o IPEA (2012), no estado da Paraíba apenas 7,62% da população possui renda familiar per capita acima de dois salários mínimos. No caso da FCV, o alto valor monetário indica que apesar de não haver qualquer triagem monetária que impeça pessoas com baixa renda de atuar na instituição, elas são minoria neste grupo.

Seguindo sobre o delineamento demográfico da instituição, Cavalcante (2012), ao estudar o voluntariado na Pastoral da Criança, encontrou como perfil-padrão duas informações análogas às já supracitadas: mulheres jovens e casadas. Assim, é possível que se diga que pela semelhança de elementos característicos (instituição religiosa no nordeste brasileiro com foco no voluntariado), o perfil sociodemográfico comum e predominante é o voluntariado feminino, juvenil e casado.

Fontoura (2003) elenca razões para a prática voluntária que harmonizam com os resultados e observações encontradas pela pesquisa aqui apresentada, inclusive alguns pontos apontados pela autora são exatamente os mesmos encontrados nesta pesquisa e na realizada por Cavalcante (2013). Como a motivação de se voluntariarem como uma espécie de terapia, ocupação do tempo, retribuição de oportunidades recebidas, conhecer e ajudar pessoas.

4.2. MEDIDAS DESCRITIVAS DE MOTIVAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS COM ATÉ UM ANO DE INSTITUIÇÃO.

A Tabela 2 emparelha os dados da coleta de dados quanto às médias dos perfis, seus desvios padrões e coeficiente de variância entre os dados coletados em 2013 e aqueles recolhidos em 2015. Analisando os dados, é perceptível a proximidade estatística dos resultados, apesar de esta pesquisa contar com maiores variações quanto aos indicadores de dispersão.

Tabela 2 – Entrada: perfil das motivações, comparação entre as pesquisas de Aquino (2015) e Lemos (2016)

Perfil	Média pesquisa 2015	Média pesquisa de 2013	Desvio padrão pesquisa 2015	Desvio padrão pesquisa de 2013	C.V. (%) pesquisa 2015	C.V. (%) pesquisa de 2013
Altruísta	6,80	8,06	3,09	2,71	45,73	33,77
Justiça Social	6,22	7,14	3,08	2,88	50,01	40,62
Aprendizagem	5,91	6,30	3,06	3,15	52,45	50,43
Afiliação	5,34	5,90	2,94	3,26	55,19	55,41
Egoísta	2,06	3,38	1,72	3,10	85,20	97,28

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando a ordem decrescente encontrada nas médias – respectivamente do perfil altruísta, justiça social, aprendizagem, afiliação e egoísta –, mesmo com pequena diferença entre o perfil “aprendizagem”, que obteve maiores médias que a “afiliação”, é atestada aderência do objeto de estudo à teoria de base escolhida, o modelo de Cavalcante (2012).

Conforme dados da Tabela 2, nota-se que os perfis continuam com a mesma ordem de hierarquia nos perfis de motivação que levam os engajados na instituição. Ainda que em relação às médias, as que foram obtidas em 2015 são menores quando comparadas aos resultados encontrados da pesquisa de 2013.

Objetivando tornar mais minuciosas e compreensíveis as informações da tabela anterior, elas foram fracionadas em tabelas específicas para cada um dos tipos de perfis em análise. A começar pelo “Altruísta” que, segundo Cavalcante et al. (2011), diz respeito a eventos que demandam desprendimento a vantagens particulares em prol do benefício coletivo. Nesse quesito, os resultados moderados reforçados por altos desvios padrões e coeficientes de variância ainda mais elevados sugerem heterogeneidade na amostra.

Tabela 3 – Entrada: valores estatísticos do perfil altruísta

Perfil	Motivações	Média 2015	Média 2013	Desv. padrão 2015	Desv. padrão 2013	C.V. (%) 2015	C.V. (%) 2013
Altruísta	Ajudar os outros	7,09	8,37	3,21	2,65	45,27	31,65
	Mudar a vida das pessoas	6,07	7,74	3,10	2,73	51,08	35,27
	Levar esperança aos menos favorecidos	7,22	8,34	2,92	2,35	40,49	28,15
	Contribuir para que as pessoas tenham oport. de viver	6,56	8,12	3,09	2,71	47,16	33,33
	Fazer algo importante	7,06	7,74	3,15	3,13	44,68	40,48
	Média do grupo		6,80	8,06	3,09	2,71	45,73

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao perfil “Justiça Social”, as médias das questões estão um pouco acima do meio termo das respostas; entretanto é válido ressaltar que, ao apresentar coeficiente de variância de mais de 50% em quase todas as perguntas, é possível identificar inconstância nas respostas, o que, aliado ao alto desvio padrão, indica amostra consideravelmente heterogênea.

Partindo do pressuposto apontado pelo autor do modelo utilizado, de que este perfil discorre sobre identificação entre objetivos coletivos e o sentimento de que a organização tem se aproximado destes objetivos (Cavalcante, 2012), é possível acreditar que inconstâncias de respostas aconteçam em virtude de expectativas frustradas quanto à prática efetiva do voluntariado na FCV, já que os entrevistados estão em posição intermediária, com tempo razoável para ter conhecimento prático das atividades desenvolvidas na instituição, comparando o que esperavam antes de fazer parte dela e o que os fez permanecer.

Com base nestes pressupostos, e baseado na queda das médias, há indícios de que ao longo destes dois anos fatores internos podem ter alterado o sentimento existente entre aqueles que compõe a entidade a relativamente pouco tempo (menos de um ano). A análise das outras variáveis reforçam esta ideia conforme se demonstrará.

Tabela 4 – Entrada: valores estatísticos do perfil Justiça Social

Perfil	Motivações	Média atual	Média 2013	Desv. Padrão atual	Desv. Padrão 2013	C.V. (%) atual	C.V. (%) 2013
Justiça Social	Ajudar a comunidade em que vivo	7,04	7,38	2,97	3,13	42,31	42,43
	Reduzir injustiças sociais	6,09	6,48	3,24	3,08	53,18	47,62
	Melhorar a qualidade de vida da comunidade	5,69	7,05	3,06	2,75	53,89	38,96
	Colaborar na busca pelos direitos sociais da comunidade	5,48	6,77	3,04	2,73	54,98	40,35
	Média do grupo	6,22	7,14	3,08	2,88	50,01	40,62

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre “Aprendizagem”, analogamente aos perfis anteriores, foram encontrados altos coeficientes de variação e desvio padrão em paralelo à médias moderadas. Destaca-se a questão 1, que além da média superior ao ponto médio da escala do instrumento, teve coeficiente de variância acima dos 60%, ou seja, com altas variações relativa à média. Isso sugere a possibilidade de que os voluntários atuantes em até um ano na instituição não sentirem desenvolvimento ou aprendizado próprio e/ou alheio por meio de suas atividades, possivelmente pelo pouco tempo de instituição.

Tabela 5 – Entrada: valores estatísticos do perfil Aprendizagem

Perfil	Motivações	Média atual	Média 2013	Desv. padrão atual	Desv. padrão 2013	C.V. (%) atual	C.V. (%) 2013
Aprendizagem	Aprender a lidar com pessoas	4,80	5,38	2,92	2,99	60,85	55,49
	Aprender novos conhecimentos	6,44	7,02	3,14	3,06	48,92	43,63
	Buscar novos desafios	6,21	6,52	3,10	2,99	50,08	45,84
	Aprender algo	6,80	6,69	3,21	3,47	47,22	51,82
	Média do grupo	5,91	6,30	3,06	3,15	52,45	50,43

Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, o perfil “Afiliação” é responsável por mensurar a identificação e compartilhamento de metas e anseios conjuntos (Cavalcante, 2012) e pode servir também como indicador da aderência aos objetivos institucionais. Neste quesito, de modo geral, todas as médias das questões ficaram em torno do ponto médio da escala, o que, aliado aos altos coeficientes de variância e desvio-padrão, indica heterogeneidade de respondentes. No caso, os coeficientes de variação encontrados em 2015 foram sempre maiores que os achados pela pesquisa de 2013, conforme vemos na tabela a seguir.

Uma possível explicação para isto advém de Vasconcelos (2004), que aponta que as motivações de afiliação dentro da instituição perpassam por elementos essencialmente intrínsecos, logo, não é possível mensurar uma relação exatamente direta e lógica, consequentemente, não facilmente identificável.

Tabela 6 – Entrada: valores estatísticos do perfil Afiliação

Perfil	Motivações	Média 2015	Média 2013	Desv. padrão 2015	Desv. padrão 2013	C.V. (%) 2015	C.V. (%) 2013
Afiliação	Conhecer pessoas com os mesmos interesses	5,56	6,78	3,23	2,98	58,06	43,98
	Fazer parte de um grupo	5,40	6,22	3,03	3,32	56,19	53,41
	Fazer novos amigos	5,42	6,02	2,83	3,15	52,41	52,45
	Conviver socialmente	5,22	5,48	2,97	3,31	56,97	60,39
	Média do grupo	5,34	5,90	2,94	3,26	55,19	55,41

Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre o perfil motivacional impulsionado por características egoístas, a Tabela 7 apresenta as médias mais baixas, ao mesmo tempo que se demonstram também os maiores

coeficientes de variância entre os perfis. Apesar da indicada heterogeneidade entre os pesquisados sugerida pelo coeficiente de variância, as baixas médias sugerem que, em linhas gerais, motivações egoístas não são tão comuns nos voluntários da FCV, resultados indicam semelhanças entre os pesquisados nos dois momentos longitudinais.

Tabela 7 – Entrada: valores estatísticos do perfil Egoísta

Perfil	Motivações	Média 2015	Média 2013	Desv. padrão 2015	Desv. padrão 2013	C.V. (%) 2015	C.V. (%) 2013
Egoísta	Ser reconhecido	1,56	2,67	1,273	2,89	81,42	108,16
	Preencher tempo livre	1,41	2,50	1,267	2,90	90,07	116,02
	Sentir-me melhor como pessoa	3,65	5,40	2,757	3,47	75,43	64,32
	Aumentar autoestima	2,09	3,14	1,956	3,07	93,53	97,86
	Me sentir importante	1,60	3,19	1,369	3,19	85,56	100,05
	Média do grupo		2,06	3,38	1,72	3,10	85,20

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a explanação da estatística descritiva, averiguou-se a normalidade dos dados, atestada pelos testes de Kolmogorov-Smirnov. Em seguida, foram procedidos testes de correlações entre “idade X motivações”, “formação acadêmica X motivações”, e “renda X motivações”. Os resultados desses testes serão expostos no subtópico seguinte.

4.3. TESTES DE CORRELAÇÃO ENTRE “IDADE X MOTIVAÇÕES”, “FORMAÇÃO ACADÊMICA X MOTIVAÇÕES”, E “RENDA X MOTIVAÇÕES”.

Os dados de 2015 não encontraram correlação significativa entre motivações com idades, rendas ou mesmo o cruzamento dessas características. Já os de 2013, verificou-se que à medida que voluntários possuíam idade mais elevada, maior a percepção de que “fazem algo importante” (perfil altruísta), da “busca por novos conhecimentos” e de “interesse em novos desafios” (perfil aprendizagem).

Em 2015, quanto à formação acadêmica, apesar de não tão significante, uma correlação negativa e fraca foi encontrada no perfil egoísta – vide tabela 8. Isto sugere que quanto maior a

formação acadêmica do voluntário, menor a tendência em buscar atividades com o objetivo de preencher seu tempo livre. Na pesquisa de 2013 foi confirmada essa informação e acrescentou-se outra correlação, apontando que à medida que o nível de escolaridade aumenta também cresce a identificação do voluntário com características de perfil altruísta.

Tabela 8 – Entrada: Correlações entre Formação acadêmica x motivações.

Perfil Sociodemográfico		Motivação
Formação acadêmica		
Correlation	-,380	Preencher tempo livre (Ego – 02)
Sig. (2-tailed)	,005	

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise de variâncias simples (*one way*) para verificar diferenças entre grupos nas questões com várias assertivas foi realizada no SPSS Statistics 21.0® e não encontrou nenhuma diferença entre os grupos analisados. Já os testes T com amostras independentes – aplicados em variáveis para as quais apenas duas assertivas eram respostas possíveis – indicaram haver diferenças nas questões que abordam o gênero dos voluntários.

Conforme a Tabela 9 ilustra, há tendência de mulheres terem maior viés de motivação altruísta (especialmente nas perguntas quanto a ajudar pessoas e mudar a vida delas) e de aprendizagem (no quesito aprender algo). Além disso, mulheres também se destacaram estatisticamente por terem menores índices no quesito preencher tempo livre do perfil egoísta. Nessas abordagens, tais aspectos estão alinhados entre as duas coletas.

Stukas et al. (2016) também encontraram resultados que indicam que mulheres possuem motivações mais elevadas que homens, exceto em motivações sociais. Em complemento, Musick e Wilson (2008) sugerem que mulheres são muitas vezes socializadas para assumir mais responsabilidade pelos outros, adotando abordagem mais comunitária da vida, ao passo que homens podem ser mais propensos a adotar uma abordagem instrumental.

Tabela 9 – Comparação entre grupos nas variáveis de entrada – gênero X variáveis de motivação

Diferenças entre Gêneros X Motivações	
“Ajudar pessoas”	
Masculino = 6,38	Feminino = 7,67
“Mudar a vida das pessoas”	
Masculino = 5,42	Feminino = 6,58
“Aprender algo”	
Masculino = 6,29	Feminino = 7,19

“Preencher tempo livre”	
Masculino = 1,67	Feminino = 1,20

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise pelo histórico dos voluntários revelou diferenças entre a questão de familiares dos respondentes também serem voluntários e nas relacionadas aos pesquisados terem prestado esse tipo de serviço em outra instituição. O Teste T para amostras independentes revelou distinções em uma pergunta do perfil afiliação e outra do egoísta, sugerindo que a maioria dos respondentes que buscam conhecer pessoas de mesmos interesses não tem familiares com histórico de serviço voluntário, o contrário aconteceu para aqueles que buscam se sentir importantes – a tabela 10 demonstra essas afirmações.

Tabela 10 – Comparação entre grupos nas variáveis entrada – histórico familiar X variáveis de motivação

Entrada	
“Conhecer pessoas de mesmos interesses”	
“Algum outro familiar fez/faz trabalhos voluntários?” Sim = 5,52	“Algum outro familiar fez/faz trabalhos voluntários?” Não = 5,76
“Me sentir importante”	
“Algum outro familiar fez/faz trabalhos voluntários?” Sim = 1,84	“Algum outro familiar fez/faz trabalhos voluntários?” Não = 1,41

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à comparação entre grupos que são voluntários em outra instituição, os perfis altruísta e egoísta apresentaram distinções estatísticas, sendo que a maioria dos voluntários que buscam “ajudar pessoas” e “levar esperanças aos menos favorecidos” já prestaram esse serviço em outra instituição.

Por outro lado, aqueles que buscam ser reconhecidos e se sentir importantes nunca tiveram experiência anteriores ao voluntariado do que a que vivenciam na FCV. Destaque ainda para aqueles que buscam preencher seu tempo livre, que responderam positivamente a tal assertiva – vide tabela 11.

Tabela 11 – Comparação entre grupos nas variáveis de entrada – ser voluntário em outra instituição X variáveis de motivação.

Entrada	
“Ajudar pessoas”	
“É voluntário em outra instituição?” Sim = 9,14	“É voluntário em outra instituição?” Não = 6,79
“Levar esperança aos menos favorecidos”	
“É voluntário em outra instituição?”	“É voluntário em outra instituição?”

Sim = 9,38	Não = 6,85
“Ser reconhecido”	
“É voluntário em outra instituição?” Sim = 1,13	“É voluntário em outra instituição?” Não = 1,64
“Preencher tempo livre”	
“É voluntário em outra instituição?” Sim = 2,13	“É voluntário em outra instituição?” Não = 1,28
“Me sentir importante”	
“É voluntário em outra instituição?” Sim = 1,13	“É voluntário em outra instituição?” Não = 1,68

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As implicações dos resultados aqui encontrados para a FCV apontam que os voluntários com motivações mais altruístas tendem a atuar em outras instituições, o inverso para aqueles com motivações mais próximas do perfil egoísta – a exceção daqueles que almejam preencher tempo livre.

Em síntese, estatística e resultados fundamentados por este trabalho demonstram conclusões importantes para que a Fundação Cidade Viva possa trabalhar com coerência os objetivos organizacionais da instituição e as características pessoais do seu corpo de membros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou conhecer o que levou indivíduos a escolher uma determinada organização para ser voluntários. O que os levou a apaixonar-se por ela. Assim analisaram-se voluntários sob o prisma dos fatores motivacionais de entrada na Fundação Cidade Viva da cidade de João Pessoa (PB). Complementarmente, almejou-se traçar um perfil sócio-demográfico para pretensos voluntários e voluntários em atuação, com menos de um ano de instituição, especialmente quanto às motivações que os levaram à entrada na organização.

O perfil sócio-demográfico das amostras pesquisadas são semelhantes, especialmente quanto ao gênero, feminino, à formação acadêmica, com no mínimo educação superior, ainda que não concluída. Em uma avaliação geral sobre as motivações, é perceptível uma consistência e proximidade estatística dos resultados encontrados na coleta realizada nos dois momentos da pesquisa (2013 e 2015). Ficaram evidenciados o perfil altruísta como o que obteve as maiores médias, seguidas pelo perfil justiça social, aprendizagem, afiliação e com menor média entre os constructos, as características egoístas.

Houve ainda nos resultados, indícios de que quanto maior a formação acadêmica menor é a tendência em buscar a organização apenas para preenchimento do tempo livre. Outra constatação foi a de que voluntários com maiores índices nas motivações altruístas tendem a

atuar também em outras instituições, o inverso para aqueles com motivações mais próximas do perfil egoísta. Além de outras informações relevantes citadas e melhor detalhadas no ponto anterior dessa pesquisa, específico para resultados.

É admissível, portanto, quer que os resultados obtidos neste estudo, auxiliem no preenchimento da lacuna teórica existente até então sobre motivações voluntárias. Viés cívico, objetivos de aprendizado e identificação com a entidade emergiram como principais motivadores e podem portanto serem assumidas, considerando amostras semelhantes, como motivadores de indivíduos que recentemente realizam estas atividades. Em complemento, há indícios de que quanto maior a formação acadêmica menor é a tendência em buscar a organização apenas para preenchimento do tempo livre. Outra constatação foi a de que voluntários com maiores índices nas motivações altruístas tendem a atuar também em outras instituições, o inverso para aqueles com motivações mais próximas do perfil egoísta.

REFERÊNCIAS

- AGEU, J. D. (2015), *Motivações de permanência no trabalho voluntário: um estudo na fundação cidade viva João Pessoa-PB*. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- AQUINO, M. A. G.(2015), *Expectativas, adesão e desligamento no trabalho voluntário: estudos de motivos do voluntariado da fundação cidade viva, João Pessoa-PB*. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- BATSON, C. D. (2002), “Addressing the altruism question experimentally.” In: POST, S. G. et al. (Eds.). *Altruism and altruistic love: science, philosophy, and religion in dialogue*. New York: Oxford University Press. p. 89-105.
- BNDES. (2001), *Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. Relato Setorial nº 3 AS/GESET*.
- BONI, V.; QUARESMA, J. S. (2005), “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais.” *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. v. 2, nº1, Jan/Jul.
- CAVALCANTE, C. E. (2005), *Desenho do trabalho e comprometimento organizacional: um estudo em voluntários da cidade de Natal/RN*. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- _____. (2012), *Modelo estrutural de motivação no trabalho voluntário: expectativas e motivos de voluntários da Pastoral da Criança*. 202 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- _____.(2013), “Motivação no trabalho voluntário: delineamento de estudos no Brasil.” *Revista Estudos do CEPE* n. 38, p. 161-182.
- CAVALCANTE,C.E.; SOUZA, W. J. de; FERNANDES, L. T.; CORTEZ, C. L. B.(2013), ““Why am i a volunteer?”: building a quantitative scale.” *REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)*, Porto Alegre , v. 19, n. 3, p. 569-587.
- CAVALCANTE,C.E; MEDEIROS, C. A. F. (2007), “Desenho do trabalho voluntário e comprometimento organizacional: um estudo nas organizações não governamentais.” In: *Encontro De Gestão De Pessoas E Relações De Trabalho*, 1., Natal. Anais... Natal: Anpad.
- CNAAN, R.A.; CASCIO, T.A. (1998), “Performance and commitment: issues in management of volunteers in human service organizations”, *Journal of Social Service Research*, Vol. 24 Nos 3-4, pp. 1-37.
- CIDADE VIVA.(2015), *Conheça a Fundação*. Disponível em: <<http://cidadeviva.org/>>. Acesso em: 9 jun. 2015a.
- _____.(2015), *Godstock. João Pessoa: Cidade Viva*. Disponível em: <<https://goo.gl/Th1nHK>> Acesso em: 10 dez. 2015b.
- CUTHILL, M.; WARBURTON, J. (2005), “A conceptual framework for volunteer management in local government”, *Urban Policy and Research*, Vol. 23 No. 1, pp. 109-122.

DHEBAR, B.B.; STOKES, B. (2008), “A nonprofit manager’s guide to online volunteering”, *Nonprofit Management and Leadership*, Vol. 18 No. 4, pp. 497-506.

DIAS, R. A. M.; PALASSI, M. P. (2007), “Produção científica sobre o voluntariado: uma análise a partir dos artigos publicados nos principais eventos e revistas nacionais de administração.” In: *Anais da Conferência Regional de ISTR para América Latina e El Caribe*. Salvador – BA.

DRUCKER, P. F.(1999), *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Thomson Learning.

FALCONER, A. P. (2003), “Caminho das Pedras: As muitas causas do terceiro setor.” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u686.shtml>>. Acesso: 10 jun. 2015.

FISHER, H.E. (2004), *Why We Love: The Nature and Chemistry of Romantic Love*, Henry Holt and Company, New York.

FERNANDES, R. C.(1994), *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

FERREIRA, A. B. H. (2001), *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. Edi. Revista e Atualizada. Curitiba: Positivo.

FONTOURA, J. A. da. (2003), ““Voluntariar”: um ato de cidadania.” *Integração. Revista Eletrônica do Terceiro Setor*. Nº 26, Maio.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2012), *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

IPEA. (2012), *A Paraíba no contexto nacional, regional e interno*. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1186/1/TD_1726.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2015.

KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. (2006), *História geral e Brasil*. Ribeirão Preto: Atual.

LANDIM, L. (2001), “As pessoas: voluntariado, recursos humanos, liderança.” In: Seminário “Filantropía, Responsabilidad Social Y Ciudadanía”, 2001, Antigua Guatemala. Anais... Antigua Guatemala: Fundación W. K. Kellogg, CEDES, 2001.

LEMOS, S. L. L. (2016), *Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída: um estudo longitudinal no voluntariado da fundação Cidade viva*. João Pessoa-PB. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LENZA, P., GONÇALVES, C. R.(2012), *Direito Civil 1 - Parte Geral - Obrigações Contratos - Col. Esquemático – 2. Ed.* São Paulo.

MATTOS, P. L. C. L.; DINIZ, J. H. A L. (2002), “Organizações não-governamentais e gestão estratégica: desfiguração do seu caráter institucional original?” In: *Encontro Anual Da*

Associação Nacional Dos Programas De Pós-Graduação Em Administração, 26., Salvador, BA. Anais... Salvador: Anpad.

MOSTYN, B.(1983), The meaning of volunteer work: a qualitative investigation. In: HATCH, S. (org) Volunteers: patterns, meanings & motives. Hertz (Reino Unido): The Volunteer Centre.

MOTTER, D. G.; OKABAYASHI, R. Y.(2005), “O Voluntariado na Perspectiva de Gênero: Reflexões a partir de uma experiência com a Associação dos Voluntários do Hospital Universitário de Londrina.” *Serviço Social em Revista*, v.7, n.02, Jan/Jul.

MUSICK, M. A.; WILSON, J.(2008), Volunteers: A Social Profile. Indiana.

PILATI, R. HEES, M.A. G. (2011), “Evidências de validade de uma versão brasileira do Inventário de Funções do Voluntariado – IFV.” *Psico-USF*, v. 16, n. 3, p. 275-284, set./dez.

PITOMBO, T. C. D. T. ; PIZZINATTO, N. K. (2004) “Planejamento de Comunicação e Marketing no Terceiro Setor: Estudo de caso na entidade assistencial ABAMAC - Campinas.” In: *XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Porto Alegre. Anais..., Porto Alegre.

PRATES, M. C.(1997), “Terceiro setor: para que serve?” *Revista Conjuntura Econômica*, FGV/Ibre, jan.

REGIS, H. P.; CALADO, S. M. R. (2001), “A Motivação para Participar do Programa da Qualidade do CEFET-PB: um Exame com Base na Teoria da Expectância” In: *Encontro Da Anpad*, 2001, Campinas. Anais..., Campinas.

SACCOL, A. Z. (2009), “Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração.” *Rev. Adm. UFSM*, v. 2, n. 2, p. 250-269.

SALAMON, L. M. (1994), The Rise of the Nonprofit Sector. Foreign Affairs, July.

SALAMON, L.M., ANHEIER H.(1995), “The emerging sector, an overview.” The Johns Hopkins University, Institute for Policy Studies: Baltimore.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. (2006), Metodologia de Pesquisa 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill.

SANTOS, L. M. L. dos; OLIVEIRA, B. C. S. C. M. de; ROCHA, J. C. M. da. (2013), “O perfil do terceiro setor na cidade de Londrina: mapeando as organizações do terceiro setor.” *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 14, n. 1, p. 37-51, June. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122013000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2015.

SCHERER-WARREN, I. (2006), “Das Mobilizações às redes de Movimentos Sociais.” *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1 p, 109-130, jan./abr.

SOUZA, W. J.; MEDEIROS, J. P. de; FERNANDES, C. L. (2006), “Trabalho voluntário: elementos para uma tipologia.” In: *X Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador*.

Desenvolvimento e Gestão Social de Território. Salvador: NPGA. São Paulo: ANPAD, p. 1-16.

SOUZA, W. J. de. (2008), *Responsabilidade Social e Terceiro Setor*. 1. ed. Brasília: Universidade Aberta do Brasil (UAB).

STUKAS, A. A. et al. (2016), “Motivations to volunteer and their associations with volunteers’ well-being.” *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 45, n. 1, p. 112-132.

TAYLOR, T., DARCY, S., HOYE, R. CUSKELLY, G. (2006), “Using psychological contract theory to explore issues in effective volunteer management”, *European Sport Management Quarterly*, Vol. 6 No. 2, pp. 123-147.

TEODOSIO, A. S. S. (2002), “Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social.” In: *XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD*, Salvador. Anais.... Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD, p. 1-14.

VASCONCELOS, S. N. C. (2004), “Ordem DeMolay e Liderança: um novo conceito na perspectiva da afetividade e da identidade – paradigmas e paradoxos.”. Disponível em <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/TL0194.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2015.

VROOM, V. H. (1964), *Work and motivation*. New York: Wiley.

WILSON, J. (2000), “Volunteering.” *Annual Review of Sociology*, 26, pp 215-240.

ZAVALA, Rodrigo. (2007), *GIFE: Pelo impacto no investimento social*. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/artigo-ibge-calcula-participacao-economica-do-terceiro-setor-11939.asp>> Acesso em: 31 mai. 2015.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E FINALIDADES

*Luiz Cláudio Ribeiro Machado*⁴⁴

*Carla Regina Pasa Gómez*⁴⁵

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir as aproximações teóricas entre construtos na adoção de uma perspectiva empreendedora com foco em inovação social. Há um posicionamento comum entre pesquisadores de que quando se descreve o empreendedorismo social (ES) e a inovação social (IS) muitos consideram estes termos sinônimos (HULGÅRD, FERRARINI, 2010), entretanto neste artigo, eles serão tratados como aspectos distintos de uma ação maior para um bem comum. Os procedimentos metodológicos seguiram para uma revisão sistemática qualitativa utilizando a análise de conteúdo para extrair temas dos textos que tratam tanto de inovação social como empreendedorismo social. Dentre os aspectos que encontramos como maiores aproximações entre ES e IS são em suma que: a) A IS precisa de um meio social para se concretizar, assim como a ES; b) Alguns tipos de ES podem gerar IS; c) O surgimento de ES e IS independem de setores específicos; d) ES e IS trazem mudanças nas práticas sociais; e e) Tipos de ES e IS podem conviver conjuntamente em um ambiente de rede. Concluiu-se que com a inovação social sendo também causada pelo empreendedorismo algumas implicações podem ser observadas quando se trata da gestão social (TENÓRIO, 2008), principalmente no que concerne a participação social nas mudanças mais sistêmicas. Recomenda-se que nos estudos de ES e IS estejam manifestadas em seus textos quais são os paradigmas que estão sendo alicerçados, assim como posições filosóficas ou alegações do conhecimento de forma que seja possível o delineamento de um caminho epistemológico mais claro.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social. Inovação Social. Aproximações Teóricas.

⁴⁴ Doutorando, Universidade Federal de Pernambuco, luizclaudio23@gmail.com.

⁴⁵ Doutora, Universidade Federal de Pernambuco, carlapasagomes@gmail.com.

ENTREPRENEURSHIP AND SOCIAL INNOVATION: A STUDY OF THEORETICAL APPROACHES AND PURPOSES.

Abstract

The objective of this work is to discuss the theoretical approaches between constructs in the adoption of an entrepreneurial perspective with focus on social innovation. There is a common position among researchers that when describing social entrepreneurship (ES) and social innovation (IS) many consider these terms synonyms (HULGÅRD, FERRARINI, 2010), however in this article, they will be treated as distinct aspects of an action greater for a common good. The methodological procedures followed for a systematic qualitative review using content analysis to extract themes from the texts dealing with both social innovation and social entrepreneurship. Among the aspects that we find as the closest approximations between ES and IS are, in short, that: a) IS needs a social environment to materialize, as well as ES; b) Some types of ES can generate IS; c) The emergence of ES and IS are independent of specific sectors; d) ES and IS bring changes in social practices; and e) Types of ES and IS can coexist together in a network environment. It was concluded that with social innovation being also caused by entrepreneurship some implications can be observed when it comes to social management (TENÓRIO, 2008), mainly in what concerns the social participation in the more systemic changes. It is recommended that the ES and IS studies be expressed in their writings on the paradigms being grounded, as well as the philosophical forms or the claims of knowledge in a way that it is possible to delineate a clearer epistemological path.

Keywords: em Língua Inglesa, entre três e cinco palavras-chave, separadas por ponto-e-vírgula.

1 INTRODUÇÃO

No contexto que se inserem os problemas que afetam a sociedade, estes podem se manifestar a partir de diversos eventos, que passam por desastres naturais, problemas de saúde pública, atentados terroristas, conflitos armados, regimes ditatoriais, muitos destes vistos na década de 2000 quando também surgem de maneira mais constante os estudos sobre ES e IS.

Entretanto, a partir da década de 2010, mesmo com os avanços tecnológicos, ainda há muito o que ser feito no campo social. Estas soluções podem vir de diversas iniciativas e dentre estas estão as provenientes da sociedade civil, dos governos e empresas que podem utilizar-se de modelos de ES ou da difusão de práticas de IS.

Não se fala de ES e IS apenas como fenômenos locais, mas como fenômenos globais que necessitam de ações locais imediatas às quais podem até ser replicadas em escala mundial. Entende-se que o surgimento de estudos, aplicações de termos, de práticas e ações envolvendo ES e IS, emergem de uma demanda crescente por respostas aos problemas sociais que de tempos em tempos vem sendo cada vez mais discutidos em razão de crises. Nestes últimos 20 anos muitos acontecimentos têm despertado questionamentos sobre a forma como a sociedade vem administrando suas tempestividades. Nesse instante, é preciso que se tenha uma ideia mais precisa do que realmente ES e IS podem contribuir nas mudanças sociais.

Todavia, acredita-se que até o momento muitos pesquisadores não tenham ainda definido muito bem os limites do entendimento do que é Empreendedorismo Social (ES) e Inovação Social (IS) ou até mesmo extrapolado estes limites. Por vezes, o que se percebe é que em alguns trabalhos temos a confusão entre os termos, às vezes considerados como a mesma prática. O que se encontra na literatura ainda é uma diversidade muito grande de indicações de trabalhos empíricos, mas com poucas definições e classificações.

O objetivo deste trabalho é discutir as aproximações teóricas entre construtos na adoção de uma perspectiva empreendedora com foco em inovação social. Há um posicionamento comum entre pesquisadores de que quando se descreve o empreendedorismo social (ES) e a inovação social (IS) muitos consideram estes termos sinônimos (HULGÅRD, FERRARINI, 2010), entretanto neste artigo, eles serão tratados como aspectos distintos de uma ação maior para um bem comum.

Em dos argumentos deste trabalho está a ideia de que o empreendedorismo pode ser o meio pelo qual a inovação social pode surgir. Mas essa não é a única combinação possível, visto que as inovações sociais podem surgir sem o empreendedorismo e em outros setores (MURRAY, CAULIER-GRICE, MULGAN, 2010).

Considerando que as inovações sociais surjam com o empreendedorismo o que se questiona é: De que forma o ES faz surgir a IS? Todavia, há a possibilidade de uma mão-dupla nesta discussão em que a questão seria: De que forma a IS contribui para o ES? Alinhando-se estas questões se tem um questionamento central que é: Quais as aproximações teóricas entre ES e IS e a que se destinam, qual a finalidade de ambos? O questionamento central tem como pressuposto a ideia de que ES e IS convergem em seus entendimentos e em seus fins.

Então, a razão para a realização da pesquisa é que torna-se um problema para a construção do conhecimento, a infinidade de aplicações que se utilizam para as práticas de ES e IS que em certas circunstâncias podem estar equivocadas ou até mesmo sendo confundidas com outros termos já utilizados ou que simplesmente já foram discutidos e construídos em outras bases. Há de certa forma uma sensação de fragmentação dos estudos que impedem que haja uma consolidação das pesquisas.

Por fim, buscando reduzir a confusão teórica entre os termos, será feito aqui um esforço para a elucidação das convergências entre estas práticas. De maneira análoga, quando se trata da área de negócios convencionais é visto que a origem do termo empreendedorismo é distinta da origem do termo inovação na visão econômica, entretanto, ambos têm aproximações que permitem a combinação de empreendedorismo e inovação de uma forma bastante sinérgica.

A importância da realização deste trabalho está justamente na contribuição que este pode trazer para que hajam esclarecimentos na aplicação prática dos termos, assim como na criação de uma epistemologia coerente com as escolas que têm surgido, com as bases teóricas que têm sido utilizadas e com as categorias em que estas devem estar inseridas para facilitar o ensino e pesquisa nestes campos de estudo.

Para o alcance dos objetivos o trabalho traz primeiro a discussão do construto Empreendedorismo Social, depois o construto Inovação Social na primeira seção. Na seção seguinte são vistas as finalidades que são direcionadas a ambos os termos e aquilo que é comum entre os mesmos. Para sintetizar os achados a partir da revisão de literatura são construídos quadros que relacionam as pesquisas entre ES X IS.

2 OS CONSTRUTOS ES/IS E SUAS DIVERSIDADES

2.1 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Empreendedorismo social pode ser entendido como uma nova forma organizacional (BJÄRSHOLM, 2017), como práticas de soluções empresariais aplicadas a problemas sociais

(GERMAK, ROBINSON, 2014), como um campo emergente e modelo de serviço transformador através de lentes teóricas de inovação (MUHAMAD, ADHAM, 2013).

As implicações da visão do empreendedorismo social pelas concepções vistas anteriormente é que estas novas formas organizacionais têm um desafio gerencial muito grande, pois pretendem de certa forma conciliar perspectivas distintas de administração observadas em outros setores como na Gestão Empresarial e na Gestão de Organizações do Terceiro Setor. ES precisa combinar múltiplas lógicas institucionais, questões sociais não permitidas para empresas viáveis, dependência de demanda do consumidor e desvantagens competitivas quanto aos negócios convencionais (ROUNDY; BONNAL, 2017).

Mas, também o ES pode ser compreendido como um processo de classificar problemas sociais para estabelecer um conjunto de soluções e um fator importante para inovação contínua (MULYANINGSIH, YUDOKO, RUDITO, 2016), como resultados da motivação e contexto dos empreendedores (NEWTH, WOODS, 2014) e também como uma inovação social (WITKAMP, RAVEN, ROYAKKERS, 2011).

Dessa maneira o empreendedorismo social apesar de muitas vezes se iniciar de uma ideia individual do empreendedor, só atinge os objetivos de satisfação de necessidades humanas, caso seja executado de maneira coletiva. Isso envolve também considerar modelos distintos de construção de ES e adequar cada estrutura a um tipo de necessidade, sem buscar um modelo único para a solução de todos os problemas sociais. Em alguns casos, por exemplo, em um regime de welfare state conservador, o intraempreendedorismo é mais indicado do que o ES (RUDDAT; SCHÖNAUER, 2014) em razão do caráter topdown que a natureza das decisões geralmente são tomadas.

O ES visto com inovação social significa que o mesmo cria a mudança social, mas de outro modo o ES pode ser visto apenas como uma parte do processo de inovação social (RAJA; ZULAZLI; ZAINUDIN, 2017). Este processo de IS pode estar em empresas sociais com um maior tempo de atuação como também em startups das quais em alguns casos possuem um modelo específico de IS para o seu tipo organizacional.

As definições de empreendedorismo social passam também por tipologias aos quais ele tende a ser mais facilmente discutido. Como por exemplo, o que se tem nas empresas sociais das quais são vistas por Barraket e Furneaux (2012) como organizações que podem gerar inovação social. Além destas empresas sociais também existem outras formas de empreendedorismo social como cooperativas, fundações e empresas híbridas, das quais podem estar separadas geograficamente ou em conjunto com em um ambiente semelhante a um parque empresarial (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

Além do ambiente de mercado, no que se refere a outras instituições é visto que as universidades têm demonstrado um interesse muito grande em difundir práticas e teorias sobre o empreendedorismo social seja por meio do desenvolvimento de habilidades, do envolvimento interpessoal, utilizando por vezes de uma abordagem única entre alunos, especialistas e professores (COOPER; GREENE, 2016) e em diferentes plataformas.

Grande parte do interesse no ES tem sido visto em razão de suas benéficas e da sua sintonia com sinais mercadológicos. Já se percebe os empreendedores sociais como uma nova categoria de ator de mercado, apesar de certa dependência do intercâmbio voluntário, mas na maioria das vezes realizando a promoção da dignidade, a autossuficiência de beneficiários e a capacidade de explorar gastos do consumidor (ROUNDY; BONNAL, 2017).

2.2 INOVAÇÃO SOCIAL

Martinelli et al. (2003) atribui a inovação social a um processo coletivo para necessidades humanas. Relacionado a isso, a IS é enxergada como um processo de aprendizado coletivo interativo de baixo para cima (RAO-NICHOLSON, VORLEY, KHAN, 2017) na direção que é chamada também de bottom-up e além disso trata-se de um termo tido como socialmente construído dentro de um contexto institucional (TURKER, ALTUNTAS-VURAL, 2017) o que reforça a perspectiva de coletividade.

Considera-se IS como um campo de ambiguidade conceitual, diversidade de definições e configurações de pesquisa (VAN DER HAVE, RUBALCABA, 2016) além também de ser um campo de pesquisa novo (PĂUNESCU, 2014). Dessa forma, a inovação social, assim como o empreendedorismo social também tem várias compreensões.

A IS em determinadas situações pode ser considerada uma organização híbrida, assim como o Empreendedorismo Social, a Responsabilidade Social Empresarial, a Empresa social, as Organizações Não-lucrativas e os Negócios Sociais (JÄGER; SCHRÖER, 2014). Esse hibridismo significa que há uma integração sistemática entre sociedade civil e mercados que por vezes pode modificar a identidade organizacional, criando por exemplo, sociedades civis e NOPS marketizadas no que se pode ser chamada de “solidariedade funcional”(JÄGER; SCHRÖER, 2014).

Por outro lado, os tipos de organizações mencionadas não são as únicas formas de promoção da IS. A inovação social então pode ser fruto do empreendedorismo social, mas também do intraempreendedorismo social de Assistentes Sociais. Assistentes Sociais podem na sua ação em organizações humanitárias, em razão de desafios crescentes realizar inovações

sociais para buscar mudanças de maior impacto (NANDAN; LONDON; BENT-GOODLEY, 2015).

Dentre estas mudanças e quebra de paradigmas temos a IS como um desafio ao mainstream dominante de empreendedorismo (SHAW, DE BRUIN, 2013) visto que propõe um foco maior no impacto social do que do econômico. Nesse sentido, a IS é vista como prática de ES (ALEXANDRE-LECLAIR, 2017). E esse entendimento leva a desdobrar a IS como um produto das expectativas financeiras, sociais, culturais e políticas dos stakeholders do empreendedorismo social (NEWTH, WOODS, 2014) e como base para empresas sociais cumprirem sua missão (MULYANINGSIH, YUDOKO, RUDITO, 2014).

Quando se fala de expectativas, seguindo a perspectiva de Cajaiba-Santana (2014) a inovação social pode ser considerada como imaterial, pois seus resultados se manifestam por meio de mudanças de atitudes, comportamentos e práticas sociais, por exemplo. Assim, há dificuldades de mensuração ao longo do tempo de ações desta natureza, mas estas podem ser analisadas dentro de sua complexidade de acordo com os objetivos e a missão que se esperam alcançar. E também podem ser observadas em várias dimensões da sociedade.

Em relação a estas dimensões, pode se observar a presença de alguns estratos. Franz, Hochgerner e Howaldt (2012) compreendem que a inovação social, pode se concentrar tanto no estrato social, como no societal e até mesmo de forma sistêmica. Nesse sentido, tem-se 3 níveis em que isto pode ocorrer, sendo o nível social algo mais básico e de demanda urgente, estando no nível societal as inovações que o aspecto econômico é mais presente e o impacto na sociedade é mais amplo e, por fim, no nível sistêmico as mudanças são mais profundas e implicam mudanças em políticas, valores e estruturas.

Nesse sentido, a IS permeia as camadas de ordem social, das instituições sociais e econômicas, da estrutura social e das características socioculturais seja na forma de investimento corporativo para mudança social, de investimento em pessoas e melhoria de gestão de pessoal ou liderança (SMUTCHAK; SYTNYK; OSTAPENKO, 2015).

3 FINALIDADES ATRELADAS AOS CONSTRUTOS ES/IS

3.1 PROPOSIÇÕES PARA O ES

O Empreendedorismo Social (ES) como visto, pode ser descrito e entendido de várias formas. Mas além disso, na literatura verifica-se que há também uma variedade de fins a que este termo tem sido vinculado. ES é associado a exploração de problemas sociais complexos,

mas necessita de consistência entre elementos individuais, organizacionais e contextuais (PERRINI; VURRO; COSTANZO, 2010).

Dessa forma a escolha do tipo de ES é algo que deve considerar como base, além de outros aspectos, como o impacto esperado de suas ações. Isto porque quanto mais inovador o ES mais impacto este pode gerar, ou seja, a estratégia de inovação serve ao ES para maior obtenção de valor social (WEERAWARDENA; MORT, 2012). Essa criação de valor pelo ES é importante para a economia (MÉNDEZ-PICAZO ; RIBEIRO-SORIANO; GALINDO-MARTÍN, 2015).

Além disso, em razão das características dos empreendimentos sociais, estes podem tanto gerar mudança para os negócios quanto para o combate a vulnerabilidade de comunidades (ZEBRYTE; JORQUERA, 2017). De certo modo, sempre há uma variedade de organizações que gostariam do fim dos problemas sociais e que lutam por isso, uns contando com a contribuição de outros por meio de caridade e voluntariado para cumprir sua missão social e outros ofertando produtos e serviços aos quais têm seus ganhos revertidos para a missão social.

Percebe-se então que no ES há sempre visível um conflito entre a cultura da caridade e da solução de problemas sociais (DEES, 2012). Quando as organizações sociais por meio do ES conseguem cumprir sua missão, por vezes estes conseguem de certo modo promover o bem-estar (GROHS; SCHNEIDERS; HEINZE, 2015).

3.2 PROPOSIÇÕES PARA A IS

A Inovação Social (IS) quando é construída com engajamento cria interesses de mudança, mas além desse interesse ela cria a própria mudança social, principalmente por que desperta preocupações com valores não econômicos (ZAINUDIN; RAJA; ZULAZLI, 2017). Dessa forma, a IS pode provocar transformações em variados níveis de problemas sociais, até mesmo abordar problemas sociais já enraizados (TRACEY; STOTT, 2017).

Para estes tipos de problemas a IS em projetos filantrópicos (MACLEAN; HARVEY; GORDON, 2013) tenta trazer abordagens inovadoras na forma de atuação de organizações que porventura necessitem de uma ação diferenciada para a busca de soluções de problemas sociais que anteriormente não conseguiam ser resolvidos por abordagens mais convencionais. Nesse sentido, é que a IS também envolve experimentação de ideias (ZAINUDIN; RAJA; ZULAZLI, 2017), pois o processo de inovação necessita de criatividade, além da utilização de diferentes tipos de espaços, sejam eles físicos ou virtuais, mas que influenciam a forma como se difundem as ideias (MACLEAN; HARVEY; GORDON, 2013).

Além disso, na IS dentre suas finalidades também estão aquelas que desencadeiam a melhoria do bem-estar (DAWSON; DANIEL, 2010), contribui para as cidades (SENENT-BAILACH; REY-MARTÍ, 2017) em diversos aspectos que podem incluir a inclusão social, como o exemplo no *Impact Sourcing* que nada mais é do que a terceirização de indivíduos marginalizados, aos quais em muitas ocasiões não tem oportunidades de emprego (SANDEEP; RAVISHANKAR, 2015). Por outro lado, o que se percebe é que a IS pode ser integrada a estratégia de crescimento (SABATO; VANHERCKE; VERSCHRAEGEN, 2017) e trazer benefícios diretos às organizações que as constroem.

Por fim, as inovações sociais são construídas em diversas dimensões e em unidades distintas. Estas podem vir principalmente a partir de comunidades (TOIVONEN, 2016), podem ser promovidas por atores estabelecidos (GROHS; SCHNEIDERS; HEINZE, 2015), por empresas (SENENT-BAILACH; REY-MARTÍ, 2017) e também pode ser promovida por meio do conhecimento produzido por empreendimentos sociais (GODÓI-DE-SOUSA; JÚNIOR, 2013).

3.3 INTERFACES VERIFICADAS NA COMBINAÇÃO ES/IS

Após algumas leituras é possível enxergar a ligação entre IS e ES que pode ter seu foco no papel do empreendedor, nas redes, nos sistemas, nas instituições ou em parcerias intersetoriais. Dessa forma, percebe-se também que com tantos atores, agentes e demais estruturas é percebida uma abordagem de sistemas de inovação que envolve tanto ES quanto IS (PHILLIPS et al, 2015) tornando-as parte de um objetivo maior.

Verificando tanto as finalidades de ES como IS, percebe-se que em muitos pontos há convergências entre tais práticas. Além disso, alguns estudos mostram que esta junção é sinérgica e possui resultados mais impactantes. Nesse sentido, pode-se observar que, por exemplo, Comunidades de Inovação Social (CIS) são tidas como um apoio significativo para empreendimentos sociais em estágios iniciais (TOIVONEN, 2016). Nessa configuração, a IS contribui para o ES.

Em outro sentido, o ES pode promover IS quando empreendedores sociais estão focados na produção de conhecimento, que de certa forma, teria como finalidade o desenvolvimento intelectual (GODÓI-DE-SOUSA; JÚNIOR, 2013). Quando a IS também é integrada como estratégia de crescimento de um país, estado ou território, o ES tem sido visto como uma fase desse processo dentro da referida estratégia (SABATO; VANHERCKE; VERSCHRAEGEN, 2017).

Em algumas situações o empreendedorismo social, o intraempreendedorismo social e o extraempreendedorismo social são tidos como tipos de inovações sociais (TRACEY; STOTT, 2017). Além disso, a na maioria das vezes a IS é vista como um processo que exige a ação de atores com um posicionamento consolidado dentro de um campo organizacional já estabelecido e desse modo novos atores não a desenvolvem de maneira primordial, essa visão compreende uma IS que emerge pelo intraempreendedorismo (GROHS; SCHNEIDERS; HEINZE, 2015).

Um aspecto interesse das conexões entre ES e IS é que ambos podem se utilizar de experimentação (ZAINUDIN; RAJA; ZULAZLI, 2017). Há casos em que os empreendedores sociais não confiam somente na teoria e entendem por bem tentar novas abordagens para problemas comuns e antigos, aos quais as soluções anteriormente apresentadas não surtiram o efeito desejado.

Ao analisar as contribuições aos estudos de ES, percebe-se ainda que existem impedimentos ao seu avanço teórico, estes impedimentos estão relacionados aos limites que muitos estudos impõem para o tema e que deveriam ser avaliados aonde a teoria deve ser agregada ou desagregada, já que existem tópicos que promovem a pesquisa (MUELLER et al 2015) e outros que podem confundir a trilha epistemológica que deve ser percorrida. Principalmente, porque muitos não declaram suas alegações do conhecimento ou posicionamentos filosóficos.

Dessa maneira, esses limites precisam ser avaliados quando se percebe que há convergências como visto entre ES e IS como a implícita orientação normativa do ES e dos processos de IS (MUELLER et al 2015).

OSC chinesas vêm adotando abordagens empreendedoras e inovadoras para melhorar a capacidade de cumprir a missão social (YU, 2016). Tais organizações não lucrativas podem se transformar em socialmente empreendedoras participando de forma mais inovadora que as convencionais, apesar da inovação de organizações não lucrativas socialmente empreendedoras não deixar de possuir desafios organizacionais e contextuais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos seguiram para uma revisão sistemática qualitativa com enfoque meta-analítico (MARIANO; CRUZ; GAITÁN, 2011) utilizando a análise de conteúdo para extrair temas dos textos que tratam tanto de inovação social como empreendedorismo social. Nesse sentido, o trabalho traz a partir dos seus resultados, a análise

de dados obtidos por temas frequentes, mas também relevantes no intuito de trazer exemplos da literatura de formas de empreendedorismo social que geraram inovação social.

4.1 DELINEAMENTO

Nos últimos 20 anos, milhares de artigos científicos trataram de ES ou IS trazendo um universo de trabalhos que seria difícil para uma análise mais dinâmica da história entre as convergências destes construtos, contudo quando se busca a junção das discussões destes termos ao mesmo tempo em um trabalho científico esse universo é reduzido e a eficiência da busca por pontos em comuns se torna mais focada. Dessa forma, foi feito uma pesquisa com os termos “*social entrepreneurship*” e “*social innovation*” acrescentando-se o conector “*and*” e limitando sua frequência principal nos títulos e palavras-chave.

Além disso, para consolidar mais rapidamente todas as coletas, foi escolhida uma das bases de dados mais indicadas para revisões sistemáticas, neste caso a Scopus, onde a exportação dos dados em conjunto foi feita para proceder a revisão. A maioria dos artigos foi escrita em língua inglesa, com exceção de 2 artigos em russo, 2 em francês e 5 em língua espanhola.

4.2 MODELO TEÓRICO-CONCEITUAL E PRESSUPOSTOS

Empreendedorismo Social (ES) e Inovação Social (IS) são construtos que possuem aproximações teóricas as quais podem ser identificadas a partir da revisão de literatura em seus casos teóricos empíricos ao longo do tempo. Pressupõe-se que o do lado social as aproximações estejam ligadas ao objetivo principal de cada prática e do lado do empreendedorismo e inovação suas ligações estejam relacionadas a forma diferenciada das ações em relação aos padrões estabelecidos e às tradições. As relações entre os construtos podem partir de ambos os sentidos, seguindo tanto do ES para IS quanto o contrário, vide representação.

Quadro 1 - Relação bilateral de ES e IS

Empreendedorismo Social (ES) <=====> Inovação Social (IS)	
Empreendedorismo x Inovação	Social
Quebra de paradigma	Impacto na Sociedade

Fonte: Elaborador pelos autores (2018).

4.3 TRATAMENTO DOS DADOS E ANÁLISES

Os dados secundários obtidos da literatura de ES e IS foram tratados agregando 100 artigos extraídos na base de dados Scopus a partir da seleção de campos como: autor (es), título, ano de publicação, fonte, número de citações, instituição afiliada, palavras-chave e linguagem original do texto. A partir disso, os artigos foram classificados segundo sua aderência para união entre os construtos ES e IS, sendo segmentados em 4 categorias de artigos: aderência total, aderência alta, aderência mediana e baixa aderência.

Num primeiro momento foram selecionados apenas os artigos de total e alta aderência somando 47 artigos, entretanto foi realizada uma segunda avaliação que extraiu dos artigos de aderência mediana mais 4 trabalhos que estavam mais próximos da alta aderência. Assim, ao final ficaram 51% dos trabalhos selecionados na base de dados.

O fim do processo metodológico contou com a Análise de conteúdo (BARDIN, 2011) que foi realizada de maneira categorial de modo que puderam ser construídos 2 quadros resumindo contribuições para as aproximações entre os construtos e as finalidades observadas entre ES e IS. Em razão da natureza dos dados em cada etapa, para o Quadro 1 de aproximações foi realizado 1 nível de codificação e para o Quadro 2 de finalidades foram realizados 2 níveis de codificação.

5 RESULTADOS E ANÁLISES

A partir da revisão sistemática qualitativa da literatura entre ES e IS foi possível construir 2 quadros resumindo contribuições para as aproximações entre os construtos e as finalidades observadas entre os mesmos. No Quadro 1 pode ser vista aproximação entre o entendimento sobre ES e IS e por vezes o resultado dessa aproximação em conjunto de ES x IS.

Quadro 1 - Aproximações teóricas encontradas na literatura

APROXIMAÇÕES ENTRE OS CONTRUTOS			
Empreendedorismo Social (ES)	Inovação Social (IS)	Ambos (ES x IS)	Cód.
Campo de pesquisa	Campo de pesquisa	Campos de pesquisa	C01
Resultados de motivação de empreendedores	Produto de expectativa dos stakeholders	Produtos ou resultados esperados por determinado grupo social	C02
Soluções empresarias para problemas sociais	Base para empresas sociais cumprirem sua missão	Base para soluções de problemas sociais	C03

Processo de classificação de problemas sociais para busca de soluções	Processo de aprendizado coletivo interativo de baixo para cima (<i>bottom up</i>);	Processos	C04
Modelo de serviço transformador-inovador	Termo socialmente construído dentro de um (CI) contexto institucional;	Termos socialmente construídos dentro de um CI	C05
Novo modelo de negócios	Tipo de ação empresarial inovadora	Componentes de uma sistema de inovação	C06
Nova categoria de atores de mercado	Fator de sucesso de determinadas empresas	Integração sistemática entre sociedade civil e mercados	C07
Fase da IS, Processo de IS, Tipo de IS, Inovação Social	Prática de ES	ES e IS como desafio ao mainstream dominante de empreendedorismo;	C08
Um modelo não tão fácil de transferir	Pode surgir de regime de bem-estar conservador sem ES;	Orientação normativa implícita	C09
Interesse de educação nas Universidades	Investimento corporativo em pessoas	Presentes na educação online;	C10
Forma organizacional; Combinação de múltiplas lógicas institucionais	Iniciativa para startups	Redução, mas não eliminação de desafios organizacionais	C11
Negócio com desvantagem competitividade em relação aos convencionais	Não busca vantagem competitiva	Melhoria da capacidade de OSCs	C12

Fonte: Elaborado pelos autores (2018) com base na revisão sistemática.

Aproximações entre ES e IS ocorrem porque ambos são considerados campos de pesquisa (C01) e portanto em um mesmo patamar de relevância para discutir soluções sociais. Dessa forma muitos dos seus produtos ou resultados (C02) são esperados por determinado grupo social independente se são ações de uma ou de outra prática. No entanto, tal tratamento também traz impressões que possam ser a mesma coisa.

ES e IS tem na sua base de discussão as soluções de problemas sociais (C03) e para isso se utilizam mais de processos (C04) do que produtos. Dessa forma, o gerenciamento do processo, a forma como tudo é feito em grande parte é tão importante quanto o resultado. Diferente, muitas vezes em relação aos negócios convencionais em que muitos consumidores não se importam de como é feito tal produto ou os processos que estão na retaguarda dos serviços.

ES e IS em razão das suas práticas de missão social e a valorização da participação de todos os interessados em ambas as atividades tendem a ser termos socialmente construídos dentro de um contexto institucional (05), ou seja, além de um processo coletivo envolvendo o fortalecimento da ação social, existe uma legitimação que lhe é dada no contexto em que se insere.

A configuração tanto de ES e IS e sua relevância tanto para sociedade quanto para a economia permitem que possam ser considerados como componentes de um sistema de

inovação (C06), seja local, regional ou nacional, dependendo do seu alcance, das áreas e tipo de produto ou serviço que está sendo ofertado. De maneira geral essa configuração sustentável é chamada de ecossistema.

Ambos, ES e IS tem em seu escopo uma busca equilibrada para a integração sistemática entre sociedade civil e mercados (C07) de maneira que harmonicamente estes entes possam contribuir para o atingimento da missão, trazendo o melhor que cada processo pode obter para o alcance da eficiência, eficácia e efetividade das práticas sociais.

O *mainstream* dominante de empreendedorismo (C08) é tido como as práticas de empreendedorismo convencionais que partem dos pilares das ações de agentes econômicos e que tem como principalmente objetivo o ganho econômico. Entretanto, organizações híbridas que se utilizam tanto de ES como de IS são um desafio para romper a lógica dominante.

Apesar de já ter sido mencionado que os termos ES e IS são em grande parte fruto de uma construção social, as características de processo em que se inserem, muitas vezes indicam certa orientação normativa implícita (C09), principalmente em casos em que há uma necessidade posterior de difusão das práticas de empreendedorismo e inovação sociais.

A presença de ES e IS na educação traz consigo a indicação de que as práticas que são socialmente construídas devem fazer parte da transformação da sociedade em seus aspectos mais relevantes e dessa forma sua introdução nas universidades propõe também um novo currículo para a formação profissional seja nas abordagens práticas presenciais ou online (C10).

Apesar dos discurso às vezes heroico que envolve empreendedores e inovadores sociais, mas não há uma eliminação definitiva de desafios organizacionais, mas há sim uma redução(C11) da qual se percebe através da união de perspectivas distintas em prol da conciliação destas para melhor atender a sociedade.

Por fim, o que foi visto que em relação a modelos anteriores de organização para fins sociais, foi uma melhoria da capacidade, seja de Organizações da Sociedade Civil ou Organizações não lucrativas, etc, (C12) para atender os seus propósitos trazendo para estas um rol de ferramentas que auxiliam e contribuem para um melhor gerenciamento das organizações de maneira que possam ter opções para decisão e implementação de novas ideias.

Já o Quadro 2 sintetiza finalidades de ES e IS, mas também mostrando o foco de cada finalidade apresentada dentro de 4 grandes dimensões: Comunidade, Economia, Sociedade e Organizações. Estas dimensões representam o foco que cada fim de ES e IS puderam ser agrupados.

Quadro 2 - Rol de Finalidades e Contribuições advindas da literatura de ES e IS

FINALIDADES/CONTRIBUIÇÕES		
Foco	Empreendedorismo Social (ES)	Inovação Social (IS)
Quanto à comunidade	Provocar mudança em comunidades vulneráveis	Comunidades de Inovação Social (CIS)
Quanto à economia	Melhoria do clima econômico	Mudança social e preocupação com valores não econômicos
	Promoção da dignidade e autossuficiência dos beneficiários	Contribuição para as cidades
Quanto à sociedade	Explorar problemas sociais complexos	Abordar problemas sociais enraizados
	Promover bem-estar	Melhoria do bem-estar
	Promover IS por meio da produção de conhecimento	Explicar mudanças sociais
	Criação de valor social	Criação de impacto significativo por um ecossistema interativo
Quanto às organizações	Alternativa à cultura de caridade	Estratégia para projetos filantrópicos
	Obtenção de maior impacto social	Obtenção de impacto social significativamente maior
	Ser viável com foco no social	Inovações como <i>Impact Sourcing</i> (Inclusão)
	Mudança nos negócios	Integrar a estratégia de crescimento

Fonte: Elaborado pelos autores (2018) com base na revisão sistemática.

A partir do quadro anterior se verificou que há uma considerável quantidade de pontos de convergência nas aproximações teóricas entre ES e IS e também entre suas finalidades (Quadro 2) no que concerne o aspecto geral em que estas estão incluídas. Estes pontos puderam ser categorizados em 4 grupos: comunidade, economia, sociedade e organizações.

Quanto à comunidade, a finalidade do ES é a mudança da realidade destes coletivos e a consequência destes atos podem ser as mais diversas possíveis, entretanto se houver uma coesão significativa tanto de conhecimento, práticas e comportamentos dos indivíduos que compõe a comunidade e até mesmo de colabores externos, temos que esta poderá se tornar uma Comunidade de Inovação Social (CIS).

Já em relação à economia, em termos de finalidade, ambos tem implicações neste aspecto, mas com uma atuação mais econômica do ES e uma ação mais social e a valorização de aspectos não econômicos pelo IS. Nesse sentido, os destaques vão para: promoção da dignidade e autossuficiência dos beneficiários a partir de ações empreendedoras e a contribuição para as cidades quando se geram inovações sociais.

Quanto à sociedade, o ES contribui para exploração de problemas sociais complexos, para a promoção de bem-estar e para a criação de valor social, assim como a IS promove a melhoria do bem-estar e foca na abordagem de problemas sociais, principalmente aqueles mais enraizados. Em geral a IS traz a criação de impacto significativo por um ecossistema interativo

e busca de várias formas explicar mudanças sociais. Além disso, a IS pode ser promovida pelo ES por meio da produção de conhecimento.

Em relação às organizações quando se trata de ES este surge como uma alternativa à cultura de caridade para a obtenção de maior impacto social, buscando ser mais viável, mas mantendo o foco no social e na mudança nos negócios. De uma forma similar a IS surge como uma alternativa de estratégia para projetos filantrópicos ou para integrar a estratégia de crescimento de outros tipos de projetos, trazendo possibilidades para obtenção de impacto social significativamente maior e focando em inovações inclusivas como o *Impact Sourcing*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreendedorismo Social e Inovação Social ambos são considerados campos de pesquisa em razão da relevância que tem seus estudos, por tal razão é preciso verificar de quais bases tais campos podem ser inseridos para que tenham uma mesma linha de trabalho ou agenda. Por serem resultados esperados por determinados grupos sociais é relevante que se insiram estudos sobre expectativas de beneficiários ou clientes de maneira que a gestão do relacionamento com o público seja um fator crítico de sucesso.

Práticas de ES e IS nos tempos modernos se tornaram em muitos casos a base para soluções de problemas sociais e como sua abordagem é voltada para processos na maioria das vezes isto exige que tenham uma orientação normativa implícita (C09). A construção social que se percebe quando se falam destes termos dentro de cada contexto institucional traz a sensação de que há uma forte necessidade de uma base sociológica que explique suas práticas.

Em razão da integração sistemática entre sociedade civil e mercados promovidas por práticas socialmente empreendedoras estas tornam-se importantes componentes de um sistema de inovação. Este sistema necessita de uma presença forte das instituições de ensino, principalmente as de ensino superior que promovem também pesquisa e extensão já que ES e IS tem sido vistos muito presentes na educação (C10).

ES e IS são um desafio às tendências de ações empreendedoras voltadas para fins exclusivamente econômicos, visto que nem sempre são tidos como alternativas viáveis economicamente (C08). Por outro lado, como a economia possui três setores, quando se beneficia um destes há grandes chances de se ter impactos nos outros. Assim sendo, verificam-se em casos empíricos os benefícios de melhoria da capacidade de OSCs e e uma redução em alguns desafios organizacionais (C11).

Dentre os aspectos que encontramos como maiores aproximações entre ES e IS são em suma que: a) A IS precisa de um meio social para se concretizar, assim como a ES (C05) pois são construídos socialmente e institucionalmente; b) Alguns tipos de ES podem gerar IS (C12) em razão da melhoria que trouxeram para capacidade OSCs em muitos casos; c) O surgimento de ES e IS independem de setores específicos (C07) já que se tratam de uma integração entre sociedade civil e mercados; d) ES e IS trazem mudanças nas práticas sociais (C03) pois perseguem soluções de problemas sociais; e) Tipos de ES e IS podem conviver conjuntamente em um ambiente de rede (C06) por serem consideradas componentes de um sistema de inovação.

Ao serem retratadas as finalidades de ES e IS e a aderência entre elas, algumas descobertas podem ser vistas:

1) As práticas de ES e IS em razão do seu foco social levam a crer que suas contribuições são apenas sociais, mas o que percebe é que elas expandem a outros níveis além da comunidade. Vê-se então, contribuições diretas para a economia e sociedade tanto local quanto global dependendo do tipo de alcance que tenha tido;

2) As formas como ES e IS buscam maior eficiência e sustentabilidade de suas ações, além de outros aspectos característicos destas práticas trazem às organizações contribuições que podem ser aproveitadas por outros tipos de empreendimentos e projetos com foco mais lucrativo.

Foi verificado que as aproximações teóricas de ambos construtos tem sentidos bilaterais e estas associações partem tanto do ES para o IS como também do IS para o ES. Concluiu-se que com a inovação social sendo também causada pelo empreendedorismo algumas implicações podem ser observadas quando se trata da gestão social (TENÓRIO, 2008), principalmente no que concerne a participação social nas mudanças mais sistêmicas.

Recomenda-se que nos estudos de ES e IS estejam manifestadas em seus textos quais são os paradigmas que estão sendo alicerçados, assim como posições filosóficas ou alegações do conhecimento de forma que seja possível o delineamento de um caminho epistemológico mais claro.

A partir das descobertas de muitos estudos realizados tanto de ES quanto de IS que sejam realizadas também investigações que envolvam medidas de avaliação, escalas e outros protocolos que facilitem a propagação ou a replicação de pesquisas para diversas áreas geográficas do país visando mapear iniciativas que tiveram sucesso e que possam ser adaptadas para contextos similares.

Nesse sentido as perspectivas de avanço da pesquisa são para a construção de classificações dos tipos de investigações, de padrões de estudos que permitam posteriormente serem realizados estudos comparativos, meta-análises e estudos confirmatórias a partir da construção de teorias entre outras teses a serem confirmadas sobre as práticas de empreendedorismo que geram inovação e que ao mesmo tempo trazem ganhos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE-LECLAIR, Laurice. Social entrepreneurship and social innovation as a tool of women social inclusion and sustainable heritage preservation: the case of the Sougha Establishment in UAE. **International Journal of Entrepreneurship and Small Business**, v. 31, n. 3, p. 345-362, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.
- BARRAKET, Jo; FURNEAUX, Craig. **Social innovation and social enterprise**: evidence from Australia. In: Challenge Social Innovation. Springer Berlin Heidelberg, 2012. p. 215-237.
- BJÄRSHOLM, Daniel. Sport and social entrepreneurship: A review of a concept in progress. **Journal of Sport Management**, v. 31, n. 2, p. 191-206, 2017.
- CAJAIBA-SANTANA, Giovany. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42-51, 2014.
- COOPER, Cindy; GREENE, Jacen. Making Social Innovation and Social Entrepreneurship Education More Accessible and Relevant. 2016.
- DAWSON, Patrick; DANIEL, Lisa. Understanding social innovation: a provisional framework. **International Journal of Technology Management**, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2010.
- DEES, J. Gregory. A tale of two cultures: Charity, problem solving, and the future of social entrepreneurship. **Journal of business ethics**, v. 111, n. 3, p. 321-334, 2012.
- FRANZ, Hans-Werner; HOCHGERNER, Josef; HOWALDT, Jürgen (Ed.). **Challenge social innovation**: potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society. Springer Science & Business Media, 2012.
- GERMAK, Andrew J.; ROBINSON, Jeffrey A. Exploring the motivation of nascent social entrepreneurs. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 5, n. 1, p. 5-21, 2014.
- GODÓI-DE-SOUSA, Edileusa; JÚNIOR, Valdir Machado Valadão. Social Enterprises in Brazil: Socially Produced Knowledge Versus Social Innovation. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 8, p. 166-176, 2013.
- GROHS, Stephan; SCHNEIDERS, Katrin; HEINZE, Rolf G. Social entrepreneurship versus intrapreneurship in the German social welfare state: A study of old-age care and youth welfare services. **Nonprofit and voluntary sector quarterly**, v. 44, n. 1, p. 163-180, 2015.
- HULGÅRD, Lars; FERRARINI, Adriane Vieira. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública?. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 3, p. 256-263, 2010.
- JÄGER, Urs P.; SCHRÖER, Andreas. Integrated organizational identity: A definition of hybrid organizations and a research agenda. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 25, n. 5, p. 1281-1306, 2014.

MACLEAN, Mairi; HARVEY, Charles; GORDON, Jillian. Social innovation, social entrepreneurship and the practice of contemporary entrepreneurial philanthropy. **International Small Business Journal**, v. 31, n. 7, p. 747-763, 2013.

MARIANO, Ari Melo; CRUZ, Rosario García; GAITÁN, Jorge Arenas. Meta análises como instrumento de pesquisa: Uma revisão sistemática da bibliografia aplicada ao estudo das alianças estratégicas internacionais. In: **Congresso Internacional de Administração-Inovação Colaborativa e Competitividade**. 2011.

MARTINELLI, Flava et al. Social Innovation, Governance, and Community Building (SINGOCOM). Report April, 2003.

MÉNDEZ-PICAZO, María-Teresa; RIBEIRO-SORIANO, Domingo; GALINDO-MARTÍN, Miguel-Á. ngel. Drivers of social entrepreneurship. **European Journal of International Management**, v. 9, n. 6, p. 766-779, 2015.

MUELLER, Susan et al. What's Holding Back Social Entrepreneurship? Removing the Impediments to Theoretical Advancement. **Journal of social entrepreneurship**, v. 6, n. 3, p. 245-256, 2015.

MUHAMAD, Nur Sa'adah; ADHAM, Khairul Akmaliah. Social entrepreneurship as transformative service for societal well-being. **Jurnal Pengurusan (UKM Journal of Management)**, v. 39, 2013.

MULYANINGSIH, Hendrati Dwi; YUDOKO, Gatot; RUDITO, Bambang. Knowledge-Based Social Innovation Process in Social Enterprise: A Conceptual Framework. **Advanced Science Letters**, v. 22, n. 5-6, p. 1393-1397, 2016.

MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. **The open book of social innovation**. London: National endowment for science, technology and the art, 2010.

NANDAN, Monica; LONDON, Manuel; BENT-GOODLEY, Tricia. Social workers as social change agents: Social innovation, social intrapreneurship, and social entrepreneurship. **Human Service Organizations: Management, Leadership & Governance**, v. 39, n. 1, p. 38-56, 2015.

NEWTH, Jamie; WOODS, Christine. Resistance to social entrepreneurship: How context shapes innovation. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 5, n. 2, p. 192-213, 2014.

PĂUNESCU, Carmen. Current trends in social innovation research: social capital, corporate social responsibility, impact measurement. **Management & Marketing**, v. 9, n. 2, p. 105, 2014.

PERRINI, Francesco; VURRO, Clodia; COSTANZO, Laura A. A process-based view of social entrepreneurship: From opportunity identification to scaling-up social change in the case of San Patrignano. **Entrepreneurship and Regional Development**, v. 22, n. 6, p. 515-534, 2010.

RAJA SUZANA, R. K.; ZULAZLI, H.; ZAINUDIN, A. Social Innovation and its Influence on Youth Start-ups: The Marginalised Communities in Malaysia. **Pertanika Journal of Social Sciences & Humanities**, v. 25, 2017.

RAO-NICHOLSON, Rekha; VORLEY, Tim; KHAN, Zaheer. Social innovation in emerging economies: A national systems of innovation based approach. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 121, p. 228-237, 2017.

ROUNDY, Philip T.; BONNAL, Michaël. The Singularity of Social Entrepreneurship: Untangling its Uniqueness and Market Function. **The Journal of Entrepreneurship**, v. 26, n. 2, p. 137-162, 2017.

RUDDAT, Claudia; SCHÖNAUER, Anna-Lena. New players on crowded playing fields: the institutional embeddedness of social innovation in Germany. **Social Policy and Society**, v. 13, n. 3, p. 445-456, 2014.

SABATO, Sebastiano; VANHERCKE, Bart; VERSCHRAEGEN, Gert. Connecting entrepreneurship with policy experimentation? The EU framework for social innovation. Innovation: **The European Journal of Social Science Research**, v. 30, n. 2, p. 147-167, 2017.

SANDEEP, M. S.; RAVISHANKAR, M. N. Social innovations in outsourcing: An empirical investigation of impact sourcing companies in India. **The Journal of Strategic Information Systems**, v. 24, n. 4, p. 270-288, 2015.

SEMENT-BAILACH, Carolina; REY-MARTÍ, Andrea. Creating Entrepreneurship through Social Innovation: The Case of I-Box Create. **Contemporary Economics**, v. 11, n. 4, 2017.

SMUTCHAK Z., SYTNYK O., OSTAPENKO O. Activation of social innovations as a premise for development of human resources. **Economic Annals-XXI**, 2015.

TENÓRIO, F.G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS). In: SILVA JR, Jeová Torres (Org.) et al. **Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção**. Juazeiro do Norte, 2008.

TRACEY, Paul; STOTT, Neil. Social innovation: a window on alternative ways of organizing and innovating. **Innovation**, v. 19, n. 1, p. 51-60, 2017.

TOIVONEN, Tuukka. What is the social innovation community? Conceptualizing an emergent collaborative organization. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 7, n. 1, p. 49-73, 2016.

TURKER, Duygu; VURAL, Ceren Altuntas. Embedding social innovation process into the institutional context: Voids or supports. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 119, p. 98-113, 2017.

VAN DER HAVE, Robert P.; RUBALCABA, Luis. Social innovation research: An emerging area of innovation studies?. **Research Policy**, v. 45, n. 9, p. 1923-1935, 2016.

WEERAWARDENA, Jay; MORT, Gillian Sullivan. Competitive strategy in socially entrepreneurial nonprofit organizations: Innovation and differentiation. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 31, n. 1, p. 91-101, 2012.

WITKAMP, Marten J.; ROYAKKERS, Lamber MM; RAVEN, Rob PJM. From cowboys to diplomats: Challenges for social entrepreneurship in the Netherlands. **Voluntas: international journal of voluntary and nonprofit organizations**, v. 22, n. 2, p. 283-310, 2011.

YU, Xiaomin. Social Entrepreneurship in China's Non-profit Sector. **China Perspectives**, n. 3, p. 53, 2016.

ZAINUDIN, A.; RAJA SUZANA, R. K.; ZULAZLI, H. Modelling Social Innovation for Young Entrepreneurs Living in the Marginalised Communities in Malaysia. **Pertanika Journal of Social Sciences & Humanities**, v. 25, 2017.

ZEBRYTE, Ieva; JORQUERA, Hector. Chilean tourism sector “B Corporations”: evidence of social entrepreneurship and innovation. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 23, n. 6, p. 866-879, 2017.

ZULAZLI, H. et al. The Impact of Social Innovation on an Enterprise Success: Item Validation. **Pertanika Journal of Social Sciences & Humanities**, v. 25, 2017.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA BOA GOVERNANÇA NO TBC: UM ESTUDO DE CASO NA FCG

Ítalo Anderson dos Santos Araújo⁴⁶

Carla Regina Pasa Gómez⁴⁷

Resumo

O objetivo desse trabalho foi analisar os impactos da boa Governança no TBC. Tendo como direcionamentos teóricos o Modelo de Análise da Governança do Turismo de Base Comunitária (MAG do TBC) desenvolvido por Albuquerque (2016) e os impactos da boa governança apresentados por Seyle e King (2014). A metodologia da pesquisa foi de caráter exploratório e descritivo, possuindo uma abordagem qualitativa. Sendo operacionalizada em um estudo de caso único, realizado na Fundação Casa Grande: Memorial homem do Kariri (FCC), uma organização não governamental voltada a desenvolver o protagonismo infanto-juvenil, pautando-se nos aspectos cultural e filantrópico. Organização essa que possui destaque nacional e internacional. A FCC dentre as atividades realizadas, possui o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitário, enfoque dado a esse estudo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, acompanhada de observação, registrada em diário de campo, e pesquisa documental. Os dados coletados foram trabalhados por meio da análise de conteúdo. Com esse estudo foi possível descrever a governança adotada, assim como verificar a existência dos elementos associados as suas ações. Sendo possível dizer que a governança do TBC operacionalizada na FCG gera impactos positivos, associados ao desenvolvimento de sustentabilidade, proteção aos direitos humanos, obtenção de consentimento mútuo nas tomadas de decisões e geração de especialização.

Palavras-chave: Impactos. Eficácia. Transparência. Sustentabilidade. Direitos Humanos.

⁴⁶ Mestre em Administração pela UFPE, IFMA, ítalo.anderson88@ifma.edu.br.

⁴⁷ Doutora em Engenharia da Produção pela UFSC, UFPE, carlapasagomez@gmail.com

ANALYSIS OF THE IMPACTS OF GOOD GOVERNANCE IN CBT: A CASE STUDY IN FCG

Abstract

The objective of this paper was to analyze the impacts of good governance in CBT. Based on theoretical approaches, the Community-Based Tourism Governance Analysis Model (CBT's GA) developed by Albuquerque (2016) and the impacts of good governance presented by Seyle and King (2014). The research methodology was exploratory and descriptive, with a qualitative approach. It was implemented in a single case study, accomplished out at the Fundação Casa Grande: memorial Homem Kariri (FCC), a non-governmental organization focused on children and youth protagonism, based on cultural and philanthropic aspects. This organization has national and international prominence. The FCG, among the executed activities, has the development of Community Based Tourism, the focus given to this study. The data collection was done through a semistructured interview, followed by observation, recorded in a field diary, and documental research. The collected data were worked through the content analysis. With this study it was possible to describe the adopted governance, and also to verify the existence of the elements associated with their actions. It has been possible to say that the governance of CBT operationalized in at FCG generates positive impacts, associated with the development of sustainability, protection of human rights, mutual consent attainment in decision making and generation of specialization.

Keywords: Impacts. Efficiency. Transparency. Sustainability. Human Differences.

1 INTRODUÇÃO

Diante das novas configurações organizacionais que vem despontando no contexto nacional, busca-se no campo das ciências organizacionais entendê-las, com o intuito de melhor descrever suas características e elementos básicos, para que seja possível auxiliar no desenvolvimento dos Estudos Organizacionais (EO). Isso se faz por meio da aplicação das teorias, modelos e ferramentas já existentes a esse novo contexto, assim como a sua adaptação e por vezes a descrição de novas ferramentas para a obtenção do sucesso organizacional das organizações estudadas.

Baseando-se nessa concepção, e estando alinhado aos estudos da Gestão Social, este trabalho visa estudar o Turismo de Base comunitária (TBC), buscando descrever como uma organização caracterizada como tal consegue obter a efetividade.

Na definição do Ministério do turismo - MTUR (2013), o TBC configura-se como um modelo alternativo do turismo, possuindo como elementos a autogestão, a valorização da cultura local, e o desenvolvimento do protagonismo das comunidades locais, tendo como foco a apropriação dos benefícios advindos das atividades turísticas a essa comunidade. Tendo como princípios básicos a participação e o protagonismo dos membros da comunidade (Albuquerque, 2016).

O caso selecionado para foi a Fundação Casa Grande: Memorial do Homem Kariri, situada no sertão do Cariri, cidade de Nova Olinda – CE, que pouco mais de 20 anos. Uma organização não governamental voltada a desenvolver o protagonismo infanto-juvenil na região, pautando-se nos aspectos cultural e filantrópico. Por meio do seu crescimento e desenvolvimento, a fundação vem ganhando destaque nacional e internacional, com a realização de parcerias com o MTUR, o Unicef e a UNESCO

Diante do apresentado buscam-se entender como são desenvolvidos os mecanismos para atender seu funcionamento e os resultados associadas às práticas da FCG.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As experiências de TBC possuem o perfil de governança, que é caracterizada como o processo de gerenciamento das relações sociais humanas, podendo ser estabelecida formal ou informalmente, composta de orientações e regras para o seu comportamento e de sua estruturação, sendo as relações humanas sistemas complexos, necessitando de mecanismos que possibilitem a obtenção dos objetivos estabelecidos (SEYLE, KING, 2014).

A base teórica utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa foi o trabalho de Albuquerque (2016), que desenvolveu o MAG do TBC, que visa analisar as organizações caracterizadas como TBC, por meio do estudos de três dimensões de sua estruturação (Eficácia; transparência e Participação). Esse estudo utilizará parcialmente tal modelo, por meio da aplicação das suas orientações para a descrição e análise da eficácia e da transparência.

A opção pela descrição e análise apenas da eficácia e da transparência, se dá por estarem diretamente associados ao processo de obtenção de resultados e divulgação dos mesmo. Sendo o foco dado ao trabalho.

Após a análise da obtenção dos objetivos, assim como os mecanismos desenvolvidos para tal, o estudo se estendeu a entender quais foram os impactos obtidos com as ações organizações realizadas. Para tanto utilizou-se os estudos de Seyle e King (2015), acerca dos impactos da boa governança, tratados pelos autores como sendo de quatro tipos: proteção aos direitos humanos; consentimento mútuo; sustentabilidade e especialização.

2.1 ANÁLISE DA EFICÁCIA NO TBC

A análise da eficácia na governança do TBC é desenvolvida, segundo Albuquerque (2016), por três elementos básicos, sendo eles: tipos e funções das parcerias (papel das parcerias para consolidação das relações entre os *stakeholders*), gestão dos processos (organização estrutural relacionada às atividades de gestão da experiência) e resiliência (capacidade de lidar com a mudança e desafios).

A construção do elemento constituinte tipos e funções de parcerias baseia-se na descrição desenvolvida por Svensson *et. al.* (2005), das parcerias estabelecidas no contexto de governança em destinos turísticos. Sendo essas parcerias estratégicas, institucionais e por projeto.

A consolidação das parcerias estratégicas é responsável por identificar e captar parcerias chaves, formulando ligações para a criação de ambientes favoráveis para o desenvolvimento do turismo.

A consolidação das parcerias institucionais tende a promover ambientes propícios à cooperação institucional, ao passo que há a interação para a resolução de problemas, constituição e manutenção delas, além de fazer surgir novas parcerias, demandando maior autonomia e dispêndio de recursos financeiros.

A consolidação de parcerias de projetos é entendida como de importância significativa, ao passo que o nascimento de maior parte das iniciativas de TBC são resultados da intervenção

e configuração de parcerias por projetos, com universidades, ONG's, dentre outros agentes de desenvolvimento.

O segundo elemento de análise da eficácia é a gestão de processos (TOLKACH, KING E PEARLMAN, 2013), voltada à análise de arranjos institucionais e produtivos, que se caracterizam por uma multiplicidade de atores envolvidos (ALBUQUERQUE, 2016).

Sendo analisado por meio do reconhecimento do planejamento estratégico, entendido como o resultado de uma definição clara e ampla do que vem a ser sucesso naquela organização, sendo ela entendida pelos atores envolvidos, e responsáveis pela sua obtenção.

A verificação do planejamento estratégico, para a descrição da gestão de processo, é apresentada pela análise das metodologias de elaboração e implementação do planejamento estratégico, pois a visão estratégica é um elemento essencial da eficácia da governança.

A Resiliência é o terceiro e último elemento constituinte da eficácia da governança, utiliza como critérios de análise as medidas de criação e compartilhamento de conhecimentos, o desenvolvimento dos atores envolvidos e a sensibilização voltada ao pertencimento e responsabilidade deles.

Esses elementos estão relacionados com o entendimento, experimentação e adaptação ao contexto em que a organização está inserida, sendo fundamental para sua eficácia. Verificados por meio da análise das iniciativas de criação e compartilhamento de experiências; desenvolvimento dos participantes envolvidos no TBC; sensibilização para a consciência da noção de pertencimento e responsabilidade (ALBUQUERQUE, 2016).2.1.2A transparência da governança

A transparência é citada sistematicamente como um aspecto da governança, tendo como papel garantir o envolvimento dos atores que dela fazem parte, com o estabelecimento da mecanização e disseminação das informações, de forma clara, precisa e no tempo adequado, possibilitando a construção participativa das tomadas de decisões (SEYLE; KING, 2014). Ela vai além da obrigação de apresentar informações seguindo parâmetros legais, mas deve estar preocupada em disponibilizar informações que de fato atendam aos interesses dos atores envolvidos (IBGC, 2014).

A operacionalização de análise da transparência, MAG do TBC, é proposta estabelecendo dois elementos: (1) comunicação e (2) prestação de contas (ALBUQUERQUE, 2016).

A comunicação está relacionada aos processos, às pessoas, às mensagens e aos significados, sendo um elemento relacionado aos aspectos interpessoais, organizacionais e sociais (MARCHIORI, 2011). Sua análise se dá pela verificação dos mecanismos de

comunicação adotados, assim como a qualidade e o tipo de informações disponíveis aos participantes do TBC (ALBUQUERQUE, 2016).

A prestação de contas representa o elemento da transparência responsável por demonstrar o quantitativo e as fontes dos recursos captados, sua alocação e ações tomadas (IBGC, 2014). Diante dessa necessidade de demonstrar tais elementos, a análise de prestação de contas, é composta de três critérios de verificação: mecanismos de prestação de contas; ações corretivas; respeito às decisões tomadas (ALBUQUERQUE, 2016).

2.2 IMPACTOS DA BOA GOVERNANÇA

Os autores Seyle e King (2014), apresentam os impactos de uma boa governança, representados em quatro dimensões básicas, onde a boa governança propicia como resultados a proteção aos direitos humanos, consentimento mútuo, sustentabilidade e geração de especialização.

2.2.1 Proteção dos direitos humanos

Os direitos humanos surgem e vão se desenvolvendo ao longo da história da sociedade, baseando-se na perspectiva de que os seres humanos possuem direitos e liberdades fundamentais. Sendo o mesmo resultado de uma longa história de discussões acerca do tema, que ainda não possui um consenso único. Mesmo não havendo um consenso acerca de todos os elementos que compõem os direitos humanos, identifica-se que a sua realização passa pelo menos pela obtenção de três elementos: segurança física, liberdade e subsistência (BUCHANAN; KEOHANE, 2006).


Outro aspecto em voga, é referente à mensuração da obtenção de resultados por parte das Organizações da Sociedade Civil – OSC, direcionadas aos direitos humanos. Há historicamente uma resistência por parte dessas organizações quanto à mensuração dos seus impactos, isso se deriva de não haver um consenso do significado desse processo, seus possíveis benefícios, e como sistematizá-lo, especificamente para esse grupo organizacional (RAINE, 2006).

Diante desse panorama e da concepção de que há diferentes formas de atuar, e que há a necessidade de compartilhar os resultados das atividades desenvolvidas, Raine (2006), estabeleceu os direcionamentos básicos para desenho da avaliação de impactos relacionados aos direitos humanos, estabelecido em três estágios.

O primeiro estágio é à avaliação estratégica da organização, passando pelos seus elementos básicos: missão, rede de apoio e sistema operacional estabelecido. Essa análise visa identificar a qual problema social a organização está direcionada, quais atividades são desenvolvidas, e a infraestrutura que possui.

O segundo estágio, definir indicadores de progresso, consiste no detalhamento das atividades envolvidas, e dos resultados a elas associados. Seu sistema de operacionalização é apresentado no quadro 01:

Quadro 01: Sistematização da análise de impacto



Atividades	Consequência	Resultado	Impacto
Atividades programáticas	Produtos das atividades	Resultado do trabalho	Efeito do trabalho sobre o problema

Fonte: Adaptado de Raine (2006, p. 23).

Essas etapas devem ser bem esquematizadas, para garantir a confiabilidade dos resultados que esses indicadores representam, sendo esses a demonstração do resultado da organização, e serão divulgados interna e externamente.

O terceiro estágio de análise é a criar comunidades de conhecimentos. Essas comunidades se baseiam na lógica que as OSC's não precisam fazer o desenvolvimento e análise de seu desempenho sozinhas, podendo para isso buscar parcerias e redes de contatos nesse sentido.

2.6.2 Consentimento mútuo

A análise desse aspecto é responsável por descrever o consentimento dos governados em relação às decisões orientadoras da organização a qual fazem parte, sendo apresentada por meio da concepção de legitimidade percebida por esses indivíduos (SEYLE; KING, 2014).

A legitimidade é entendida como a percepção ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis, adequadas, ou apropriadas, dentro de sistema socialmente composto de normas, valores, crenças e definições (SUCHMAN, 1995).

A análise da legitimidade organizacional deve ser sistematizada a partir do vínculo das ações com dois aspectos básicos, seus objetivos e origens (ROSSONI; MENDES-DA-SILVA, 2011).

A legitimidade pode apresentar variações de acordo com a sua fonte de origem. Os tipos de legitimidade e suas descrições respectivas podem ser vistas no quadro 02.

Quadro 02 - Descrição dos tipos de legitimidade

Tipos		Descrição
Legitimidade Sociopolítica	Regulatória	Baseia-se no cumprimento das regras,(RUEF; SCOTT, 1998). Valor esperado dessa política a um determinado conjunto de componentes (SUCHMAN, 1995).
	Normativa	Proveniente de valores e normas sociais (ZIMMERMAN; ZEITZ, 2002). Sistema de valores socialmente construídos do público (SUCHMAN, 1995).
Legitimidade cultural-cognitiva		Modelos culturais que fornecem explicações plausíveis para a organização e seus esforços (SUCHMAN, 1995). Sistema de crenças e promulgado pelos seus usuários (RUEF; SCOTT, 1998).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do exposto, faz-se necessário identificar objetivos e origens da legitimidade em uma organização, estabelecendo assim sua existência, para em seguida identificar a qual tipo de legitimidade melhor ela se enquadra.

2.6.3 Sustentabilidade

O terceiro impacto analisado é a criação de sustentabilidade, onde uma boa governança resulta em sistemas organizacionais que evitam colapsos catastróficos dos recursos essenciais ao sistema (SEYLE; KING, 2014).

O trabalho de Fabrino, Costa e Nascimento (2012), apresenta os direcionamentos para a operacionalização da análise e mensuração do desenvolvimento sustentável nas práticas configuradas como TBC. Os autores estabelecem os elementos macros para o acompanhamento do desempenho da prática, sendo eles: a dominialidade, interculturalidade, organização social, repartição de benefícios, integração econômica e gestão dos bens comuns.

Com a definição das dimensões de análise e o estabelecimento de suas diferenças semânticas, passa-se a estabelecer como operacionalizar a análise de sua existência, e posterior o estabelecimento se a prática conseguiu desenvolver o impacto sustentável ou não. Essa operacionalização, nesse estudo, buscará identificar a existência dessas dimensões, e

posteriormente os resultados a elas relacionados, e será usada de base para a obtenção das conclusões quanto ao impacto da governança na sustentabilidade.

2.6.4 Especialização

A especialização é direcionamento de diferentes elementos ao atendimento de tarefas específicas para o apoio de diferentes objetivos do sistema, ocasionando o aumento da eficácia do sistema como um todo (SEYLE; KING, 2014).

As competências necessárias para o bom gerenciamento de uma OTS são categorizadas em três grupos distintos: Competências organizacionais; Competências individuais; Competências gerenciais, segundo Simões (et al., 2013), baseando nos estudos de Brasil e Pimenta (2005).

Diante do estabelecimento das competências organizacionais e a sua gestão, são desenvolvidas as especializações organizacionais. Elas são resultados de seus processos de aprendizagem ao longo de sua história de funcionamento, e resultado das necessidades e decisões tomadas, sendo compostas por conhecimentos, habilidades e atitudes.

Esses elementos, processuais e de resultados de boa governança, são direcionamentos que podem orientar a análise de agrupamentos sociais baseados na governança, possibilitando entender melhor seu funcionamento e resultados, levando em consideração a realidade e as características que a experiência estudada possui.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, possuindo uma abordagem qualitativa. Sendo operacionalizada em um estudo de caso único. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, observação e pesquisa documental.

Os sujeitos entrevistados foram selecionados por estarem envolvidos nos processos organizacionais, e terem disponibilidade no período. Contabilizando 06 sujeitos, e 6^o30' de gravações.

Os dados coletados foram trabalhados por meio da análise de conteúdo, composta por cinco etapas: recuperação da entrevista; análise do significado pragmático da conversação; validação; montagem da consolidação das falas; análise de conjuntos e descrição da mesma (GIL, 2010).

A recuperação foi desenvolvida por meio das transcrições dos áudios, juntamente com

a adição das anotações preliminares das circunstâncias da realização da coleta, coletadas por meio da observação.

Após a consolidação da entrevista em um texto, foi desenvolvida a análise básica dele, em dois momentos. O primeiro momento foi direcionado a observar como se desenrolou o diálogo, para melhor compreensão do contexto pragmaticamente. Em seguida fez-se uma análise do significado dos diálogos construídos, para a compreensão do nível sintático e pragmático-semântico do texto. Para por fim desenvolver a redação do texto do trabalho.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

4.1 EFICÁCIA

Como apresentado, a eficácia é analisada por meio de três elementos, tipos e funções das parcerias, gestão de processo e resiliência, desenvolvidos a seguir.

Quanto aos tipos e funções das parcerias na FCG, por meio da análise foi possível identificar a caracterização das parcerias estratégicas, institucionais e por projetos, sendo aos parceiros respectivamente de cada parceria apresentados a seguir:

- Parcerias estratégicas: SESC

- Parcerias por projeto: Banco do Nordeste; Prefeituras CE (Nova Olinda, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Assaré, Santana do Cariri, Missão Velha); SESC; MTUR; SEBRAE; Rumos Itaú cultural; Centro de estudos arqueológicos da Universidade de Coimbra; Fundação turismo e cultura do Cariri; TURISOL.

- Parcerias institucionais: UNICEF; TURISOL; MTUR

No intuito de obter a análise da consolidação das parcerias, foram desenvolvidas perguntas norteadoras, a seguir apresentadas com as respectivas consolidações das respostas obtidas.

Quais as ações estratégicas para a captação e efetivação de parcerias? As parcerias são resultado das ações pontuais da FCG, não possuindo metas e objetivos claramente definidos para esse aspecto, o que não configura a existência de plano de longo prazo para o seu estabelecimento e efetivação.

Quais os critérios de seleção de parcerias? A seleção de parceiros acontece de acordo com a disponibilidade e afinidades entre suas atuações, sendo um processo intuitivo, sem muita burocratização por parte da fundação, que apenas cumpre as exigências do parceiro caso ele possua critérios definidos para isso, sendo resultado das oportunidades e demandas apresentadas.

Como é feita a avaliação dos resultados das parcerias? Não há uma sistematização de avaliação das parcerias, no tocante aos seus resultados de forma mais detalhada, apenas um direcionamento para a avaliação, após o término de realização, de base quantitativa, utilizando duas dimensões: recurso gastos e abrangência das atividades realizadas, sendo a segunda dividida em público atendido e conteúdos abordados.

Ao se verificar a existência de projetos já realizados na comunidade com foco no TBC, foi possível identificar a realização de uma série de eventos que buscaram a formação e consolidação da prática, como **o Seminário Regional de Turismo de Base Comunitária do Cariri e o Seminário Internacional de Turismo de Base Comunitária, realizados em 2009**. Além disso, houve uma série de projetos para a obtenção de infraestrutura das pousadas domiciliares, e a realização sistêmica de eventos que funcionam como um atrativo adicional para a visita e permanência dos visitantes na cidade.

Quanto à existência de avaliação dos resultados pós-finalização dos projetos, é descrita como a avaliação das parcerias, no formato apresentado no item anterior, assim como as apresentações nas reuniões semanais, com registro em ata dos recursos recebidos, e sua alocação.

Ao passo que não há uma sistematização de análises dos impactos oriundos da realização dos projetos por parte dos membros da FCG, no tocante aos benefícios intangíveis obtidos, não é possível identificar a continuidade dos resultados obtidos por meio do projeto, não podendo descrever tal critério de verificação do modelo utilizado.

Ao serem questionados a cerca dessa avaliação da continuidade dos resultados obtidos com os projetos, foram enfáticos ao dizerem que não há nenhum mecanismo implantado para esse tipo de acompanhamento, mas que há uma discussão para ampliar a análise realizada dos projetos.

A realização de projetos é esquematizada da seguinte forma: por meio de editais, seguindo um processo sequencial e burocrático. O início do processo pode vir de duas fontes distintas, quando um membro da FCG identifica a abertura de um edital, ou é informado de tal, e transmite essa informação para o setor específico. A outra forma apresentada é quando há uma demanda latente de algum recurso, e diante dessa há a busca por edital(is) que se enquadre(m) na demanda.

Após a identificação de um edital, é estabelecida a avaliação por parte da coordenação de projetos acerca das características, critérios e formatações que a entidade exige, assim como suas regras, para identificação da submissão ou não de projeto. Quando é identificada a

possibilidade e desejo de participação na chamada pública, é dado início ao encaminhamento da elaboração e posteriormente a submissão do projeto.

Com a submissão do projeto, aguarda-se o resultado do órgão demandado, o qual faz a avaliação do projeto, podendo estabelecer sugestões de ajustes quando necessário, para reenvio, aprovação ou rejeição.

Projetos aprovados são executados de acordo com o cronograma e suas especificações. Como elemento final dessa execução é realizada uma análise, em forma de relatório. Esses relatórios seguem os critérios já estabelecidos nos editais, sendo unilaterais, onde a FCG presta contas financeiras das atividades, configurando um elemento de transparência. Não há uma avaliação da entidade parceira quanto à realização por parte da FCG, a avaliação, até o presente momento e diante aos materiais analisados, limita-se a execução financeira do projeto, referente ao conteúdo trabalhado.

Quanto a análise da gestão de processos foi verificada a existência de planejamento participativo e formal, sendo identificado que os planejamentos são feitos uma vez ao ano, em reunião com os membros das pousadas domiciliares, na qual cada uma das mães indica quais são suas metas e ajustes individuais são definidos, assim como são estabelecidas as metas coletivas e os direcionamentos para o acompanhamento da realização delas.

Como base nesse fator, foi possível confirmar a existência de objetivos comuns que representem os interesses do grupo. Esses objetivos estão relacionados a execução da prática dentro de seu perfil, o entendimento de suas características e elementos básicos, sua filosofia, estabelecidos como a manutenção dela.

Quanto à identificação de ações que demonstrem o envolvimento dos participantes na avaliação do planejamento, análise, apresentações e ações corretivas, pode-se citar a realização das reuniões semanais do grupo, nas quais são apresentadas as atividades que já foram realizadas, assim como as que ainda serão, e os resultados obtidos.

Outra avaliação sistematizada no TBC da FCG, é a avaliação das pousadas domiciliares, onde são analisadas suas estruturas físicas, cumprimento das regras de padronização, obtenção das metas estabelecidas. Essas avaliações são realizadas pelas próprias mães, de forma anônima, com o preenchimento de formulário padrão, em visita as residências. É estabelecido um calendário de visitação, que contempla todas as pousadas para a realização da avaliação. Demonstrando a existência de uma estruturação para a gestão.

Quanto a resiliência, os resultados obtidos geraram a análise que é apresentada no quadro 03.

Quadro 03 - Descrição da Resiliência do TBC na FCG

Existência de iniciativas de compartilhamento de experiência
Participação dos membros da FCG em eventos externos, realização de eventos internos, ações de intercâmbios com comunidades associadas ao TBC; Interação com os visitantes propiciando um ambiente de compartilhamento de experiências.
Desenvolvimento dos participantes envolvidos na atividade turística de base comunitária
Metodologia continua formação das crianças, responsáveis pela recepção e acompanhamento dos visitantes Foco na coletividade das ações de aprendizagem; Estabelecimento de parcerias (SENAC; SEBRAE) para promoção da formação da cultura empreendedora; Estabelecimento da realização de eventos (oficinas, minicursos e palestras), tratando de uma series de conteúdos – Empreendedorismo; políticas privadas; políticas públicas; produção cultural; gestão; intercâmbio; formação de rede; infância; patrimônio; formação de plateia; arqueologia; música; história; dança; rádio; histórias em quadrinho; cinema; literatura; esporte; turismo; artesanato; estudos africanos – história, cultura e música; geografia; economia; intercâmbio; experimentação; difusão; folclore; turismo comunitário; gestão; participação; economia solidária; economia criativa; ciência; mercado turístico; leitura crítica; priorização estratégica
Sensibilização para noção de pertencimento e responsabilidade
Documentalmente a verificação desse fator, deu-se a análise dos eventos realizados, onde pode ser visto na apresentação dos conteúdos desenvolvidos, o foco na formação desses indivíduos. É possível citar os conteúdos relacionados aos aspectos culturais, geográficos e políticos, que são tratados com o enfoque regional, como elementos da formação da noção de pertencimento e responsabilidade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pode ser visto no quadro, a resiliência, nos aspectos teóricos adotados, pode ser descrita na FCG, sendo um dos principais elementos para a obtenção do sucesso das ações tomadas pela organização.

4.2 TRANSPARÊNCIA

A transparência é representada por dois aspectos: a comunicação e a prestação de contas. O estudo da comunicação inicia-se pela descrição e análise da disponibilidade de informações na FCG. Foi identificado que a comunicação é realizada, por meio de reuniões, site institucional e prestação de contas.

Os membros das pousadas domiciliares se reúnem semanalmente, e mantém registro das atividades em ata. Já às outras áreas da FCG, não há uma periodicidade bem definida, mesmo havendo uma frequência constante. Quanto aos registros provenientes dessas reunião, não há

uma obrigatoriedade deles, sendo estabelecidos diante das necessidades apresentadas, assim como a relevância dos assuntos tratados.

A comunicação com os parceiros de projetos é feita por meio de relatório padrão, dentro das formatações exigidas no edital referente à parceria. As apresentações de resultados obtidos na realização de eventos são realizadas por meio de apresentação oral, visando tornar de domínio público as informações, e pelo site da organização.

Quanto a qualidade da informação, foi possível verificar esse elemento positivamente, pela apresentação das informações questionadas de forma direta e linear nos discursos dos entrevistados. Isso demonstra uma comunhão a cerca delas, ao passo que há diferenças entre suas profundidades, justificada pela diversidade de papéis ocupados pelos entrevistados.

No que se refere à percepção dos participantes do TBC acerca da adequação da linguagem utilizada na comunicação entre os seus atores sociais, não foi verificada nenhuma reclamação ou insatisfação, assim como não foram visualizados aspectos que pudessem gerar essa insatisfação durante a avaliação documental dos mecanismos utilizados.

A informações apresentam-se claras e têm relação direta com as intenções dos envolvidos, relacionando-se aos resultados das atividades que eles executam. São elas referentes às avaliações das condições físicas das pousadas, aos resultados obtidos periodicamente, como quantitativos de visitantes, localidades de origem e valores captados no período. Sendo o tipo de informações disponíveis aos participantes do TBC.

Quanto a prestação de contas, sua verificação iniciou pela identificação dos mecanismos adotados, podendo ser citados os relatórios de custeio, realizados anualmente; a prestação de contas dos eventos, realizada ao seu término; e a prestação de contas das práticas do turismo, referentes às pousadas domiciliares e aos empreendimentos sociais relacionados, apresentados anualmente. Todos esses mecanismos foram evidenciados nas entrevistas assim como em levantamento documental e observação.

Esses documentos são apresentados em reuniões com periodicidade anteriormente relatada, podendo acontecer casos atípicos provenientes de variações contextuais. Essas reuniões têm carácter participativo, sendo abertas para as ponderações dos membros e definições de direções, baseando-se nas informações apresentadas. Nesse contexto, surgem ações corretivas, assim como de melhoria e mitigação, visando o aperfeiçoar as atividades.

É possível identificar que a análise de desempenho realizada por tais mecanismos tem carácter limitado, ao passo que se restringem a aspectos básicos: captação e aplicação de recursos financeiros; quantitativo de visitantes no período; média per capita de gastos pelos visitantes;

quantitativos de horas, conteúdo e público participantes de eventos. Isso ocasiona decisões limitadas, ao passo que as informações utilizadas para tais têm o mesmo perfil.

O respeito às decisões tomadas configura um dos elementos organizacionais da FCG. No processo, foi identificado o caráter de liderança ocupante de alguns membros, o que pode gerar possíveis influências nas tomadas de decisões e privilégios de grupos no processo decisório, mas não foi identificada a existência de situações relacionadas a isso, não sendo possível evidenciar a existência ou não de tal influência.

Quanto à formação de participantes referente ao processo decisório, pode ser relacionada aos aspectos descritos ao se tratar da resiliência, aspectos resultantes do processo de aprendizado propiciado por eventos, estando relacionados a alguns dos conteúdos trabalhados, assim como intercâmbio com outras comunidades, e a interação interna, por meio de reuniões e orientações de trabalho.

Quanto ao tipo de informações apresentadas, foi identificado que elas são de aspectos financeiros, captação e alocação, quantitativo do público participante das atividades, assim como seu perfil, os temas trabalhos nas oficinas, palestra e demais atividades, ao se tratar de eventos, e elementos físicos, nas avaliações das pousadas.

4.3 IMPACTOS DA GOVERNANÇA NA FCG

Nesse tópico são descritos os impactos associados ao turismo comunitário na FCG, diante das evidências obtidas na pesquisa, estando apresentadas em quatro dimensões: proteção aos direitos humanos; consentimento mútuo; sustentabilidade e especialização, como a seguir apresentados.

4.3.1 PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

A proteção dos direitos humanos é resultado de uma avaliação da missão institucional, rede de apoio e operações; da identificação de indicadores de progresso; e o estabelecimento de comunidade de conhecimento.

Quanto à missão do TBC instituído na FCG, o projeto de geração de renda familiar tem como missão ser uma fonte complementar na renda da família, visando sua sustentação e, como consequência, a manutenção da criança na escola e nas atividades da fundação, demonstrando a problemática básica a que se destina o TBC: a situação econômica vivida na cidade e os problemas a ela relacionados.

Para a obtenção dos objetivos traçados pela FCG, há o estabelecimento de uma rede de apoio, juntamente com a TURISOL, e demais instituições e indivíduos que dão suporte para a sua infraestrutura. Composta por uma definição e estruturação básica para a obtenção dos resultados.

Com base no material coletado, seguindo os princípios estabelecidos por Raine (2006), foi analisada a obtenção da proteção dos direitos humanos. As descrições das informações obtidas relacionadas a mesma estão contidas do quadro 04:

Quadro 04 - Análise do progresso dos direitos humanos na FCG

Atividades	Consequência	Resultado	Impacto	Grupo
Hospedagem domiciliary	Interação social	Aprendizagem	Desenvolvimento da noção de pertencimento e valorização cultural	Receptores Visitantes
Elaboração de projetos	Captação de recursos	Ampliação renda	Subsistência	Receptores
Construção de parcerias	Interações sociais	Formação de uma rede de contatos	Construção de uma comunidade de conhecimento	Todos
Realização de eventos	Interação social	Aprendizagem Consolidação de parcerias	Construção de uma comunidade de conhecimento	Todos
Reuniões periódicas	Formação e direcionamentos de ações	Aprendizagem	Desenvolvimento da noção de pertencimento e valorização cultural	Receptores
Avaliação interno	Tomadas de decisões	Aprendizagem Aprimoramento da prática	Desenvolvimento de habilidades	Receptores
Transmissão de valores e filosofia	Formação	Aprendizagem	Desenvolvimento de habilidades/ Pertencimento/ Valorização cultural	Receptores Comunidade em geral

Fonte: Elaborado pelos autores

Como pode ser visto no quadro, os maiores beneficiários das atividades são os receptores. Esse fator se justifica pelo foco de análise do caso, possuindo um direcionamento metodológico para pesquisar o grupo de indivíduos envolvidos na gestão do TBC da FCG. Isso é ampliado pelo fato deles estarem em um processo altamente reflexivo, onde suas ações impactam diretamente o seu bem-estar.

A aprendizagem e noção de pertencimento são os principais benefícios identificados, o que corrobora com a análise da criação de uma comunidade de conhecimentos, baseada na lógica de que as comunidades de TBC não precisam fazer o desenvolvimento e análise de seu desempenho sozinhas. Nesse intuito, são estabelecidas parcerias e redes de contatos, para a obtenção de sua melhor operacionalização. Ao se estabelecer essas parcerias, almeja-se obter contribuições que vão além do aspecto financeiro, e que possibilitem o compartilhamento e desenvolvimento de conhecimentos.

Ao passo que demonstra a existência do elemento de análise em questão, houve a dificuldade de uma análise mais aprofundada dela, em parâmetros dimensionais e intangíveis de análise, por não haver a disponibilidade de recursos para a ampliação da coleta de dados complementares em campo, restringindo a verificação e ampliação desses por meio de pesquisa documental eletrônica e contato por e-mail.

A obtenção de renda, como foco das atividades relacionadas as práticas do TBC na FCG, configura a obtenção do elemento dos direitos humanos subsistência.

O elemento segurança física, relaciona-se a manutenção da integridade física dos indivíduos, onde no caso estudado está relacionado diretamente com o elemento subsistência, ao passo que esse é responsável pela a manutenção de aspectos como moradia, alimentação e saúde.

Não foi possível nesse trabalho tratar da análise de outros aspectos relacionados à segurança física, ao se tratar do corpo, e psicológicas, referentes a mente, de forma mais abrangentes, devido a não captura de dados relacionados a tais elementos, bem como a não possibilidade da ampliação do estudo por fatores já apresentados.

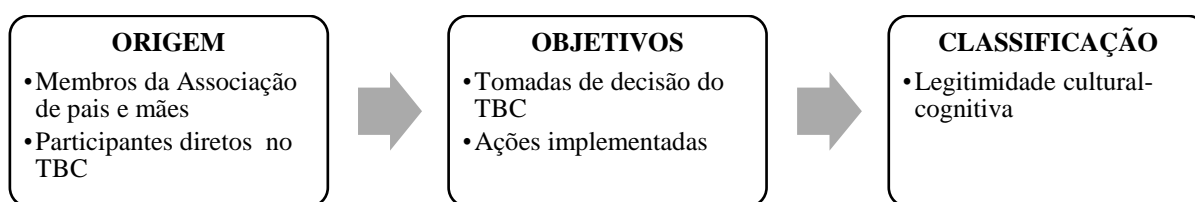
Ao passo que a FCG possibilita a ampliação e estabelecimento de fonte de renda, por meio das pousadas domiciliares e empreendimentos sociais, assim como grau de profissionalismo dos seus membros, pela formação desses indivíduos no tocante a noção de pertencimento social, faz com que eles estejam mais bem colocados no mercado de trabalho, assim como possuam uma autoimagem mais forte e crítica, garantindo assim a eles o direito à liberdade.

4.3.2 Consentimento mútuo

O consentimento mútuo tratado aqui especificamente pela legitimidade das decisões tomadas, por meio da descrição da origem, objetivos e classificação da legitimação adotado.

Referente à origem da avaliação, foram selecionados os envolvidos diretamente nas ações do TBC, os membros da associação de pais e mães da fundação, envolvidos nas decisões e ações do TBC, direcionando a análise da legitimidade ao foco interno. A legitimidade aqui descrita e analisada é classificada como Legitimidade cultural-cognitiva, ao se avaliar a percepção da comunidade participante da prática em relação as decisões tomadas e implementadas (SUCHMAN, 1995; RUEF; SCOTT, 1998), como a seguir apresentado no quadro 05.

Quadro 05 - A descrição da legitimidade na FCG



Fonte: Elaborado pelos autores

A verificação da legitimidade cultural-cognitiva da FCG foi realizada por meio dos resultados obtidos na verificação da eficácia e da transparência, pelos quais foi possível estabelecer que as decisões são tomadas de forma coletiva, levando em consideração a opinião dos envolvidos, onde a escolha da opção a ser implementada é feita de forma democrática e participativa. Essas respostas foram obtidas dos indivíduos participantes do grupo de origem analisado, assim como ratificadas nos registro e acompanhamento realizados.

O processo de tomada de decisões e implementação delas é legítimo, no qual os participantes se sentem representados, assim como agentes ativos de tais. Essa afirmação é realizada com base no fato das decisões serem tomadas de forma coletiva, fazendo com que sejam dadas voz e vez a todos os participantes.

Esse elemento confirma a obtenção do consentimento mútuo no caso estudado, sendo possível inferir como resultado dele, o empoderamento e sentido de pertencimento desses agentes. São resultados desses aspectos o fortalecimento e a busca por melhorias da prática, podendo ser relacionados aos elementos de autoconhecimento e estabelecimento de uma identidade local.

4.3.3 Sustentabilidade

Quanto a geração de sustentabilidade, pós a análise dos dados obtivos, foi possível consolidar os resultados em cada dimensão, apresentados no quadro 06.

Quadro 06 - Análise das dimensões da sustentabilidade na FCG

Dominalidade
A gestão do TBC na FCG é totalmente realizada pela comunidade, por meio da Associação de Pais e Mães, e da atuação da Agência Turismo Comunitário, que são responsáveis pelo estabelecimento de suas regras de gestão, execução e acompanhamento, assim como responsáveis pela sua comercialização e divulgação, mesmo ao estabelecer parcerias para tais finalidades.
Interculturalidade
O intercâmbio cultural entre receptores e visitantes é o principal atrativo da FCG, assim como a interação com os demais membros da FCG, onde são desenvolvidos processos de socialização e aprendizagem mútuas.
Organização social
A organização se caracteriza como governança, pautada na participação e consentimento mútuo, fazendo parte de uma rede colaborativa do turismo comunitário, e dispõe de uma comunidade de conhecimento para seu suporte e desenvolvimento, por meio do estabelecimento e consolidação de suas parcerias.
Repartição de benefícios
Os benefícios financeiros são repartidos de forma equitativa, por meio de sua sistematização de rodízio entre as pousadas. Quanto aos benefícios intangíveis, como o desenvolvimento de conhecimentos, dentre outros benefícios sociais, são operacionalizados para sua maior disseminação, contando com a gratuidade na participação dos eventos realizados, assim como acesso as atividades da própria FCG.
Integração econômica
Com a consolidação e amadurecimento da prática do turismo comunitário realizado pela FCG em Nova Olinda, passam a surgir o fortalecimento de empreendimentos derivados do fluxo turístico que ela proporciona, como as pousadas amigas, e os empreendimentos relacionados ao programa de Empreendedorismo social da Casa, com a abertura de cafés, restaurantes, lojas de souvenir, assim como os empreendimentos que não se direcionam ao turismo, mas obtêm retornos da sua existência, como supermercados, lojas de roupas etc.
Gestão de bens comuns
Como elemento característico de bens comuns pode ressaltar a conservação da história e cultura local, elemento que fez com que o projeto surgisse, e com seu desenvolvimento foi ganhando força. Essa gestão de bens comuns é realizada pela implementação da filosofia da Casa, na busca de compreender e disseminar a história do povo Kariri, e conta a existência do conselho consultivo científico cultural, responsável por salvaguardar tais bens. Essa gestão está voltada aos elementos arqueológicos, folclóricos, artísticos e a naturais da região.

Fonte: Elaborado pelos autores baseado

Como pode ser visto na consolidação dos dados, é possível estabelecer a existência de indícios nas seis dimensões de sustentabilidade apresentadas por Fabrino, Costa e Nascimento (2012).

Com base nos elementos apresentados, é possível estabelecer que o TBC na FCG se sustenta ao longo do tempo, ao passo que mantém a existência da fundação.

4.3.4 Especialização

A especialização é o resultado do desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, para sanar as necessidades da organização, assim como adaptar-se as diversidades encontradas. Nesse trabalho foi possível identificar a relação desses elementos com a resiliência, e o processo de comunicação e prestação de contas adotadas da FCG.

Para a identificação das especializações existentes na FCG, foram analisadas as informações descritas como elementos da eficácia e da transparência, para diante delas observá-las, sendo assim possível descrevê-las e categorizá-las em competências: organizacionais; individuais; gerenciais.

Após evidenciar aspectos que indicam a existência das competências estudadas, elas foram consolidadas nos quadros 07, 08 e 09, a seguir apresentado.

Quadro 07 - Competências organizacionais na FCG

Competências organizacionais	Evidências
Proximidade com o público, permitindo identificar de forma mais objetiva os demandados, necessidades e aspirações da comunidade.	Processo de tomada de decisão participativa, no qual são estabelecidos espaços para a apresentação das demandas, assim como os encaminhamentos para operacionalizá-las, e posteriormente analisá-las.
Compromisso com o processo de melhoria de qualidade de vida da comunidade.	O estabelecimento de projetos, e sistemas de construção e disseminação de conhecimentos, assim como a busca constante pela avaliação das atividades desenvolvidas e a busca de suas melhorias. Essa atividade tem como foco o bem-estar da comunidade
Identificação de novos problemas e emergências e maior agilidade em trazê-los à discussão pública.	Processo de tomada de decisão e análise organizacional estabelecidos
Capacidade de sensibilizar, motivar e mobilizar recursos humanos e financeiros paralisados.	Sistematização de análise de necessidades e busca por captação de recursos por meio de parcerias
Atuar como agentes na promoção de mudanças e transformações da realidade.	Filosofia base da Casa, atividades desenvolvidas.

Capacidade para formação de novas lideranças.	Processo de transmissão de conhecimento autônomo, e transmissão de responsabilidades entre os membros. Que configuram a autogestão e o empoderamento
---	--

Com relação às competências organizacionais, pode ser evidenciada a existência de todas listadas pelos autores, onde é possível definir que um dos impactos da governança do TBC, implementado na FCG, é responsável pelo estabelecimento de competências de cunho organizacional, estabelecendo uma estrutura para a obtenção de seus objetivos de forma satisfatória, como visto nos elementos da eficácia, e na obtenção dos direitos humanos, sendo aprimorado e gerando especialização.

Outra questão a ser averiguada, na geração de especialização, é o desenvolvimento de competência no nível individual. Os resultados de análise dessa perspectiva são apresentados a seguir:

Quadro 08 - Competências individuais na FCG

Competências individuais	Evidências
Capacidade de gerir pessoas.	Processo de distribuição de atividades e delegação de tarefas
Habilidade para formar alianças e parcerias.	Evidenciado na descrição do processo de consolidação das parcerias
Capacidade de mobilização de recursos.	Evidenciado na descrição do processo de consolidação das parcerias e prestação de contas
Habilidade para trabalhar em equipe.	Desenvolvida no dia a dia da Casa, onde sistematicamente os envolvidos são levados a realizar atividades em grupo
Visão de futuro.	Processo anual de análise dos resultados, e estabelecimento de metas e objetivos anuais.

Fonte: Elaborado pelos autores

Como apresentado, além de estabelecer competências da organização, a governança proporciona que haja a disseminação de competências em nível individual, que dá suporte a estrutura organizacional, haja vista que a organização é composta e gerida por atores que devem estar qualificados para essa gestão.

A FCG tem como papel empoderar as crianças que dela fazem parte, por meio da sua formação, com a transmissão de ensinamentos técnicos e humanos, e a elas a delegação de atividade e responsabilidade, interferindo diretamente na sua formação pessoal e profissional. Associadas a atuação das crianças, também são desenvolvidas atividades com esses mesmos princípios, para seus pais e mães, especialmente os que fazem parte da associação de pais e mães da FCG, responsáveis pela gestão das pousadas domiciliares.

Como dito anteriormente, o turismo comunitário se caracteriza, dentre outros elementos, pela participação e perfil de autogestão, sendo a ele associado o desenvolvimento de competências para essa gestão participativa, como apresentado no quadro 10:

Quadro 09 - Competências gerenciais na FCG

Competências gerenciais	Evidências
Compromisso com o processo de melhoria de qualidade de vida da comunidade.	Estabelecimentos dos projetos de renda (geração de renda familiar e empreendedorismo social), assim como educacionais, por meio de eventos e transmissão de conhecimento interno.
Adoção de posturas desburocratizadas e simplificadas de gestão, compatíveis com o nível cultural e operacional da comunidade.	Perfil apresentado para as reuniões, comunicação, prestação de contas e transição de conhecimento interno.
Condução de ações e iniciativas sob a prática da gestão participativa.	O funcionamento da FCG como um todo proporciona a gestão participative
Capacidade de motivar, sensibilizar e engajar a mão de obra voluntária.	A consolidação de parcerias com indivíduos, em geral visitantes, que passam a atuar de forma colaborativa após conhecer a FCG
Possuir credibilidade a partir de sua atuação e liderança, dando visibilidade a todas as ações do processo que estiverem sob sua liderança.	Elementos descritos como a formação do consentimento mútuo, configurando uma legitimidade sociocultural. Sistema de comunicação e prestação de contas
Capacidade de organizar e integrar a entidade que dirige em iniciativas visando à ação em redes (atuação solidária).	Estabelecimento de uma rede colaborativa e uma comunidade de conhecimento, como já descritos.
Capacidade de condução da entidade a níveis de alta competitividade, mediante a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua atuação e de suas decisões.	Processo de melhoria constante, evidenciado na identificação da estruturação da eficácia e transparência, assim como nos outros elementos associados aos impactos percebidos.

Fonte: Elaborado pelos autores

Como pode ser visto na relação de competências relacionadas no quadro, a FCG é especialista no processo de formação cidadã, sendo esse o seu principal papel, tendo como resultado a obtenção de seus objetivos. Associado a isso, ao se questionar a um dos jovens participantes do projeto qual seria o benefício de fazer parte da FCG, disse que “foi me ensinar a viver, cara, acho que isso, me ensinar a viver, foi ... acho que foi isso que a Casa Grande me proporcionou”, demonstrando como identifica o benefício associado à sua participação.

Nesse tópico, pode ser analisado que a prática vem se consolidando, dentre outros elementos, pela geração de competências nos três níveis estudados, ratificando a resiliência organizacional, voltada a seus princípios básicos, e se tornando especialista no seu desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo foi possível verificar a existência dos elementos associados como resultados de uma boa governança no caso estudado. Sendo possível dizer que a governança do TBC operacionalizada na FCG gera impactos positivos.

Ao se analisar a eficácia e a transparência, foi possível entender e consequentemente descrever como a FCG estrutura suas atividades, e consequentemente analisar os resultados provenientes delas.

Como pode ser visto nos dados apresentados, apesar da informalidade relacionada às práticas do TBC, há um processo de aprimoramento delas que se dá pela formalização de algumas atividades, como pode ser vista na descrição aqui apresentada. Pode ser visto a aplicação de esquemas formais e informais para a tomada de decisão, sua aplicação e análise sistêmica.

Quanto aos impactos provenientes da governança realizada na FCG, foi possível identificar elementos atrelados a todas as dimensões estudadas.

Ao se analisar a sustentabilidade, foi possível identificar todos os elementos pesquisados, sendo perceptível que o TBC na FCG se sustenta ao longo do tempo, ao passo que mantém a existência da fundação. Por meio do estabelecimento de sistemas técnicos, captação e distribuição de recursos, e simbólicos, por meio da valorização e construção de aspectos culturais e sociais coletivos, gerando assim especialização.

Quanto a proteção aos direitos humanos, foi possível identificar a missão do TBC instituído na FCG, ao verificar que ele faz parte do programa de geração de renda familiar da FCG. Responsável por empoderar seus participantes economicamente, garantindo o seu direito a subsistência

Quanto ao consentimento mútuo, foi possível constatar que a legitimidade presente na FCG é configurada como legitimidade cultural-cognitiva. Se configurando assim pelo fator de as decisões serem tomadas de forma coletiva, levando em consideração a opinião dos envolvidos, onde a escolha da opção a ser implementada é feita de forma democrática e participativa.

Faz-se necessário, replicar o estudo, visando obter mais resultados dentro dos aspectos que ele apresenta, em diferentes realidades para que seja possível fazer comparações e obter análises mais completas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Mariana C. F. Tese: **Modelo de Análise da Governança do TBC**: Uma proposição adaptativa a partir de diversos olhares. Universidade Federal de Pernambuco Programa de Pós-graduação em Administração – PROPAD, Recife, 2016.
- BUCHANAN, Allen; KEOHANE, Robert. The Legitimacy of Global Governance Institutions. In: **Ethics and International Affairs**, vol. 20, n. 4. 2006.
- FABRINO, Nathália Hallack; COSTA, Helena Araújo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez-2012, pp.546-559.
- GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ªEd. Atlas, São Paulo. 2010.
- IBGC; **Guia das melhores práticas de governança para fundações e institutos empresariais**. 2.ed. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e GIFE. São Paulo, SP: IBGC e GIFE, 2014.
- MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional**: um olhar estratégico sobre as organizações. 2. Ed. São Caetano: Difusão Editora, 2011.
- MTUR. **Plano Nacional do Turismo 2013-2016**: turismo fazendo mais pelo Brasil. MTUR, Brasília: Ministério do Turismo, 2013.
- RAINE, Fernande. O desafio da mensuração nos direitos humanos. SUR - **Revista Internacional de Direitos Humanos**. Número 4, Ano 3. 2006.
- ROSSONI, Luciano; MENDES-DA-SILVA, Wesley. **Nos Limites da Legitimidade**: Uma Análise do Risco no Mercado de Capitais Brasileiro. Anais do V Encontro de Estudos em Estratégia. ANPAD, Porto Alegre, maio 2011.
- RUEF, Martin; SCOTT, Richard. A Multidimensional Model of Organizational Legitimacy: Hospital Survival in Changing Institutional Environments. **Administrative Science Quarterly**, Vol. 43 n. 4, 1998. 877-904.
- SEYLE, D. Conor; KING, Mattew W. O que é governança. In: Organização: PRUGH, T.; RENNER, M. **Estado do Mundo 2014**: Como Governar em Nome da Sustentabilidade/ Worldwatch Institute; Universidade Livre da Mata Atlântica. Salvador, BA: Uma Ed., 2014.
- SIMÕES, Maervelym P. de A.; ALBUQUERQUE, Lúcia S.; BATISTA, Fabiano F.; PEREIRA, Gianinni M. Estudo sobre as Competências dos Gestores do Terceiro Setor das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP no Processo de Gestão do Estado da Paraíba. In: **ANPAD. IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**. Brasília, novembro, 2013.
- SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. In: **Academy of Management Review**. 1995, 30(3), 571-610.

SVENSSON, Birgitta et al. Governance Perspective on Destination Development-Exploring Partnerships, Clusters and Innovation Systems. In: **Tourism Review**. v. 60, n. 2, p. 32-37, 2005.

TOLKACH, Denis; KING, Brian; PEARLMAN, Michael. An Attribute-Based Approach to Classifying Community-Based Tourism Networks. In: **Tourism Planing & Development**. V. 10, n. 3, p. 319-337, 2013.

TECNOLOGIAS SOCIAIS EM SAÚDE: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA NA PERSPECTIVA DA GESTÃO SOCIAL

*Tania Margarete Mezzomo Keinert*⁴⁸

*Victória Furbringer Bayma*⁴⁹

*Guilherme da Franca Batista*⁵⁰

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as experiências do Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil no que diz respeito à temática da saúde sob a perspectiva da gestão social. As experiências selecionadas para o estudo são certificadas, replicáveis e tem sido implementadas através de iniciativas da sociedade civil e estatais, visando melhorar a qualidade de vida de diversos grupos sociais. Algumas delas tem relação com políticas públicas, independentemente do órgão implementador. O estudo tem caráter exploratório, buscando a potencialidade das Tecnologias Sociais de Saúde como amplificadores de transformações sociais, mediadas pela dialogicidade, pela busca da emancipação e participação social. As experiências foram classificadas em 5 grupos, tendo em vista um conceito ampliado de saúde: a) Promoção da saúde; b) Humanização; c) Acesso à Saúde; d) Fitoterapia Popular; e) Outros. O artigo enfatiza a importância do caráter participativo e autogestionário, no qual os atores sociais fazem parte dos processos de mudanças, estimulando a autonomia e a interação dentro dos grupos e comunidades. O trabalho está inserido no campo da Gestão Social tanto em sua abrangência temática quanto em sua práxis.

Palavras-chave: Tecnologias Sociais. Saúde. Inovação. Participação. Gestão Social.

⁴⁸ Doutora em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) com Pós-Doutorado em Gestão da Qualidade de Vida na University of Texas (UT-Austin/EUA). Especialista em Economia Pubblica/Università Bocconi- Itália e em Administração Municipal e Regional/Haifa University. Pesquisadora Científica V do Instituto de Saúde. taniak@isaude.sp.gov.br

⁴⁹ Graduanda em Sociologia e Política /FESPSP, victoria.bayma@isaude.sp.gov.br

⁵⁰ Graduando em Ciência da Computação/Universidade de Guarulhos, guilherme.secretariasaude@gmail.com

SOCIAL TECHNOLOGIES IN HEALTH: AN EXPLORATORY ANALYSIS IN THE PERSPECTIVE OF SOCIAL MANAGEMENT

Abstract

The objective of this study is to analyze the experiences available on the Social Technologies Data Base of the Banco do Brasil Foundation with regard to health issues from the perspective of social management. The experiences selected for the study are certified, replicable, and have been implemented through civil society and state initiatives aimed at improving the quality of life of various groups and communities. Some of them are related to public policies, regardless of the implementing agency. The study has an exploratory character, seeking the potential of Social Health Technologies as amplifiers social transformations, mediated by dialogue, the search for emancipation and social participation. The experiences were classified into 5 groups, in view of an expanded concept of health: a) Health promotion; b) Humanization; c) Access to Health; d) Popular Phytotherapy; and e) others. The article emphasizes the importance of the participatory and self-managing character, in which social actors are part of the processes of change, stimulating autonomy and interaction within groups and communities. The work is inserted in the field of Social Management, both, in its thematic scope and in its praxis.

Keywords: Social Technologies. Health. Innovation. Participation. Social Management.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se no campo da Gestão Social, entendida no sentido daquilo que é concernente à sociedade, à comunidade ou a um conjunto de cidadãos que atuam em determinada localidade. O estudo analisa experiências constantes no Banco de Tecnologias Sociais (BTS) da Fundação Banco do Brasil (FBB) - o qual disponibiliza as que foram consideradas finalistas, certificadas ou vencedoras do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologias Sociais, criado em 2001, entendendo-se tecnologia social todo o produto, método, processo ou técnica, criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reapplicabilidade) e impacto social comprovado (https://pt.wikipedia.org/wiki/Tecnologia_social). Na definição da própria FBB Tecnologia Social (TS) compreende produtos, técnicas ou metodologias reapplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.org.fbb.appbts>). Note-se que esta última formulação amplia a noção inicialmente utilizada de “**impacto social**” para soluções que apresentem “**potencial de transformação social**”.

O estudo empírico é realizado junto ao Banco de Tecnologias Sociais - BTS é uma base de dados que apresenta soluções para demandas sociais, desenvolvidas por instituições de todo o país, certificadas no Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Para compor o BTS as referidas experiências devem ter sido implementadas e se mostrado efetivas na solução de questões relativas à alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde. No aplicativo Banco de Tecnologias Sociais é possível conhecer as tecnologias finalistas, certificadas e vencedoras do Prêmio. Há disponível, ainda, diversos filtros de pesquisa que permitem a busca por palavra-chave, tema e instituição. Para as finalidades deste trabalho foram selecionadas as tecnologias sociais (TS) com o tema “saúde”, dada a importância estratégica desta temática para a práxis da gestão social, para a construção da cidadania deliberativa e da inovação social.

O argumento principal deste trabalho é o de que as experiências de tecnologias sociais em saúde selecionadas junto ao Banco de Tecnologias Sociais (BTS) da Fundação Banco do Brasil (FBB) dialogam com os princípios conceituais da gestão social, especialmente no tocante à busca pela **emancipação participativa e dialógica**. Os principais objetivos do trabalho são classificar quais das tecnologias sociais foram desenvolvidas por organizações estatais e quais por organizações da sociedade civil, suas características dialógicas e participativas, bem como as (sub)temáticas a que se referem dentro do grande tema “saúde”.

A questão empírica antes enunciada baseia-se no marco referencial que destaca características emancipadoras, a ação dialógica e a ecologia de saberes. Discute-se, ainda, no tocante às tecnologias sociais e sua relação com as políticas públicas suas possibilidades de institucionalização e seu potencial participativo. Em relação à saúde e a inovação desde uma perspectiva sistêmica assinala-se que a efetivação da saúde como um direito fundamental exige importante esforço teórico-prático e político, de articulação das dimensões econômicas, humanas e sociais - por vezes contraditórias - do desenvolvimento. Estes conceitos serão apresentados adiante, e, na sequência busca-se estabelecer conexões analíticas com base nos conceitos utilizados e nas experiências selecionadas e classificadas.

1.1 MÉTODO

Para concretizar a abordagem metodológica proposta foram utilizados dados do BTS o qual reúne mais de mil experiências inovadoras na solução de questões relativas à alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde. Para as finalidades deste trabalho foram selecionadas apenas as tecnologias sociais relativas à saúde, dada a importância estratégica desta temática para a práxis da gestão social, especialmente se considerado que a ampliação do acesso e a promoção da saúde engloba ações voltadas à qualidade de vida, a utilização de tecnologias sociais favorece a promoção da saúde, pois estimula o potencial dos participantes em criar e recriar sua existência. A fim de fundamentar teoricamente a análise das experiências selecionadas foi realizada uma revisão bibliográfica sobre alguns conceitos-chave, tais como, gestão social, tecnologias sociais, teoria da ação dialógica, ecologia de saberes, humanização, acesso e promoção da saúde.

As experiências de tecnologias sociais relativas à saúde foram classificadas segundo a natureza jurídica da organização que as implementou, se estatal ou da sociedade civil; e, em seguida, foram analisadas segundo os princípios da participação. Foi realizada, ainda, uma análise quali-quantitativa para verificar as principais temáticas onde se inserem estas experiências.

Preliminarmente verificou-se existir tecnologias sociais relacionadas aos seguintes temas: a) Serviços de Saúde (tecnologias sociais que envolvem o acesso aos serviços como bases hospitalares móveis, unidades básicas de saúde, tratamentos odontológicos, farmacêuticos, etc.); b) Humanização da Atenção à Saúde (experiências de sensibilização no intuito de melhorar a interação, grupos de brincadeiras, danças de roda, atendimento

psicossocial inovador, etc.); c) Atendimento à segmentos populacionais específicos (tecnologias desenvolvidas com o objetivo de entender as especificidades de cada grupo, como saúde materno-infantil, criança/adolescente, pessoas com deficiência, etc.); d) Promoção da Saúde (Ações desenvolvidas com o objetivo de prevenir situações que podem afetar a saúde, como saneamento, água potável, prevenção da dengue, etc.); e) Outros. Posteriormente, durante o trabalho de classificação, e, utilizando-se a lógica de que os temas devem emergir do próprio banco de experiências (e não ser-lhes inferido – conforme defende Bardin, 2011) estas categorias modificaram-se um pouco, tendo sido ajustadas e apresentadas no item que se refere aos resultados alcançados. Posteriormente, ao realizar-se a classificação propriamente, obteve-se cinco grupos temáticos, tendo em vista um conceito ampliado de saúde: a) Promoção da saúde; b) Humanização; c) Acesso à Saúde; d) Fitoterapia Popular; e) Outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

A temática “Inovação, Empreendedorismo e Responsabilidade Socioambiental” tem íntima relação com os conceitos e a utilização de tecnologias sociais desenvolvidas na **interação com a comunidade e com potencial efetivo de transformação social**. Assim, podem ser consideradas propostas inovadoras de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de desenvolver e implementar soluções para problemas sociais, em parceria com organizações públicas, privadas, sem fins lucrativos ou híbridas. A **inovação social** é promovida aliando **autogestão, protagonismo social, respeito cultural, cuidado ambiental e solidariedade econômica**. É essencial que as experiências sejam efetivas e replicáveis adaptando-se à distintas realidades.

A Gestão Social, pode ser definida como “[...] a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último” (Cançado, 2011, p.99).

Para que isso aconteça atenta-se para a importância da mudança necessária na relação entre sociedade e Estado. Conforme sustenta Tenório (2008b), a sociedade deve ser a protagonista da relação. **Não há Estado sem sociedade**, sendo ele, inclusive, uma criação dela. A sociedade escolheu se organizar dessa forma e a própria sociedade escolhe quem vai lhe representar no Estado. Assim, a participação não pode ser concedida, ela deve ser “uma prerrogativa”.

Na construção teórica de Tenório (1998) o autor sustenta que a gestão social é uma alternativa à gestão estratégica clássica, a qual se aproxima dos pressupostos da Teoria da Administração Científica, como, por exemplo, a famosa *one best way* (a melhor e mais correta maneira de se executar uma tarefa, previamente definida pelos planejadores, a ser simplesmente executada pelos operadores). A gestão estratégica origina-se da ação estratégica, que é instrumental, utilitarista, mecanicista e tecnicista. Já a gestão social deriva da **ação comunicativa**, baseando-se no **entendimento**. Tendo em vista essa última perspectiva, o **consenso**, em uma visão Habermasiana, é **alcançado por meio de ação que tenha uma pretensão de validade intersubjetivamente reconhecida** (Tenório, 1998).

Fortalece-se, desta forma, a noção de que a “participação” é central na Gestão Social. Em outras palavras, se não há participação, não há Gestão Social (Cançado, 2011).

Há uma crescente demanda social por maior participação no processo decisório, na formulação e na gestão de políticas públicas. Essa busca da sociedade por participação não é um fenômeno novo, pois, desde os anos 1980, com a redemocratização, começou a ocorrer um deslocamento do **foco do Estado para a sociedade**. Keinert (2000) aponta duas matrizes que caracterizam a relação entre Estado e sociedade, observando uma mudança na configuração do conceito de público: 1) **Matriz estadocêntrica**: baseada no pensamento pós-liberal do início do século XX, que enfatiza o Estado e sustenta o intervencionismo estatal e a interpenetração com o âmbito privado, de modo que o “público localiza-se no Estado; 2) **Matriz sociocêntrica**: surge a partir dos anos 1980, em um contexto de mudanças desencadeadas pela globalização e avanços nas tecnologias de informação, no âmbito da crise do Estado (fiscal, de intervenção, de modelo de gestão e de legitimidade), que demarca uma busca de maior identificação com a sociedade, com os direitos de cidadania e com a democracia, realizando uma distinção entre **estatal e público**, a qual passa a compreender este último conceito de um modo mais amplo que o primeiro.

Segundo Keinert (2000), em um primeiro momento, no período de 1937-1979, o público refere-se ao estatal e as ações eram pensadas do Estado para a sociedade. Com a crise do Estado, esse binômio é questionado, de modo que em um momento posterior o conceito de público ultrapassa os limites do estatal, ampliando-se para incluir múltiplos atores, formas jurídicas e gerenciais. A ampliação do conceito de público

[...] exige novos formatos organizacionais que garantam efetivamente a **publicização** do *modus operandi* do Estado, das organizações da sociedade civil e, até mesmo, das próprias empresas, já que, como se disse, o **público** precisa tornar-se um **valor compartilhado**, mais do que uma localização institucional. Neste sentido, mesmo que, à primeira vista pareça que a administração pública tenha perdido sua relevância em função desta ampliação, ocorre exatamente o contrário – torna-se estratégica para

preservar o espaço público num contexto institucional bem **mais complexo** (KEINERT, 2000, p. 92, grifos do autor).

Nesse contexto, aponta, ainda, o surgimento de uma rede complexa de organizações, como associações com grau mínimo de institucionalização, as próprias empresas que passam a incluir responsabilidade social em suas estratégias e o setor público não estatal, composto, basicamente pelas Organizações Não Governamentais (ONG), pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e pelas Organizações Sociais (OS) (Keinert, 2000).

A Gestão Social busca a base para a construção de uma Esfera Pública onde a tomada de decisão seja coletiva, sem coerção, baseada na transparência, dialogicidade e intersubjetividade (Habermas, 2003).

Neste sentido inúmeras inovações institucionais participativas já foram identificadas produção brasileira em Administração Pública (Paula, A.P.Pde.; Keinert, T.M.M. 2016), bem como na produção acadêmica em gestão social (Iizuka E.S., Junqueira L.A.P. 2013).

A Gestão Social busca a base para a construção de uma Esfera Pública onde a tomada de decisão seja coletiva, sem coerção, baseada na transparência, dialogicidade e intersubjetividade (Cançado, Pereira e Tenório, 2015). Transparência em relação às informações com três características básicas: veracidade (informações verdadeiras), temporalidade (as informações devem estar disponíveis antes da tomada de decisão) e qualidade (as informações devem estar em um formato no qual as pessoas consigam entender). A dialogicidade se refere ao diálogo, ou seja, fala-se, mas escuta-se também. Por fim a intersubjetividade se refere a uma linguagem comum que permita a qualidade da informação. Outros temas que podem ajudar na compreensão da proposta são a Teoria da Ação Comunicativa e a Racionalidade Substantiva. Para a Teoria da Ação Comunicativa ver Habermas (2012a; 2012b), para a Racionalidade Substantiva ver Ramos (1981). Dessa forma a transparência, a dialogicidade e a intersubjetividade são conceitos intrinsecamente complementares.

No caso da Gestão Social, por sua própria natureza, o pesquisador procura atuar em uma lógica próxima à “aplicação edificante do conhecimento” (onde o pesquisador se vale de seu conhecimento para o desenvolvimento da sociedade, porém, questionando-o, na prática) tal qual descrito pelo pesquisador português Boaventura de Souza Santos (1988, p. 161) “ a luta pela ciência pós-moderna e pela aplicação edificante do conhecimento científico é, simultaneamente, a luta por uma sociedade que as torne possíveis e maximize a sua vigência”. Numa perspectiva no mínimo semelhante à antes enunciada por de Boaventura de Souza Santos

(1988), em particular, naquilo que este chama de “**segunda ruptura epistemológica**”, há o **reencontro do conhecimento científico com o senso comum**. Podemos, enfim, ao menos imaginar os termos de tal processo, uma negociação entre vários participantes para a construção, quando possível, de processos consensuais de validação de conhecimentos (no sentido anteriormente proposto, de agregados de sentenças sujeitas a processos socialmente aceitos de exame e produção de coerências), ou ao menos de explicitação e delimitação de divergências incontornáveis. Este me parece o caminho de alcançar a meta, ainda seguindo Santos (1988) de produzir um conhecimento prudente para uma vida decente.

Essa concepção é conjugada coma a Educação Dialógica de Paulo Freire (1987; 1996; 2001), baseada no respeito do pesquisador ao saber local. Essas duas perspectivas incluem o cientista no tema pesquisado sempre respeitando e trabalhando **com** e não **para** a comunidade.

As práticas e os os processos de trabalho na saúde são usualmente centrados nas tecnologias duras (maquinários e instrumentos) e sua mudança pressupõe potencializar a utilização de tecnologias leves (relações) e leve-duras (conhecimento técnico). Isto requer organizar o processo de trabalho de forma que ele opere na produção do cuidado de forma mais relacional. Para o autor, essa reorganização dos serviços de saúde tem como pressupostos a integralidade na produção do cuidado e um processo de trabalho centrado no usuário, através de relações capazes de estabelecer vínculo, por meio da Política Nacional de Humanização (PNH) que aposta nas tecnologias mais relacionais para a assistência aos usuários, onde a equipe responsabiliza-se pelo cuidado. (MERHY, 2002)

A humanização como política pública deve criar espaços elaboração de troca de saberes, que modifiquem os modos de trabalhar em equipe e enfatizem a ideia de cogestão do cuidado. A humanização se apresenta para como estratégia de interferência no processo de produção do cuidado em saúde levando em conta que sujeitos, quando mobilizados, são capazes de transformar realidades, transformando- a si próprios neste mesmo processo. (BENEVIDES; PASSOS, 2005)

A promoção da saúde aqui é entendida como uma estratégia promissora para enfrentar os múltiplos problemas de saúde que afetam as populações humanas e seus entornos neste final de século. Partindo de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes, propõe a articulação de saberes técnicos, populares, e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução. Ainda segundo o autor o termo está associado à questões como qualidade de vida, equidade, solidariedade, democracia, cidadania, participação e parceria, trabalhando à luz de uma

responsabilidade múltipla, tanto em propostas como em soluções para problemas relacionados à saúde (Buss, 2000).

A promoção da saúde se aloca na prevenção primária, um período pré-patogênico, que age na proteção e construção de barreiras contra o desenvolvimento de agentes patológicos. Sua instrumentalização é possível, em especial, por conta da educação em saúde, e tem como componente importante o atendimento que possa suprir o bom desenvolvimento da pessoa em diversas fases da vida. As atividades aplicadas em seus desenvolvimento podem ser individuais ou em grupo, através de orientações sanitárias, moradia adequada, de recreação ou aconselhamentos de um médico a um paciente que se estende ao grupo familiar. Na amplitude do termo, é possível categorizar a promoção em dois grandes grupos: o primeiro consiste em atividades que focalizam a transformação de comportamentos e estilos de vida individuais, ou seja, questões que estão sob alcance do próprio indivíduo, como hábitos, dietas e atividades físicas, enquanto o segundo protagoniza os determinantes gerais condicionantes da saúde, tal como ambiente em que os indivíduos vivem, a qualidade de vida, as oportunidade de educação e outros quesitos que compreendem condições favoráveis ao desenvolvimento da saúde (Buss, 2000).

- Exemplos de TS na área de Promoção da Saúde encontram-se no Anexo I, ao final deste documento.

Para a categoria Humanização adotaremos o conceito explanado por Benevides e Passos (2005). Se enquadrando como uma estratégia de interferência em que o processo de saúde capacita o sujeito a transformar realidades através da mobilização, da mesma maneira que transforma a si próprio, contribuindo para uma gestão mais democrática e participativa. Uma rede humanizada, por exemplo, defende a vida através da construção solidária de laços de cidadania, com qualificação das práticas de saúde, envolvendo: acolhimento; vínculo; atenção integral; valorização dos trabalhadores e usuários. Como política pública, a humanização deve criar espaços para a troca de saberes e colaboração, através de uma ideia de cogestão do cuidado (Benevides; Passos, 2005).

- Exemplos de TS na área de Humanização encontram-se no Anexo I, ao final deste documento.

Acesso à Saúde é um conceito amplo, que requer uma atenção multifacetada e multidimensional. Não se limitando apenas à prestação de serviços, mas também em sua articulação, de forma que vise a preservação, a continuidade e a promoção da saúde. De tal forma, o tema será exposto através da perspectiva extraída por Assis e Jesus (2002).

Através de uma análise sobre a temática, os autores categorizam cinco grandes dimensões que

integram o Acesso à Saúde. São eles: 1) A dimensão política, no que diz respeito ao relacionamento entre as unidades federativas; à participação social; os acompanhamentos dos processos e tomadas de decisões; 2) A dimensão econômico-social, que está associada aos investimentos feitos na rede pública, de acordo com seu nível de complexidade e poder; e das barreiras que estruturalmente nivelam a população social, econômico, cultural e fisicamente. 3) A dimensão organizacional, que se refere ao fluxo de atendimento; às barreiras geográficas presentes; a experiência e sua avaliação. 4) A Dimensão técnica é ocupada através da preocupação com um processo acolhedor, integral; está relacionado com o compromisso, a qualidade da atenção e seu vínculo. 5) Já a dimensão simbólica se expande em apreender crenças, valores e subjetividades, além de configurar sentidos nos processos de saúde-doença. (Assis e Jesus, 2002)

O acesso aos serviços de saúde também está relacionado à disposição e organização que as instituições de saúde respondem às necessidades dos cidadãos. No entanto, é possível diferenciar o termo acessibilidade de acesso, enquanto o primeiro refere-se aos serviços de saúde disponíveis à população, o segundo está sob a ótica da percepção que a população tem sobre o acesso, sendo por exemplo, as experiências anteriores com os serviços de saúde um fator fundamental para que os cidadãos voltem a procura-los futuramente. Para ampliar o acesso aos serviços é necessário implementar redes de atenção à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque à Atenção Primária. (Barros, Lopes, Mendonça, Sousa, 2016)

- Exemplos de TS relacionados ao acesso aos serviços de saúde encontram-se no Anexo I, ao final deste documento.

Etnobotânica, etnofarmacologia e fitoterapia popular são conceitos que refletem a busca instrumental enquanto prática terapêutica, aliada à cultura e às tradições locais. Segundo define a Fiocruz, “Fitoterápicos são produtos obtidos de plantas medicinais ou de seus derivados - exceto substâncias isoladas -, utilizados com finalidade profilática, curativa ou paliativa.” Porém, considerado na perspectiva da fitoterapia popular o conceito ganha amplitude e potencializa a emancipação, a dialogicidade e a apropriação pela população dos conhecimentos novos e dos ancestrais, através de algumas estratégias como a da “Farmácia Viva”, que considera, não apenas os aspectos medicinais intrínsecos, mas a cultura e os rituais tradicionais a eles relacionados (<http://www.cee.unifesp.br/etnofarmacologia.htm>).

Em um conceito amplo de Saúde, apenas a ausência de doenças não é suficiente, mas sim a integralidade do ser humano, tanto físico, como mental e social. Para tal é necessário considerar as especificidades de cada grupo de pessoas. A fitoterapia torna-se uma opção alternativa viável à falta de medicamentos, além disso, possibilita a integração entre o grupo e

promove a autonomia, já que aproxima as pessoas aos cuidados de saúde, difundindo o saber local que por muitos anos já esteve presente e foi passado de gerações em gerações. A fitoterapia incorpora uma série de fatores, como filosofias de vida, atitudes, valores e crenças, sua incorporação não trata apenas de implantar medicamentos, mas de analisar um conjunto de informações que abarquem o conjunto do grupo em questão, como a situação de saúde local. (Tomazzoni, Negrelle, Centa, 2006).

- Exemplos de TS relacionados à fitoterapia popular encontram-se no Anexo I, ao final deste documento.

3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Do total de 95 projetos do BTS foram classificados 29 experiências relacionadas à serviços públicos, o que equivale à aproximadamente 30% do total de experiências; e, 67 experiências como iniciativas da sociedade civil, o que equivale à aproximadamente 70% do total. Do total geral, 32 experiências foram classificadas como participativas. Deve-se aprofundar esta análise para verificar a relação existente entre a natureza jurídica da instituição implementadora das experiências e seu caráter participativo. Na sequência será efetuada uma análise qualitativo-temática verificando onde se concentram as principais inovações e tecnologias sociais em saúde e onde há carências.

Do total de 95 projetos do BTS foram classificados 29 experiências relacionadas à serviços públicos (diretamente ligadas a organizações estatais), o que equivale à aproximadamente 30% do total de experiências; e, dentre estas, 67 experiências como iniciativas da sociedade civil, o que equivale à aproximadamente 70% do total.

1. Ainda, do total (95), 32 (33%) experiências foram classificadas como participativas.

- 8 de 32 (25%) são relacionadas à políticas públicas
- 24 de 32 (75%) são iniciativas autônomas (não-estatais/não relacionados à políticas públicas).

Deve-se aprofundar esta análise para verificar a relação existente entre a natureza jurídica da instituição implementadora das experiências e seu caráter participativo. Na Tabela 3 e Gráficos 3.1 e 3.2, verifica-se que as iniciativas são, majoritariamente, da Sociedade Civil

Na sequência será efetuada uma análise qualitativo-temática verificando onde se concentram as principais inovações e tecnologias sociais em saúde e onde há carências. Tecnologia social e gestão social apresentam interfaces e conexões.

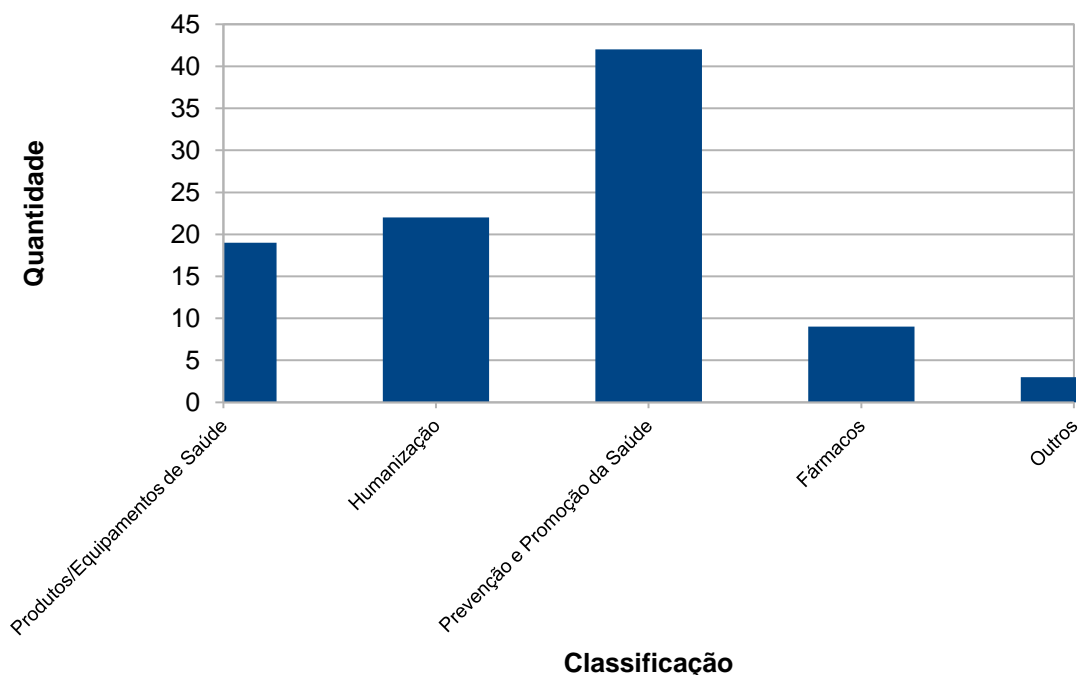
4 RESULTADOS

Tabela 1
Classificação por temas

Classificação	Quantidade
Acesso à Saúde	19
Humanização	22
Promoção da Saúde	42
Fitoterapia	9
Outros	3

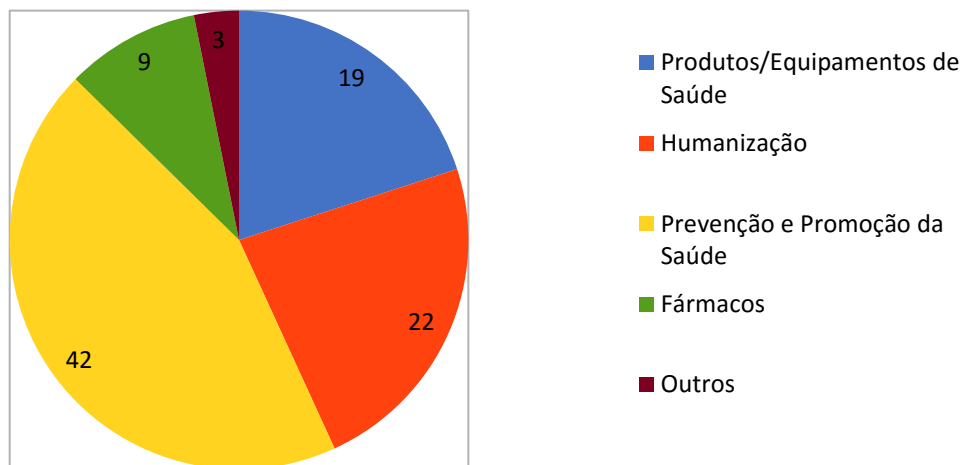
Fonte: Elaborada pelos autores

Gráfico 1.1
Classificação por temas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 1.2
Classificação por temas



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos gráficos apresentados, é possível fazer algumas constatações:

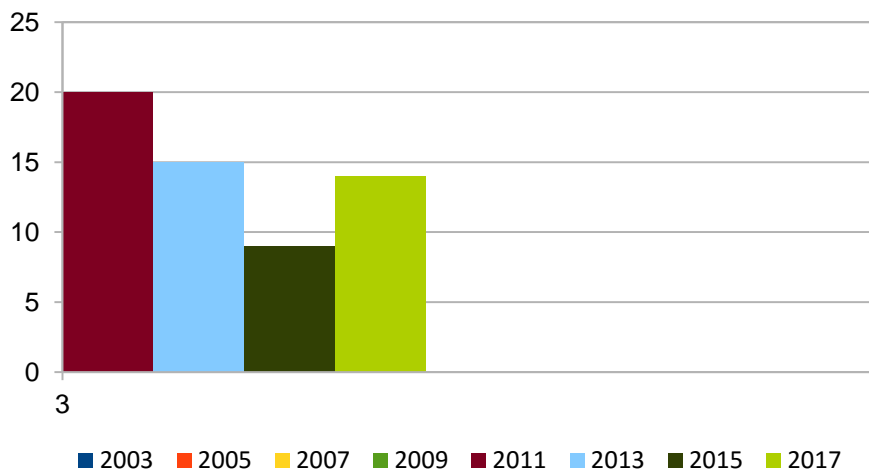
- A quantidade de experiências de tecnologias sociais que visam o acesso à saúde é alta. Foram computadas dezenove experiências com esta classificação, pouco menos que as classificadas em “Humanização”. A importância da temática “Acesso à Saúde” é significativa para reforçar e incentivar a participação cotidiana dos cidadãos aos serviços de saúde, tomando como positivo o acompanhamento habitual para a prevenção e enfrentamento prévio de problemáticas e questões relacionadas à saúde.
- Promoção da Saúde se destaca dentre os outros temas. Contabilizam, em números absolutos, quarenta e duas de todas as experiências, o que equivale a cerca de 44% do total. Ou seja, quase metade das experiências estão enquadradas sob o tema Promoção da Saúde. Estes dados corroboram a forte correlação entre o conceito de Promoção da Saúde e os preceitos de Tecnologia Social.
- Fitoterapia Popular apresenta nove experiências do total de 95. É uma área que pode ser mais explorada, levando em consideração o seu potencial integrador dentro de um grupo populacional, utilizando ferramentas que valorizam o conhecimento e saber local. Além de ressignificar o processo saúde-doença, potencializando os processos sociais, culturais e políticos.

Tabela 2
Classificação por ano

Ano	Quantidade
2001	3
2003	7
2005	12
2007	6
2009	9
2011	20
2013	15
2015	9
2017	14

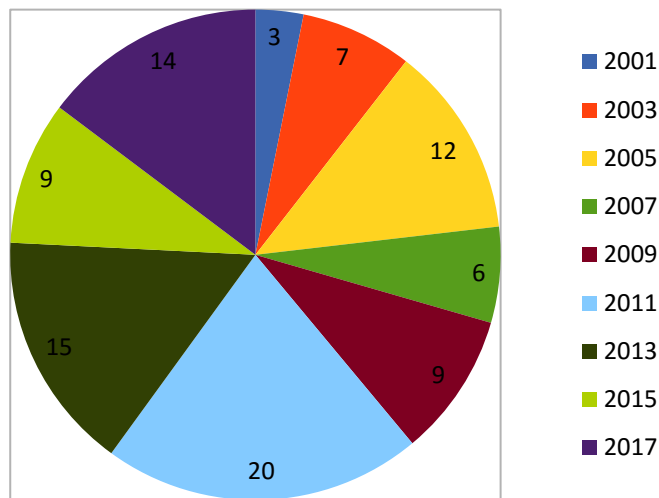
Fonte: Elaborada pelos autores.

Gráfico 2.1
Classificação por ano



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 2.2
Classificação por ano



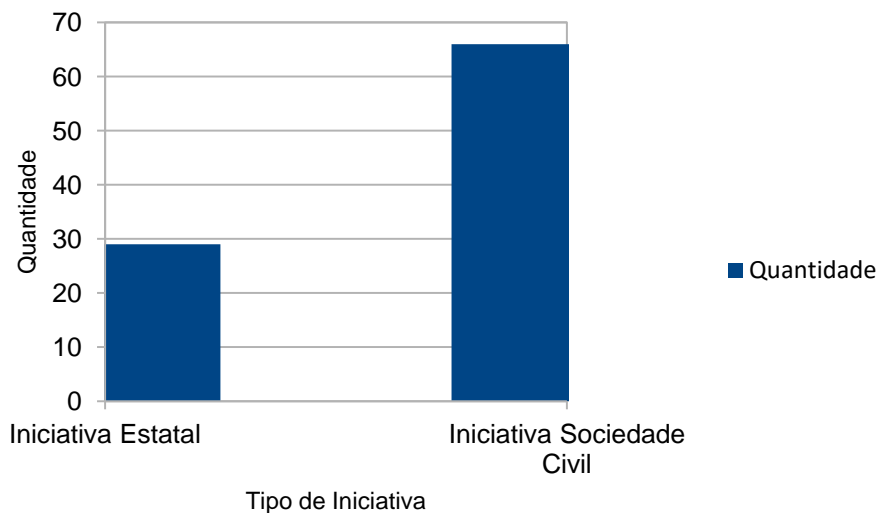
Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 3
Classificação por Iniciativa

Tipo de Iniciativa	Quantidade
Iniciativa Estatal	29
Iniciativa Sociedade Civil	66

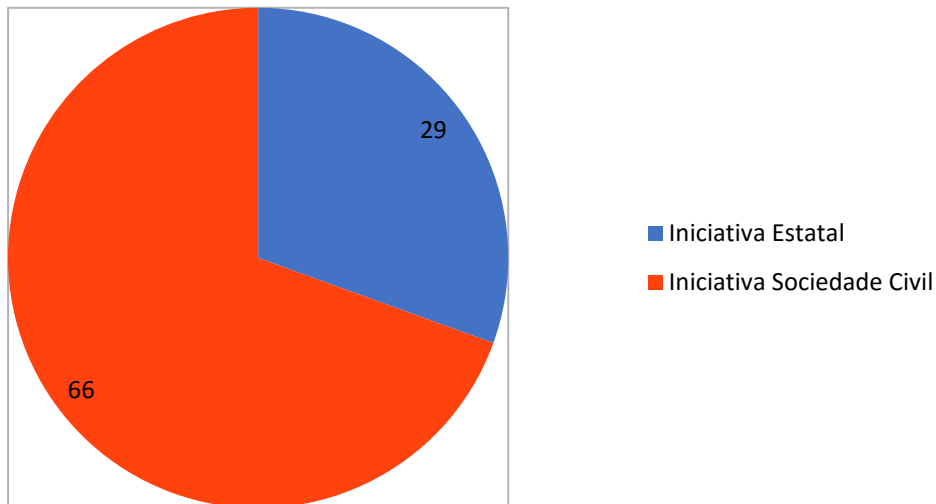
Fonte: Elaborada pelos autores.

Gráfico 3.1
Classificação por iniciativa



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 3.2
Classificação por iniciativa



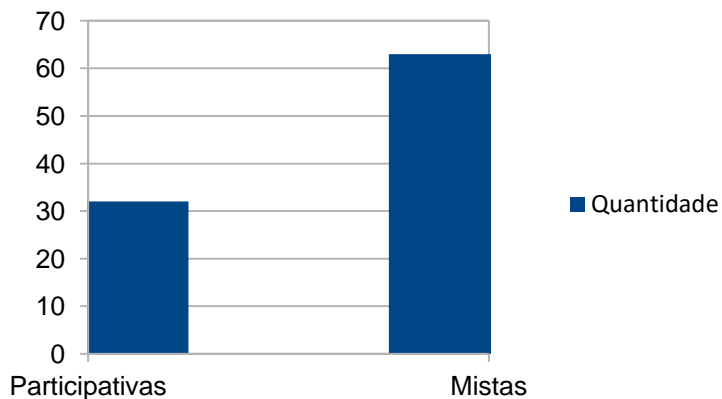
Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 4
Grau de Participação

Categoria	Quantidade
Participativas	32
Mistas	63

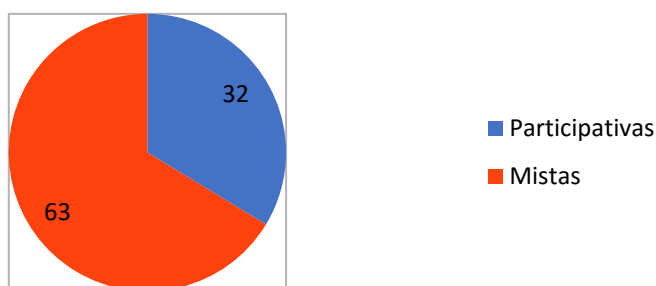
Fonte: Elaborada pelos autores.

Gráfico 4.1
Grau de Participação



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 4.2
Grau de Participação



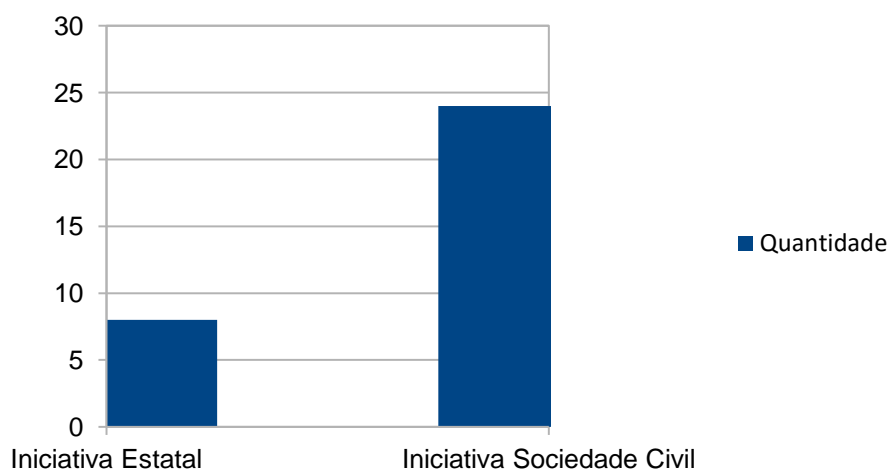
Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 5
Experiências Participativas por Iniciativa

Categoria	Quantidade
Iniciativa Estatal	8
Iniciativa Sociedade Civil	24

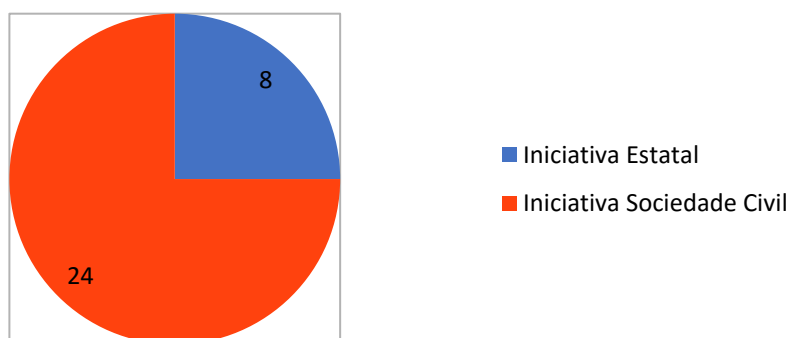
Fonte: Elaborada pelos autores.

Gráfico 5.1
Experiências Participativas por Iniciativa



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 5.2
Experiências Participativas por Iniciativa



Fonte: Elaborada pelos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o desenvolvimento de tecnologias sociais em interface com a comunidade tem potencial efetivo de transformação social inovadora. O empreendedorismo alia autogestão, protagonismo social e cuidado ambiental.

Foi aprofundada a análise através da criação de categorias de base teórico-conceitual para verificar onde se concentram as principais inovações e tecnologias sociais em saúde e onde há carências. As experiências foram classificadas em cinco grupos, tendo em vista as tecnologias sociais relacionadas a um conceito ampliado de saúde: a) Promoção da saúde; b) Humanização; c) Acesso à Saúde; d) Fitoterapia Popular; e) Outros.

O trabalho dá uma contribuição para o aprofundamento do conhecimento em gestão social através da análise dos conceitos e experiências práticas de mobilização e participação cidadã na área da saúde, contextualizando-os no âmbito da comunidade epistêmica de gestão social.

O estabelecimento de **categorias analíticas, de base teórico-conceitual**, para **analisar as experiências** que utilizam **tecnologias sociais na área da saúde** constitui-se outra importante contribuição, tanto para a publicização dessas experiências inovadoras, quanto para efetuar a difusão do conhecimento gerado em gestão social.

A Gestão Social, definida anteriormente como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e na emancipação enquanto fim último. Nesta vertente as TSS tem potencial emancipatório, participativo e autogestionário.

Para que isso aconteça atenta-se para a importância da mudança necessária na relação entre sociedade e Estado, também enfatizada no texto, e a participação social como “uma prerrogativa”. Registre-se que, nos dados coletados, fica evidente, a carência ainda existente de experiências efetivamente participativas e de exercício da verdadeira cidadania deliberativa. Fica lançado o desafio para ampliar o caráter participativo e autogestionário no processo de criação e implantação das TSS, aumentando os processos nos quais os atores sociais fazem parte, efetivamente, dos processos de mudanças, estimulando a autonomia e a interação dentro dos grupos e comunidades.

Tecnologias Sociais em Saúde e Gestão Social apresentam interfaces e conexões. Esta pode ser a conclusão preliminar. O estudo possui limitações, dado tratar-se de um levantamento exploratório. Na sequência deverá ser dada continuidade às análises aqui empreendidas.

REFERÊNCIAS

- Assis, M. M. A.; Jesus, W. L. A. De. (2012.) Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Feira de Santana, 17(11), 2865-2875. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n11/v17n11a02.pdf>.
- Barros, F. P. C. de; Lopes, J. de S; Mendonça, A. V. M; Sousa, M. F. (2016, jul-set) Acesso e equidade nos serviços de saúde: uma revisão estruturada. *Revista Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, 40(110), 264-271.
- Bardin, Laurence. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Benevides, R; Passos, E. (2005, set) A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3), 561–571.
- Buss, P. M. (2000). Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*, 5(1), 163-177. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7087.pdf>
- Cançado, A. C. (2011) *Fundamentos Teóricos da Gestão Social*. (Tese doutorado) Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil.
- Cançado, A. C.; Pereira, J. R.; Tenório, F. G. (2015) *Fundamentos Teóricos da Gestão Social*. *Drd – Desenvolvimento Regional em Debate*, 5(1), 4-19.
- Cançado A. C., Pereira J. R., Tenório F. G. (2015b). *Gestão Social: epistemologia de um paradigma* (2ª ed). Curitiba: Editora CRV.
- Centro de Estudos Etnofarmacológicos (2007). *Etnobotânica e Etnofarmacologia*, UNIFESP, São Paulo. Recuperado de: <http://www.cee.unifesp.br/etnofarmacologia.htm>
- Correia S. E. N. (2015). *O papel do ator organizacional na inovação social*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Administração, UFPE.
- Dagnino R. P. (2013). O envolvimento da Fundação Banco do Brasil com políticas públicas em tecnologia social: mais um momento de viragem. In: Costa A. B. (Org.), *Tecnologia Social e Políticas Públicas* (Cap 11, pp. 248-274). São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil.
- Freire, P. (2001) *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. (9ª Ed.) São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (29. Ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Freire P. (2017). *Pedagogia do Oprimido*. (64. Ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Fundação Banco do Brasil. (2017). *Banco de Tecnologias Sociais*. Brasília. Recuperado de: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/principal.htm>.
- Gadella, C. A. G, Quental C., Fialho B de C. (2003). Saúde e inovação: uma abordagem sistêmica das indústrias da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(1), 47-59.

Keinert, T. M. M. (2000) Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. [s.l.] Annablume, 2000. v. 136.

Habermas, J. (2003). Direito e democracia: entre a facticidade e a validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Habermas, J. Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social, Vol. I, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

Habermas, J. Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista, Vol. II, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

Iizuka E.S., Junqueira L.A.P. (2013). Produção acadêmica em Gestão Social: visita aos anais do ENAPEGS de 2007 a 2012. Revista de Gestão Social e Ambiental 7(2), 71-85.

Merhy, E.E. (2002). Saúde: a cartografia do trabalho vivo. (3. Ed.) São Paulo: Editora Hucitec.

Paula, A.P.Pde.; Keinert, T.M.M. (2016). Inovações institucionais participativas: uma abordagem exploratória da produção brasileira em Administração Pública na RAP e no EnAPG (1990-2014) Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 3, Artigo 5, Rio de Janeiro.

Ramos, G. (1981). A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Tradução de Mary Cardoso. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981, 210p.

Rigo A. S., Silva J.T. S. Jr., Schommer P. C., Cançado A. C., (2010). Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda. Recife: UNIVASF.

Santos, B. S. (1988). Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
Santos, B.S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos CEBRAP, (79), 71-94.

Tenório, F. G. (1998) Gestão Social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, p. 7-23.

Tenório, F. G. (2008) Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado. 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí.

Tenório, F.G. (2013, Mar). Tem Razão a Gestão Social? Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis, SC, Brasil, III.

Tomazzoni, M.I; Negrelle, R.R.B; Centa, M.L. (2006). Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêutica. Texto & Contexto Enfermagem, 15(1), 115-121. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n1/a14v15n1.pdf>.

ANEXOS

Quadro 1 – Produtos/Equipamentos de Saúde

TÍTULO	Resumo
Viva Saúde – Entrevias	Lançado pela Entrevias em setembro de 2001, o Programa Saúde na Boleia (hoje "Viva Saúde - Entrevias") disponibiliza aos caminhoneiros serviço de utilidade pública de qualidade na área de saúde, realizando gratuitamente campanhas em postos de atendimento instalados nas rodovias que opera.
Atendimento integral e integrado à criança cardiopata	Serviço de Cardiologia Pediátrica com abordagem sistêmica aos pacientes e foco médico, considerando que o indivíduo afeta e é afetado pelo seu entorno.
Centro Cirúrgico Móvel em Comunidades Indígenas	Atendimento com tecnologia de ponta, de base humanística e com custos viáveis. Racionalização das consultas e exames e agilidade do atendimento.
Mobilização Solidária	A Associação Expedicionários da Saúde foi criada por médicos cirurgiões voluntários para atendimento cirúrgico às populações isoladas, especialmente indígenas. Inicialmente, atuavam em hospitais da região e, mais tarde, com um Centro Cirúrgico Móvel, adequadamente equipado.
Alimentando Vidas	Mobilizar o trabalho voluntário de cirurgião dentista para tratamento odontológico gratuito a crianças com idade entre 11 e 17 anos, matriculadas em escolas da rede pública. O tratamento, realizado no consultório do próprio dentista voluntário, é de caráter curativo, preventivo e educativo.
Atendimento Odontológico Domiciliar: Saúde Bucal em Casa	Esta tecnologia trata sobre um veículo (micro-ônibus) que oferece atendimento odontológico itinerante gratuito, com estrutura para oferecer diversos tipos de tratamento, atividades educativas, preventivas e curativas aos pacientes da zona rural com dificuldades de deslocamento às cidades.
Anápolis Sorridente Móvel - Atendimento Odontológico Domiciliar Gratuito	O programa "Saúde Bucal em Casa" faz atendimento odontológico domiciliar gratuito aos pacientes idosos ou com necessidades especiais (simples ou complexa, momentânea ou permanente, física, mental, social ou comportamental), que os impeçam de se deslocar ao consultório.
Complexo Hospitalar Móvel- Operando na Amazonia	Esta tecnologia trata sobre um veículo (micro-ônibus) que oferece atendimento odontológico itinerante gratuito, com estrutura para oferecer diversos tipos de tratamento, atividades educativas, preventivas e curativas aos pacientes da zona rural com dificuldades de deslocamento às cidades.
Doutores das águas atendimento médico e odontológico pelos Rios da Amazônia	O Complexo Hospitalar Móvel visa atender à demanda cirúrgica em áreas indígenas remotas da Amazônia Brasileira. Assim, os Expedicionários da Saúde, por meio do seu Centro Cirúrgico Móvel, organizam três expedições anuais com tecnologia de ponta e médicos voluntários para atuar nas seguintes frentes: -realização de cirurgias gerais e oftalmológicas com orientação de cuidados pré e pós operatórios (principalmente cataratas, pterígios e hérnias); - atendimentos em clínica médica, pediatria, ginecologia, oftalmologia, ortopedia e odontologia; - encaminhamento dos casos que não sejam passíveis de tratamento in loco; - treinamento e capacitação de A tecnologia social Doutores das Águas: atendimento médico e odontológico pelos Rios da Amazônia, tem como o foco principal mitigar a qualidade de saúde da população ribeirinha da Amazônia por meio da assistência médica, odontológica e ações educacionais para a saúde e bem estar. Todos os anos no mês de abril uma equipe multidisciplinar de voluntários percorrem 10 comunidades ribeirinhas com uma população total aproximada de 2.000 pessoas. Para isso além dos profissionais envolvidos a tecnologia conta com um barco ambulatório estruturado com salas de atendimento médico e odontológico, farmácia, estoque e dependências para a equipe de voluntários que se dedicam a esse trabalho.

Quadro 2 – Humanização

TÍTULO	Resumo
Humanizar, acolher e bem-cuidar	O Programa é um conjunto de nove projetos e dois cursos de extensão desenvolvidos no hospital e comunidade de Santa Cruz, que integram as ações de humanização do Hospital Universitário Ana Bezerra, na área da assistência à saúde materno-infantil.
Boas Misturas – um encontro de ofícios	Boas Misturas é uma oficina que estimula a conversa entre profissionais de saúde e palhaços sobre seus ofícios. Os Doutores da Alegria acreditam que a alegria é decorrente da comunicação bem estabelecida e que a criança hospitalizada comunica grande parte de suas necessidades por canais não verbais.
Contadores de Histórias contribuindo para Humanização Hospitalar	Processo que seleciona, capacita e forma cidadãos voluntários contadores de histórias para crianças e adolescentes, atuando em um dos 83 hospitais de todo o Brasil, contribuindo para a melhoria do ambiente hospitalar.
Projeto Doulas Comunitárias no Hospital Feldman	Doula, palavra de origem grega que significa "serva". Atualmente, utilizada para se referir a uma mulher experiente que cuida de outra mulher em algum momento do ciclo grávido-puerperal. No projeto "Doula Comunitária", implantado em 1997, para cada plantão de 12 horas, uma doula faz parte da equipe.
Programa de Internação Domiciliar Neonatal	O Programa visa a oferecer assistência integral e humanizada; vínculo recém-nascido/família/equipe; capacitar cuidadora e família no manejo do recém-nascido; otimizar leitos para a rede SUS; reduzir riscos de internação; estimular aleitamento materno e cuidado canguru no domicílio.
Trupe da Saúde	A Trupe da Saúde utiliza a linguagem do palhaço para a humanização do ambiente hospitalar. É formada por atores profissionais que visitam semanalmente 5 hospitais de Curitiba. Através da poesia, música, brincadeiras corporais e do improviso, transformam o espaço e estimulam alterações positivas.
Uma Perspectiva Integral da Saúde	Visa a quebrar o ciclo vicioso miséria-doença-internação-alta-reinternação-morte a que são submetidas as crianças miseráveis e doentes internadas em hospital de comunidade de baixa renda.
As Terapias Integrativas no Acompanhamento à Mulher no Hospital Sofia Feldman	A tecnologia tem como princípio oferecer uma assistência integral à mulher e ao recém-nascido; dessa forma, faz-se necessário que a instituição construa estratégias que possam atender às necessidades de saúde de seus usuários considerando os aspectos biopsicossociais.
Cuidando com Arte e Alegria	Por meio da contação de histórias, essa experiência busca promover a ambientação hospitalar, proporcionar à criança portadora de neoplasia e seus familiares a compreensão básica a respeito do ato cirúrgico, da implantação de cateter e do tratamento quimioterápico.
Salão Nacional de Humor sobre Doação de Órgãos	Esta é uma tecnologia que associa cultura à sensibilização de questões voltadas à saúde. Ela incentiva que artistas gráficos emprestem sua criatividade à abordagem de temas importantes e que são pouco difundidos na sociedade por falta de informação e espaço, como a doação de órgãos e tecidos.
Situações de vulnerabilidade e Acolhimento Infantil	Crianças de zero a doze anos que vivenciam situações de vulnerabilidade social requerem um ambiente acolhedor e seguro, que garanta sua formação educacional e moral.
Trupe Amigos da Saúde: Experiência da Interação	Atividades socioculturais em instituições de saúde pública junto aos pacientes de hospitais, creches, abrigos para idosos e casas de saúde da região, garantindo uma melhor qualidade de vida e de recuperação aos beneficiados.
Acolhida, recuperação e inclusão social de população de rua adulta.	Betânia, fundada em 1999, visa aproximar-se de moradores de rua com responsabilidade, ternura e compaixão, para recuperarem sua dignidade e cidadania através da educação, capacitação profissional, recuperação da dependência química, da auto-estima e da saúde, com enfoque socioeducativo.
Oficina da Ciranda	Oficina da Ciranda é um evento idealizado para permitir a apropriação das técnicas de confecção da cadeirinha para chão – Ciranda - equipamento que atende necessidades de crianças DEFICIENTES, envolvendo as famílias vulneráveis e motivar a participação da comunidade na qual se insere a família.
Meninas de Sinhá - Cultura Transformadora	O grupo Meninas de Sinhá atua em sua comunidade e também em outras há mais de 17 anos e tem primado por restaurar a saúde física e mental de mulheres a partir dos 50 anos inserindo-as em um compromisso cultural de difusão das cantigas de roda em escolas, creches e shows variados.
Saúde e Autonomia Familiar	Prestar apoio psicossocial e material as famílias em risco social com crianças e/ou adolescentes gravemente enfermos, que após a alta hospitalar necessitam continuar o tratamento em seus lares, visando quebrar o ciclo vicioso e perverso: doença-hospital-miséria-hospital-morte.
A DOULA NO PRE NATAL - INFORMAÇÃO E RESGATE SOCIAL	Doula e Educadora Perinatal é a profissional capacitada para dar apoio físico e emocional a mulheres na gestação, parto e amamentação, assim como apoio no pós parto. Doula é uma tecnologia leve de assistência à mulher grávida. Faz o acolhimento integral a mulher, favorece a assiduidade ao pré-natal, reduz o tempo de parto, aumenta as chances de amamentação exclusiva até os seis meses de vida do bebê, promove vínculo precoce entre o pai e a criança pois favorece a inserção dele desde o início da gestação. Para a implementação da tecnologia Doula, se faz necessária sua capacitação entre mulheres nas comunidades mais carentes e a inserção desta Educadora Perinatal nas rodas de conversas.
Programa de Desenvolvimento Psicossocial e Saúde para criança e adolescente	A tecnologia faz parte da área social da EDISCA. O objetivo é promover o desenvolvimento de competências pessoais e relacionais em crianças e adolescentes que possibilitem o acesso a direitos, bem como fortalecer o papel da família para garantir esses direitos. O processo começa no início do ano com uma avaliação em saúde e parceria com as famílias. A tecnologia contempla ações contínuas e integradas nos campos terapêutico, preventivo e educativo realizadas na EDISCA: campanhas de vacinação; grupos psicoeducativos e de educação para a saúde, atendimento psicológico individual, palestras e oficinas.
Grupo nÔs: trabalho de preparação para a vida autônoma	A tecnologia possibilita a transição de adolescentes em situação de acolhimento institucional para a vida autônoma e inserida na comunidade, através do fortalecimento de vínculos afetivos (familiares, comunitários e com outros jovens), da apropriação dos espaços culturais e sociais da cidade e da construção de projetos de vida de profissão, moradia e uso consciente do dinheiro. O trabalho tem duração mínima de 3 anos e acontece de forma estruturada para apoiar os jovens nessa transição. É realizado através de uma parceria entre profissionais do Instituto Fazendo História, profissionais dos serviços de acolhimento e parceiros (voluntários, empresas apoiadoras e outras organizações sociais).
Espaço da Família Ronald McDonald	O Programa Espaço da Família Ronald McDonald tem como objetivo oferecer conforto e acolhimento dentro de unidades médicas para adolescentes e crianças em tratamento de câncer e aos familiares que os acompanham. O Espaço da Família contribui para reduzir o abandono do tratamento, pois oferece infraestrutura, ambientes e atividades que tornam o tempo de espera menos desgastante e também favorece o contato entre familiares e equipe médica. O Instituto Ronald McDonald é o coordenador do programa no Brasil, que faz parte de uma rede global (Ronald McDonald House Charities - RMHC), presente em 23 de países e com 215 Espaços da Família em funcionamento.

Uma Sinfonia Diferente	Uma Sinfonia Diferente- musical para pessoas com autismo é uma metodologia inovadora na assistência e desenvolvimento das pessoas com autismo promovendo saúde, bem estar e proporcionando empoderamento e protagonismo para pessoas com autismo e suas famílias, mostrando seus potenciais para a comunidade. A metodologia consiste em quatro etapas: 1- Inscrição e seleção de pessoas com autismo e voluntários, 2- ensaios em pequenos grupos de pessoas com autismo, 3- Apresentação pública, 4 - Retorno aos ensaios em pequenos grupos para devolutivas sobre a evolução da pessoa com autismo durante o processo. O objetivo é promover um espaço de protagonismo para pessoas com autismo.
------------------------	--

Quadro 3 – Prevenção e Promoção da Saúde

TÍTULO	Resumo
Bomba Gangorra	A Bomba d'água Gangorra (brinquedo de criança) é constituída de um cilindro cônico tendo em sua extremidade uma borracha sanfonada que recalca o ar para baixo, bombeando água pela pressão do ar. A Bomba Gangorra possibilita a captação de água ao mesmo tempo em que as crianças indígenas brincam.
Moringa a Semente da Vida	A tecnologia social "Moringa: a Semente da Vida" consiste na distribuição de sementes de moringa oleífera para o plantio e purificação da água. Visa atender localidades desprovidas de água potável para consumo, além de atenuar os problemas de saúde de populações carentes.
Saneamento Básico na Área Rural - Fossa Séptica Biodigestora	Sistema de fossas sépticas biodigestoras que substitui as fossas negras a um custo baixo para o produtor rural, evitando a contaminação do solo e do lençol freático, prevenindo a propagação de doenças causadas pela ingestão de água imprópria para o consumo.
Projeto Boa Visão	O Projeto Boa Visão tem como objetivo central a correção visual e prevenção à cegueira e beneficia a população estudantil, independente da faixa etária. Conta com uma unidade volante com dois consultórios oftalmológicos totalmente equipados, que atende aos alunos na escola.
Órteses e Adaptações em PVC Tubular e Materiais de Baixo Custo	Redução dos custos de aquisição de órteses e adaptações, através da utilização da Técnica de Rodrigues, utilizando materiais de baixo custo como pvc, embalagens plásticas, couro e outros
Tatame Especial para Pessoas com Deficiências Múltiplas	Os Tatames são equipamentos leves e conectáveis, facilitam o trabalho dos profissionais que trabalham na reabilitação de pessoas com deficiências neuromotoras, podem ser colocados em diferentes espaços e arranjos e são equipados com apoios de postura e pranchetas para atividades artesanais.
Construção Compartilhada de Soluções Locais	Metodologia de planejamento conjunto a partir de diagnóstico participativo, planejamento de intervenções, sistematização e avaliação de ações formuladas pelos atores sociais que vivenciam os problemas identificados. Aplica-se a diferentes segmentos, cenários e contextos sociais.
Socorrista Mirim	Programa de educação complementar para formação integral de crianças e adolescentes entre sete e 15 anos, por meio de atividades sobre primeiros socorros e suporte básico de vida, além de contratação de jovens aprendizes para atuar como multiplicadores em organizações sociais ou escolas parceiras.
Mobiliários Adaptados em PVC – Tubos e Conexões	O PVC (tubos e conexões) tem permitido a fabricação de diversos itens que estão atendendo as necessidades da criança com disfunção neuromotora; e por ser um material de fácil manuseio, não necessita de nenhum tipo de maquinário pesado para sua utilização.
Centro de Tecnologia Social para Promoção da Qualidade de Vida da Mulher	O projeto propõe criar um Centro de Referência e Excelência gerador de conhecimento e ações para mobilização social e otimização da rede SUS e SUAS na promoção da saúde da mulher e prevenção da violência contra esta; criar bases de dados para integrar as ações, fomentando o Banco de Dados Social.
Ciclo de Orientação a Familiares e Cuidadores de Idosos	Ciclo de palestras e encontros com o objetivo de instrumentalizar familiares e cuidadores de idosos a prestar-lhes assistência e cuidados, especialmente na realização das Atividades de Vida Diária, melhorando a qualidade de vida do idoso, de seu cuidador e da família como um todo.
Fogão Ecológico para o Semiárido	Substituição de fogões arcaicos a lenha por modelos que diminuem o consumo de lenha e eliminam a fumaça intradomiciliar. A tecnologia já beneficiou 18 mil famílias em mais de 60 municípios do estado do Ceará com melhorias na área de saúde e meio ambiente, além de gerar renda em comunidades rurais.
Empréstimo de Equipamento Ortopédico	Empréstimo de equipamento ortopédico para pacientes carentes em fase de tratamento e recuperação pós-traumática com dificuldades de deambular. O empréstimo é por um período de três meses, com direito a renovação.
Metodologia de Mensuração de Impacto Social	Programa de mensuração, quantitativo e qualitativo, do impacto do trabalho junto a crianças e adolescentes com cardiopatia grave. A metodologia foi de identificação e escolha dos indicadores utilizados e elaboração e aplicação dos instrumentos de mensuração consolidados em prontuário eletrônico.
Saúde e Cultura	Desenvolver ação educacional com oficinas de fotografia dentro de hospitais; envolver toda a comunidade – pacientes, familiares e equipes de saúde. Esta ação de humanização melhora o período de permanência no hospital e promove pontes de comunicação entre equipes de saúde e pacientes.
Tecnologia para Móveis para Deficientes	Confecção de mobiliário em PVC para crianças com distúrbios no desenvolvimento decorrentes de alterações neuromotoras, para auxiliar na solução da dificuldade em encontrar equipamentos adaptados que facilitem a autonomia, manutenção da postura, independência na higiene, alimentação e locomoção.
Programa Agita São Paulo	O Programa Agita São Paulo usa um método inovador de intervenção na comunidade que consiste no uso da teoria da gestão móvel do modelo ecológico da atividade física como forma de promoção, manutenção e recuperação da saúde, para a população de mais de 40 milhões de pessoas do estado de São Paulo.
Tecnologia e Possibilidades	Atendimento a crianças, adultos e idosos com as mais variadas deficiências e que apresentam déficits funcionais. Esses déficits, sejam eles físicos mentais e/ou psicossociais, interferem em avanços nos variados segmentos: domiciliar, escolar, profissional e social.
Horta Comunitária - Inclusão Social e Produtiva	As Hortas Comunitárias se desenvolvem a partir da utilização de áreas públicas dentro da cidade fazendo o seu aproveitamento para a produção de alimentos, através do trabalho voluntário e solidário da comunidade monitorados por uma equipe de técnicos que utiliza o sistema de produção agroecológico.
Fique de Olho, pode ser Câncer Infanto-Juvenil	Tem como foco o diagnóstico precoce do câncer através da capacitação de profissionais da saúde (médicos, não médicos e agentes de saúde) quanto aos sintomas e sinais do câncer infanto-juvenil. Atua em Mato Grosso do Sul, esclarecendo a população sobre a rede de referência e o tratamento.
Método da Caixa: Sugestão de Organização de Medicamentos	A tecnologia consiste em organizar os medicamentos em recipientes (que podem ser pequenas caixas de papelão, garrafas PET ou potes de margarina) com símbolos que representem manhã, tarde e noite, para pacientes com dificuldade de adesão ao tratamento.
Equipamentos para Reabilitação desenvolvidos em PVC	Canos de PVC (tubulações de plástico usadas em redes de água fria) foram utilizados como matéria prima para a confecção de equipamentos destinados à reabilitação de pessoas com deficiência motora. Assim, andadores e engatinhadores, cadeira postural e uma prancha ortostática foram desenvolvidos.
Promovendo Saúde na Terceira Idade	Alguns idosos são acometidos por doenças crônicas por falta de informação. Oportuna é a criação de projeto de prevenção e promoção em saúde e direitos sociais, para passar aos idosos informações sobre envelhecimento e qualidade de vida. As reuniões de grupo têm a metodologia reflexiva participativa.
Apoio e Incentivo a Amamentação para um Mundo Melhor	A proposta é estimular a amamentação entre as mães, promovendo reuniões semanais, pesquisas e o desenvolvimento de atividades específicas sobre o tema, com a intenção de fomentar uma cultura em prol da amamentação.
Conhecer para Cuidar - Capacitação de Profissionais que Cuidam de Idosos	O projeto visa oferecer treinamento e capacitação para a formação de profissionais capazes de cuidar de aposentados e pensionistas cadastrados no Instituto de Previdência dos Servidores, para que possam receber um atendimento adequado, especialmente em casos de doenças crônicas e degenerativas.
Kit Auditivo com Materiais Alternativos para Treino em Pacientes com Baixa Visão	Treino auditivo através da utilização de materiais alternativos, proporcionando maior consciência, atenção, localização, identificação, discriminação, memória e evocação auditivas e análise do som, ajudando na autonomia do sujeito de baixa visão.
Sorriso na Roda de Conversa da Educação Infantil: Saúde Bucal	Trata-se do entrelaçamento de saberes necessários à implementação sustentável de ações coletivas, previstas na política de saúde bucal, em escolas de Educação Infantil, levando-se em consideração as idiosincrasias e necessidades dos implicados e o enfrentamento coletivo de limites institucionais.
Clorador Artesanal – Projeto Água Limpa	Método de tratamento de água de baixo custo, fácil acesso e alta eficiência, que é feito (montado) todo em peças de canos e conexões feitos de polivinila (PVC), utilizando o cloro em pastilhas como agente desinfetante da água.
Fortalecendo a Saúde e Segurança Alimentar das Crianças da Floresta Amazônica	Promover cuidados de saúde, higiene e alimentação às crianças e mulheres da floresta na construção de maior qualidade de vida e dignidade, preservando e conservando os recursos naturais como uma prática saudável e necessária ao pleno exercício da cidadania.
Metodologia de Promoção da Saúde em Jovens por Meio do Ensino da Arte	A metodologia incentiva a promoção da saúde em comunidades por meio do ensino da arte e é aplicada de acordo com as etapas: diagnóstico sociocultural, identificação de público-alvo e potenciais parceiros, definição de modalidades artísticas a serem ofertadas, estruturação do espaço e acompanhamento.
Hb: tecnologia social de combate à anemia ferropriva	A Tecnologia Social Hb foi desenvolvida para reduzir a alta prevalência da anemia ferropriva em alunos nas escolas da rede pública de municípios brasileiros para níveis próximos ao recomendado pela OMS.

Projeto Quilombo, melhorar a condição de vida na saúde da população quilombola.	Melhorar a qualidade de vida e saúde da população quilombola, através de assistência médica e de enfermagem e ações preventivas, dos moradores de 23 comunidades da Reserva Biológica do Rio Trombetas. Área de abrangência da Mineração Rio do Norte no Oeste do Pará, situada na região amazônica.
Projeto Dengoso - Utilização de peixes no controle de larvas de mosquitos	O peixinho conhecido como barrigudinho é eficiente para controlar o desenvolvimento de larvas de mosquitos em diversos ambientes. Vários municípios como Uberlândia - MG, Parnaíba - PI, Campo Maior - PI, Tobias Barreto - SE já adotaram a ideia. Muitas reportagens foram realizadas com o tema.
Programa Diagnóstico Precoce	É uma metodologia para capacitar profissionais da rede de atenção básica, com foco nas equipes da Estratégia Saúde da Família e médicos do SUS, de forma que os sinais e sintomas do câncer sejam identificados precocemente, possibilitando a redução do tempo do encaminhamento do paciente.
Estratégia Trevo de Quatro Folhas: apoio ao exercício da maternidade e a vida.	A Estratégia Trevo de Quatro Folhas foi projeto e tornou-se política pública por ter alcançado importante redução da morbimortalidade materno-infantil através da atuação de mães sociais e da contribuição de padrinhos /madrinhas sociais garantindo apoio social à mulher ao exercício da maternidade.
Solução de cravo-da-índia para o controle do mosquito da dengue	Com o objetivo de controlar a infestação do mosquito da dengue, foi proposto uma solução de cravo-da-índia para o tratamento dos aparadores dos vasos de planta. Essa solução é de fácil acesso, de preparo rápido e simples, é sua aplicação é feita pelos próprios moradores.
Filtro Ecológico Alternativo	Analisando as condições da água de consumo retirada de rios sem nenhum tratamento e o diagnóstico realizado por visitas técnicas, pensamos juntamente com as comunidades rurais em atribuir uma medida segura, prática e barata para melhorar a qualidade da água e amenizar esse problema central.
SODIS - Desinfecção solar da água - Água potável segura	Esta tecnologia consiste em expor água em garrafas de vidro ou plástica a três fatores condicionadores: Primeiro as sementes de moringa (moringa oleifera) caso a mesma esteja turva ou com partículas em suspensão, segundo aos raios UV-A e o terceiro a temperatura ambiente. Esta exposição por um tempo determinado consegue inativar muitos dos microrganismos patogênicos causadores de problemas, tornando esta água mais segura para o consumo humano e animal.
Banheiro Redondo: Saneamento Básico em Propriedades Rurais	O banheiro redondo é uma tecnologia construída pela Diaconia para garantir às famílias agricultoras acesso ao saneamento básico, contribuindo com a manutenção da saúde familiar e a preservação do meio ambiente como parte de um processo educativo de convivência com o Semiárido. Sua construção é de anéis de cimento feitos com fôrmas de ferro, que é, em média, 40% mais barata do que a de um banheiro convencional. Tem um sistema de filtro para reaproveitar a água da pia, chuveiro e tanque, a qual serve para desenvolver quintais produtivos, que servem para cultivar hortas, pomares e criar pequenos animais. Para a sua construção, a família participa diretamente e se empodera da tecnologia.
Equipamentos de baixo custo e fácil fabricação para pessoas com deficiência	Em parceria estabelecida entre a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Escolas Especiais de Curitiba e Região Metropolitana, os alunos do Departamento Acadêmico de Mecânica (DAMEC), em conjunto com pais, professores e profissionais de saúde das escolas parceiras, vem atuando desde 2010, no desenvolvimento de diferentes soluções tecnológicas em apoio à reabilitação, melhora de qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, equipamentos de baixo custo e envolvendo baixa mecanização, o que permite que pessoas leigas possam facilmente reproduzi-los, foram projetados, construídos e disponibilizados para escolas especiais e comunidade em geral.
SODIS – Desinfecção Solar da água	Em regiões de baixa renda, sem acesso a água encanada e tratamento de água para uso doméstico, a técnica SODIS (sigla em inglês para Purificação Solar da água), é uma forma eficaz, de baixo custo, para reduzir doenças de veiculação hídrica. SODIS melhora a qualidade microbiológica da água potável, usando radiação UV-A solar e temperatura para neutralizar elementos patogênicos que causam diarreia e outras doenças relacionadas. A Inmed Brasil leva esta técnica para regiões do Brasil onde o acesso à informação e recursos é escasso, por meio de oficinas e treinamentos para professores e membros das comunidades.
Sistema de Acesso à Água Pluvial para Consumo das Comunidades Extrativistas	Trata-se de um sistema de saneamento e captação de água de chuva - telhado das casas - e fonte complementar (rios ou poço artesiano), construção de unidade sanitária domiciliar (placa pré-moldada ou madeira) e com dispositivo de tratamento. O processo de instalação física da tecnologia social se baseia na captação de água de chuva, em reservatório familiar de água com capacidade de 1.000 litros e unidade de reservação e tratamento comunitário com capacidade de 15 mil litros. O sistema comunitário consiste na captação, tratamento e rede distribuição comunitária.
Promovendo Saúde e Segurança Alimentar com Grupos de Saúde Comunitária	As atividades dos Grupos de Saúde Comunitária envolvem mulheres de comunidades rurais e urbanas e agentes comunitários de saúde, com reuniões mensais ou bimensais. Tem por objetivo melhorar a qualidade de vida das famílias através da segurança e soberania alimentar e nutricional, saúde preventiva, resgate do saber popular sobre as plantas medicinais, agroecologia e farmácia caseira. São realizados planejamentos participativos, com levantamento de temas e necessidades específicas de cada grupo. A partir deste são elaborados os materiais formativos e oficinas práticas a serem desenvolvidos ao longo do ano, retornando com avaliação e planejamento para os temas do próximo período.
TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXO CUSTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	A ACESA Capuava desenvolve uma Tecnologia Social através da construção de dispositivos de Tecnologia Assistiva com materiais de baixo custo, visando proporcionar à pessoa com deficiência que dispõe de poucos recursos financeiros, acesso a soluções que proporcionem maior independência, autonomia, qualidade de vida e inclusão social.
Programa de Atenção Materno Infantil de Itajai - PAMII-	O Programa Materno Infantil de Itajai (PAMII) é um sistema de intervenção precoce para prevenção de problemas de saúde, atrasos no desenvolvimento e deficiências em bebês e crianças de 0-4 anos. Funciona em um ônibus adaptado como sala de atendimento móvel que percorre todas as regiões do município, com uma equipe multidisciplinar de saúde que realiza 13 avaliações ao longo dos 4 primeiros anos de vida. Dessa forma, possibilita a famílias de baixa renda e pouco acesso à informação diagnosticar precocemente problemas, recebendo encaminhamento e orientação adequados para que essas intercorrências sejam tratadas à tempo de não gerarem sequelas significativas.
Ações e Alternativas Contra Subnutrição Infantil	O projeto promoveu a elaboração de um produto inovador. Trata-se de uma bebida láctea fermentada a base de soro de leite, suplementada com minerais e adicionada de polpa de fruto do cerrado, capaz de suprir as necessidades nutricionais de crianças desnutridas. Esse produto constitui-se de um alimento estável, nutricionalmente balanceado, que complementa as necessidades básicas diárias de uma criança. Tem a eficácia contra a subnutrição infantil e possui elevada aceitabilidade pelas crianças. Supre as carências nutricionais e estimula hábitos alimentares saudáveis. Dessa forma, o projeto propõe alternativa a solução de problemas socioeconômicos e ambientais do país e mundiais
CABRA NOSSA DE CADA DIA	Num período de grande seca (1989-1993), a pobreza, a miséria e o alto índice de mortalidade infantil se alastravam em grande parte do município de Sobral. Várias providências foram tomadas como distribuição de cestas básicas, sopas, etc. Algumas idéias foram sugeridas como criação de frangos e abelhas como idéia principal, mas a criação de cabras foi a proposta vencedora. A cabra por ser um animal de pequeno porte e fácil adaptação ao clima semi árido do nordeste, e o leite de cabra supria a redução da mortalidade infantil, fato consumado posteriormente ao longo dos anos. Em julho de 1993 foi criado o Cabra Nossa de Cada Dia. Hoje 23 anos depois é um caso de sucesso.
Fazendo o Bem em 3D: CTD Bem	O CTD Bem é um protocolo de Tomografia Multislice com ultra baixa dose de radiação para uso hospitalar, que possibilita a produção de estruturas virtuais e protótipos por meio da impressão 3D, dando previsibilidade aos procedimentos cirúrgicos, prevenindo o aparecimento de complicações durante os tratamentos nas diversas áreas da saúde. O processo começa na aquisição de imagens de tomografia do paciente, pós-processamento destas imagens e criação de modelos 3D. Com estes modelos, pode-se agilizar os procedimentos cirúrgicos, garantir precisão, otimizar o tempo de recuperação do paciente e prevenir infecção, bem como reduzir os custos do Sistema Único de Saúde.
Cadeiras de papelão construindo o momento de brincar pra criança com deficiência	Utilizando cadeiras de papelão, com o apoio dos pés em uma superfície e uma postura de alinhamento do corpo, é observado que há um melhor posicionamento da coluna, da cabeça e do quadril da criança, o que facilita a função dos braços e o contato de olho com os pais e os brinquedos. A dificuldade de manter as mãos próximas do corpo para segurar o brinquedo pode diminuir o tempo de brincadeira e de interação com os pais. Após a adequação postural e orientações quanto aos brinquedos e brincadeiras para a faixa etária há um maior envolvimento da criança no processo de comunicação, participação nas atividades de escola, contato visual e interação, maior tempo de brincadeiras e momentos de diversão.
Movimento Down	O acesso à informação faz toda a diferença, por meio de informações atualizadas e de qualidade, é possível compreender que assim como qualquer pessoa, quem nasce com síndrome de Down vem ao mundo cheio de potencialidades. O Movimento Down envolve a articulação de ações digitais e iniciativas em rede, apoiadas pela produção e difusão de conteúdos que incidem diretamente para o apoio ao desenvolvimento, melhor qualidade de vida e efetiva inclusão em todos os espaços da sociedade. A tecnologia se ancora em uma plataforma digital permanentemente atualizada, que já alcançou mais de 2 milhões de usuários e mantém mais de 260 mil seguidores em todos os estados brasileiros e em mais de 100 países.

Quadro 4 – Fármacos

TÍTULO	Resumo
Farmácia da Terra	O projeto Farmácia da Terra estimula a fitoterapia como alternativa de saúde pública para as comunidades rurais do Amapá, no tratamento de doenças menos complexas através do uso de plantas medicinais que têm estado presentes ao longo da formação cultural das comunidades tradicionais.
Solução líquida de Verniz de Caseína	Solução líquida de Verniz de Caseína é um medicamento para pacientes com doença de Pênfigo, manipulado por Aparecida C. Ferreira, fundadora do Lar da Caridade/Hospital do Pênfigo em 1960.
Farmácia da Partilha: doação e vida	Com início em 1996, a "Farmácia da Partilha" é um projeto do Curso de Farmácia da Unipar e da Paróquia São Francisco de Assis. Atende a comunidade carente de Umuarama e distritos, fornecendo medicamentos gratuitamente, contando com a colaboração de professores, profissionais e acadêmicos.
Implantação de uma Farmácia Viva Comunitária	Cursos e treinamentos à população participante, tornando-a apta a plantar, reconhecer e utilizar adequadamente plantas medicinais, visando seu bem-estar e apresentando uma alternativa viável e mais econômica para aquisição de medicamentos.
Projeto Farmácias Vivas	Programa de assistência social farmacêutica baseado no emprego científico de plantas medicinais e produtos delas derivados, cuja denominação visa a distinguir hortas medicinais de plantas selecionadas das outras, constituídas de plantas da medicina popular escolhidas empiricamente.
Saúde que vem da Terra	A Tecnologia das plantas medicinais foi desenvolvida no ano de 2005 e replicada no ano de 2007 nesta Instituição de Ensino, devido à necessidade e precariedade da saúde das crianças e da comunidade, pela dificuldade de acesso a Unidade de Saúde, o que estava dificultando a aprendizagem.
Farmácia Viva: rede colaborativa de saberes	Implantação e sustentação do serviço de fitoterapia no SUS a partir de um Arranjo Produtivo Educativo Solidário que se inicia com a compostagem e o cultivo de plantas medicinais para produção dos fitoterápicos e é consolidado por uma rede colaborativa que fortalece e valoriza as culturas locais.
Centro Medicina da Floresta	O Centro Medicina da Floresta (CMF) constitui-se num estabelecimento de referência dentro da Comunidade Vila Céu do Mapiá, situada na Floresta Nacional do Purus, no Estado do Amazonas. Nele são cultivadas em torno de 500 espécies de plantas nativas e ornamentais que são manipuladas como medicamentos fitoterápicos destinados à comunidade local e a outros consumidores no Brasil e no mundo. Dentre os produtos do CMF podemos citar os Florais da Amazônia. Além de zelar pela conservação do patrimônio natural e pelo conhecimento tradicional dos povos da região, o CMF tem a educação como eixo transversal de suas ações, capacitando os

Quadro 5 – Outros

TÍTULO	Resumo
Redução na Ingestão de Bebidas Alcoólicas na Etnia Guarani	Revitalização dos saberes tradicionais da etnia Guarani, principalmente ritos sagrados de cura identificados na transmissão oral dos ancestrais e perpetuados pelos líderes espirituais atuais, objetivando a redução de danos nas comunidades que convivem com o problema de grupos etilistas.
Caminho de Volta: busca de crianças desaparecidas	A finalidade da tecnologia é colaborar na elucidação dos casos de crianças e adolescentes desaparecidos no estado de São Paulo, por meio de metodologias que envolvem a área da Psicologia e da Psicanálise, da Biologia Molecular, da Genética e da Bioinformática.
Reencontro: Mobilização na Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos	Consiste em auxiliar na localização de crianças e adolescentes desaparecidos do município de São Bernardo do Campo mobilizando a rede do Sistema de Garantia de Direitos. Oferece suporte psico-sócio-jurídico aos familiares que, em geral, são encaminhados pelas delegacias ou conselhos tutelares.
PROJETO TERRA E SAÚDE – Gerando vida e desenvolvendo a Agroecologia	O PROJETO TERRA E SAÚDE se trata de um esforço conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra da região noroeste do Paraná constituindo-se como uma ferramenta de desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades assentadas em seu entorno.
Dispositivo de ampliação de imagem construído com sucata	O dispositivo de ampliação de imagens foi inicialmente pensado e construído por alunos de Ensino Fundamental da Equipe de Robótica de uma escola pública da periferia de Porto Alegre-RS para ajudar um colega com baixa visão a enxergar melhor os materiais impressos para estudo em sala de aula.
Tratamento Comunitário - Participação e Mudança	O Tratamento Comunitário é uma metodologia de intervenção na área de uso de drogas e sofrimento social (situação de rua, violência etc.), produzida a partir de experiências geradas em dez países da América Latina. Consiste em um conjunto de ações, instrumentos e práticas que tem como finalidade a melhoria das condições de vida dessas pessoas e também das comunidades onde elas vivem. <u>Constróem-se estratégias de intervenção com a comunidade, na comunidade e para a comunidade.</u>
Centro de Autismo Dona Meca CDA	O Centro de Autismo (CDA) - é composto por alguns setores que já fazem parte da gama de atividades desenvolvidas na OSDM em 25 anos de atuação na área social de habilitação e reabilitação de crianças e adolescentes com deficiência. São eles: Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade e Psicologia, sendo estas atividades a base do trabalho multidisciplinar de Estimulação Neurosensorial do CDA. Para ser atendida pelo CDA, a criança precisa estar diagnosticada dentro do Espectro do Autismo ou em investigação, apresentando alteração da interação social, da comunicação verbal e não-verbal, e alteração do comportamento.

PROJETO BIO+: UMA VIVÊNCIA DE GESTÃO SOCIAL ALIANDO A AGRICULTURA ORGÂNICA COM A UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

*Jonatas José Lobo Oliveira*⁵¹

*Beatriz Morais Sousa*⁵²

*Brenner Alexandre Vieira*⁵³

*Heloisa Avilo Angelo Campelo*⁵⁴

*Patrick Gomes Rodrigues*⁵⁵

*Rodrigo Oliveira Da Silva*⁵⁶

Resumo

O presente estudo compreende num relato de experiência da aplicação de um projeto de extensão em duas comunidades rurais da região sul cearense, conhecida como região do cariri. O projeto se intitula Bio+ e faz parte do pacote de ações do programa de extensão Enactus da Universidade Federal do Cariri. O projeto tem como intuito principal o plantio através de um ciclo sustentável de hortaliças orgânicas com a implantação de certas tecnologias para a otimização de processos e garantia da sustentabilidade. Com um aporte teórico-metodológico pautado na permacultura de Bill Mollison e David Holmgren com inclusão de conceitos de extensão de Paulo Freire, entendemos o Bio+ como uma experiência prática de gestão social no âmbito rural em contraponto com a implantação de tecnologias. O grande desafio ao se tratar de tecnologia no campo é a adequação dos beneficiados e sua capacidade de manutenção sem o auxílio externo e, na presente experiência, temos análises de métodos que foram eficientes em duas realidades distintas com problemas semelhantes e comuns ao semiárido brasileiro. Por fim, temos a experimentação de metodologias mais teóricas com uma análise quali-quantitativa de que pontos necessitam ser debatidos e adaptados para avançar em estudos e aplicação da gestão social ligadas diretamente com tecnologias sociais.

Palavras-chave: Gestão Social. Tecnologia Social. Extensão Rural. Biodigestor Rural.

⁵¹ Graduando em Engenharia Civil, Universidade Federal do Cariri, jonatasjosepet@gmail.com

⁵² Graduada em Jornalismo, Universidade Federal do Cariri, beatriz.enactus@gmail.com

⁵³ Graduando em Engenharia Civil, Universidade Federal do Cariri,

⁵⁴ Graduando em Engenharia Civil, Universidade Federal do Cariri,

⁵⁵ Graduando em Engenharia Civil, Universidade Federal do Cariri,

⁵⁶ Graduando em Engenharia Civil, Universidade Federal do Cariri,

BIO + PROJECT: A LIVING OF SOCIAL MANAGEMENT ENLARGING ORGANIC AGRICULTURE WITH THE USE OF SOCIAL TECHNOLOGIES

Abstract

The present study comprises an experience report of the application of an extension project in two rural communities of the south region of Ceará, known as Cariri region. The project is entitled Bio + is part of the package of actions of the extension program Enactus of the Federal University of Cariri. The main purpose of the project is the planting through a sustainable cycle of organic vegetables with the implementation of certain technologies for the optimization of processes and guarantee of sustainability. With a theoretical-methodological contribution based on the permaculture of Bill Molisson and David Holmgreen with the inclusion of concepts of Paulo Freire's extension, we understand Bio + as a practical experience of social management in rural areas as opposed to the implantation of technologies. The great challenge when dealing with technology in the field is the adequacy of the beneficiaries and their capacity for maintenance without the external assistance and, in the present experience, we have analyzes of methods that were efficient in two distinct realities with similar problems and common to the Brazilian semiarid . Finally, we have the experimentation of more theoretical methodologies with a qualitative-quantitative analysis of which points need to be debated and adapted to advance in studies and application of social management linked directly with social technologies.

Keywords: Social Management. Social Technology. Rural extension. Rural Biodigestor.

1 INTRODUÇÃO

Em um estudo mais completo sobre os avanços da agricultura familiar brasileira, podemos observar o início da ocupação do Brasil enquanto colônia. As populações indígenas podem ser tidas como os percursos de qualquer atividade agrícola em território pátrio, com técnicas rudimentares e em determinados períodos do ano. Com a invasão e a colonização do país por parte dos portugueses, houve uma intensificação da atividade agrícola e os índios passaram a fornecer sua produção para os colonizadores (RAMBO *et.al.*, 2016).

A atividade agrícola-colonial passou por enormes períodos de produção monocultura com grandes ciclos de exportação como é o caso da Cana-de-açúcar ou do Café. Esses ciclos em sucessão, geraram um enorme acréscimo de terras produtivas no controle de poucos proprietários que utilizam no início a escravatura dos povos indígenas e, em sequência, os povos africanos como mão-de-obra. Mesmo com a evolução do Brasil enquanto nação, a concentração de terras produtivas perdurou levando famílias as regiões menos produtivas e com condições mais adversas de trabalho como é o caso das regiões semiáridas. Com o foco produtivo na alimentação da própria família e os restos da produção para comercialização ou troca com outros produtores, essas primeiras familiares são os percursos do que hoje entendemos como agricultura familiar.

Com o avançar dos anos e os diversos processos de modernização da produção, alguns fatores prejudiciais são agregados a produção agrícola no país, como a interferência no equilíbrio ambiental devido ao aumento da extração de matérias primas. Levando em consideração o setor agropecuário com a expansão industrial, tivemos uma redução da importância da agricultura familiar para a construção econômica das cidades que gerou um segmento antes responsável por esse setor, dependente de políticas agrícolas para a sobrevivência, fato esse que pode ser notado ao analisar intimamente a conjuntura brasileira principalmente após as décadas de 1960 e de 1970 (MATTEI, 2014).

Atualmente, temos um conflito que envolve sustentabilidade e a manutenção da forma de vida das populações, o consumo desenfreado e o agravamento de problemas ambientais são grandes aceleradores para o debate dessas situações que tem como exemplo as grandes metrópoles espalhadas pelo planeta (CANÇADO, 2016). Em contraste com a rotina de grandes cidades, temos comunidades rurais em situação de alta vulnerabilidade social que dependem da produção agrícola de subsistência e programas sociais do governo para a complementação da renda, gerando um panorama delicada que é agravado quando se debate a má distribuição ou escassez de água. (NETO, 2010) Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas, um processo sustentável de produção se trata de um conjunto de atividades que atende às necessidades presentes sem comprometer que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades, contando com um equilíbrio entre os fatores econômicos, ambientais e sociais (CMMAD, 1998). Não obstante, a sustentabilidade em um nível mais local é alcançada com a inclusão de diversos fatores e formas de gestão e de atuar junto à comunidade. Segundo Guilherme Tenorio (2005), a gestão social deve ser determinada pela solidariedade, portanto é um processo de gestão que deve primar pela concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo. Portanto, em consonância com a visão de Paulo Freire (1989) quanto a extensão rural e seus processos de atuação, temos uma saída interessante para o desenvolvimento de atividades voltadas para a agricultura familiar.

Com isso, o projeto Bio+ alia conceitos da metodologia permacultural que foi desenvolvida na década de 70 com forte influência da agricultura natural de Masanobu Fukuoka que em linhas gerais, propõe a utilização dos recursos disponíveis no próprio meio gerando a menor intervenção possível para a atividade agrícola, e no caso do projeto para o cultivo de hortaliças de forma orgânica. Todos os conceitos são adaptados para a realidade e para o público da região em que é desenvolvido, em busca de uma conjuntura em que a comunidade rural possa se empoderar econômica e socialmente com um modelo de gestão em que a participação comunitária seja o ponto principal para a garantia da sustentabilidade (JACINTHO, 2006).

Para alcançar esses objetivos, as atividades contam com a utilização de tecnologias sociais pautadas no reaproveitamento de resíduos sólidos e de água para a manutenção de todo o processo produtivo. As tecnologias sociais são desconhecidas de grande parte da população e muitas vezes não recebem o status de tecnologia pela sua estrutura simples. Existem algumas tão geniais e tão simples que nós fazemos uma pergunta: porque não pensamos nisso antes? Há tecnologias sociais que ao mesmo tempo incorporam vários papéis sendo muitas vezes agrícolas, ecológicas, ecônomo-solidárias, dentre outras por exemplo (tecnologia social) (TECNOLOGIAS SOCIAIS, 2004). Nesse caso, têm-se como tecnologia principal o Biodigestor Rural, uma estrutura em alvenaria dividida em três câmaras, que promove a reutilização de água e do esterco animal para a produção de biofertilizante, de adubo orgânico e de biogás que são inseridos no processo produtivo das hortaliças citadas anteriormente e o biogás reaproveitado em outras atividades domésticas que promovem uma significativa melhoria de renda quando substitui o gás de cozinha convencional.

No presente estudo analisamos e comparamos, através das experiências nesses meses de realização, os impactos obtidos nas duas localidades que apresentam características únicas e

formas de vidas diferentes. Colocando em análise os conceitos empregados e as tecnologias utilizadas, verificando se suas implantações auxiliaram para a manutenção da renda econômica familiar e do empoderamento social dos beneficiados e até que estágio foram ou não efetivas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo das relações do terceiro setor com outros perfis públicos e privados são assuntos cada vez mais recorrente nas frentes de pesquisa de gestão. Com o avançar das eras é inevitável que a forma dos indivíduos se relacionar modifiquem e adequem-se a realidade em que vivem. Tanto que o modelo de gestão pública é refutado, discutido e adaptado a todo momento de forma a atender as necessidades básicas da sociedade que almejam pela concessão de direitos básicos.

O processo de formação da democracia e gestão no Brasil é recente, no início da década de 90 a nação vivenciava um período de redemocratização e a pergunta que se tinha era: De que forma vamos gerir o país? E, então, pesquisadores e gestores públicos discutem e elaboram proposta que vem sendo debatido até os anos atuais.

O primeiro se inspira na vertente gerencial, que se constituiu no Brasil durante os anos 1990, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O segundo se encontra em desenvolvimento e tem como principal referencial a vertente societal. Manifesta-se nas experiências alternativas de gestão pública, como os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo, e possui suas raízes no ideário dos herdeiros políticos das mobilizações populares contra a ditadura e pela redemocratização do país, com destaque para os movimentos sociais, os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, e as organizações não-governamentais. (DE PAULA, 2005).

Não obstante, o modelo de gestão gerencial prevaleceu com a vitória do presidente Fernando Henrique. No período FHC aconteceu de forma mais efetiva a estruturação administrativa do país com a sua nova forma de gerir os bens públicos e a busca incessante de garantir direitos básicos e os anseios da comunidade. No entanto, a baixa abertura para participação em decisões para benfeitorias públicas se torna a forte bandeira dos representantes da vertente societal que se assemelha mais a corresponder os anseios populares.

Porém, segundo De Paula (2005) a grande desvantagem da vertente societal, em que a gerencial se sobressai, é como o Estado se articularia em uma visão mais macro. Essa vertente

ainda não apresentava respostas concretas e casos de sucesso para as questões levantadas o que gerou, dentre outros fatores, a sua inviabilidade nos anos 90 para a implantação no país. Com o avançar das pesquisas e a reinvenção de conceitos, a vertente societal dá origem a uma forma de gestão presente fortemente no terceiro setor, a gestão social.

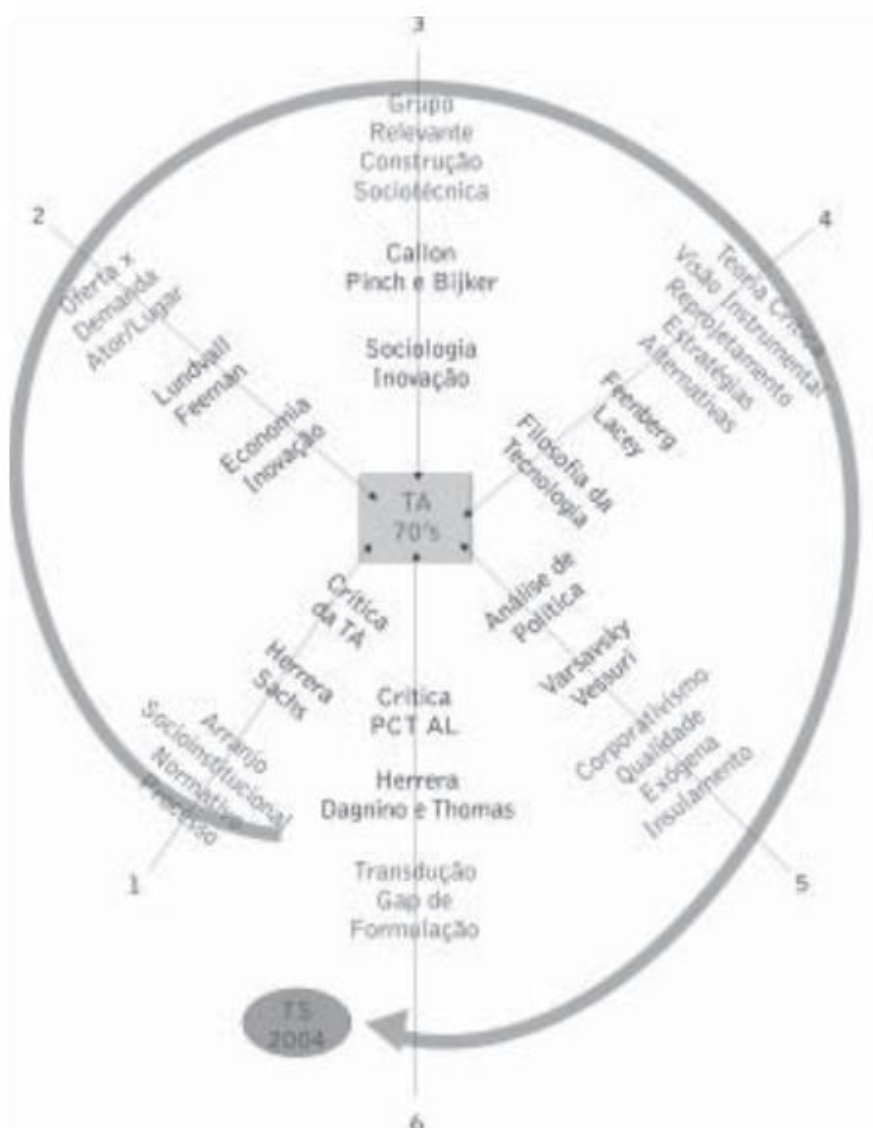
Diferente de outras formas de gestão, a gestão social tem como problemática central à gestão de demandas e necessidades sociais antes de um numero meramente financeiro. No entanto, a definição de gestão social não é plenamente arrojada uma vez que ela pode ser compreendida de diversas formas e, em sua falta de definição, corre o risco de uma generalização equivocado de conceitos. Segundo França Filho (2007), a gestão social pode ser entendida como meio e como fim para o alcançar de objetivos enquanto se urge e se discute por um conceito que possa ser consenso entre pesquisadores e atores da área.

Efetivamente, enquanto problemática de sociedade, a idéia de gestão social diz respeito à gestão das demandas e necessidades do social. O social, aqui, deve ser considerado como uma categoria inventada no seio da modernidade, quando a sociedade estratifica as diversas esferas de ação dos sujeitos em razão da autonomização adquirida pela esfera econômica (com a preeminência do princípio mercantil) em relação às demais esferas da vida (cultural, política, social, ecológica...), conforme analisa Polanyi (1980). O econômico (ou a esfera econômica) desempenha efetivamente um papel determinante, pois ele passa a constituir o locus principal de constituição das identidades individuais e coletivas – que passam pelo trabalho. Não parece inútil lembrar-mos, para inclusive nos situar-mos numa tradição de debate próprio ao campo da sociologia do trabalho, que a sociedade moderna é antes de tudo uma sociedade do trabalho. Nessa representação, aliás, importa salientar que o social costuma ser identificado como um dos espaços do não trabalho. (FRANÇA FILHO, 2007).

Dessa forma, nessa pluralidade de conceitos, as gestões sociais em suas versões práticas variam de acordo a comunidade em que se encontra incorporando conceitos e metodologias de diversos meios. No presente estudo, o foco se concentra na gestão social e sua relação com as tecnologias sociais (TS's). O termo tecnologia social, a exemplo de gestão social, também possui um conceito amplo e por vezes não reconhecido como tecnologia. Apresenta-se uma tendência a entender tecnologia como uma aparato técnico elaborado e complexo que busca otimizar um processo do ponto de vista financeiro ou ambiental. No entanto, necessita entender que uma tecnologia social não necessariamente seria um objeto ou um maquinário, mas sim, uma perspectiva inovadora sobre procedimentos que possam ser uteis para o desenvolvimento comunitário de localidade ou individuais.

O marco analítico-conceitual das TS's parte do desenvolvimento do movimento da tecnologia apropriada (TA) que teve seu auge nos anos 80. Nesse movimento, o elemento viabilizador conservador do que se entendia como tecnologia perde força e o desenvolvimento das TA's ganha expressão perante países periféricos em desenvolvimento. Dessa forma, com a criação da Rede de Tecnologia (RTS), apenas em 2004, temos a elaboração do primeiro mapa conceitual de TS's (figura 1) que nos permite compreender de forma mais como conceituar uma tecnologia ou um método em uma TS.

Figura 01 - Mapa conceitual das Tecnologias Sociais (Dagnino et.al., 2004)



Tecnologia Social, então, implica (INSTITUTO..., 2016): compromisso com a transformação social; criação de um espaço de descoberta e escuta de demandas e necessidades sociais; relevância e eficácia social; sustentabilidade socioambiental e econômica; inovação;

organização e sistematização dos conhecimentos; acessibilidade e apropriação das tecnologias; um processo pedagógico para todos os envolvidos; o diálogo entre diferentes saberes; difusão e ação educativa; processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação; a construção cidadã do processo democrático.

As tecnologias sociais começaram a despertar atenção pelo programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que acabou se transformando em política pública (DIÁRIO DO NORDESTE, 2016). Depois vieram às relacionadas a segurança alimentar e geração de renda (economia solidária).

Tomando por base a definição de tecnologia social, esta só pode ser realizada em um contexto de desenvolvimento que não se prenda somente ao aspecto econômico, mas que torne realidade a satisfação das necessidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais de homens e mulheres; idosos, adultos e crianças. Além disso, é possível assumir esta tecnologia social como sendo possuidora de um destacado papel de promotora do desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária.

Outros conceitos que merecem ser levados em consideração neste estudo são de Schumacher (1983), quando aborda o tema de tecnologias apropriadas. Segundo o autor, a economia convencional e as tecnologias inapropriadas estão levando os países desenvolvidos e o mundo em geral ao colapso. Uma possível solução seria uma abordagem em “menor escala”, usando tecnologias acessíveis e apropriadas. A tecnologia deve oferecer equipamentos baratos a todos, adequados a aplicação em pequena escala e compatíveis a necessidade humana (SCHUMACHER, 1983).

Sobre a importância dos processos de comunicação e educação para os processos de transmissão de valores Illich (2008) trabalha com as teias de aprendizagem. Segundo o mesmo, quando uma pessoa compreende um processo ela sente-se motivada a participar, do contrário, ela se distancia. A educação seria então a transmissão de ideias que habilita o homem a escolher entre uma coisa e outra, o que Gorz (2005) já chamava de capital humano, ou saberes vivos.

Esse poder de decisão crítica, que é a base do capital humano, criado a partir das teias de aprendizagem, é essencial pois, diferentemente da doação de bens materiais que torna as pessoas dependentes, a doação de conhecimentos e experiência tem efeito duradouro trazendo autoconfiança e independência (SCHUMACHER, 1983). Essas teias de aprendizagem também são chamadas de coalizões, atores agrupados a partir de suas crenças compartilhadas, na tentativa de defender seus interesses (GRISA, 2012).

Segundo Sabourin (2015, p. 126) “trata-se também de contextualizar socialmente as políticas, de tentar escapar de uma visão autocentrada no Estado, tomando por objeto de

pesquisa os processos globais, regionais ou até culturais. ” É a partir desse ponto de vista que deve ser pensado o desenvolvimento territorial, dentro da nova visão proposta por Favareto (2010).

2.2 A ENACTUS E O PROGRAMA ENACTUS UFCA

Com presença em diversos países, a Enactus, uma organização sem fins lucrativos que procura através da relação institucional com empresas multinacionais, apoiar e estimular capacidades de liderança em universitários através do empenho em desenvolver projetos pautadas no empreendedorismo social. Os jovens estudantes que atuam no programa empreendem atividades com comunidades de sua região e buscam melhorar a qualidade e o padrão de vida das pessoas unindo conceitos e métodos aprendidos em sala de aula, expandido a experimentação prática (ENACTUS HANDBOOK, 2015).

O papel da Enactus como organização, é formar times na rede, treinar os mesmo para que coloquem suas capacidades e conhecimentos em práticas e possam ser efetivos em seus resultados, e por fim acompanhar o seu desenvolvimento e buscar a melhoria constante de suas ideias e processos. Esses times são compostos por estudantes e ex-estudantes da universidade (alumni), professores e negócios parceiros, um grupo de colaboradores de fundamental importância para o desenvolvimento das ideias.

De acordo com as diretrizes gerais da Enactus, cada instituição de ensino deve ter somente um time por campus. A Enactus UFCA, é conduzido pela Rede Enactus Brasil e vinculada a pró-reitoria de extensão da Universidade Federal do Cariri- UFCA, instituição de ensino presente no estado do Ceará desde 2013, que reconhece e caracteriza suas atividades como um programa de extensão no campus da cidade de Juazeiro do Norte. Na universidade, o programa iniciou suas atividades em 2009, com o objetivo de utilizar as potencialidades da Região do Cariri, para transformar comunidades através de projetos sociais que promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A Enactus UFCA teve diversos momentos marcantes como grandes premiações de reconhecimento nacional: Semifinalista no prêmio alimentação em foco da fundação Cargill 2018; Finalista no prêmio Nufarm de consciência e ética no agronegócio em 2014, 2015, 2016 e 2017; Semifinalista no Prêmio Inpev a central do futuro 2017; Vencedor do Prêmio “We All Win” Enactus 2016; 4º Lugar no Campeonato Nacional 2013; Programa de Extensão Destaque em 2013 na Semana de Administração UFCA; 3º Lugar no Prêmio Walmart de Empoderamento Econômico de Mulheres 2012; Melhor Professora Conselheira do Ano em 2012; 2º Lugar na

Liga do Campeonato Nacional Enactus 2012; 2º Lugar na Liga do Campeonato Nacional Enactus 2011; Prêmio Desafio Endeavor de Empreendedorismo 2010). O time iniciou suas atividades com cerca de 05 (cinco) membros, e atualmente conta com um número bem maior de pessoas que são comprometidas a fazer de suas ações um progresso a humanidade. A cada ciclo que se passa o time Enactus UFCA se renova e vive novas experiências.

Atualmente o time Enactus UFCA conta com a participação de 20 membros, dois professores conselheiros e dois membros *alumni*. Desenvolvendo atividades em 4 comunidades distribuídos nas cidades de Crato, de Juazeiro do Norte e de Barbalha impactando diretamente mais cem pessoas e indiretamente mais de duzentas pessoas através de dois projetos: um pautado no desenvolvimento rural sustentável, o Bio+ objeto de estudo nesse trabalho, e outro pautado no empoderamento feminino, o projeto Mulheres Linhas Artesenato e Criatividade ou simplesmente Mulecas. Dessa forma, os membros procuram aprender e experimentar empoderando pessoas e fazendo a diferença em nossa comunidade.

2.3 BIO+: TECNOLOGIAS SOCIAIS, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EXTENSÃO RURAL

Apesar de todas as aplicações e linhas estratégicas possíveis, a Enactus e o Bio+ não deixam de ser ações de extensão universitária dessa forma, apresentam toda uma análise metodológica preliminar antes de ser aplicada em campo.

Segundo Paulo Freire (1983), a extensão rural não pode ser confundida com assistencialismo de forma que, os conhecimentos técnicos se unam com os saberes locais. O que muitas vezes ocorre em sua implantação e que, passa a se confundir com extensão, é a atividade de assistência técnica em que não se tem uma preocupação infundada no desenvolvimento comunitário e somente em uma prestação de serviço direta. Não obstante, a extensão rural caso não seja bem aplicada, pode agir mais como uma forma de invasão cultural do que como um processo construtivo.

A extensão universitária, no caso do projeto Bio+, se comporta de forma semelhante a extensão rural entendida como política pública. Talvez as principais se atenham ao órgão executor, capacidade de impacto em comunidades e o financiamento mais expressivo. A extensão universitária necessita se reinventa e depende diretamente da disposição de seus atores para sucesso e garantia de impacto de alguma maneira. No caso da Enactus, em um foco mais voltado ao desenvolvimento de negócios sociais, o empoderamento principalmente no viés

econômico é a comprovação de uma aplicação eficiente. Dessa forma, as tecnologias sociais são comprovadamente fortes ferramentas não só da extensão rural como da universitária.

A Extensão Rural, enquanto política pública é impulsionada no Brasil no ano de 1948 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) de Minas Gerais (MG), seguida pela criação de associações nos demais estados da federação que prestavam serviços de Extensão Rural e elaboravam projetos visando acesso a crédito junto a instituições financeiras. Durante muitos anos a Extensão Rural era uma ação centralizada e comandada pelo governo federal, o que se evidenciou ainda mais a concentração de esforços em regiões específicas do país. Na década de 1990, foi marcado pelo fim do sistema de extensão rural coordenado e financiado pelo Governo Federal. A responsabilidade para a manutenção dos mesmos acabou sendo transferida para outras entidades modificando completamente o sistema de organização que se vigorava. (ZARNOTT et.all, 2017)

Com isso, tem-se a tendência à descentralização na implementação e execução das políticas públicas no Brasil em que temos os governos municipais como os primeiros atores de extensão rural em localidades. Essa descentralização promove a necessidade do fortalecimento de laços e relacionamento entre comunidades, associações e governos. Com essa cooperação temos relações entre municípios vizinhos, construindo o que se entende como território de incidência dessas políticas, um espaço geográfico reunindo um público beneficiado com formas de articulação própria. Nesse processo, o desenvolvimento rural integra novas ferramentas como o protagonismo das comunidades e a inter-relação entre comunidades com processos de formação semelhantes que em conjunto conseguem trocar experiências e garantir a inserção de políticas em sua região, se tornando interessante para a aplicação por empoderar mais atores locais e diminuir custos de implantação de políticas. (SILVA, 2015)

O associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local. E, a cooperação, por sua vez, passa a ser a força indutora que modifica comportamentos e abre caminhos para incorporar novos conhecimentos. (CANTERLE, 2004, p.5).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo se trata de um relato da experiência tido na aplicação e no desenvolvimento do projeto Bio+ que integra o programa de extensão Enactus UFCA voltado a desenvolver projetos pautados no empreendedorismo social. Dessa forma, tem-se a

necessidade de compreender como o projeto trabalha e entende as comunidades, desde o seu planejamento à sua aplicação.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa junto às secretarias de meio ambiente e de agricultura dos municípios circunvizinhos a universidade, para observar a viabilidade de comunidades para a aplicação do BIO+. Para se inserir em uma comunidade, o projeto busca contatar os seus representantes para uma explanação das atividades e toda a logística necessária. Com o interesse do representante é desenvolvido um trabalho para sensibilização da comunidade com a utilização dos meios de divulgação mais comum a todos: divulgação em rádio, cartazes colocados estrategicamente (em locais de comum acesso, como comércios e postos de saúde).

Paralelamente, é realizado um diagnóstico inicial da comunidade com os pontos principais de inserção do projeto, a quantidade de pessoas que residiam na localidade, suas principais características referentes à faixa etária, quantidade de moradores por residência e atividades desempenhadas, e por fim, a análise de disponibilidade de serviços públicos como saúde, educação ou saneamento básico.

Com a sensibilização e a formação de um grupo de interesse é aplicado um questionário socioeconômico para entender em sua totalidade o público que está sendo atingido contrapondo com a análise inicial. Dessa forma é possível equalizar todos os detalhes pertinentes ao cronograma e ao desenvolvimento das atividades. Com a adequação do cronograma, são decididos quais tecnologias sociais podem ser pertinentes a comunidades e todas as capacitações teóricas e técnicas necessárias para a aplicação eficiente do projeto. Todas as adequações são inspiradas pela Permacultura e as tecnologias adaptadas a cada realidade. No presente estudo será analisada a aplicação do projeto durante os meses de agosto e dezembro de 2017, nas comunidades: Sítio Boa esperança, localizada no distrito de Arajara, na cidade de Barbalha (CE); e sítio Santa Rosa, localizada no município de Crato (CE).

O sítio Boa Esperança é formado por 80 famílias que, em sua maioria, sobrevivem do extrativismo do coco babaçu e da macaúba. Com a renda instável e os problemas com a distribuição de água, o projeto apresenta a produção de alimentos orgânicos como uma complementação da renda, o Biodigestor Rural um tecnologia que permite a reutilização de esterco animal para a produção de biogás, o minhocário doméstico, o sensor irrigas de umidade do solo desenvolvido pela EMBRAPA, o carneiro hidráulico tecnologia que através da energia potencial da água em declive funciona como uma bomba impulsionadora de água e o plantio em curvas de níveis como métodos para a aplicação do projeto provendo uma gestão adequada de recursos e, com uma gestão coletiva, o desenvolvimento da comunidade como objetivo

principal. As atividades são organizadas de forma que cada tecnologia integre o ciclo de produção no momento correto. E, por fim, capacitações de gestão, empreendedorismo e vendas são integradas ao processo para potencializar a comercialização dos produtos desenvolvidos na comunidade.

Figura 2 - Membros da comunidade Boa esperança (Arquivo Próprio)



O sítio Santa Rosa é formado por 50 famílias que tem sua renda baseada na prestação de serviços de forma autônoma e na agricultura familiar. A comunidade sofre com insegurança alimentar, má distribuição de água, falta de saneamento básica e uma frágil renda depende de políticas públicas como o programa Bolsa Família. O projeto desenvolve suas atividades em duas frentes: com as famílias e com as crianças que estudam no colégio José Rosa. O cronograma foi adequado para desenvolver com as famílias a horta de forma comunitária com a integração do minhocário domestico e de capacitações de gestão e, junto as crianças do colégio, desenvolver uma horta escolar com oficinas de educação ambiental.

Figura 3 - Reunião Inicial na comunidade Santa Rosa (Arquivo Próprio)



Todas as atividades, independente das comunidades, seguem as noções de extensão rural de Paulo Freire (1989) e o regime de autoconstrução para as tecnologias, adotando uma gestão participativa e solidária de todas as ações. Os beneficiados participam de todas as decisões para a implantação das tecnologias, das áreas produtivas, da comercialização dos produtos e todas as outras decisões que ocorram periodicamente. Cabe aos membros do projeto um apoio técnico, mobilização e fornecimento de equipamentos através de capacitações semanais.

Todas as reuniões, as oficinas, as visitas e os processos são registradas com fotografias e relatórios técnicos dos membros do projeto. No estudo em questão, analisaremos as experiências proporcionadas baseando nos relatórios e contrapondo com outros procedimentos teóricos desenvolvidos por pesquisadores e outras experiências exitosas na região levantados através de uma pesquisa bibliográfica em periódicos e consultas em órgãos competentes.

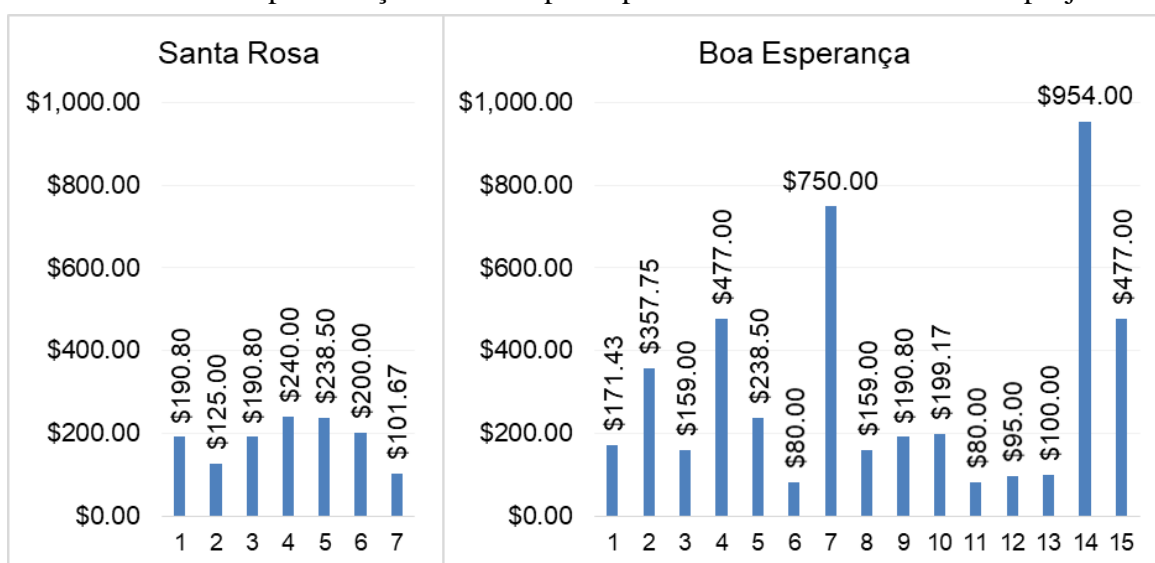
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto Bio+ é um projeto microrregional que consiste no desenvolvimento e no acompanhamento de processos sustentáveis para a produção agrícola-familiar, aliando o conceito de metodologia permacultural de Bill Mollison e David Holmgreen e utilizando tecnologias sociais com a finalidade de obter melhoria na qualidade de vida das comunidades rurais assistidas. Todos os conceitos são adaptados para a realidade e para o público da região em que é desenvolvido, em busca de uma conjuntura em que a comunidade rural possa se empoderar econômica e socialmente com um modelo de gestão em que a participação comunitária seja o ponto principal para a garantia da sustentabilidade (JACINTHO, 2006).

No projeto, têm-se como tecnologia principal o Biodigestor Rural, uma estrutura em alvenaria que promove a reutilização de água e do esterco animal para a produção de biofertilizante, de adubo orgânico e de biogás que são inseridos na produção das hortaliças e o biogás reaproveitado como gás de cozinha convencional. Além do filtro de areia doméstico para a reutilização da água de pias e chuveiros, do irrigas (sensor de umidade desenvolvido pela EMBRAPA) para garantir a economia de água na horta e do minhocário doméstico com o reaproveitamento de restos alimentares.

Dentro da abrangência do projeto existem duas comunidades como público alvo de aplicação: no Sítio Santa Rosa, em Crato-CE, o projeto trabalha atendendo crianças de faixa etária entre 5 e 12 anos do colégio José Rosa que abrange toda a comunidade, com capacitações previstas e outras atividades lúdicas voltadas à educação alimentar e ambiental. Paralelo a isso, o projeto integra os pais dos alunos nas atividades comuns do projeto; no Sítio Boa Esperança, em Barbalha-CE, o projeto atende famílias que sobrevivem principalmente do extrativismo do coco babaçu e da macaúba para a fabricação de óleos e azeites de forma artesanal. Nessa comunidade, o time desenvolve atividades relacionadas diretamente a agricultura orgânica e auxilia os beneficiados com noções de gestão e venda mais direcionado a produção dos óleos para facilitar a sua entrada no mercado formal. Em ambas as comunidades seus integrantes vivem em situação de vulnerabilidade social, têm renda baseada principalmente no trabalho autônomo e informal – até mesmo através da agricultura familiar – junto com o apoio de políticas públicas como o bolsa família, além de possuírem problemas com a distribuição e o acesso à água potável que normalmente acarreta em outros problemas sociais como carência alimentar e higiene precária.

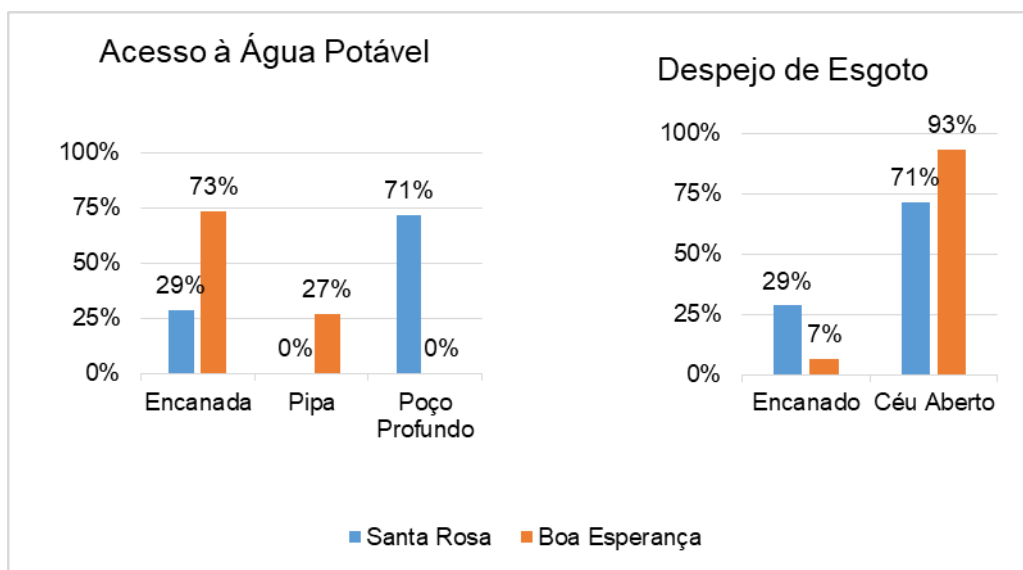
Gráfico 1 - Apresentação da renda per capita de cada família inscrita no projeto em



Fonte: Arquivo próprio.

Das 22 famílias que participam diretamente do projeto 18 produzem alimentos através da agricultura para consumo próprio, principalmente em períodos chuvosos, o que auxilia na diminuição de gastos mensais com alimentação. Destaca-se também que o acesso à água potável pode ser feito de três formas: encanada, pipa (Boa Esperança) e poço profundo (Santa Rosa). O gráfico abaixo ilustra a situação de abastecimento de água e seu despejo como esgoto.

Gráfico 2: Forma de abastecimento de água e despejo de esgoto em ambas as comunidades



Ambas as comunidades possuem como formas principais de comunicação a internet, rádio, televisão e o jornal impresso, diagrama de Venn ao lado ilustra a distribuição das formas de comunicação presentes nas 22 famílias incluídas no projeto.

O conhecimento sobre o perfil que apresentam as comunidades e o quadro de vulnerabilidade social que elas se encontram permitem a adequação do programa dentro destas.

O projeto Bio+ finalizou o ano de 2017 com a implantação de: um Biodigestor Rural, dois minhocários domésticos, uma horta comunitária com 7 culturas e um total de 80m² de área cultivada que antes estava sem utilização, um quintal produtivo com 5 culturas num plantio em curva de nível e um total de 90m² de área cultivada que antes estava sem utilização, 5 sensores irrigas e 20 capacitações técnicas-práticas. Conta com uma equipe de 9 estudantes da Universidade Federal do Cariri (UFCA), dois professores da UFCA, 6 voluntários de outras universidade e duas empresas parceiras.

4 CONCLUSÃO

Com a experiência adquirida no projeto Bio+, podemos ter um conhecimento mais prático de como a gestão social pode funcionar como um meio de se alcançar um desenvolvimento comunitário mais igualitário. Como as teorias de Paulo Freire (1989) apesar de terem muito tempo de existências não chegam a ser ultrapassadas, pelo contrário, são atuais

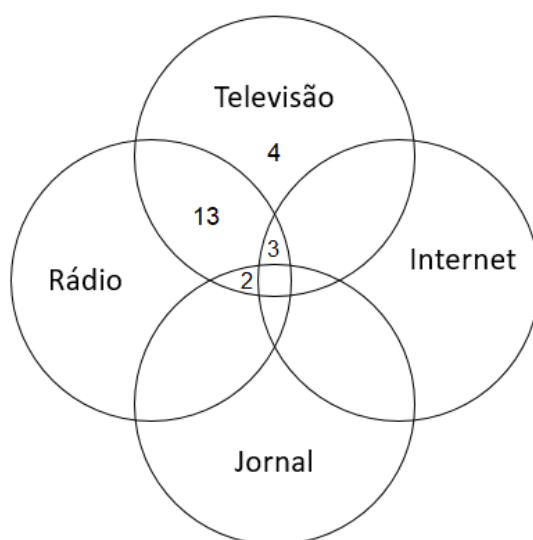


Figura 4: Diagrama de Venn demonstrando a distribuição dos meios de comunicação dentro de ambas as comunidades. **Fonte:** Arquivo próprio.

e reais. No entanto, é necessário entender que o projeto conseguiu êxito em sua aplicação nas duas comunidades, mas foi preciso uma intensa adequação com o auxílio da metodologia permacultural.

A falta de recursos financeiros e a ausência de mobilização comunitária estruturada (no caso do Sítio Santa Rosa) foram as principais dificuldades enfrentadas no projeto durante o período analisado. A gestão participativa das ações ainda se encontra em construção pelo projeto, talvez o ponto que necessite ser mais bem estruturado.

A adequação de metodologias para os mais diversos públicos é essencial para efetivo impacto na comunidade. Reforça-se novamente a modificação já prevista por pesquisadores em gestão social, dos métodos de aplicação em cada realidade fugindo novamente de uma metodologia pré-elaborada como garantia de sucesso.

Além disso, notamos a importância que o acesso a informação se vem pertinente para a implantação de tecnologias sociais. Além da mobilização comunitária, o receio de novas formas de ver ou de fazer algum serviço assustam as comunidades que mesmo após uma relação construída com os membros do time, ainda apresentam resistência para a implantação de novos métodos. O processo construtivo é meticuloso e a garantia da efetivação de TS's como o biodigestor rural demandam um forte acompanhamento inicial para adaptação dos beneficiados com o “novo equipamento”.

Não obstante, urge a necessidade de se conhecer mais profundamente todos os impactos sociais gerados pelo projeto e entender mais tecnicamente como essas tecnologias realmente agem em contato com o meio natural de cada comunidade. Além disso outros problemas identificados na análise inicial podem ser inseridos no desenvolvimento do projeto como a falta de identidade cultural dos mais jovens com a comunidade e a falta de conhecimento dos produtores de diversas políticas públicas que podem ser integradas em cada uma.

Por fim, temos a relevância do presente estudo na experimentação prática de análises teóricas desenvolvidas por pesquisadores em diversas realidades e como as metodologias se comportam perante as adversidades de cada comunidade.

REFERÊNCIAS

CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão Social e Economia Solidária – para além do mimetismo: outra gestão é possível. **Revista Economia Solidária** 10. 2016. Disponível em <http://base.socioeco.org/docs/miolo_res_10.pdf> Acesso em 29 dez. 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD) 1988. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 430 p.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição? **Estudos Avançados**, vol. 24, nº 68, p. 299 – 319, 2010.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1989.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL DO BRASIL (São Paulo) (Org.). Tecnologia social. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/conceitos/tecnologia-social>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

JACINTHO, Cláudio Rocha dos Santos. **A agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na extensão rural: uma experiência no assentamento colônia I – Padre Bernardo – Goiás**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural contemporâneo. **Revista Econômico do Nordeste**. vol.45. 2014. Disponível em <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/500>> Acesso em 29 dez. 2017.

NETO, Nelson de Castro; DENUZI, Vanessa Stafusa Sala; RINALDI, Rúbia Nara. STADUTO, Jefferson A. Raimundo. Produção Orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. **Revista Percursos NEMO**. vol.2. 2010. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/273433736/Producao-Organica-Uma-Potencialidade-Estrategica>> Acesso 29 dez. 2017.

RAMBO, José Roberto; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo; LAFORGA, Gilmar. Agricultura Familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. Revista de Ciências Agroambientais. v. 14, n. 1, p.86-96, 2016. Disponível em <<https://periodicos.unemat.br/index.php/rcaa/article/viewFile/1415/1393>>. Acesso em 12 abr 2018.

SABOURIN, E. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. **Novos Cadernos**, v. 18, nº 1, p. 123-143, jan-jun, 2015.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**. 4. ed. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

SILVA, Sandro Pereira. A DINÂMICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SUA INCIDÊNCIA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DO PRONAF NO TERRITÓRIO VALE DO MUCURI/MG. **Revista de Extensão Rural**. Universidade Federal de Santa Maria. vol.22. n.2. 2015. Disponível em < > Acesso em 29 mar. 2018.

TECNOLOGIA SOCIAIS e políticas públicas. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Fundação Banco Brasil. Rio de Janeiro. 2004. Edição especial
TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)Visitando os conceitos de Gestão Social. Desenvolvimento em questão. v.3. n.5, 2005. Disponível em
<<http://www.redalyc.org:9081/home.oa?cid=11288896>> Acesso em 12 abr. 2018
TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.). **Avaliação de Projetos Comunitários:** abordagem prática. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ZARNOTT, Alisson Vicente; DALBIANCO, Vinicius Piccin; NEUMANN, Pedro Selvino; FIALHO, Marco Antonio Verardi. AVANÇOS E RETROCESSOS NA POLÍTICA DE EXTENSÃO RURAL BRASILEIRA: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A ANATER. **Revista Facultad Ciencias Agrária y Forestales.** Universidad Nacional de La Plata vol. 116 (Número especial) Extensión Rural. 2017. Disponível em < > Acesso em 29 mar. 2018.